

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O cego e o coxo:
Crítica e retórica nas dissertações históricas
da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)**

Pedro Telles da Silveira

Orientador: Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi

Mariana, Maio de 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O cego e o coxo:
Crítica e retórica nas dissertações históricas
da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)**

Pedro Telles da Silveira

Orientador: Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre.

Mariana, Maio de 2012

S587c Silveira, Pedro Telles da.
O cego e o coxo [manuscrito] : crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725) / Pedro Telles da Silveira - 2012.
235f.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.

1. História moderna - Teses. 2. Historiografia - Teses. 3. Crítica - Teses. 4. Retórica - Teses. 5. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822 - Teses. I. Universidade Federal de Ouro Preto. II. Título.

CDU: 930.23:94(81).03

Catálogo: sisbin@sisbin.ufop.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar as relações entre procedimentos críticos e retóricos na confecção das dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos. A Academia dos Esquecidos foi uma agremiação letrada formada na Bahia em março de 1724, realizando dezoito conferências até fevereiro de 1725. Apesar do curto tempo de existência, ela deixou um grande volume de escritos, dos quais este estudo prioriza as dissertações. Estes textos procuravam debater e solucionar pontos duvidosos acerca da história brasílica. Procura-se aqui estudar as dissertações tanto como resultado das especificidades da produção letrada na Bahia colonial e no Império português quanto como fruto dos debates historiográficos da passagem do século XVII para o XVIII. Nesse sentido, este trabalho centra sua atenção, primeiro, nas condições da produção historiográfica no contexto luso-brasílico; depois, na tensão entre modelos retóricos e eruditos na escrita da história; por fim, na interação entre crítica, método histórico e retórica naquele conturbado contexto. Este estudo pretende ser uma pequena contribuição tanto ao estudo da produção discursiva e literária no Brasil colônia quanto ao entendimento da historiografia na Idade Moderna.

Palavras-chave: Idade Moderna – história da historiografia – crítica – retórica

ABSTRACT

The following work aims at studying the relationship between rhetorical and critical procedures in the making of the historical dissertations written by the members of the Academia Brasílica dos Esquecidos. The Academia dos Esquecidos was a society composed by men of letters established in Bahia in March 1724 and whose eighteenth and last conference took place at February 1725. Even though it existed for only a brief period of time, the Academia left a large body of work, of which this study took as its main object its historical dissertations. These texts sought to discuss and ascertain a right knowledge about doubtful aspects of Brazilian history. The present work looks at the dissertations as result both of the specific conditions of discursive production at colonial Bahia and the Portuguese empire and as an outcome of the broad historical debates occurring during the transition from the sixteenth to the seventeenth centuries. Doing so, it centers its attention, firstly, at the possibilities and limitations of the historical study in the luso-brazilian context; secondly, at the tension between rhetorical and scholarly models of historical writing; lastly, on the interaction between criticism, historical method and rhetoric present at that convulsion context. This work aims at being a small contribution not only to the study of discursive and literary production in colonial Brazil but also to the understanding of early modern historiography.

Keywords: Early Modern History – History of Historiography – Criticism – Rhetoric

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a concretização não apenas de um período de importantes experiências e de intenso estudo mas também de um caminho que já se iniciara anteriormente. Como não poderia deixar de ser, a lista daqueles com quem contraí felizes débitos é composta por um número cada vez maior de nomes.

Em primeiro lugar, ao orientador desta pesquisa, Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi, pela liberdade e confiança concedidas a um juízo ao qual não deixa de faltar sua dose de insegurança e desregramento. Fico feliz de poder contar com um orientador que posso também incluir entre os muitos amigos que fiz no decurso desta pesquisa e este trabalho não seria nada sem sua discreta supervisão.

Também gostaria de agradecer aos professores do Instituto de Ciências e Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, lugar cujos debates somente contribuem à experiência da vida acadêmica e, em especial, a Alexandre Agnolon, Cláudia Maria das Graças Chaves, Emílio Maciel, Fábio Faversani, Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, Matheus Henrique de Faria Pereira, Sergio Ricardo da Mata, e Valdei Lopes de Araujo.

Também gostaria de agradecer aos professores presentes na qualificação de mestrado desta pesquisa, Marco Antonio Silveira e Sérgio Alcides, por todos seus eruditos comentários, pela sagacidade de sua leitura, pela clareza da exposição e, principalmente, pela duradoura impressão que deixaram como modelo de atuação intelectual e acadêmica.

Aos professores do curso de graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial Temístocles Américo Correa Cezar e Mara Cristina de Matos Rodrigues, cujos principais ensinamentos escapam em muito às fronteiras acadêmicas.

Aos amigos feitos em Mariana, Dalton Sanches, Gabriel Antunes Conselheiro Campos, Giorgio de Lacerda Rosa, Mauro Franco, Piero Detoni, Sarah Azevedo, Tauãna Terra, assim como aos amigos feitos no curso de graduação, em especial, Dênis Renan “Classe Média” Correa, Iuri Bauler Pereira, Marcos Schulz, Vicente Pithan Burzlaff e Vitor Claret Batalhone Jr e, particularmente, a Eduardo Wright Cardoso, parceiro tanto do mundo marianense quanto do portoalegrense.

Às amigas de longa data renovadas, em especial a Nanã Parú Quintela Pombo, Rodrigo Camargo e Vitor Lopes Leonardi; aos “cobrões” Antônio Xerxenesky, Bruno Cobalchini Mattos, Diego Amorim, Fernando Silva e Silva e Tiago Nobre de Souza; aos amigos feitos durante a 8ª Bienal do Mercosul; a Nei Nordin, que de professor passou a colega e sem cujas aulas eu não teria seguido com tanto gosto este caminho; e também a Claudia Stempkowski, sem cuja companhia durante um longo período desta pesquisa resultaria num trabalho totalmente diverso.

Por fim, a meus pais, pela paciência, pelo apoio e pela capacidade de se adaptar às

mais variadas circunstâncias oferecendo sempre um porto seguro a este trabalho, e a meu irmão, Marcio, sem cujas constantes discussões eu não teria descoberto um constante e sempre desafiador parceiro intelectual.

O trabalho de pesquisa muitas vezes é feito em condições solitárias. Compreender uma agremiação historiográfica e retomar a lista de todos que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a continuação deste percurso nos últimos dois anos serve para lembrar que, na verdade, nunca estamos sozinhos.

SUMÁRIO

Introdução	10
Venturas e infelicidades	13
As dissertações no panorama das letras coloniais	16
Crítica e retórica em nova chave	19
1. A condição letrada	25
A lira destemperada	27
<i>Teorias e preceitos da atuação letrada</i>	34
Academias e agremiações na Europa moderna	44
<i>As academias em seus contextos</i>	45
<i>De República a Monarquia das Letras</i>	51
O século das Luzes na colônia	62
<i>Espaço público e reuniões acadêmicas na Bahia colonial</i>	65
<i>Contendas e disputas</i>	75
2. Historiografia retórica e erudita	84
Deleitar e instruir	86
<i>A erudição como critério de diferenciação</i>	90
<i>De história a panegírico</i>	96
Entre a pena e a lima	101
<i>Memoristas e historiadores</i>	104
O suave e o contencioso	112
As (antigas) leis da história	119
<i>Verdadeira narração das coisas passadas...</i>	122
<i>...decorosamente referidas...</i>	128
<i>...segundo a série dos tempos em que sucederam</i>	133
3. Crítica: remédio ou veneno?	142
A crítica está em todo lugar	145
<i>Uma pequena metanarrativa de desenvolvimento disciplinar?</i>	146
<i>Testemunho e autoridade na historiografia luso-brasílica</i>	156

<i>Verdade, prova e argumentação</i>	165
O demônio da crítica	169
<i>Sem consequência de ânimo e gênio contencioso</i>	176
A barroca vertigem	182
<i>Tradição e incerteza</i>	184
<i>Crítica e agudeza</i>	192
Considerações finais	199
Bibliografia	202
Fontes manuscritas	202
Fontes impressas	202
Obras secundárias	206
Anexos	220
I - Academias histórico-literárias no Império português (1710-1760)	221
II - Sumário das dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos	222
III - Conferências celebradas pela Academia Brasílica dos Esquecidos	224
IV - Listagem dos poemas acadêmicos de autoria de seus membros fundadores	226

É uma revelação cotejar o Dom Quixote de Menard com o de Cervantes. Este, por exemplo, escreveu (Dom Quixote, primeira parte, capítulo IX):

...a verdade, cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

Redigida no século XVII, redigida pelo “ingenio lego” Cervantes, essa enumeração é um mero elogio retórico da história. Menard, em contrapartida, escreve:

...a verdade, cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

A história, mãe da verdade, a idéia é assombrosa.

JORGE LUIS BORGES, “Pierre Menard, escritor do Quixote”

(...) consultar algunos libros, y discutir, con él y con el fantasma cada día más vivo de Pierre Menard, la validez de muchos párrafos repetidos.

ROBERTO BOLAÑO, *Estrella distante*

INTRODUÇÃO

No dia 21 de janeiro de 1725, os membros da Academia Brasileira dos Esquecidos se reuniram para sua décima sétima e penúltima conferência. Talvez por causa do tema da oração proferida por José Pires de Carvalho, a qual versava sobre o riso e a prática do cômico, o segundo dos temas que compunham o certame literário daquele dia foi definido como *um cego trazendo às costas um coxo, que o governava com a vista, ajudando-se reciprocamente para comodidade de ambos*.¹ O assunto para poesia mereceu variadas respostas, conforme os membros da Academia tentavam fazer frente ao inusitado do tema. Jorge da Silva Peres, em poema jocosório, tratou de forma irônica a eleição do tema e o próprio ofício de versificá-lo:

*Quem pensara Senhores, que algum dia
dera em ser Hospital a Academia!
Quanto a mim, eu confesso ingenuamente
que nela nunca entrou tão fraca gente.
(...)
que querem pois que eu diga?
Estando este Ateneu em tal fadiga,
senão que lhe chegou a sua hora
de hospitalizar-se por agora.*²

E, tendo dado olhos ao cego e pés ao coxo, fazendo-os caminhar “com toda a bizzarria”, perguntam-se as duas personagens do poema:

*(...) quem tal crera,
que fazer um Poeta isto pudera?
Mas ele tanta e tal licença toma,
que fará mais milagres que Mafoma.*³

Na opinião das personagens, a *bizzarria* que os caracteriza e a força que os anima só pode, portanto, ser devida à licença do próprio poeta, que em sua “Silva joco-séria” utiliza-a quase beirando a blasfêmia. A abordagem irônica assunto poético e a representação dos dilemas dos acadêmicos em tratá-lo transparecem também no *romance*⁴ de André de Figueiredo e

¹ José Aderaldo CASTELLO, *O movimento academicista no Brasil, 1640-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo IV, p. 192. As citações aos textos da Academia Brasileira dos Esquecidos, salvo aquelas referentes à dissertação de Inácio Barbosa Machado, são feitas a partir das transcrições oferecidas por José Aderaldo Castello e sua equipe, editadas na coletânea intitulada *O movimento academicista no Brasil*, cujos três volumes cobrem – respectivamente – a Academia dos Esquecidos e outras agremiações, os atos e sessões acadêmicas e as celebrações coloniais. A publicação da coletânea está ligada aos esforços de revalorização do barroco literário brasileiro em meados do século, assunto que exploraremos mais adiante nesta introdução. Como já afirmaram István Jancsó e Iris Kantor, trata-se de obra inestimável para a divulgação da cultura letrada no Brasil colônia; István JANCSÓ; Iris KANTOR, “Falando de festas”, in *Festa – Cultura e Sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: EdUSP, 2001, vol. I, p. 10.

² *Idem*, p. 198.

³ *Idem*, p. 199.

⁴ Por *romance*, aqui, não se deve entender seu sentido moderno de narrativa em prosa, embora seja uma forma poética relativamente próxima a esta última. Segundo Rafael Bluteau, romance “Tambem he certa casta de versos, que por ser muyto vulgar, & por parecer prosa se chama assim; naõ tem consoantes, & antigamente só se escrevia em Romances, o que se escrevia em prosa, como Histórias”, Raphael BLUTEAU,

Mascarenhas, no qual, após narrar o ardil de Anquises, pai de Enéas, para escapar do incêndio que assolou sua moradia, afirma:

*Não devia ser letrado
Quem deu o assunto por certo
Pois que tão maldito assunto
Não tem nada de direito.*

*Fez-me andar às palpadelas
Com ter bom entendimento,
Tropeçando como coxo,
E apalpando como cego.⁵*

Segundo Carlos Eduardo Mendes de Moraes, o refletir sobre a própria escrita, ainda que em breves passagens, era característico da Academia dos Esquecidos;⁶ dessa forma, o cego e o coxo, transformados em tópica, fornecem ao acadêmico duas imagens para que reflita sobre seu próprio ofício, pois se os membros da Academia dos Esquecidos se colocavam a tarefa de lustrar seus engenhos poéticos e de dissertar e disputar acerca da história do Brasil – duas tarefas que, por vezes se confundiam –, não deixavam de fazê-lo de forma claudicante. A fecundidade do assunto poético, dessa forma, fornece aos acadêmicos uma imagem especular – invertida e distorcida – de si mesmos, pois Mascarenhas completa:

*Foi grande basbaque o coxo,
E o cego muito mais néscio,
Fossem se ter co'um letrado,
Que elas teriam remédio.*

*Porque logo ao seu letrado
Iria com vista o cego,
E em breve horas veria
Esgotado o seu dinheiro:*

*(...)
Por isso tantos milagres
Nesta terra, e noutras veremos:
Iro anoitecer um letrado,
E amanhece feito um Cresso.⁷*

Na (má-)sorte do cego e do coxo, André de Figueiredo e Macarenhas vê espelhado o prestígio e o valor que se atribuíam aos letrados na corte do vice-rei, na qual se reuniam.⁸ Não deixa de

Vocabulário Portuguez, & Latino. Lisboa: Na Officina de Pascoal da Sylva, 1720, vol. II, p. 366, ou seja, *romance* é forma poética de verso relativamente livre, tema “histórico” e escrita em língua vulgar. Para uma pequena problematização da genealogia do termo *romance*, ver, entre outros, o primeiro capítulo de Jacyntho Lins BRANDÃO, *A invenção do romance: Narrativa e mimese no romance grego*. Brasília: Editora UnB, 2005.

⁵ CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., vol. I, tomo IV, p. 194.

⁶ Carlos Eduardo Mendes de MORAES, *A Academia Brasileira dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil colonial*. São Paulo: FFLCH-USP, 1999, tese de doutoramento, vol. I, p. 19.

⁷ CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., vol. I, tomo IV, pp. 194-195.

⁸ O que permite pensar que, dada a matéria poética, pertencente ao gênero *baixo*, seu *romance* possui uma natureza satírica: a representação distorcida – até mesmo exagerada, veja-se a hipérbole presente na

ser um tratamento irônico, quase nos limites do decoroso, aquele oferecido por Mascarenhas, uma vez que se a diminuição do próprio talento e a escrita por obrigação de servir ao vice-rei eram passagens quase obrigatórias dos elogios acadêmicos, estes dois elementos explicitavam os constrangimentos ao que o cômico se sujeitava:

[Será]⁹ boníssima, e eterna Lei guardar as Leis do decoro da conversação civil; considerando: quais graciosidades se dizem; quem as diz; a quem se dizem. Estas são três regras gerais, que deve aplicar o homem judicioso a qualquer decisão, ou congresso particular.¹⁰

Torna-se claro, então, que a figura do cego e do coxo ajudando-se reciprocamente poderia ser apropriada de outras formas – mais decorosas – para a matéria poética. É recorrente a noção de que, andando juntos, “Com lucro comum de dois,/faziam maior o ganho”,¹¹ ou seja, de que unidos, os homens podem superar as adversidades da natureza e as fatalidades da fortuna, como no epigrama do secretário da Academia, José da Cunha Cardoso:

*Todos têm (e eu não o nego)
Por trivial e corrente
Que implica naturalmente
Ande um coxo, e veja um cego.*

*Porém destes dois a empresa
Se a idéia não me engana,
Nos faz crer que a indústria humana
Pode mais que a natureza.¹²*

Por fim, a ajuda mútua prestada pelo cego e pelo coxo reforça também a transmissibilidade da experiência humana e a conversibilidade entre os sentidos, pois se com as pernas do cego pode o coxo andar, mais importante é que da boca do coxo o primeiro pode acessar a realidade, a qual, até então, não se lhe descortinava:

*Camparam por várias partes,
e o cego se satisfez
das informações do coxo
que largamente lhe deu.*

*Posto que o costal pisado,
lhe podia descrever;
que a experiência não falta:
pois de tudo mestra é.*

*(...)
Não me venha com finezas,*

comparação do letrado com Crespo, rei lídio que adquiriu, na tradição clássica, estatuto mitológico por sua riqueza e liberalidade – significariam a identificação de um vício e, considerando-se a função da sátira, a reiteração de um modelo ideal já existente, como já trabalhou extensivamente João Adolfo HANSEN, *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. Agradeço a Alexandre Agnolon e Eduardo Sinkevisque pela sugestão.

⁹ Interpolação presente na transcrição de José Aderaldo Castello e sua equipe.

¹⁰ CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., vol. I, tomo IV, p. 164.

¹¹ *Idem*, p. 206.

¹² *Idem*, p. 192.

*por usar dos vossos pés,
que isto é nada para mim,
que os mesmos olhos lhe dei.*¹³

Até aqui a leitura dos poemas que giram em torno ao cego e ao coxo nos ajudou a revelar diferentes dimensões do labor acadêmico. Os membros da Academia dos Esquecidos pensavam-se como letrados, compunham poesias, disputavam assuntos, referendavam ou discordavam (em muito menor proporção) as opiniões correntes à sua época, entre outras possíveis leituras. Os diferentes entendimentos que podem ser feitos de uma mesma produção literária utilizando uma tópica comum tem como corolário a irredutibilidade dos textos acadêmicos a um só esquema interpretativo fornecido de antemão; todavia é preciso alguma chave de leitura para acessar os textos transmitidos sob o nome da Academia dos Esquecidos. Nesse sentido, gostaria de me apropriar da imagem do cego e do coxo como *emblema*¹⁴ a partir do qual refletir acerca das interrelações entre procedimentos retóricos de escrita e operação críticas efetuadas pelos acadêmicos em suas *dissertações históricas*. Crítica e retórica, como o cego e o coxo da poesia, ao invés de se excluírem, ajudam-se, fornecendo aos acadêmicos os meios de se elevarem, pela arte, acima da natureza, tornando compreensível a história que lhes escapa por ser pregressa. Para defender a validade da tópica e compreender de que modo ela pode ser um meio de acesso aos textos aqui estudados, é preciso conhecer um pouco mais o que era a Academia dos Esquecidos.

Venturas e infelicidades

Cerca de dez meses antes da conferência onde o cego e o coxo fizeram sua aparição, no começo de março de 1724, sete destacados membros da sociedade baiana da época acederam à convocação de Vasco Fernandes César de Meneses, então governador geral do Brasil, para se reunirem em seu palácio. Gonçalo Soares da Franca, Caetano de Brito e Figueiredo, Luís de Siqueira da Gama, Inácio Barbosa Machado, Sebastião da Rocha Pita, João de Brito e Lima e José da Cunha Cardoso, os sete convocados, foram informados da intenção do governador geral de instituir uma academia “para dar a conhecer os talentos que nesta província florescem, e por falta de exercício literário estavam como que desconhecidos”, ao que os sete membros de seu pequeno mas seletivo auditório, ouvindo a resolução, a “abraçaram uniformes”, considerando-a

(...) como filha de tão excelente e generoso espírito; e com seu beneplácito escolheram por empresa o Sol com esta Letras *sol oriens in occiduo*,¹⁵ assentando entre si com louvável modéstia intitular-se

¹³ *Idem*, pp. 203-204.

¹⁴ *Emblema* ou *empresa*, refiro-me aqui ao gênero dos símbolos compostos por uma imagem e uma sentença, cuja função normalmente era exprimir uma regra de vida ou um projeto pessoal do portador. Representante máximo de uma concepção *aguda* de linguagem, as *empresas* eram um resumo letrado e imagético de um pensamento ou, em linguagem da época, um conceito, cf Robert KLEIN, “A teoria da expressão figurada nos tratados italianos sobre as *imprese*”, in *A forma e o inteligível*. São Paulo: EdUSP, 1999, pp. 117-139.

¹⁵ Que se traduz por “o Sol nasce no Ocidente”; para além da metáfora geográfica, pode-se pensar, tendo

os Esquecidos.¹⁶

E, para além do nome da agremiação e do dístico que ela ostentaria, cada um destes sete integrantes escolheu um nome pelo qual se identificariam em suas conferências. Franca passou a ser o acadêmico *obsequioso*; Figueiredo, o *nubiloso*; Gama, o *ocupado*; Machado, o *laborioso*; Rocha Pita, o *vago*; Brito e Lima, o *infeliz*; e Cardoso, o *venturoso*. O governador-geral decidiu também apontar o acadêmico *venturoso* como secretário da Academia e presidente da primeira conferência, cuja data ficou marcada para o dia 23 de abril seguinte, oitavo após a Páscoa. Começavam os trabalhos da Academia Brasília dos Esquecidos.

As reuniões acadêmicas seriam realizadas quinzenalmente e cada uma delas seria aberta pelo discurso de um presidente escolhido na sessão anterior, o qual normalmente era um nome de fora da Academia.¹⁷ À oração do presidente seguiam-se os certames literários, aceitos na agremiação “em obséquio dos engenhos poéticos”.¹⁸ Distribuía-se dois assuntos, um *heróico*, outro *lírico*,¹⁹ ao qual os acadêmicos tinham de desdobrar seus engenhos no desempenho das mais variadas formas poéticas. Decidiu-se, contudo, que para a primeira reunião não seriam designados assuntos específicos, sendo a conferência dedicada integralmente ao louvor do vice-rei, patrono e instituidor da agremiação, e à publicação do “desterro daquelas sombras”, expondo “aos olhos do mundo o esplendor desta Academia”.²⁰

Embora a maior parte do legado acadêmico, compilado quase integralmente nos primeiros cinco tomos da coletânea documental *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*, organizada por José Aderaldo Castello, seja composto por obras poéticas e oratórias, na reunião que tiveram com o governador-geral os acadêmicos escolheram como “matéria principal de seus estudos a História brasílica, dividida em quatro partes”, quais sejam, militar,

em vista o patrocínio do vice-rei, que o dístico – ou *empresa* – faria referência ao governo de Meneses na Ásia, de modo que por sua atenção ao Estado do Brasil se alçaria ao mesmo patamar que o da Índia. Essa interpretação poderia ser corroborado pela oração e pelo primeiro assunto poético da décima quarta reunião, feita em 12 de novembro de 1724, ambos dos quais versavam sobre a atuação do vice-rei na Índia, tendo sido o assunto poético definido como *o Estado do Brasil contendendo com o da Índia sobre qual deve mais ao governo do Excelentíssimo Senhor Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses*, CASTELLO, *op. cit.*, vol. I, tomo III, p. 317. Para um exame das vontades políticas no interior do Império lusitano com relação à formação das agremiações históricas, ver Iris KANTOR, *Esquecidos e Renascidos – Historiografia Acadêmica Luso-Brasílica 1724-1759*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

¹⁶ CASTELLO, *O movimento academicista*, *op. cit.*, vol. I, tomo I, p. 3.

¹⁷ Uma listagem dos presidentes e dos assuntos poéticos pode ser encontrada no anexo II a esta dissertação.

¹⁸ *Idem*, p. 4.

¹⁹ Entenda-se lírico não como o poema de temática mais pessoal ou subjetiva, mas sim de verso mais livre e tema menos histórico; da mesma forma, heróico refere-se ao decassílabo com cesura na sexta e na décima sílabas, tipo de métrica que, por seu caráter marcial e solene, foi muito utilizado na poesia épica, cf. Thissiane FIORETTO, *Retórica e Argumentatio – Uma disputa entre Mem de Sá e Cururupeba*. Assis: Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 2005, dissertação de mestrado, p. 18. Além destes dois temas, todas as sessões registram poemas em louvor ao presidente antes de se passar aos certames.

²⁰ “Oração, com que na dominica in Albis e vinte, e três de abril deste ano de 1724 abriu a Academia Brasília o Doutor José da Cunha Cardoso”, in CASTELLO, *O movimento academicista*, *op. cit.*, vol. I, tomo I, p. 7.

política, natural e eclesiástica.²¹ Designou-se, respectivamente, o *laborioso* juiz de fora Inácio Barbosa Machado, o *ocupado* desembargador Luís de Siqueira da Gama, o *nubiloso* chanceler Caetano de Brito e Figueiredo e o *obsequioso* reverendo Gonçalo Soares da Franca para a escrita de quatro dissertações, as quais versariam sobre a história e natureza brasílicas.²²

Não se sabe os critérios utilizados para escolher quem seriam os quatro *mestres da história* da Academia dos Esquecidos, e apenas os acadêmicos *laborioso*, *nubiloso* e *vago* haviam se ocupado anteriormente da historiografia em alguma de suas diversas formas. De qualquer maneira, as dissertações se colocavam como objetivo “expressar clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão”²³ e tinham como meio a *disputa*, conceituada por Rafael Bluteau como uma espécie de “Contenda” que se realiza “por palavras, ou por escrituras, com que se prova alguma cousa, ou se refuta as razões em contrario”.²⁴ Trata-se, segundo o lexicógrafo, de um “Discurso, ou Tratado científico sobre alguma materia ou questão”²⁵ e os acadêmicos se valeriam das dissertações para refletir, disputar e resolver diversos pontos obscuros relacionados ao entendimento da natureza e da história brasílicas.

Luís de Siqueira da Gama, em suas dissertações sobre a verdade na história política do Brasil, trataria de uma ampla gama de assuntos, versando desde sobre se os indígenas possuíam ou não política até aspectos da administração portuguesa no Brasil, tais como se a pena de prisão imposta por Mem de Sá ao líder indígena Cururupeba fora ou não justa, se os indígenas deveriam ser governados por seus naturais ou por estrangeiros ou, noutro caso, se fora benéfica a política de redução dos nativos a aldeamentos. Era apenas natural que muitas das dissertações tratassem dos indígenas, e os acadêmicos *nubiloso* e *obsequioso* abordaram o problema de sua origem. Caetano de Brito e Figueiredo também se ocuparam da contagem das estrelas e constelações que se percebe nos céus brasílicos, do clima desta quarta parte do mundo, das aves que nela habitam assim como dos insetos voadores que dificultavam a vida dos portugueses no Brasil. Já Gonçalo Soares da Franca, por sua vez, tratara não apenas da origem dos indígenas mas também se perguntara se eles possuíam qualquer tipo de lei ou se receberam a visita do apóstolo São Tomé; na segunda parte de suas dissertações, o acadêmico também oferece um catálogo das igrejas e paróquias estabelecidas no Brasil. Por fim, Inácio Barbosa Machado se perguntaria se antes da chegada dos portugueses houvera já guerras

²¹ CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., vol. I, tomo I, p. 3.

²² Os demais membros desse núcleo principal da Academia tinham as ocupações de coronel e capitão, respectivamente, para Sebastião da Rocha Pita e João de Brito e Lima, e ouvidor-geral, para José da Cunha Cardoso, CASTELLO, *op. cit.*, 1969, vol. I, tomo I, p. 3. A ocupação de Cardoso não é referida nem na *Notícia da fundação* da Academia tampouco na bibliografia subsequente, tendo sido inferida a partir de documentação do Conselho Ultramarino disponível no acervo do Projeto Resgate, na Fundação Biblioteca Nacional, AHU_ACL_CU_005, Cx. 18, D. 1614, datada de 22 de setembro de 1723.

²³ Luís de Siqueira da GAMA, “Dissertações altercadas e resolutas para melhor averiguação da verdade na história do Brasil”, in CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., vol. I, tomo V, dissertação I, p. 13 (doravante indicarei apenas o autor, o nome da obra – já que os Esquecidos escreveram mais do que apenas as dissertações –, o número da dissertação e a página; como indiquei acima, o tema tratado por cada dissertação individual pode ser encontrado em anexo ao final deste trabalho).

²⁴ BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez, & Latino*, op. cit., vol. 3, p. 250.

²⁵ *Idem*, vol. 9, p. 322.

em solo brasílico, trataria dos feitos do governando Mem de Sá contra os indígenas, assim como procuraria estabelecer a prefiguração do descobrimento do Brasil na Escritura Sagrada; ele também acabaria por refutar Gonçalo Soares da Franca a respeito da data deste mesmo evento.²⁶

Longe de exaustiva, a listagem acima demonstra a amplitude dos temas trabalhados pelos acadêmicos em suas dissertações. Para realizá-las, eles também se engajaram em frequentes discussões a respeito da escrita da história, discussões que iam do uso correto das diferentes fontes até mesmo se a composição das dissertações obedece aos mesmos preceitos dos demais gêneros históricos. A proximidade entre retórica e crítica deriva da própria constituição do texto dissertativo, que em matéria de escrita se enquadra numa economia do discurso governada pela retórica mas, a respeito dos debates historiográficos de sua época, utiliza-se da crítica – textual, documental – para alcançar suas resoluções. Porém também há muito de *retórico* em toda a argumentação *crítica* feita pelos acadêmicos, assim como existe muito da *erudição histórica* em toda a destreza acadêmica em enumerar preceitos, princípios e autores que trataram da *retórica* da escrita da história. As dissertações apresentam, portanto, uma síntese dos dilemas colocados à historiografia numa época em que esta atividade está em franca expansão.

Apesar do entusiasmo de Inácio Barbosa Machado, que expressava o desejo ao término de suas dissertações que as conferências acadêmicas fossem continuadas “nos anos futuros”, no dia 2 de fevereiro de 1725 a Academia Brasílica dos Esquecidos celebrou sua décima-oitava e última conferência. Que problemas podem nos revelar o estudo destas breves reuniões e volumosas dissertações?

As dissertações no panorama das letras coloniais

A passagem do século XVII para o XVIII foi marcada por intensos debates acerca da escrita da história. O desafio do ceticismo histórico, o desenvolvimento dos métodos de crítica documental erudita – em especial os estudos bíblicos e da diplomática – e o surgimento de novos gêneros e formas historiográficas, como as *memórias históricas*, as *novelas* e as *gazetas*, indicam a existência de um contexto onde a crise da própria possibilidade do conhecimento histórico abre espaço à abertura de novas frentes e meios de investigação. Apesar das dificuldades que surgiam, trata-se de um contexto plural e diverso, cuja importância para a história da historiografia já foi mais do que reconhecida; que essa história, contudo, tenha sido escrita sem reconhecer a contribuição ou, ao menos, perceber a incidência dos mesmos debates nos meios letrados ibero-americanos não é algo que deva causar demasiada surpresa, pois não se costuma associar pluralidade e diversidade ao Portugal e Espanha da Contra-Reforma.²⁷

²⁶ Pode-se encontrar uma listagem dos temas tratados nas dissertações no anexo II a este estudo.

²⁷ Os trabalhos de Jorge Cañizares-Esguerra vêm tentando desfazer esta distorção, em especial no artigo “Entangled Histories: Borderland Historiographies in New Clothes?”, in *American Historical Review*, June 2007, pp. 787-799 e no livro *How to Write the History of the New World: Histories, Epistemologies, and*

A Academia dos Esquecidos não deixa de ser uma ramificação, ainda que colonial, desses debates. Pela data em que se formou e pela matéria que escolheu, é fácil perceber a proximidade entre a academia brasílica e outras agremiações europeias, em especial a Academia Real da História Portuguesa, criada apenas quatro anos antes, em 1720. Ao longo de três décadas, a Academia Real foi responsável pela publicação de inúmeros volumes de *memórias históricas* e discussões historiográficas, ela avançou a discussão sobre o uso e a prática dos procedimentos eruditos na história da historiografia e ainda que não tenha conseguido realizar seu objetivo principal – escrever uma grande história eclesiástica de Portugal intitulada *Lusitania Sacra* –, a agremiação lisboeta ocupou papel proeminente nas letras portuguesas em inícios de Setecentos, gozou de imenso prestígio social e representou uma legítima apropriação lusa dos problemas e discussões históricas de sua época.²⁸

Todavia os Esquecidos também fazem referência a um círculo acadêmico mais amplo que aquele capitaneado pela Academia Real da História. Era corrente em Portugal a prática de criação de agremiações de caráter literário, tanto na Corte quanto na província,²⁹ nas quais um determinado conjunto de letrados se reunia para discorrer sobre assuntos diversos e participar de certames poéticos. A Academia dos Esquecidos registra, assim, um triplo pertencimento contextual: em primeiro lugar, ao contexto letrado baiano, responsável por uma forte ainda que ambígua produção cultural; em segundo lugar, ao meio acadêmico do Império lusitano, contexto ao qual também pertence a Academia Real da História; por fim, em terceiro lugar, ao contexto de discussões a respeito da história que atravessa a Europa de finais do XVII e inícios do XVIII e que encontra nas academias e congregações religiosas um de seus principais locais de realização. Para o presente estudo, é preciso considerar a Academia dos Esquecidos como resultado do entrecruzamento das demandas destes três contextos – e uma rápida passagem pelo que a bibliografia sobre os Esquecidos tem a oferecer pode revelar a dimensão da empreitada a ser perseguida.

As primeiras apropriações críticas da Academia dos Esquecidos oscilam entre a

Identities in the Eighteenth-Century Atlantic World. Stanford: Stanford University Press, 2001; discutirei com maior atenção sua proposta ao longo do primeiro capítulo e da terceira seção do último capítulo deste estudo.

²⁸ Para uma apreciação da Academia Real da História Portuguesa, ver Joaquim Veríssimo SERRÃO, *A historiografia portuguesa – Doutrina e crítica*. Lisboa: Verbo, 1974, vol. III; Norberto Ferreira da Cunha, *Elites e acadêmicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2001; Isabel Ferreira da MOTA, *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico*. Coimbra: Minerva, 2004; João Paulo MARTINS, *Política e História no Reformismo Ilustrado Pombalino (1750-1777)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2008, dissertação de mestrado; e também Renato Luiz Bacellar CAJUEIRO, *Letrados d’El-Rey: os conselhos da história e o poder real em Portugal na primeira metade do século XVIII*. Niterói: ICHF/UFF, 2009, dissertação de mestrado.

²⁹ João PALMA-FERREIRA, *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982, e, especialmente sobre a relação entre os salões e as *salinhas* provincianas, ver João de FIGUEIRÔA-REGO, *Reflexos de um poder discreto: discurso acadêmico, saberes e práticas sociais em Portugal setecentista em torno dos Códices de Dom Flaminio*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2008. Tratarei da relação da Academia dos Esquecidos com os contextos acadêmicos luso-brasilícos no primeiro capítulo.

condenação de seu “espírito fútil” e sua “incontinência tropológica” e o reconhecimento de que seus membros são “benemeritos da pátria”, por escreverem em época tão recuada, na qual o sentimento da nacionalidade apenas com muita dificuldade conseguia se expressar.³⁰ A tentativa de adequar a Academia dos Esquecidos à narrativa de formação da literatura nacional colocava-a invariavelmente em posição desvantajosa no panorama deste processo e não foram incomuns os juízos negativos a seu respeito.³¹ Apenas nas décadas de 1950 e 1960 passou-se à tentativa de compreender a produção acadêmica – e toda aquela do *barroco* –³² como uma contribuição positiva à formação da literatura nacional.³³ No conjunto, porém, até época recente pode-se concordar com o juízo de Isabel Ferreira da Mota segundo o qual as academias haviam sido objeto sobretudo de historiadores da literatura.³⁴

Não se trata de inventariar todas as referências à Academia dos Esquecidos dispersas pela literatura sobre as letras coloniais, mas sim de entender alguns dos parâmetros segundo os quais foram compreendidas. Dessa forma, um tanto quanto uma reação ao modo como era entendida a produção literária colonial foi o surgimento de uma série de estudos na esteira das reflexões de João Adolfo Hansen e Alcir Pécora³⁵ que procura compreender os critérios segundo os quais as obras acadêmicas foram escritas e recebidas.³⁶ Estes estudos representaram um grande avanço no entendimento dos condicionantes retórico-literários e das concepções trabalhadas pelos autores no período que se abre com a Contra-Reforma (segunda metade do Quinhentos) e se finaliza com o advento da Arcádia em meados do Setecentos. Para o presente trabalho, entretanto, pode-se perguntar se o entendimento dos preceitos que governam a escrita acadêmica não acaba por isolá-la dos debates mais amplos a respeito da historiografia existentes na época aqui considerada assim como não

³⁰ Joaquim C. Fernandes PINHEIRO, “Estudo sobre a Academia”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, XXXI, segunda parte, 1868, pp. 5-31.

³¹ Por exemplo, em Ronald de CARVALHO, *Pequena História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Briguier, 1968, e Manuel de OLIVEIRA LIMA, *Aspectos da literatura colonial brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984. Uma avaliação divergente ainda que segundo os mesmos parâmetros está no altamente informativo capítulo dedicado à agremiação brasílica incluso em Pedro CALMON, *História da Literatura Bahiana*. São Paulo: José Olympio, 1949.

³² Para uma história do debate acerca do barroco, ver Guilherme Simões GOMES JÚNIOR, *Palavra peregrina – O barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1998. Para uma conceituação mais precisa da categoria e uma defesa de seu uso, ver nota 33 no primeiro capítulo.

³³ Por exemplo, em Afrânio COUTINHO, *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, e José Aderaldo CASTELLO, *A Literatura Brasileira: manifestações literárias do período colonial*. São Paulo: Cultrix, 1967-1972, 3 vol., além, é claro, de CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit.

³⁴ MOTA, *A Academia Real da História*, op. cit., p. 19.

³⁵ Em especial, HANSEN, *A Sátira e o Engenho*, op. cit., e Alcir PÉCORA, *Teatro do Sacramento: A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. São Paulo: EdUSP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

³⁶ MORAES, *A Academia Brasílica dos Esquecidos*, op. cit.; Eduardo SINKEVISQUE, *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – Introdução a um debate de gênero*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000, dissertação de mestrado; FIORETTO, *Retórica e Argumentatio*, op. cit.; Nilton de Paiva PINTO, *A poesia de Rocha Pita na Academia Brasílica dos Esquecidos*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2007, dissertação de mestrado.

acabam por reforçar a noção do barroco como categoria impenetrável, fechada em si mesma e, por conseguinte, dotando suas produções deste mesmo caráter.³⁷

Por outro lado, a investigação do papel histórico das academias brasílicas tem revelado sua contribuição à formação dos discursos identitários da elite brasílica colonial. Também tem revelado a medida em que essa mesma elite é capaz de se apropriar dos processos em jogo na dinâmica mais ampla do Império lusitano, forjando visões acerca do passado colonial mais adequadas a sua própria experiência e interesses. O seminal livro de Iris Kantor, *Esquecidos e Renascidos*,³⁸ contribuiu para tornar visíveis as academias como ponto de intersecção de interesses diversos e revelou para a historiografia seu valor enquanto objeto de estudos – também o presente trabalho se origina a partir de sua contribuição. Contudo, mesmo o estudo das dissertações em meio às tensões políticas do conturbado Setecentos português pode acabar por deixar de lado muitos dos debates metodológicos relacionados à atividade histórica na época – e apesar da crescente bibliografia a respeito da Academia dos Esquecidos, poucos são os estudos que procuraram integrar estas diferentes perspectivas a respeito do estudo das agremiações brasílicas.³⁹

O presente estudo procura se valer dessas tradições interpretativas das academias brasílicas e, em especial, da Academia dos Esquecidos. Tratam-se de importantes estudos, responsáveis pelo cada vez mais aprofundado conhecimento acerca destes objetos históricos. Todavia a mirada que se busca aqui procura responder a problemas diferentes: quais seriam estes problemas?

Crítica e retórica em nova chave

O objetivo do presente trabalho é compreender as dissertações históricas da Academia dos Esquecidos em seus diversos contextos através do estudo mais detalhado de três configurações nas quais as relações entre crítica, erudição e retórica se fazem mais presentes. A primeira destas configurações é aquela que diz respeito ao contexto de produção letrada na Bahia colonial e ao papel das academias históricas não apenas no Império lusitano mas também na Europa mais ampla. Este primeiro conjunto de questões demonstra como as interações entre a crítica e os modelos retóricos de produção discursiva moldam muito do espaço de atuação possível do historiador acadêmico na época. A segunda configuração é a dos debates relativos à escrita da

³⁷ Uma importante crítica do projeto de apropriação retórico-político-teológica das letras coloniais é feita em Luiz COSTA LIMA, “Comentário à comunicação de João Adolfo Hansen”, in Jayme SALOMÃO (org.), *América: descoberta ou invenção?* Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 363. Ao longo do trabalho, dialogarei constantemente com esta importante área de estudos, afinal compartilhar de uma determinada crítica a alguns de seus pressupostos não significa tornar inválida sua contribuição.

³⁸ KANTOR, *Esquecidos e Renascidos*, op. cit., e também outros trabalhos desta importante autora.

³⁹ A respeito da produção acerca da Academia dos Esquecidos e das academias em geral, ver a bibliografia. Gostaria de destacar apenas a contribuição de Fernando NICOLAZZI, “Entre letras & armas, a história como disputa: considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII”, in *Almanack Braziliense*, São Paulo, número 11, maio de 2010, pp. 40-51, por tratar das dissertações no âmbito da discussão acerca do caráter do conhecimento histórico no século XVIII, questão à qual voltarei ao longo do terceiro capítulo desta dissertação.

história na passagem do século XVII para o século XVIII. O avanço das preocupações eruditas neste período é visto como responsável por deslocar e diminuir a importância da retórica para a historiografia na época. Todavia a contínua interação entre a erudição e os critérios retóricos de composição do texto histórico abrem espaço para descobrir o lugar específico das dissertações em meio à historiografia da época. Por fim, a terceira situação a ser estudada é aquela determinada pela relação entre a crítica e a erudição crítica, conjunto de preceitos metodológicos para averiguação das informações históricas. Estes preceitos, contudo, experienciam um tenso momento em sua existência e as dissertações históricas permitirão perceber como a retórica ainda é importante para o conhecimento do passado humano.

Estas três configurações indicam que a retórica e a crítica estabelecem um complexo relacionamento ao longo da história da historiografia – e demonstram que as dissertações históricas dos Esquecidos podem ser um belo objeto de estudos a partir do qual compreender os desafios colocados à história da historiografia da *primeira modernidade*.⁴⁰ De fato, é à história da historiografia – entre outros campos de estudos, em menor medida – que o presente trabalho procura contribuir – e é em relação a ela que os problemas aqui levantados procuram dialogar.

Segundo Valdei Lopes de Araujo, “A história da historiografia está entre as invenções mais recentes do discurso histórico”, no sentido de que este tipo de pesquisa “parece nascer junto com a consolidação da história como um discurso autônomo no final do século XIX”⁴¹ e, a se acreditar em outro pesquisador do assunto, Horst Walter Blanke, apesar da existência de algumas histórias das histórias nos séculos anteriores e de trabalhos que refletissem sobre os fundamentos do conhecimento e da prática históricas, a área da história da historiografia só teria se configurado quanto da combinação entre estes dois gêneros de estudos, adquirindo, assim, uma “competência teórica”.⁴² O desenvolvimento de uma perspectiva teórica própria para a história coincidiria, dessa forma, com o encontro de um lugar para que ela fosse praticada: os departamentos da renovada universidade oitocentista. Com o perdão do pleonasmo, entendida nestes termos, a história da historiografia se transforma numa história disciplinar da própria disciplina histórica. Disciplina, autonomia epistemológica e modernidade conformam o tripé sobre o qual se assenta a justificativa para esta área de atuação, e embora o escopo de uma história das idéias aplicada à historiografia seja bastante diverso do acima referido,⁴³ percebe-se

⁴⁰ Utilizo a expressão *primeira modernidade* para traduzir a expressão anglo-saxã “early modern”, porém o faço sempre em itálico, uma vez que ainda não bem estabelecida nos meios acadêmicos brasileiros. Como se sabe, em língua inglesa se utiliza *early modern* para designar o intervalo correspondente, *grosso modo*, aos séculos XIV até o XVIII; a noção, portanto, é mais ampla que a categoria de Idade Moderna, de uso mais comum em nosso ambiente intelectual – por vezes, contudo, utilizo ambas como sinônimos para evitar repetição.

⁴¹ Valdei Lopes de ARAUJO, “Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma”, in *Locus*, Juiz de Fora, vol. 12, número 1, 2006, p. 79.

⁴² Horst Walter BLANKE, “Para uma nova história da historiografia”, in Jurandir MALERBA (org.), *A História Escrita*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 27-64.

⁴³ Infelizmente não conheço textos comparando as práticas da *história intelectual* ou *história das idéias* norte-americana (duas áreas que, embora distintas, em grande medida se sobrepõem) e a história da historiografia à *brasileira*, que me parece ser dotada de peculiar força teórica e institucional. Existem, porém, muitas revisões daquele primeiro campo, das quais se destacam, por serem as mais recentes,

que sua avaliação dos historiadores da *primeira modernidade* se faz com um grande débito a uma determinada “metanarrativa de desenvolvimento disciplinar”.⁴⁴ Não se trata de desfazer os laços que unem o estudo aqui feito a esta perspectiva teórica, em tudo válida para narrar a constituição da disciplina histórica, porém se pode perguntar como encontrar uma brecha nesta mirada para o estudo de obras e autores que se situam *antes* da formação da prática histórica moderna e que desafiam a auto-imagem do historiador sendo tão claramente dependentes dos condicionantes políticos e religiosos da época em que escrevem. Isso nos leva ao segundo problema.

Em meados do século XX, a retórica apareceu como elemento corrosivo das tramas disciplinares instituídas. Contra as pretensões científicas de confeccionarem saberes autônomos frente às pressões sociais, por volta das décadas de 1960 e 1970 foi emergindo a consciência de que as ciências eram práticas enredadas numa teia de poderes e sujeitas, em seu desenvolvimento histórico, às mesmas dinâmicas da sociedade da qual, afinal, não se apartavam. Esse mesmo contexto viu emergir os desdobramentos da investigação acerca da própria natureza da linguagem e dos fundamentos das divisões discursivas modernas, desdobramentos que procuraram deslegitimar a separação entre história e os discursos ficcionais e a suposta idoneidade do discurso científico.⁴⁵ O chamado *linguistic turn* trouxe a atenção para a construção do texto histórico e o contínuo debate que suscitou demonstra o mérito das questões por ele levantadas. O esgotamento de algumas de suas premissas, entretanto, pode levar ao questionamento de sua importância para a transformação das práticas do “historiador ordinário”,⁴⁶ de modo que se pode lançar a pergunta: porque seria importante lembrar desta discussão para o estudo da historiografia da *primeira modernidade*, ainda mais em sua variante acadêmica e luso-brasileira?

Uma das respostas ao avanço da retórica sobre a historiografia foi a valorização do *método* e da “checagem da evidência”.⁴⁷ Como já lembrara Arnaldo Momigliano a respeito da obra de Hayden White, o crítico norte-americano parece ter eliminado a busca da verdade como objetivo do trabalho do historiador e, com isso, aproximado perigosamente a história

Donald R. KELLEY, *The Descent of Ideas – The History of Intellectual History*. Aldershot: Ashgate, 2002, e Anthony GRAFTON, “The History of Ideas: Precept and Practice, 1950-2000 and Beyond”, in *Worlds Made By Words – Scholarship and Community in the Modern West*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2009, pp. 188-215, originalmente publicado em *Journal of the History of Ideas*, vol. 67, n. 1, 2006, pp. 1-32. Remeto à bibliografia para outros textos problematizando o campo.

⁴⁴ Mark Salber PHILLIPS, *Society and Sentiment – Genres of Historical Writing in Britain, 1740-1820*. New Jersey: Princeton University Press, 1999, p. 9.

⁴⁵ Entre outros, ver Roland BARTHES, “El discurso de la historia”, in *El susurro de la lenguaje*. Barcelona: Paidós, 1987, p. 163-177, e Hayden WHITE, “O texto historiográfico como artefato literário”, in *Trópicos do discurso: ensaios de crítica da cultura*. São Paulo: EdUSP, 2001, pp. 97-116. Para uma bela síntese a respeito das relações entre historiografia e retórica nas últimas décadas, ver Paul RICOEUR, *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

⁴⁶ Joseph M. LEVINE, *The Autonomy of History – Truth and Method from Erasmus to Gibbon*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999, p. XII, nota 10.

⁴⁷ Carlo GINZBURG, “Checking the Evidence: The Judge and the Historian”, in *Critical Inquiry*, vol. 18, n° 1, 1991, pp. 79-92.

de gêneros para os quais “o controle da evidência é opcional, e não compulsório”.⁴⁸ Se a distinção entre afirmações falsas e verdadeiras é certamente importante, por acaso não se reduz consideravelmente o espectro da verdade histórica quando esta passar a responder apenas pelo método? Em um de seus livros mais recentes, Luiz Costa Lima chamou a atenção para o fato de que, mesmo hoje, a atenção aos aspectos linguísticos do discurso historiográfico lança a suspeita de uma distorção da realidade, como se esta se mantivesse como fiador impassível da representação histórica. Com isso, esquece-se que

O cuidado com a construção textual pressupõe, que já não se toma a linguagem como simples modo de referência de conteúdos factuais. Preocupar-se com a construção do texto não supõe considerar-se a verdade (*alétheia*) uma falácia convencional; a procura de dar conta do que houve e porque assim foi é o princípio diferenciador da escrita da história. (...) [a] *alétheia* não se esgota no plano da factualidade.⁴⁹

A situação seria de fato mais facilmente resolvida se o estudo do texto histórico realmente se opusesse à preocupação com a verdade e/ou com a verificação das afirmações do historiador. No presente trabalho, a ênfase no texto enquanto objeto não significa, portanto, deixar de lado os debates acerca dos demais procedimentos que constituem o trabalho do historiador; pelo contrário, o que se busca aqui é alargar a noção de um *método* para incluir também a escrita, a chamada composição literária do discurso histórico. A respeito disso, os historiadores da *primeira modernidade* poderiam muito bem nos ensinar que este aspecto nunca era relegado a segundo plano.

Por outro lado, a bibliografia sobre as letras coloniais tem transformado a retórica num conceito de alto valor instrumental ao colocar em foco as codificações e preceituações elaboradas por manuais e tratados relativos à composição dos diversos gêneros. Esses estudos denotam a compreensão da retórica enquanto uma “estrutura de inteligibilidade”, segundo a expressão do historiador da literatura francês Marc Fumaroli, porém “uma estrutura viva, suscetível de uma tradição evolutiva no tempo”.⁵⁰ Todavia é a própria morte da retórica em algum momento do processo de constituição da modernidade que a transforma – ainda que transfigurada – num importante instrumento de trabalho para o estudioso moderno.⁵¹ Que instrumento seria esse?

⁴⁸ Arnaldo MOMIGLIANO, “The rhetoric of history and the history of rhetoric: On Hayden White’s tropes”, in *Contemporary Criticism*, Cambridge, vol. 3, 1981, p. 261. Segundo Anthony Grafton, considerações acerca do processo de escritura da história e do *estilo* eram fundamentais ao pensamento de Momigliano até o encontro com a reflexão de Hayden White, cf. Anthony GRAFTON, “Momigliano’s Method and the Warburg Institute: Studies in his Middle Period”, in *Worlds made by Words*, op. cit., p. 236. Considerar esses aspectos como relativos apenas ao estilo, entretanto, já demonstra algumas das características daquela teorização. Para um relato mais circunstanciado das opções disponíveis a Momigliano e das escolhas por ele feitas, ver Peter N. MILLER, “Introduction: Momigliano, Antiquarianism, and the Cultural Sciences”, in Peter N. MILLER (org.), *Momigliano and Antiquarianism: Foundations of the Modern Cultural Sciences*. Toronto: University of Toronto Press, 2007, pp. 3-65, assim como os demais capítulos deste importante livro.

⁴⁹ Luiz COSTA LIMA, *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 37.

⁵⁰ Marc FUMAROLI, *L’âge de l’éloquence – Rhétorique et “res litteraria” de la Renaissance au seuil de l’époque classique*. Genève: Droz, 2009, p. IX.

⁵¹ David E. WELLBERY, “Retoricidade: Sobre o retorno modernista da retórica”, in *Neo-retórica e desconstrução*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 12.

Segundo David E. Wellbery, a retórica é compreendida atualmente menos como um conjunto unificado de preceitos que como uma abrangente categoria, a *retoricidade*. A *retoricidade* diz respeito ao caráter inevitavelmente pré-condicionado de qualquer apreensão da realidade pelos sujeitos⁵² e implica na investigação acerca das categorias que fundamentam a compreensão de si mesmos e de seu entorno dos historiadores aqui estudados.⁵³ A *retoricidade* também revela a incontornável implicação dos sujeitos em seus discursos. O conceito permite situar os desdobramentos por que passa a retórica nos últimos séculos no panorama das transformações que originam o regime moderno de discursividade, essencialmente anti-retórico. Como compreender a importância da retórica sem ter de reduzi-la a uma disciplina moderna – o que ela não é –⁵⁴ mas também sem fazê-la retornar a um conjunto de preceitos que não tem porque encontrar aplicação atualmente? Tendo isso em vista, o presente estudo se aproveitará da própria natureza multiforme da retórica, simultaneamente uma técnica do discurso, um modo de entendimento das ações humanas, um conjunto de preceitos a respeito da argumentação e uma forma de investigação do caráter indeterminado da própria linguagem.

Neste trabalho, trataremos de uma forma ou de outra destes três problemas. Não se trata de procurar respostas definitivas, mas sim de estabelecer as próprias condições para que o presente trabalho seja mais do que uma mera investigação de um objeto específico. Se, de acordo com Luiz Costa Lima, a *aporia* fundamental do discurso do historiador é a

⁵² “A retórica hoje em dia não é nem uma doutrina unificada nem um conjunto coerente de práticas discursivas. Em vez disso, é um campo transdisciplinar de preocupação prática e intelectual, um campo que está ligado a recursos conceituais de natureza radicalmente heterogênea e não assume a forma estável de sistema ou método de educação. (...) A tradição retórica clássica dilatou o discurso e o fixou numa malha de limitações: ele era um domínio governado por regras, cujos procedimentos próprios eram delimitados pelas instituições que organizavam a interação e a dominação na sociedade européia tradicional. A retoricidade, em contraste, não está presa a nenhum conjunto específico de instituições. Ela manifesta o caráter sem fundamento do discurso, que se ramifica infinitamente no mundo moderno”, WELLBERY, “Retoricidade”, op. cit., p. 31.

⁵³ O caráter sem fundamento do discurso – ou seja, sem um fiador natural ou positivo – estabelece o ponto de partida para a tentativa de união entre a teoria da produção retórico-literária do Brasil colônia e o conceito de *retoricidade* efetuada em Manuela Luz de Oliveira VALINHAS, “Retoricidade e práticas letradas”, in *Rhêtorikê*, n° 1, outubro de 2008, pp. 1-15. A perspectiva da autora centra-se sobre a recusa de perspectivas anacrônicas ao estudo das letras coloniais, porém me parece que a profunda ruptura entre o discurso moderno e aquele da retórica clássica impõe o anacronismo como condição essencial para seu estudo; ainda assim, trata-se de valiosa contribuição para um debate, infelizmente, pouco feito no Brasil.

⁵⁴ Sobre o aspecto disciplinar da retomada da retórica, ver James M. M. GOOD; Richard H. ROBERTS (eds.), *The Recovery of Rhetoric: Persuasive discourse and disciplinarity in the human sciences*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993; sobre as diferentes tradições retóricas e a auto-imagem da retórica como uma área de estudos, ver os artigos de *Philosophy and Rhetoric*, vol. 36, n° 2, 2003, em especial as contribuições de Alisse Theodore Portnoy, Patricia Bizzell e Maurice René Charland; por fim, para uma contendente crítica do avanço da retórica nas últimas décadas do ponto de vista de um dos seus praticantes, centrando-se principalmente na retórica da própria retórica, ver Dilip Parameshwar GAONKAR, “Rhetoric and Its Double: Reflections on the Rhetorical Turn in the Human Sciences”, in Herbert W. SIMONS (ed.), *The Rhetorical Turn: Invention and Persuasion in the Conduct of Inquiry*. Chicago: Chicago University Press, 1990, pp. 341-366. Todas estas contribuições desviam um pouco da retórica aqui estudada, porém são significativas por indicarem o amplo escopo da reviravolta intelectual causada pela ressurgência dos estudos históricos.

necessidade de dizer a verdade, como a crítica e a retórica se combinam, nos textos dos Esquecidos, para que lhes seja possível enunciar essa mesma verdade?

*

Esta dissertação está dividida em três capítulos. Os capítulos excederam sua dimensão originalmente planejada pela constante necessidade de dar um passo atrás, discutir problemas, fazer referência a outros contextos e buscar construir um entendimento mais amplo dos problemas aqui abordados. Por isso, autores questionados e criticados em determinado momento – e estes não faltam – retornam em outro como referências, pois o debate aqui feito não deve resultar na criação de proscritos. Ser assombrado pelo fantasma de Pierre Menard significa que o caminho mais desafiador para contornar a falésia é também o mais trabalhoso.

O primeiro capítulo se ocupa do estudo da Academia dos Esquecidos em seus diversos contextos. Começando com a situação do letrado na Bahia colonial, este capítulo passa ao questionamento da autonomia da República das Letras frente às pressões políticas, sociais e religiosas de sua época. O estudo destes contextos permitirá compreender melhor em que medida o surgimento de uma agremiação como a Academia dos Esquecidos é uma ruptura ou uma continuidade no conjunto das práticas intelectuais então existentes no Império português.

Um segundo capítulo será dedicado à compreensão das *dissertações históricas* da Academia dos Esquecidos em meio às mudanças pelas quais passa a escrita da história entre o Seiscentos e o Setecentos. O objetivo é situar algumas das escolhas empreendidas pelos agremiados baianos no plano dos gêneros histórico-literários então existentes. Tentarei demonstrar que, pela combinação entre os caracteres daquilo que é chamado de história *erudita* e as características da dita história *retórica* pode-se compreender a peculiaridade das dissertações históricas feitas pelos Esquecidos.

Por fim, num terceiro e último capítulo trabalharei com o estudo e a definição da crítica no período considerado. O exame dos debates em torno à crítica no contexto europeu, assim como no baiano, permitirá percebê-la como uma atividade cujos ganhos não são inequívocos e que coloca a história no campo da disputa. A crítica torna mais difícil, e não mais fácil, resolver os problemas aos quais os acadêmicos se dedicavam e acaba por situar o conhecimento histórico em terreno que certamente não era aquele por eles pretendido.

Ao longo desta dissertação se verá, portanto, como elementos aparentemente tão disparatados como a erudição e a religião, o antigo e o moderno, o deleite e a instrução, a crítica e a retórica estão constantemente relacionados e como essa interação perfaz o contorno de um objeto que, assim espero, está longe de ter esgotado seu potencial. Se ao cabo deste estudo o cego e o coxo continuarem sua jornada, este trabalho terá sido bem-sucedido.

CAPÍTULO I A CONDIÇÃO LETRADA

De acordo com Sebastião da Rocha Pita, o efêmero aparato fúnebre erigido por ordem de Luís César de Meneses na Bahia para celebrar as exéquias do monarca português D. Pedro II e de cuja construção ficara encarregado o secretário de estado Gonçalo Ravasco Cavalcante e Albuquerque tinha

(...) setenta e um palmos de alto, e de largo trinta e oito: era de arquitetura dórica, de obra piramidal, e como oitava. Cada uma das faces principais tinha a largura de trinta palmos, e entrava com quatro por cada lado nos oitavos dos cantos, cujas faces ficavam com oito palmos de largura cada uma.¹

O coronel baiano continua sua descrição referindo os arcos, os painéis e as quartelas que compunham a obra, sendo que “nos fechos das quatro portadas deste primeiro corpo”² liam-se quatro versos em latim, e sobre este mesmo corpo, erguiam-se oito colunas dóricas com “vinta e um [palmos] de alto” que, com o restante da estrutura, formavam um vão no qual se assentava outra estrutura, menor, sobre uma base formada por dois degraus de dois palmos e meio cada por nove de altura.³ Esta terceira estrutura tinha uma porta em cada uma de suas faces que acabavam numa cornija de palmo e meio, sobre a qual se levantavam outros dois degraus, “um de três, outro de dois palmos e meio, onde se assentavam um trono de oito, em que estava a Urna, ou Túmulo, que representava o depósito do Real Cadáver”.⁴

No espaço criado pelas colunas que sustentavam o zimbório estavam “recebendo os capitéis daquele vão, e como sustentando a pesada cúpula, as quatro partes do Mundo, que cinge o Domínio Lusitano”

tendo cada qual aos pés na forma de um bruto o mais generoso parto, que em cada uma delas produz a Natureza: uns, e outros simulacros tão destramenta lavrados, que a ser matéria pedras, e metais, pareceriam as estátuas de Fídias, e Praxíteles. Pelo valor Português se via no Leão domada a fereza da África: pela sua Religião, iluminada no Elefante a cegueira da Ásia: pela sua política, domesticada no Tigre a barbaridade da América: e pela sua soberania, subjogado no Touro o poder da Europa.⁵

Cada uma dessas quatro figuras trazia no braço um escudo, nos quais estavam escritos poemas em latim expressando o sentimento de cada uma delas frente à infausta notícia do falecimento do monarca.

¹ Sebastião da ROCHA PITA, *Breve compendio, e narraçãõ do funebre espectaculo que na insigne Cidade da Bahia, cabeça da America Portuguesa, se vio na morte de ElRey D. Pedro II, de gloriosa memoria*. Lisboa: Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1709, p. 3. No restante deste trabalho, quando citar o nome dos autores no corpo do texto será sempre com a grafia atualizada, enquanto a obra será mantida conforme o original consultado (se for uma transcrição modernizada, por exemplo, siga a convenção da transcrição); nas notas, as referências serão todas com a ortografia original. Utilizo este princípio porque muitas das obras consultadas o foram a partir de transcrições, o que gera desigualdades no tratamento da ortografia – prefiro, assim, seguir a ordem dos documentos que utilizei.

² *Ibidem*.

³ *Idem*, p. 5.

⁴ *Idem*, p. 6.

⁵ *Idem*, p. 7.

Passando ao mausoléu propriamente dito, o autor afirma que caso nele fossem postas estátuas dos soberanos portugueses que deram origem a D. Pedro, seria esta construção “mui curta cena para representação tão majestosa” e, se fossem colocados, como “exemplares vivos por memória, e representados por objetos”, pede o escritor que possam servir de bom estímulo ao novo monarca, D. João V, que este “impere tão generosamente, que possa gloriarse de suas próprias, sem dependência das dos seus Heróis Antepassados”. Na *máquina* erigida na Bahia, por fim, estavam escritas em várias de suas partes epigramas,

(...) e elegantíssimos versos feitos pelos mais excelentes Poetas da Bahia, as célebres inscrições, e famosos Epitáfios, que aqui vão copiados, para os quais deu a saudade o assunto, a lembrança o papel, o sentimento a pena, as lágrimas a tina, o amor os conceitos, e a majestade a idéia. Escritos em tantas línguas, como se viram no sepulcro do Imperador Gordiano, e sem as hipéboles que se gravaram nos de Trajano, Setímio [sic] Severo, e outros Príncipes, que deveram ao encarecimento alheio, o que o nosso Monarca às virtudes próprias.⁶

Palavras, portanto, efêmeras, mas que, encontrando a expressão pública e, depois, o caminho do prelo, puderam cumprir seu último desígnio e carregar a memória do monarca pela eternidade.

Inscritos na própria estrutura que engendra a figuração do poder imperial lusitano, as passagens referidas acima trazem elementos a partir dos quais refletir sobre o lugar ocupado pelo letrado, pela escrita da história e pelos acadêmicos na Bahia setecentista. Os futuros membros da Academia dos Esquecidos eram prolíficos escritores. Mais importante do que isso, eles assinavam obras e poemas em louvor uns dos outros, participavam ativamente da vida literária baiana da época e estavam constantemente atualizados tanto acerca das vontades dos soberanos aos quais serviam quanto dos últimos avanços das letras lusitanas e europeias em geral, ao menos no que diz respeito à erudição crítica histórica. Na “terrível versalhada das academias”,⁷ pode-se perceber a existência contínua por um intervalo de vinte anos – ou mais – de um mesmo grupo de poetas, historiadores e oradores que, neste intervalo de tempo, constituíram a primeira agremiação histórico-literária a existir em solo brasílico – e, até onde se saiba, a mais duradoura. Pode haver, desse modo, um tanto de humildade em demasia na intenção da Academia dos Esquecidos de “dar a conhecer os talentos que nesta província florescem”,⁸ pois já era claro “Que não de assucar só, mas de Poesia,/Ha muy ricos Egenhos na Bahia”.⁹

Segundo Diogo Ramada Curto, as academias representam a alteração mais significativa no panorama cultura brasílico, ao mesmo tempo em que a fundação da Academia

⁶ *Idem*, pp. 13-14.

⁷ João Adolfo HANSEN, “Barroco, neobarroco e outras ruínas”, in *Teresa*, São Paulo, 2000, vol. 2, p. 32.

⁸ “Notícia da fundação”, in CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., vol. I, tomo I, p. 3.

⁹ João de BRITO E LIMA, *Applausos Natalícios com que a Cidade da Bahia celebrou a noticia do felice primogenito do Excellentissimo Senhor Dom Antonio de Noronha, Conde de Villaverde*. Lisboa Occidental: Officina de Miguel Manescal, Impressor do Santo Officio, & da Serenissima Casa de Bragança, 1718, Canto I, XXXIV, p. 18.

dos Esquecidos denota a conformação de um “novo foco cultural”.¹⁰ Para pesar de forma mais atenta afirmações como estas, o objetivo do presente capítulo é inserir a Academia dos Esquecidos, seus membros e suas composições nos diversos contextos que permitem entendê-los. Dessa forma, num primeiro momento analisaremos a trama tecida pelas celebrações e pela escritura na Bahia colonial; numa segunda parte do capítulo, veremos de que modo podem as academias historiográficas ser compreendidas nos processos que se dão na Europa ao longo do XVIII. Uma terceira seção será dedicada a apreender o que a formação da agremiação Esquecida traz ou não de alterações ao estatuto do letrado e da composição histórica na época – e quais os modelos de atuação que estavam disponíveis aos acadêmicos baianos.

A lira destemperada

No *Poema festivo* que compôs para relatar as festas que aconteceram na Bahia em celebração do matrimônio dos infantes D. José e D. Mariana Vitória, de Portugal e Castela, João de Brito e Lima abre a primeira estrofe louvando sua própria experiência enquanto poeta:

*Se em doce canto, em metrica harmonia
varios metros compuz, varios Poemas,
das clausulas mudando a melodia,
seguindo outros magnificos sistemas.
As festas celebradas na Bahia
nas Vodas mais Augustas, e supremas,
de Lizia gloria, do Universo espanto,
em voz altissona agora canto.*¹¹

Este histórico do poeta, ressaltando sua experiência e sua versatilidade, não o impede, contudo, de já na segunda estrofe do poema defender a própria incapacidade de retratar os eventos aos quais se propõe publicizar:

*Ó tu Musa Divina, em que não pinto
a graça singular de amor protento;
por ter tosco pincel, quadro subcinto,
e rouca voz, o fraco entendimento.
Na mal pulsada lira, que já sinto
destemperada, inspira hum doce acento,
porque estas Festas sejam no Universo,
decantadas melhor pelo meu verso.*¹²

A musa não deixa de ser um disfarce, na verdade, para a invocação daquele que lhe permite agarrar de forma mais segura e decisiva sua lira:

¹⁰ Diogo Ramada CURTO, *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009, p. 422.

¹¹ João de BRITO E LIMA, *Poema festivo, breve recopilação das solemnes festas, que obzequiosa a Bahia tributou em applauso das sempre faustas Regias Vodas dos Serenissimos Principes do Brasil, e das Asturias com as inclitas Princezas de Portugal, e Castella, dirigidas pelo Excellentissimo Vice-Rey deste Estado Vasco Fernandes Cesar de Menezes, Offerecido à muilt alta, Augusta, e Soberana Magestade do Senhor D. João V, Rey de Portugal*. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1729, Canto I, II, p. 101.

¹² *Idem*, Canto I, IV, p. 102.

*Que se a mais soberana Magestade,
sempre de mais benigna a gloria preza,
quanto mais levantei minha humildade,
fareis, Senhor, mayor vossa grandeza.*

(...)
*Porque com vosso auxilio soberano
cantar vossos applausos determino,
seguro de que quando isto se entenda,
por vos não offender, ninguém me offenda.*¹³

No espaço de seis oitavas, quarenta e oito versos e duas páginas, portanto, João de Brito e Lima realiza o movimento arquetípico pelo qual aquele que escreve, incapaz de dar conta de sua tarefa, tem de recorrer à autoridade – no caso, a autoridade civil – para ser, enfim, autorizado a escrever ou, como ele mesmo afirma, “copiar vosso applauso”, munido do qual “ninguém se atreverá com desacato/offender o papel pelo retrato”.¹⁴

A necessidade de se referir à autoridade para dar prosseguimento à escrita carrega as marcas de uma cultura em que o discurso, como lembra João Adolfo Hansen, extravasa a mera representação para se tornar a própria “encenação do conceito político de ordem”.¹⁵ Todavia o espaço que João de Brito e Lima inventa para si não é co-extensivo ao que a cultura política que mobiliza pretende lhe dar. Embora o louvor do vice-rei faça parte do programa pelo qual segue seu *Poema festivo*, é significativo que o poeta passe por cima da corte vice-reinal, justo no ano em que Vasco Fernandes César de Meneses obtivera o título de Conde de Sabugosa, e eleja como mecenas e interlocutor o próprio monarca, D. João V. A atrevida escolha do ex-acadêmico *infeliz* demonstra que os letrados estavam sempre observando a autoridade, ainda que fosse, às vezes, para negar a prevalência da própria hierarquia – na presente seção, tentaremos desdobrar justamente esta ambivalência na atuação do letrado tendo em vista a busca de seu lugar de enunciação. Antes, contudo, é preciso entender um pouco mais o que significava ser um letrado na colônia.

Segundo João Adolfo Hansen, “A identidade social do letrado colonial não se define especificamente no campo das letras, como campo literariamente autônomo, mas no de outros serviços”,¹⁶ sendo indício disso a relativa ausência de representações iconográficas onde apareçam figuras de escritores *enquanto* escritores. Quem se ocupa das letras, portanto, “é designado por categorias profissionais (Ouvidor Geral; Juiz de Fora; Desembargador; Vigário; Coronel de Milícias; Provedores dos Almazéns etc.); por categorias de posição (fidalgo/não-fidalgo) e, ainda, da própria formação letrada”, entendendo-se por letrado, enfim, aquele que é formado em direito em Coimbra.¹⁷ O leitor não precisará de muito para

¹³ *Ibid.*, Canto I, VI.

¹⁴ *Idem*, Canto I, VII, p. 103.

¹⁵ João Adolfo HANSEN, “Colonial e barroco”, in Jayme SALOMÃO (org.), *América: descoberta ou invenção?* Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 41.

¹⁶ HANSEN, “Barroco, neobarroco...”, op. cit., p. 41.

¹⁷ *Idem*, p. 6.

encontrar nas ocupações elencadas acima muitas daquelas dos acadêmicos Esquecidos – e, de fato, muito da produção poética aqui analisada faz referência às profissões daqueles que escrevem.

Um primeiro exemplo é dado pelo seguinte soneto, entre outros, elogiando Caetano de Brito e Figueiredo pela escrita de seu *Diário histórico*¹⁸ no qual relata os festejos pelo nascimento do descendente do vice-rei D. Pedro de Noronha. No poema, disputa-se a atuação de Figueiredo como desembargador e como escritor:

*Tão douto sempre (Brito) vos haveis;
Que não sei distinguir onde o sois mais;
Se nessa Relaçãõ onde votais,
Se nesta Relaçãõ que hoje fazeis.*

*Em ambas ao discurso suspendeis,
E creditos à Toga granjeais,
Là pela retidaõ com que julgais,
Cá pela discriçãõ com que escreveis.*

*Escrevei, e julgai (Brito excelente)
Que nisso gloria à patria se lhe ordena,
Pois julgando, e escrevendo juntamente,*

*(Se ouvir as vozes de uma inculta avena)
Alma às leis infundis co' a vossa Mente,
E gloria à Patria dais co' a vossa penna,¹⁹*

No soneto acima, ser membro do tribunal da Relação e escrever poesias e peças oratórias não é visto como contradição; pelo contrário, uma atividade enobrece a outra. Da mesma forma, nas seguintes passagens de outro poema, só que agora em louvor a Sebastião da Rocha Pita, as armas são colocadas em contiguidades às letras para realizar o encômio daquele que possuía justamente o título de coronel:

*(...)
Unindo juntamente a Marte irado,
Mercúrio da eloquencia documento,
O que em folhas louvai muy nobre, e attento,
Com armas defendei muy forte, e ousado.*

*(...)
Mas de ambas igual vejo o desempenho,
Porque vanceis na espada a todo brio,
E superais na penna a todo engenho.²⁰*

¹⁸ Caetano de BRITO E FIGUEYREDO, *Diario panegyrico. Relaçam das festas que na famosa Cidade da Bahia se fizeraõ em applauso do fausto, & feliz Natalicio do Excellentissimo Senhor Dom Pedro de Noronha, Glorioso Primogenito dos Excellentissimos Senhores Condes de Villa-Verde*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal, Impressor do Santo Officio, & da Serenissima Casa de Bragança, 1718. Esta obra divide o mesmo volume com os *Applausos natalicios*, de João de Brito e Lima..

¹⁹ “Ao Desembargador Caetano de Brito e Figueyredo fazendo Relaçãõ das festas” in BRITO E FIGUEYREDO *Diario panegyrico*, op. cit., 1718, sem página.

²⁰ “Em louvour ao Author”, in Sebastião da ROCHA PITA, *Breve compendio, e narraçãõ*, op. cit., sem página.

A partir destas passagens, pode-se concluir, com João Adolfo Hansen, que *ser* letrado “é entendido mais como um *caráter*, ou um *étos*”, de forma que

pelo termo *letrado* significa-se então um tipo dotado de certas qualificações técnico-profissionais que o situam na intersecção de uma forma de atividade religiosa ou econômica com outra, simbólica: é alguém que “exercita as letras” (...) recebendo, com isso, certa qualificação produtiva (...) e, por vezes, certa distinção nobilitante.²¹

De onde importa não tanto o retirar a toga de magistrado ou a farda de capitão quanto vestir a roupa de letrado, como mais um traje que se soma aos demais. A *persona* letrada²² se constitui, portanto, como mais um dos sinais de distinção que constroem o sujeito, numa sociedade de Antigo Regime, mais como um entrecruzamento de discursos e práticas do que por sua suposta essência subjetiva.

A complexidade da situação do letrado, entretanto, não se esgota aí. A dificuldade em conceder autonomia ou valor àquele que exercita as letras enquanto letrado não significa que sua margem de atuação se dê apenas na reiteração de sua própria dominação. Se isso fosse assim, como explicar a existência de impulsos, como aquele de João de Brito e Lima, que parecem querer escapar a essa mesma dominação? Sua margem de atuação, dessa forma, não pode ser definida apenas por sua função social —²³ e para compreender a possibilidade

²¹ HANSEN, “Barroco, neobarroco...”, op. cit., p. 45.

²² Penso em *persona* letrada como referência à *persona* satírica trabalhada por João Adolfo Hansen para perceber a emergência da noção de autoria *através* da enunciação e da recepção da peça poética, e não preexistente ao poema como uma individualidade única que deixaria suas marcas em qualquer texto que produzisse. Em outros termos, a *persona* indicaria o autor como resultado da atividade escrita, e não como seu motor, cf. HANSEN, *A Sátira e o Engenho*, op. cit., pp. 29-103. Pode-se pensar, entretanto, como equacionar com estes marcos teóricos a repetição de alguns traços específicos a determinados autores que não parecem ser motivados pelas necessidades dos discursos que performatizam. Em outras palavras, que espaço é dado ao indivíduo nesta reflexão? E mais, será que a teorização não acaba por pressupor o indivíduo solar cartesiano ainda que apenas para se contrapor a ele, ao invés de buscar escapar a essa conceituação da individualidade? Essas questões aparecerão logo em seguida neste texto (agradeço a Marco Antônio Silveira e Sérgio Alcides por terem trazido à tona esta questão).

²³ A mesma pergunta pode ser feita a respeito da *tópica* e, por extensão, da própria normatividade retórica do discurso na Idade Moderna. Para Sérgio Alcides, “há uma distância crucial entre o ‘catálogo’ de *topoi* da retórica clássica e sua ‘atualização poética’”, Sérgio ALCIDES, “Expectativa e metamorfose: saudades da idade do ouro na América portuguesa”, in JANCSÓ; KANTOR, *Festa*, op. cit., vol. II, p. 775. Essa distância faz a tônica deixar de estar nos conteúdos dos *topoi* e mais na sua percepção como um sistema de resposta a problemas culturalmente determinados, o que ratifica seu caráter pré-conceitual. Em outras palavras, a *tópica* é um modo de pensamento; cf. Sérgio ALCIDES, *Estes penhascos – Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2002, pp. 127-134.

Essa perspectiva me parece ser corretivo necessário para que a determinação dos condicionantes em atuação na poética e na retórica dos séculos XVII e XVIII não seja transformada em preceitos que julgam a adequação das obras daquela época, no fim, a esses mesmos preceitos, configurando um círculo interpretativo indevido para o analista moderno – o que significa que a ausência de documentação acerca do público colonial não necessariamente justifica que se transforme a categoria *público* em *leitor implícito* (movimento analítico por si só compreensível) baseado *apenas* nos preceitos dos tratadistas, regras de gênero e semelhantes, com o que a investigação que busca os determinantes materiais da recepção acaba por se esfumar na reificação das regras retórico-poéticas, muito embora, de fato, a recepção fosse codificada – algo de que falaremos depois. Quero apenas deixar clara a existência de uma margem histórica para além da preceptiva que é capaz de transformá-la; ver novamente HANSEN, “Barroco, neobarroco...”, p. 28.

Algo semelhante pode ser dito a respeito do *arbitrismo*, onde o catálogo dos *topoi* encontra um obstáculo

de investigação que se abre agora, no intervalo entre o letrado que produz e o texto que é produzido, é preciso refinar a pergunta que guia estas páginas: qual o estatuto não do letrado, mas sim de uma *cultura letrada* que se sobrepõe e compartilha muitos dos seus contornos com a sociedade da qual faz parte mas que, não obstante, não se confunde inteiramente com esta?

O discurso encomiástico, segundo Sérgio Alcides, manifesta como condição de sua própria existência uma “ficção de igualdade – um acordo tácito – [que] era aproveitado pela cultura letrada como um truque para fazer valer o privilégio do mérito, espiritual e decoroso, que ela tanto ambicionava”.²⁴ Essa ficção de igualdade se torna necessária para que o discurso não resvale na mera bajulação ou não se dispa de seus ornatos e revele o que naturalmente é, um pedido de consideração ou um rogar por mercês. Para o encômio ser bem-sucedido, ele tem de instituir uma reciprocidade perfeita entre aquele que elogia e aquele que é elogiado:

(...) aquele que se expunha a um julgamento torna-se quase instantaneamente juiz por sua vez: reconhece como um mérito a perspicácia do julgamento que dele se fez. Os papéis se trocam: estabelece-se uma igualdade, na qual cada um é alternadamente o *sujeito* que julga e o *objeto* julgado.²⁵

Ainda assim, estava entre as prescrições do “gênero” que seu narrador ocupasse o “*lugar do observador na planície*, adequado para *descrever a altura da montanha*”, já que a personagem elogiada tem de ser descrita “com base em lugares retóricos de grandeza ou superioridade”.²⁶

A existência simultânea destas duas alternativas não implica em contradição caso se reconheça que a ficção de igualdade encerra uma profunda desigualdade, a qual faz o letrado ter não apenas de comprovar seu valor mas também de concorrer com a autoridade através do que esta não possui: o poder de eternizar pela palavra, como o revela soneto em louvor a Caetano de Brito e Figueiredo por seu *Diário histórico*:

*Hoje poe em questão, prudente Numa,
O solar de Noronha esclarecido,
Qual obsequio dos dous mayor há sido,
Se o das festas, se o de vossa pluma:*

Porque supposto, com grandeza suma,

na valorização da experiência pessoal e da autoridade daquele que manda recomendações à monarquia, cf. CURTO, “Remédios ou arbítrios”, in *Cultura imperial*, op. cit., pp. 177-193.

²⁴ ALCIDES, “Expectativa e metamorfose”, op. cit., p. 779.

²⁵ Jean STAROBINSKI, “Sobre a adulação”, in *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 59.

²⁶ Alcir PÉCORA, “A história como colheita rústica de excelências”, in SCHWARTZ, Stuart; PÉCORA, Alcir (eds.,. *As excelências do governador – o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 51. Essa característica do discurso panegírico traduz uma relação de vassalagem entre o escritor e o homenageado, a qual figura, na prosa de João de Barros, um dos “teóricos” do gênero no século XVI, em termos políticos: “(...) assim como os que pintam as terras polo natural pera contemplarem o sítio dos lugares altos se põem no baixo; e polo contrario pera olharem os baixos se põem no alto, assi pera conhecer bem a natureza dos povos convém ser príncipe, e para conhecer a dos príncipes convém ser do povo”, João de BARROS, “Panegírico de D. João III”, in *Panegíricos*. Lisboa: Sá da Costa, 1943, p. 5.

*O hajaõ tantos cultos aplaudido,
Se vê do vosso engenho competido,
O nosso zelo, porque mais presuma.*

*Mas se chega o problema a discutirse,
Sera bem, douto Brito, o resolverse
Que a vossa pluma soube avantajarse;*

*Pois se deve aqueles o aplaudirse
Essa luz, que nascida deixa verse,
Nessa pena voara a eternizarse.²⁷*

Esse poder de eternizar pela palavra demonstra existir um duplo código com o qual o letrado se manifesta, em relação à autoridade, sempre numa relação hierárquica, seja demonstrando submissão, seja como fonte de conselhos e admoestações. Esse aspecto é revelado pelas passagens transcritas abaixo de um poema em louvor a Sebastião da Rocha Pita por ocasião do relato do espetáculo fúnebre celebrado por ocasião do falecimento de D. Pedro II:

*So vós podereis, descrevendo a historia,
Que foy das nossas magoas instrumento,
Deixa na elevaçõ do entendimento
Esquecidas as queixas da memoria;*

*(...)
Ennobrecestes o discurso tanto,
Que quase nos acertos que derrama,
Compete de elevado a Magestade;*

*E porque o applauso fosse todo espanto,
Estais atè formando a voz da fama,
Desse mesmo silencio da saudade,²⁸*

mas também a figuração do poeta “debaixo da alegoria, ou metáfora das três Aves Reais, Águia, Feniz, e Cisne”, da décima em louvor a João de Brito e Lima:

*Com voo mui remontado
Qual Águia vos pareceis,
Pois no estilo em que dizeis
Vos mostrais mui sublimado:
Como o Feniz abrasado
Renasceis com versos tais;
E como Cisne cantais
Docemente, porém quando
O Cisne morre cantando,
Brito cantando mais.²⁹*

Pode-se concluir, dessa forma, que o letrado modela a si mesmo através de uma imagem especular e concorrencial da autoridade para a qual trabalha e para a qual, também, dedica

²⁷ “Ao Doutor Caetano de Brito” in BRITO E FIGUEYREDO, *Diario historico*, op. cit., sem página.

²⁸ “Ao Author do livro, em que se descrevem as Exequias do Senhor Rey D. Pedro II”, in ROCHA PITA, *Breve compendio*, op. cit., sem página.

²⁹ “Ao mesmo Autor debaixo da alegoria, ou metáfora de tres Aves Reais, Águia, Feniz, e Cisne”, in BRITO E LIMA, *Applausos natalicios*, op. cit., 1718, sem página.

muitas de suas composições. Por outro lado, essa relação hierárquica com a autoridade apóia-se sobre a figuração de uma igualdade *entre* os letrados, que têm como costume o elogio recíproco. As duas atividades são faces de uma mesma moeda, o que demonstra a existência de uma ambígua situação caracterizada pela conflituosa coexistência de uma autonomia no que diz respeito ao controle da representação com uma heteronomia no que tange aos meios de distinção. A inexistência de modos de distinção próprios à cultura letrada – o talento ou o gênio, por exemplo, que comporiam a ficção de igualdade não têm lugar num ordenamento retórico do discurso que compreende sua composição como uma *técnica*³⁰ e exige que os instrumentos de recompensa sejam todos externos, advindos da autoridade à qual, no fim, o letrado tem de prestar contas; usando imagem que abriu esta seção, o letrado abriga-se sob o retratado, mas não sob o retrato que compõe:

*Mas como nesta historia a fê me obriga
De honrado, & de Escritor para prezalla,
O que importa sômente he, que eu a siga,
Inda que chegue algum a duvidalla.
Quiçá, que quem a ignora, a contradiga;
Porq quem menos obra, he que mais falla;
E sayba o que o contrario disto entende,
Que quem por si me julga, naõ me offede.*³¹

O duplo código assim esboçado implica considerar que se a representação se refrata na recepção, sendo apropriada de diversos modos conforme forem os sujeitos que ocupam a outra ponta do processo de comunicação, então é apenas natural que a mesma mensagem tenha dois significados distintos. O embaralhamento dos sinais emitidos leva a entender que, ao cabo, é a própria condição de letrado que é a mensagem – e sempre que o letrado escreve ele figura a si próprio como um *igual* perante aos seus mas como um *inferior* ou um *superior* perante os outros.

Entende-se, assim, que apesar do ambiente relativamente mais consolidado da prática intelectual na Bahia, ao letrado corresponde uma posição oscilante, que cambaleia como o coxo e que é difícil de se tornar perceptível como o mundo ao cego. Pode-se concluir que o letrado exerce sua atividade no jogo *entre* autonomia e submissão, e não num ou noutro extremo deste espectro. O ofício das letras não constituir uma profissão específica – o

³⁰ Da mesma forma, o fato de *letrado* não ser uma ocupação contrasta, ainda que não completamente, com o caso da pregação religiosa em terras baianas; em 1720, são promulgadas as *Constituições Primeyras* do Arcebispado da Bahia, que determinam os requisitos necessários para aquele que quer se dedicar à prédica. Segundo Marina Massimi, o aspirante a pregador tem de demonstrar possuir as letras e os costumes necessários para a função, sendo por isso examinado por algum bispo ou vigário; posteriormente, recolhem-se informações sobre seus hábitos, ao que se segue, por fim, o juramento da profissão de fé, tal como ordenado pelo papa Pio IV, cf. Marina MASSIMI, *Palavras, almas e corpos no Brasil colonial*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 26. As *Constituições* não deixam de ser passo que torna mais *autorizada* a transmissão oral do catolicismo, ver João Adolfo HANSEN, “A civilização pela palavra”, in Eliane LOPES; Luciano FARIA FILHO; Cynthia VEIGA, *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 19-41, e também Alcir PÉCOR, “Sermões e o modelo sacramental”, in JANCÓS; KANTOR, *Festa*, op. cit., vol. II, pp. 717-731.

³¹ BRITO E LIMA, *Applausos natalicios*, op. cit., 1718, p. 89, Canto III, XXII.

letrado não é um escritor no sentido moderno – não significa, portanto, que sua condição não apresente tensões, acomodações, ressentimentos e possibilidades. Por outro lado, para que ele fosse considerado e bem-quisto, era necessário que entrasse no jogo do encômio, que sob a pena de elevar artificialmente seu valor acaba por neutralizar sua pena. É importante reiterar estes aspectos, pois a redução do letrado às reflexões de época que procuram lhe justificar – códigos de civilidade, preceitos retóricos etc. – ou às opções dicotômicas fornecidas por algumas das categorias modernas acabam por solucionar demasiado rapidamente problemas que são em tudo insolúveis e inerentes à própria existência do letrado na colônia. A *condição* letrada, desse modo, é a própria afecção que o constitui mas que mata a possibilidade de seu crescimento.

Os membros da Academia dos Esquecidos eram mestres em agir nesta situação, como demonstra sua contínua produção ao longo de três ininterruptas décadas em inícios do Setecentos. A pergunta que agora se deve fazer é por que as opções tomadas por eles pareciam-lhes ser as únicas escolhas possíveis naquele contexto?

Teorias e preceitos da atuação letrada

Em texto recente, Sérgio Alcides destaca que o exílio escolhido pelo poeta português Francisco Sá de Miranda (1481-1558) força a constatar a existência de dois círculos distintos para a poesia do século XVI: um, ligado “ao espetáculo de corte, à sociabilidade dos fidalgos e à *performance* presencial e corporal”; outro, “especificamente pertencente à cultura letrada” e cuja poesia era

preferencialmente composta e lida na introspecção espiritualizante, que podia dispensar a presença física e se abstrair idealmente de qualquer corporeidade a fim de reservar todo o espetáculo tão-somente para os signos letrados e, como desdenhosa substituta da sociabilidade cortesã, a interrelação das palavras.³²

Apesar do contexto aqui estudado ser diverso daquele das rugas entre o humanista português e o monarca D. João III, a distinção entre poesia cortesã e poesia letrada fornece uma abertura para pensar a produção que viemos analisando e, em especial, a possibilidade de tornar mais claras algumas contradições que foram expostas acima. Nesse sentido, pode-se pensar se um dos mais importantes traços do barroco³³ não foi o reforço da aproximação entre os

³² Sérgio ALCIDES, “A desavença: idéias políticas nas ‘Cartas’ de Sá de Miranda”, in Leila Mezan ALGRANTI; Ana Paula MEGIANI, *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico – séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 128.

³³ O termo barroco tornou-se elemento de disputa na caracterização das letras coloniais, aspecto que se pode entender dada a ênfase – mormente negativa – que o termo já recebeu para o entendimento dessa produção literária. Embora esteja ciente das dificuldades em utilizá-lo, creio ser possível fazer um uso do conceito de barroco como categoria analítica que não pressuponha uma apreciação demasiadamente anacrônica – mas que abordagem histórica não é anacrônica? – dos fenômenos literários estudados. Barroco, nesse sentido, estaria no lugar do chamado “seiscentismo” poético, termo utilizado pela renovação poética do Setecentos para caracterizar a poesia do século anterior, e denotaria um conjunto de práticas que estabelecem uma relação específica com a palavra poética, com a metáfora e com o lugar de enunciação do próprio poeta - práticas que serão estudadas ao longo deste item. Para uma revisão do conceito, ver René WELLEK, “O

círculos letrado e cortesão, que passavam a compartilhar não apenas os mesmos agentes mas também muitas das ferramentas de construção de um discurso que gozava de renovada ainda que restrita importância: o poético.³⁴ Se esse movimento não determinou o fim de uma cultura letrada que não era – e esse ponto continua importante de ser salientado – co-extensiva à cultura política ou religiosa, embora compartilhasse com estas muitos pontos de contato, limitou consideravelmente as circunstâncias para a execução poética e os critérios aos quais esta deveria atender – ao menos para os acadêmicos Esquecidos, cuja produção pode ser englobada neste último movimento, pode-se afirmar que se encontram no reverso do processo do qual Sá de Miranda é um dos pioneiros. Mas que processo é esse?

A pedra de toque do pensamento de Luiz Costa Lima para a historicização das relações entre o discurso da ficção e os limites da enunciação da verdade é a percepção da negação implícita que os teóricos da poesia renascentista faziam de seu próprio objeto. Com isso, eles agiam

(...) como o advogado que previamente soubesse seu constituinte estar condenado. Seu esforço então consiste em evitar a pena maior, o que não deixa de conseguir, ao colocar o ficcional na escala mais baixa dos saberes e ao estreitar seu espaço de locomoção.³⁵

No século XVII, entretanto, a poesia se torna ao mesmo tempo mais importante e mais vulnerável que as práticas renascentistas congêneres – e embora pareça haver uma grande distância entre os contextos referidos, pode-se, ainda assim, tomar Luiz Costa Lima como guia para o que se procura delinear aqui. Qual a relação entre as escolhas poéticas feitas pelos membros da Academia dos Esquecidos e a formação mais ampla do regime de discursividade moderno?

Na saída do medievo, a afirmação da subjetividade contra o anônimo esquema de representação previamente sustentado “aparece em socorro de um quadro de referências não mais suficiente para atestar o sentido assumido pelas ações”,³⁶ ou seja, uma vez que o significado não se inscreve mais prontamente nas coisas, é preciso que a individualidade apareça como instância interpretativa, complementando o sentido. A verdade não deixa de participar da realidade, mas ela precisa ser acessada por uma operação do entendimento. Como na passagem de Jacqueline Cerquiglini utilizada como apoio por Luiz Costa Lima, “A verdade é relativizada; e se o *eu* é enganador, aquela se torna incerta”.³⁷ Esta situação em que a mediação que torna a verdade acessível não se dá mais pela universalidade do signo mas

Conceito de Barroco na Cultura Literária”, in *Conceitos de Crítica*. São Paulo: Cultrix, 1963, pp. 69-106.

³⁴ A existência de dois círculos para a elaboração da poesia no alvorecer da Idade Moderna parece estar em continuidade, na verdade, com as práticas poéticas medievais, em especial o desenvolvimento de uma dupla vertente literária, qual seja, uma latina, outra vernacular. Essas duas vertentes, contudo, não implicam numa separação estrita – e os encontros entre os diversos círculos poéticos era já uma constante antes do momento barroco. A respeito do assunto, ver Paul ZUMTHOR, “Rhétorique et poétique”, in *Langue, texte, énigme*. Paris: Éditions du Seuil, 1975, pp. 93-124 (agradeço a Sérgio Alcides pela indicação deste livro).

³⁵ Luiz COSTA LIMA, *O controle do imaginário*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 45.

³⁶ *Idem*, p. 17.

³⁷ Jacqueline CERQUIGLINI *apud* COSTA LIMA, *O controle do imaginário*, op. cit., p. 23.

sim pela subjetividade particular que o analisa torna necessária, por sua vez, a formulação de mecanismos de controle da relação do indivíduo com essa mesma verdade. Em meados do século XVI, em meio às tensões causadas pela Reforma, a opção protestante é facultar a todos a leitura privada da Bíblia entregando à racionalidade individual a capacidade para interpretá-la corretamente; nos países católicos, a opção é inversa, ainda que baseada sobre o mesmo pressuposto: racionaliza-se a recepção da verdade e se codificam sentimentos, com o corolário da reafirmação da hierarquia eclesiástica e seu monopólio na interpretação da verdade religiosa.³⁸ O aparecimento da subjetividade, portanto, foi acompanhado pelo surgimento de mecanismos para efetuar seu controle, ainda que não fosse possível suprimi-la de todo – este aspecto terá lugar em futuras considerações.

Ao mesmo tempo, a recém-descoberta *Poética* aristotélica³⁹ implica o reconhecimento, por parte dos tratadistas do XVI, de que, “para além dos recursos retóricos (...), a poesia dispõe de uma identidade que regula e autoriza o discernimento entre um poema perfeito e outro imperfeito”.⁴⁰ É sobre a possibilidade de julgar os méritos e a adequação da obra de arte que a interpretação quinhentista da *Poética* de Aristóteles vai se centrar. Por isso, segundo Luiz Costa Lima, ela é vista pelo prisma da *verossimilhança*:

A *mimesis* aristotélica supunha uma concepção de *physis* (por simplicidade, digamos de realidade) que continha duas faces, a *natura naturata* e a *natura naturans*, *ergon* e *energeia*, o atual e o potencial. A *mimesis* não dizia respeito senão ao possível, ao capaz de ser criado, à *energeia*; seus limites não eram outros senão o do possível de ser concebido. Entre os renascentistas, pelo contrário, a posição do possível será ocupada pela categoria do verossímil, que, evidentemente, depende do que já é, do atual, então confundido com o verdadeiro.⁴¹

Essa interpretação faz parte de uma solução de compromisso que procura garantir à poesia e

³⁸ HANSEN, “A civilização pela palavra”, op.cit., p. 19. De acordo com Marina Massimi, o decreto “*Super lectione et praedicatione*, aprovado pela V sessão conciliar [do Concílio de Trento], de 17 de junho de 1546, a pregação era considerada no mesmo plano da leitura e do ensino da Escritura Sagrada, pois a pregação seria necessária à sociedade cristã tanto quanto a leitura da Bíblia”, sendo, na verdade, a pregação o principal meio de doutrinação em meio a uma população em larga medida analfabeta, MASSIMI, *Palavras, almas e corpos*, op. cit., p. 79; ao mesmo tempo, ela era compreendida como “um dos elementos que marcam a presença multiforme da revelação divina nas vicissitudes da história humana”, POZZI *apud* MASSIMI, *Palavras, almas e corpos*, op. cit., p. 80, ou seja, ela assume o caráter de um sacramento; ver também PÉCORA, *Teatro do sacramento*, op. cit.

³⁹ Segundo Adma Muhana, “Aparentemente, a primeira tradução latina da *Poética*, feita por Giorgio Valla e publicada em 1498, não teve efeito na preceptiva poética até a publicação do texto grego e a tradução latina de Alessandro de’ Pazzi, em 1536. Outros consideram que tal divulgação apenas se deu a partir da edição comentada de Robortello”, Adma MUHANA, *A epopéia em prosa seiscentista*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 22, nota 17. Pensando-se que a *Poética d’Aristotele vulgarizzata, et sposta* de Ludovico Castelvetro, certamente a mais famosa das reinterpretações da obra do filósofo grego, data de 1570, fica-se com um intervalo de recepção extremamente reduzido por onde se alavancou uma reflexão teórica sobre a poesia. Não deixa, portanto, de ser surpreendente, ainda que se tornem compreensíveis seus limites, o número de trabalhos a partir daquela. Já a primeira tradução ibérica, feita para o castelhano, do texto aristotélico foi a de Alonso Ordoñez de Seyjas y Tobar, datada de 1626; João PALMA-FERREIRA, *Novelistas e contistas portugueses dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1981, p. 24.

⁴⁰ MUHANA, *A epopéia em prosa*, op. cit., p. 21.

⁴¹ COSTA LIMA, *O controle do imaginário*, op. cit., 1989, p. 32.

à subjetividade do poeta a sobrevivência no espaço dominado pelo rigor do cristianismo, de um lado, de outro, pela ignorância do vulgo. Compreende-se, desse modo, o surgimento da noção de *decoro*, cruzamento entre a realização estética e a utilidade ética. Como atestam os debates em torno à epopéia em prosa já no século XVII retratados por Adma Muhana, ética e estética se confundiam na defesa do gênero contra os romances de cavalaria:

É que nelas, nas [obras] de Heliodoro e Aquiles Tácio [*As Etiópicas* e o *Leucipa e Clitofonte*, respectivamente], os autores afirmam que se encontra muita doutrina, boa linguagem, altas sentenças, gentileza, filosofia natural e moral, perfeita adequação e conhecimento dos preceitos épicos, *decoro e verossimilhança*: ou seja, reconheceu-se serem elas imitação comum de ação grave, una e extensa, narrada sem metro e com pensamento ornado, tendo por ofício mover os ouvintes *pelo deleite e pelo ensinamento* – que são atributos da épica em Aristóteles acrescidos das recomendações horácianas cristianizadas –, o que lhes fornece precisamente a súpula do caráter elevado que se nega aos romances de cavalaria.⁴²

Dessa forma, contra seu próprio objeto, são os mesmos tratadistas que abordam a poesia e a produção discursiva em seus escritos os semi-responsáveis por negar sua autonomia, a qual teve de esperar pelo Romantismo e pela defesa da fruição desinteressada para que fosse primeiramente teorizada. Por isso, torna-se indevido falar, para o período anterior ao final do século XVIII, em *estética* ou *literatura*, uma vez que ambas pressupõem o encontro entre uma subjetividade auto-formada com um objeto que é, de um lado, alheio aos condicionantes histórico-sociais de sua aparição, ou, de outro lado, reflexo de um certo espírito entendido como uma realidade. Sem essas opções, toda obra se torna obra de circunstância.⁴³

Entenda-se, tratava-se de salvaguarda o lugar do poeta e a pertinência de sua prática entre os discursos que possuíam o monopólio de enunciação da verdade – por exemplo, a teologia ou a história – e no interior de uma sociedade hierarquizada onde aquele que se dedicava às letras não tinha espaço prescrito. A condenação, no caso do fracasso, não era tanto o silenciamento quanto o descrédito e a redução do âmbito daqueles que o ouviriam/leriam

⁴² MUHANA, *A epopéia em prosa*, op. cit., p. 26; *grifos meus*.

⁴³ HANSEN, “Barroco, neobarroco..”, op. cit., p. 46. Como afirma David E. Wellbery, “A retórica é a arte da tomada de posição do discurso” e ela discrimina seu público “de acordo com posição, educação e caráter social”, WELLBERY, “Retoricidade”, op. cit., pp. 14-15. A importância da retórica na época como arte discursiva, portanto, estava estreitamente ligada com a capacidade do orador de estar à altura da circunstância que se lhe pede que ilumine. Como orador e auditório são, sobretudo, figuras da enunciação, todo discurso é um discurso circunstancial.

O que se pode perguntar, todavia, é se uma apreciação que não seja anacrônica deste fenômeno necessariamente tem de percorrer o caminho de “recomposição de categorias adequadas ao estudo dos objetos específicos”, VALLINHAS, “Retoricidade e práticas letradas”, op. cit., p. 13. Na minha opinião, o intuito do uso do conceito de retoricidade não deve ser apenas a reposição de “categorias de entendimento de mundos passados a partir de sua lógica específica”, *idem*, p. 7, em primeiro lugar porque, assim entendida, acaba por identificar o conceito de retoricidade às codificações retóricas estudadas por parte dos enfoques analisados aqui; em segundo lugar, porque acaba por isolar o estudo das configurações retóricas passadas do próprio processo que as torna inteligíveis hoje em dia para nós – o fato de que não existem mais e não podem ser recuperadas. Talvez um caminho mais proveitoso seja somar o estudo dos condicionantes culturais específicos a uma comparação das funções dos diferentes discursos em situações retóricas diversas, de modo a compreender como cada um se relaciona com suas retoricidades específicas. De qualquer modo, gostaria de salientar que a busca por uma apreciação não-anacrônica não deve acabar por fechar os objetos aqui estudados, princípio que já enunciei na introdução a este estudo.

àqueles que não poderiam se constituir como juízes adequados de sua obra tampouco lhe alçar aos favores de um mecenas que garantisse sua sobrevivência. Prescrição e proscrição, nesse sentido, andavam lado a lado, como o reflexo uma da outra; por isso,

É também provável que, para o próprio autor, toda aquela legislação não parecesse opressiva, ao contrário do que hoje sentimos, porquanto ela menos se lhe impunha e a seu círculo do que deste excluía a massa, o vulgo, a que não chegavam as normas do humanismo.⁴⁴

A valorização da poesia, portanto, se articulava sobre uma exclusão; como o avesso de algo maior, o espaço de elite e o do vulgo se apresentavam como o reverso um do outro – o que não implica, como já foi dito, que um ou outro detivessem o monopólio da produção discursiva. Num momento em que a popularização, entretanto, não era sinal de distinção, era necessário um esforço adicional para agradar a discretos e vulgares – com isso, chegamos ao coração do empreendimento seiscentista na poesia.

O século XVII efetua mais solidamente a fusão entre a retórica e a poética, através da qual a *conveniência* do discurso – categoria da primeira – e a *verossimilhança* – pertencente ao corpo teórico da segunda – acabam por se confundir. Com isso, a noção de decoro acaba por englobar a de verossimilhança; pode-se dizer, dessa forma, que os preceptistas do século XVII estavam ao mesmo tempo mais próximos e mais distantes de Aristóteles que seus congêneres renascentistas, uma vez que o verossímil decoroso percebe a natureza não como o que é, mas como *o que deveria ser*:

(...) decoro é a efetuação dessa conveniência, que, com base no todo verossímil, se atribui a cada parte. Por exemplo: a rejeição de imoralidade na poesia, tão cuidadosamente apontada no Seiscentos, é inscrita pelos preceptistas nessa exigência e prerrogativa da poesia de esconder os defeitos, ordenar em seqüências, ressaltar as perfeições visando a contrafação e composição de uma obra una e vária e perfeita – como o próprio mundo deveria ser, e às vezes o é, aliás. Quer dizer, a cópia da natureza é por si inconveniente, destituída de ordem e de sintaxe: e não é da arte a representação da totalidade da natureza, uma vez que, dela, o poeta há de selecionar para imitação apenas o que é necessário e bastante para a construção do verossímil, desprezando as diferenças que não se assemelham a verdade.⁴⁵

A rejeição da natureza como modelo, dessa forma, não necessariamente implica na queda em desuso do paradigma da imitação, sustentáculo do procedimento aqui analisado. Na verdade, a delimitação do estatuto do poético (ou do ficcional) reforça-se, pois numa sociedade hierarquizada e religiosamente determinada, a assimilação do campo do que *poderia ser* ao âmbito do que *deveria ser* impõe claramente que se depende do que *já se sabe ser*, isto é, dos

⁴⁴ COSTA LIMA, *O controle do imaginário*, op. cit., 1989, p. 38. Este ponto é reafirmado em obra recente, na qual o autor se pergunta “(...) será preciso que a censura se escancare para compreender-se a existência do controle?”, ou seja, o controle do imaginário prescinde do caráter explícito da censura pois exerce seu poder na própria conformação do pensamento que está moldando, Luiz COSTA LIMA, *O controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 33. Este ponto remete ao que tratamos antes, como quando outro autor afirma que, tanto para o bem quanto para o mal, “a literatura foi deixada na maioria das vezes nas mãos dos [próprios] literatos”, Adriano PROSPERI, “Censurar as fábulas: o protorromance e a Europa católica”, in Franco MORETTI (org.), *O romance I: A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 98.

⁴⁵ MUHANA, *A epopéia em prosa*, op. cit., pp. 54-55.

ideais éticos e morais que presidem nessa mesma sociedade – o que não significa, de modo algum, que não seja mais no *ato* poético que a questão resida:

Se, por um lado, a própria natureza das coisas dita o que lhes é concorde – donde o verossímil é o que parece conatural a elas; por outro lado, apenas a prudência pode identificar o que seja a própria natureza das coisas – e o decoro ou conveniência entre as partes diz então a o quê a verdade ou a natureza se assemelham.⁴⁶

Depende de um ato do entendimento, portanto, a percepção da verossimilhança que garanta a realização de uma representação conveniente – conveniente porque decorosa. Esse círculo impõe-se sobre outra exclusão, a qual estabelece os tipos possíveis de representação. Segundo João Adolfo Hansen, há três modos pelos quais os conceitos podem se condensar na mente do poeta:

O primeiro deles consiste em produzir-se uma imagem mental pelo entendimento, sem que a fantasia interfira no ato, a não ser como fornecedora das imagens que são a matéria do juízo. Quando a imagem mental é representada no discurso exterior, caracteriza-se pela clareza sem ornatos. O segundo modo consiste em unir entendimento e fantasia, como proporção adequada de dialética e ornato. O terceiro, enfim, ocorre quando só a fantasia fabrica imagens sem interferência do juízo. Esquemáticamente, tem-se, assim: *juízo sem fantasia; juízo com fantasia; fantasia sem juízo*.⁴⁷

Os modos de representação acima enunciados estruturam-se sobre modos de recepção também eles codificados, como se percebe na seguinte passagem dos *Applausos natalícios* de João de Brito e Lima:

*Pois dos homens, q entaõ na praça entraraõ,
Ao numero arismetico excederaõ,
Porq além dos da terra outros se acharaõ,
Que de partes remotas concorreraõ.
Os que mais entenderaõ, que se admiraraõ
Outros mais se admiraraõ, q entenderaõ,
E em casos semelhantes (sem mentira)
Cada qual como entende, assim se admira.*⁴⁸

Percebe-se, portanto, que se formula um controle da representação através da codificação de tipos presentes na enunciação. É por isso que a distinção entre poesia cortesã e poesia letrada torna-se, de súbito, imperceptível ou inválida, pois embora não se possa afirmar a total congruência entre o letrado e a ordem social, política ou religiosa à qual obedece e da qual participa, as categorias de avaliação de uma ou outra se confundem – ao mesmo tempo em que a recepção é moldada pelo público, isto é, aqueles que entendem e por isso se admiram, aqueles que admiram e por isso não entendem. A mesma indistinção parece acometer a prédica sagrada, uma vez que, de acordo com Marina Massimi,⁴⁹

⁴⁶ *Idem*, p. 52.

⁴⁷ João Adolfo HANSEN, “O discreto”, in Aduino NOVAES (org.), *Libertinos/Libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 86; *grifo meu*.

⁴⁸ BRITO E LIMA, *Applausos natalícios*, op. cit., 1718, Canto III, XXIV, p. 92; *grifo meu*.

⁴⁹ O que também tem como causa a crescente publicação de sermões, no que toca à prédica sagrada. Como lembra Valéria Maria Pena Ferreira, a “leitura do texto impresso [dos sermões] constituía um novo locutor e

Até então, a eloquência sagrada tinha assumido uma duplicidade de estilos; o sábio e erudito, por um lado, e o popular e diatribico, por outro. Na nova perspectiva, este dualismo é superado em favor de uma arte oratória baseada na eloquência dos Padres da Igreja, que deveria ser adaptada às diversas circunstâncias e aos diferentes tipos de ouvintes.⁵⁰

Ao mesmo orador ou poeta pede-se que atue em âmbitos discursivos diferentes, perfazendo a noção de que a verossimilhança adaptava-se ao gênero utilizado e ao auditório ao qual se endereçava a representação. A fusão entre a *conveniência* e a *verossimilhança*, uma da retórica, outra, da poética, é incorporada pelo poeta, que a tem em mente no momento de sua composição:

*Se por extenso repetir escuso
Destes jogos a verdadeira historia,
He por não ser molesto em ser desuso,
Que às vezes na extençaõ se perde a gloria.
Qualquer que queyra ver o que recuso
Escreve com verdade mais notória,
A fôrma destes jogos nos Autores
Verá, tendo estes sempre por melhores.⁵¹*

Para não ferir o decoro e molestar os ouvidos que – pacientemente – lhe dão atenção, é necessário ao poeta somar à invenção poética o juízo das decisões acertadas – ou seja, o que fornece a ponte entre ambos, cortesãos, letrados e populares, era a *discrição*.

Segundo João Adolfo Hansen, o discreto é “Caracterizado nas letras barrocas pelas virtudes letradas e heróicas do cortesão”, distinguindo-se pelo “engenho, capacidade intelectual da invenção, e pelo juízo, capacidade analítica da avaliação, que fazem dele um tipo agudo e racional, dotado de instrumentos retóricos e dialéticos”.⁵² Como tipo social, destaca o autor, ao discreto não é assinalada qualquer posição social específica – isto é, o

um novo destinatário”, sendo o alcance do sermão impresso mais amplo temporalmente do que o do sermão falado, Valéria Maria Pena FERREIRA, *Retórica das lágrimas: sermões e orações fúnebres na Bahia do século XVII*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2007, p. 149. Para a historiadora mexicana Perla Chinchilla Pawling, por sua vez, a combinação entre a prédica religiosa e os preceitos poéticos da agudeza redundam numa restrição do âmbito de recepção dos sermões – ainda que fossem impressos –, ressaltando a criação de um público que seria, no limite, coextensivo à República das Letras composta pelos próprios religiosos, discretos e eruditos capazes de os comentarem e entenderem. A proposta da autora visa, assim, perceber a formação de um espaço de sociabilidade cada vez mais laico e secularizado a partir da própria parenética, gênero de grande profusão na colônia, cf. Perla Chinchilla PAWLING, *De la compositio loci a la república de las letras: predicación jesuita en el siglo XVII novohispano*. México, D.F.: Universidade Iberoamericana, 2004. Creio que a abordagem das duas autoras possam ser relacionadas com o problema de fundo da obra de Marc Fumaroli, *L'âge de l'éloquence*, qual seja, a disputa entre os usos da palavra oratória num contexto de constante elaboração teórica no qual ela é sucessivamente o apanágio de autores laicos e agentes sacros, em especial na conclusão do livro, cf. FUMAROLI, “Les deux rhétoriques”, in *L'âge de l'éloquence*, op. cit., pp. 673-706. Infelizmente não possuo meios para explorar no momento esta correlação entre a reflexão sobre a própria retórica e as transformações relacionadas ao livro, à leitura, à oralidade e à circulação dos discursos ao longo do século XVII e XVIII.

⁵⁰ MASSIMI, *Palavras, corpos e almas*, op. cit., p. 84.

⁵¹ BRITO E LIMA, *Applausos natalícios*, op. cit., 1718, Canto II, LXXVIII, p. 68.

⁵² João Adolfo HANSEN, “Discreto/Vulgar: modelos culturais nas práticas de representação barroca”, in *Estudos portugueses africanos*, Campinas, número 17, janeiro/junho 1991, p. 35.

corte entre discretos e vulgares não se dá ao longo das linhas da riqueza ou do poder, não se podendo associar a pobreza ao vulgar, por exemplo. Pode-se ver, na distinção entre discreto e vulgar, um recorte social que não obedece às linhas da hierarquia, ainda que, para se sustentar, esse mesmo recorte tenha de criar sua própria hierarquia (a entre discretos e vulgares); por isso, aplicado à interlocução, o tipo fornece “uma categoria intelectual que classifica ou especifica a distinção e a superioridade de ações e palavras”.⁵³ Não deixa, portanto, de haver algo um tanto quanto utópico no modo como os letrados – entre os quais os aqui estudados – mobilizam essa categoria, pois se, de um lado, ela serve para instituir seu próprio lugar de enunciação, criando uma comunidade de iguais, de outro lado, o fato de os atributos pessoais – entre os quais a honra, mas pode-se pensar também a discricção – serem compreendidos de forma relacional, impõe que para se constituir como discreto o letrado tem de instituir seu interlocutor também como um, muito embora os donatários, governadores-gerais e vice-reis que assim se transformam em discretos nem sempre tivessem muito apreço pelas letras ou pelo decoro das situações. Ressalta-se, dessa forma, a dissimetria dos papéis envolvidos na interlocução:

“Ser bem recebido” entende-se unicamente em relação ao indivíduo; “receber agradavelmente”, “preferir”, “procurar” podem, de certo, ser entendidos no que se refere a uma pessoa, mas com mais frequência ainda em relação ao “círculo”, à “sociedade seleta”. O indivíduo, em posição de demandante, espera ser “aprovado”, ser admitido... O prazer, adivinha-se, está menos diretamente ligado às próprias pessoas pelas quais o demandante é aprovado do que ao rumor de suas palavras, ao reconhecimento de que ele se constitui o objeto, à estima que doravante tem o direito de ter por si mesmo: é o prazer de ser “distinguido”, de ser julgado digno de fazer parte do “círculo”.⁵⁴

Embora na análise de Jean Starobinski os termos digam respeito às sociedades letradas, como as academias, pode-se pensar que, como modelo de interação do letrado com aqueles que lhe são diferentes, ele também denota a relação dos homens de letras com os poderes instituídos. Pode-se pensar se a ideologia do *corpo místico*, bastante destacadas nos estudos acerca das letras coloniais, não impõe uma situação na qual a autoridade sempre ocupa o termo coletivo da inequação, enquanto o letrado – por mais que ele faça parte de uma comunidade de iguais, os homens de letras – apresenta-se àquela sempre sozinho. À distinção alcançada pelo letrado ao ser admitido na corte se somaria a separação da comunidade da qual faz parte – esses aspectos traduzem a dificuldade que o letrado possui em encontrar estabilidade para sua prática.

A conjunção entre engenho e juízo é responsável pela formulação de um tipo específico de representação, o agudo. Segundo João Adolfo Hansen, os autores seiscentistas brasileiros

⁵³ HANSEN, “O discreto”, op. cit., p. 83. Porém pela amplitude da citação e pela compreensão, como o faz Fernando Bouza, de que “o pertencimento à comunidade é entendido como construído sobre a essencial sociabilidade da palavra falada, signo de uma comunhão entre os homens (...) em suma, a convivência era entendida como uma forma de conversação”, pode-se pensar se modelos como o *discreto* e o *vulgar* são algo mais que categorias aplicadas à interlocução, com todas as ressonâncias que isso podia adquirir na época, Fernando BOUZA, *Palabra e Imagen en la Corte – Cultura oral e visual de la nobleza en el Siglo de Oro*. Madrid: Abada, 2004, pp. 26-27.

⁵⁴ STAROBINSKI, “Sobre a adulação”, op. cit., p. 62.

deslocam, assim como os tratadistas, a metáfora de suas bases tradicionais, fazendo-a “passar de simples tropo para a base da invenção”.⁵⁵ A *inventio*, que fizera sua entrada muito tempo antes no campo da poética, torna-se a busca de correspondências entre conceitos distantes, cujo resultado é uma expressão cerrada que causa espanto e admiração, uma *agudeza*. A agudeza constitui-se, assim, como modo específico de produção e apreciação da poesia. Para compreendê-la, é preciso retrazar seu caminho, de modo que o “destinatário capaz de refazer o processo de construção da agudeza é tão perspicaz e versátil, ou seja, engenhoso, como o autor”.⁵⁶ Compreende-se, assim, que ela se estabeleça como signo de distinção e caracterize um convívio marcado pela *urbanidade*.

Por outro lado, por apresentar a faculdade do entendimento, a agudeza também apela à razão. É, no fim, e mesmo em formas de expressão agudas, a *prudência* que garante a adequação e, como já vimos, com a adequação vem a conveniência (retórica) e a verossimilhança (poética). Como em poema já citado em louvor a Caetano de Brito e Figueiredo,

*Taõ douto sempre (Brito) vos haveis;
Que não sei distinguir onde o sois mais;
Se nessa Relaçãõ onde votais,
Se nesta Relaçãõ que hoje fazeis.*⁵⁷

Ou seja, a operação de votar na relação e a de escrever o relato de um acontecimento é comandada pela mesma faculdade, o juízo, sinônimo do entendimento. O mesmo pressuposto baseia a pregação religiosa, como lembra João Adolfo Hansen: “Falar de modo justo evidencia externamente (*in foro externo*) a presença da luz divina acesa na consciência (*in foro interno*) como a *sindérese* doutrinada por Santo Tomás de Aquino, a centelha da consciência que orienta o livre-arbítrio”.⁵⁸ Em outras palavras, os conteúdos apresentados à razão são considerados os mesmos independentemente da instância subjetiva que se apercebe deles e, por conseguinte, as regras que julgam o valor da poesia são consideradas as mesmas a despeito da grande variação dos engenhos particulares a cada indivíduo.⁵⁹ Também na

⁵⁵ João Adolfo HANSEN, “*Ut pictura poesis* e verossimilhança na doutrina do *conceito* no século XVII colonial”, in *Floema*, ano II, número 2, outubro de 2006, p. 113.

⁵⁶ João Adolfo HANSEN, “Retórica da Agudeza”, in *Letras Clássicas* (USP), São Paulo, volume 4, 2000, p. 323.

⁵⁷ “Ao Desembargador Caetano de Brito e Figueyredo fazendo Relaçãõ das festas” in BRITO E FIGUEIREDO *Diario panegyrico*, op. cit., 1718, sem página.

⁵⁸ HANSEN, “A civilização pela palavra”, op. cit., p. 22.

⁵⁹ Pode-se pensar, um tanto quanto naturalmente, que a atitude dos teóricos renascentistas aproximava-se mais do *juiz de arte* (*Kunstrichter*) do que o do *crítico de arte* (*Kunstkritiker*), tal como a distinção é formulada pelo próprio Luiz Costa Lima em outro contexto. Segundo o autor, o primeiro julga a aplicação de um modelo, enquanto o segundo retornaria o juízo estético – subjetivo – a uma teoria mais ampla – que o valida para acima da apreensão subjetiva. O autor afirma que quando o juiz não consegue a subsunção de um objeto a uma lei geral, seu juízo se torna subjetivo, todavia no caso da produção dos séculos XVI e XVII, onde muitas vezes aquele que escreve a fábula também é aquele que teoriza sobre ela, pode-se pensar se a disponibilidade de um modelo de indivíduo sustentado sobre a razão não desloca, entretanto, os termos de sua proposição; cf. MUHANA, *A epopéia em prosa*, op. cit., 21. Longe de invalidar seu argumento, contudo, a mobilização deste modelo significaria a não-percepção das normas que regem a estética como

poesia da *agudeza* é a razão que é apresentada como o caminho de acesso à verdade frente à fantasia ou à opinião:

A razão, pois, se constitui, na época aqui estudada, como adversária da opinião e do canto. A subjetividade admite os três caminhos. Mas, se escolhermos falar a verdade, a opção está pré-traçada. A crise da cosmologia cristã provoca um novo centramento, menos no homem do que em certa zona sua, a privilegiada zona da razão.⁶⁰

É possível afirmar, então, que o processo pelo qual o letrado é admitido *enquanto* letrado na corte tem como corolário sua própria aceitação da verdade já definida; sua palavra não é mero ornamento, mas está (praticamente) incapacitada de dizer algo além de uma reverberação do que já se sabe ou do que se quer saber.⁶¹ Confirma essa impressão o paradoxo intrínseco à própria agudeza: para alcançar a expressão única que ela pressupõe, não é o bastante o jogo livre com os conceitos, pois como é necessário retrazar o caminho que a formou de modo a entendê-la, não se pode afiançá-la na pura subjetividade autoral, caso contrário ela não será comunicativa e só será compreensível para seu autor; por tentar ser demasiadamente discreto, portanto, o poeta e/ou letrado pode acabar se tornando vulgar, ou incompreendido.

Pode-se concluir, dessa forma, que à retirada da natureza dentre os móbeis da ficção poética associa-se a perda pela discrição de seu caráter exclusivamente cortesão, tornando-se disponível a todos que pretendem aprendê-la e praticá-la. Esse movimento, que resulta na valorização do *artificial*, gera um dos temas caros à época, o de que “com destreza/Soube a indústria vencer a natureza”.⁶² No intervalo de algumas gerações, a poesia escapa ao domínio da racionalidade chã e cotidiana que Ludovico Castelvetro lhe assinalara e adentra os palácios das autoridades – porém ainda é demasiado cedo para que o letrado assumira para si a função de civilização que marcará a reação setecentista nas Belas Letras.⁶³ Por ora, a discrição encontra

limitadoras, muito pelo contrário, como será abordado a seguir; ver Luiz COSTA LIMA, *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁶⁰ COSTA LIMA, *O controle do imaginário*, op. cit., p. 21. Esse princípio garante que se pense, ainda com o autor, numa proximidade entre protestantes e católicos através do racionalismo, cf. *Idem*, p. 41. Tratarei, de certa forma, de um problema semelhante no último capítulo deste estudo.

⁶¹ Esse aspecto lembra a passagem, elaborada por Nicole Loraux a respeito da evolução oração fúnebre na Atenas antiga, da tensão entre os feitos e as palavras para a tensão entre a palavra (evento) e o discurso (estrutura), com a qual a competição deixa de ser entre o orador e os feitos que celebra para uma competição entre os oradores. Segundo a historiadora francesa, o surgimento da polis grega sinalizaria a estabilização do discurso do orador a partir de um determinado conjunto de topoi a ser combinado e re combinado ou, em suas palavras, “A partir daí, tudo está definitivamente resolvido: não é mais o orador que fornece um discurso, mas a matéria que se oferece por si mesma, *areté* tornada substância dos discursos anteriores”, Nicole LORAUX, *Invenção de Atenas*. São Paulo: Editora 34, 1994, p. 261.

A perspectiva da autora é interessante por combinar a fundamentação política da sociedade, o ato de fala do orador, a relação deste ato de fala com aqueles que lhe precederam e as tentativas de normatizar o discurso – aspectos ressaltados ao longo deste capítulo – na contracorrente de uma visão que vê na própria normatividade dos preceitos retóricos o indício da força de seus discursos.

Para um entendimento mais específico da função da oratória fúnebre na Bahia colonial inspirada pela leitura de Nicole Loraux, ver o trabalho já citado de FERREIRA, *Retórica das lágrimas*, op. cit.

⁶² BRITO E LIMA, *Applausos natalícios*, op. cit., 1718, canto III, XLVI, p. 101.

⁶³ ALCIDES, *Estes penhascos*, op. cit., 2003.

seu espaço no jogo agonístico de agudezas e conceitos; com isso, boa parte da importância passível de ser concedida à poesia é tolhida por seu próprio praticante. Se a distinção entre o discreto e o vulgar passa “pelo domínio da própria ficção”,⁶⁴ isto é, pela constituição de si mesmo como sujeito da enunciação, pode-se perguntar se o domínio da própria ficção não estabelece uma relação inversamente proporcional com as ficções possíveis.⁶⁵ Jogando a “liberdade pura” do poeta⁶⁶ ao mal-cuidado canteiro do vulgo, o letrado colonial deixa de cultivar por si suas flores para oferecê-las àquele que lhe provê seu sustento no jardim dos discretos. Porém o que se passa quanto à escrita da história na mesma época?

Academias e agremiações na Europa moderna

O exame das formas poéticas do Seiscentos permitiu a elaboração e a definição do estatuto do letrado na sociedade baiana colonial – ou, ao menos, de uma de suas configurações. Pode-se dizer, com isso, que o letrado gozava de uma existência que se situava entre essas duas inadequadas palavras: autonomia e subserviência. Por um lado, era a proximidade ao poder que fornecia a principal ocasião pela qual os nomes dos Esquecidos são ainda lembrados, as celebrações; por outro lado, isso não significa que esses nomes ficassem incapacitados de incluírem problemas e tópicos que interessassem sobretudo a eles mesmos e não aos soberanos aos quais dedicavam suas composições. É com relação a este substrato e às teorizações – ou à falta destas – que sustentavam essa situação que é possível indagar se o surgimento das academias trouxe qualquer modificação substantiva ao panorama da atuação letrada da época.

O objetivo da presente seção é estudar um conjunto semelhante de questões mas retirando o foco do homem de letras para o das agremiações nas quais ele se reúne, as academias. Para isso, investigaremos o lugar reservado à prática historiográfica na Europa da passagem do Seiscentos para o Setecentos e, em especial, no contexto erudito lusitano, que por motivos analíticos será reduzido à Academia Real da História Portuguesa. A investigação a respeito do estatuto da escrita histórica em meio às tensões e acomodações políticas deste

⁶⁴ HANSEN, “O discreto”, op. cit., 1996, p. 86.

⁶⁵ Ou seja, como o agudo discreto procura a qualquer preço controlar a própria ficção que o constitui, a ficção que é resultado de sua pena é também prova desse auto-controle que ele exerce em todas as suas atividades, enquanto a produção destinada ao vulgo é, justamente, condenada pela desproporção e pela inverossimilhança. Caso se deixe de lado o fato que o discreto e o vulgar são categorias da enunciação e, como tal, são movidas por aquele que enuncia, o letrado, encontrar-se-ia aqui um bom argumento a favor da apropriação carnavalesca dos temas eruditos que marca muito da interpretação da cultura popular na Idade Moderna, a começar por François Rabelais. Em termos teóricos, contudo, seria mais interessante pensar na correlação entre a ficção da obra de arte e o que Luiz Costa Lima – com base, parece-me, nos trabalhos de Alfred Schütz, Erving Goffman e Thomas Luckmann – denomina *ficção externa*, “isto é, realizada fora do âmbito de uma obra de arte” e que “não admite insinuações contra sua veracidade”, COSTA LIMA, *O controle do imaginário & a afirmação do romance*, op. cit., p. 36. Não seria pertinente a este estudo seguir a pista assim apresentada, porém ela é um desdobramento importante das questões aqui tratadas, em especial das relações entre *retoricidade* e as práticas descritas acima, cf. VALLINHAS, “Retoricidade e práticas letradas”, op. cit.

⁶⁶ LUCIANO DE SAMÓSÁTA, *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2009, p. 38.

conturbado contexto nos permitirá abrir a análise daquela comunidade mais ampla à qual respondem – ou se imaginam responder – os acadêmicos baianos, a República das Letras. Qual a medida da autonomia deste imaginário país?⁶⁷ E como vê-la em ação na Bahia setecentista? Essas serão as perguntas da terceira e última seção deste capítulo; por ora, fiquemos com as academias européias como uma espécie de prelúdio à reflexão sobre as americanas.

As academias em seus contextos

A voga acadêmica que atingiu Portugal na primeira metade do século XVIII alastrou-se também por suas províncias e por suas possessões ultramarinas. Nesse sentido, em 1711, foi fundada, em Lisboa, a Academia dos Anônimos; também na Corte, em 1717, D. Francisco Xavier de Meneses, o 4º Conde da Ericeira, reorganizou – após sua estada fora de Lisboa por motivos militares – suas Conferências Discretas e Eruditas (1696-1705) sob o nome de Academia Portuguesa. A Academia dos Anônimos e a Academia Portuguesa forneceriam muitos dos membros fundadores da Academia Real da História Portuguesa, fruto conjunto de Manuel Caetano de Sousa e do monarca lusitano, D. João V, e cujas reuniões se iniciaram em fins de 1720. Somadas às academias formadas nas províncias e às agremiações instituídas em solo brasileiro,⁶⁸ essa situação parece indicar a existência de um movimento semelhante ao de formação de academias na França provincial analisado por Daniel Roche, muito embora o avanço numérico das agremiações no Reino lusitano deva-se, também, a sua entrada tardia no mundo das academias.

A Academia dos Generosos, notadamente a primeira agremiação deste tipo formada em Portugal, veio à existência apenas em 1647, depois, portanto, da Restauração bragantina. Que a formação de academias tenha sido impulsionada, como outros aspectos da administração portuguesa, pela experiência da União Ibérica, é algo que não possuo espaço para discutir; deve-se apenas assinalar, contudo, que se a criação de uma academia real dedicada à história é mais tardia, tendo a Real Academia de la Historia sido formada apenas em 1738, a existência de agremiações patrocinadas pelos reis espanhóis não é, deve-se ressaltar, uma novidade posta em prática pela dinastia borbônica, pois já existiam outras academias reais na Espanha seiscentista e mesmo antes.⁶⁹

⁶⁷ Anthony GRAFTON, “A Sketch Map of a Lost Continent: The Republic of Letters”, in *Worlds made by Words*, op. cit., p. 9.

⁶⁸ Uma listagem mais completa pode ser encontrada em PALMA-FERREIRA, *Academias literárias*, op. cit., e também em MOTA, *A Academia Real da História*, op. cit., pp. 104-105. Reproduzo essas listagens no anexo I ao presente estudo.

⁶⁹ Eva Velasco MORENO, *La Real Academia de la Historia en el siglo XVIII – Una institución de sociabilidad*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000. A autora cita como exemplo a Real Academia de Matemáticas de Madrid, instituída em 1582; essas e outras agremiações patrocinadas pela Coroa hispânica são vistas por Antonio BARRERA-OSORIO, *Experiencing Nature - The Spanish American Empire and the Early Scientific Revolution*. Austin: University of Texas Press, 2006, como fornecendo um primeiro nexos entre a institucionalização da ciência e a valorização da experiência pessoal assim como do empirismo, deslocando a chamada Revolução Científica, que teria acontecido no século XVII no Norte da Europa em direção ao mundo atlântico ibero-americano do século XVI. Ver também

Por outro lado, é preciso dizer que a voga acadêmica do século XVIII é apenas outra de sucessivos movimentos de agremiação e união de letrados sob o signo ou não das autoridades.⁷⁰ Para além das bem-conhecidas Académie Française (1635) e Académies des Inscriptions et Belles-Lettres (fundada em 1663, mas transformada em academia real em 1701), da Royal Society (1660) e da Academia de Ciências de Berlim (1700), pode-se indicar, apenas no âmbito ibero-americano, a existência de agremiações – ainda que temporárias – organizadas por ocasião de festas, celebrações ou certames, especialmente ativas nos vice-reinos da América hispânica.⁷¹ Não há, portanto, qualquer espécie de atraso ibérico no que toca às academias, embora seja possível pensar que, em Portugal ao menos, os intercâmbios intelectuais assumissem outras formas – pode pensar, por exemplos, nas missivas – nos cento e cinquenta anos anteriores à formação da Academia dos Generosos que não a formação de academias.

É possível perguntar, entretanto, se a formação de academias teve o mesmo significado nos três séculos em que elas foram sobremaneira importantes – XVI, XVII e XVIII – ou se se trata de diversas agremiações sob um mesmo nome. Voltando ao movimento analisado por Daniel Roche, tanto em Portugal quanto na França, o ritmo de formação de academias diminui consideravelmente após 1750 ou 1760 (embora possivelmente por motivos muito diferentes),⁷² destacando-se, na segunda metade do Setecentos, em Portugal, a formação

Jorge CAÑIZARES-ESGUERRA, *Nature, Empire, and Nation – Explorations of the History of Science in the Iberian World*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

⁷⁰ A primeira academia moderna de que se tem notícia, por exemplo, é a de Marsílio Ficino estabelecida em Florença em 1426, embora frequentemente os acadêmicos reconhecessem sua dívida para com a academia de Platão, como também fazem os Esquecidos, “Oração que leu o Padre Antônio Gonçalves Pereira sendo Presidente na Academia dos Esquecidos desta Cidade da Bahia em 25 de junho de 1724”, in CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., 1969, vol. I, tomo II, pp. 71-79. A auto-consciência dos diversos acadêmicos com relação à história de seu modo de agremiação é interessante porque permite que a história das academias se desdobre sobre si mesma e que cada fundação seja apresentada como uma re-fundação, uma restituição; a linha das academias, portanto, está sempre sofrendo acréscimos: “o cortejo dos fundadores jamais se fecha, mas o primeiros lugares são sempre os mesmos”, Daniel ROCHE, *Le siècle des Lumières en Province*. Paris: Editions de la Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1989, p. 160. Não deixa de ser curioso, por fim, que em 1839, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se coloque na esteira da Academia dos Esquecidos, in VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO, “Programma historico”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo I, número 2, 1839, p. 64.

⁷¹ Raquel CHANG-RODRIGUEZ, “Poesía lírica. Modalidades poéticas coloniales”, in Ana PIZARRO (org.), *América Latina: palavra, identidade e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, vol. I, p. 307.

⁷² Daniel Roche lista entre esses motivos a constituição de outros meios de sociabilidade, como os museus, as lojas maçônicas e as sociedades literárias, ROCHE, *Le siècles des Lumières*, op. cit., p. 60. Para além destes motivos, pode-se pensar, no caso português, numa diminuição do interesse pelo rei D. José I e seu cônsul, o Conde de Oeiras, na manutenção de agremiações tão ligadas à persona pública de D. João V, como a Academia Real, cf. FIGUEIRÔA-REGO, *Reflexos de um poder discreto*, op. cit., p. 74; todavia após o Terremoto de Lisboa em 1755, esse mesmo rei cede aos acadêmicos reais um palácio para a realização de suas reuniões, MOTA, *A Academia Real*, op. cit., p. 114. Na verdade, parece que todas as agremiações aqui citadas sofrem de mortes não anunciadas, como os Esquecidos – que acabaram abruptamente suas reuniões – ou como a Academia Real, que sofreu um longo declínio, pois se o que as define é a reunião de letrados, simplesmente quando estes deixam de se reunir ocorre o fim dessas agremiações, sem existirem necessariamente motivos políticos por trás de suas decisões.

da Arcádia Lusitana, em 1756,⁷³ e, após a Viradeira, em 1779, a Academia de Ciências de Lisboa. Conquanto a existência de redes intelectuais constitua parte integral da República das Letras, trata-se, de momento a momento e de local a local, de agremiações muito diferentes reunidas debaixo de um mesmo nome. À pobreza vocabular utilizada para denotar diferentes formas de agremiação não pode corresponder semelhante pobreza na análise, tampouco na identificação dos objetos de estudo. Que caminhos podem ser seguidos no estudo das academias histórico-literárias da *primeira modernidade*?

Em seu trabalho sobre a Real Academia de la Historia de Madri, Eva Velasco Moreno aborda o papel da República das Letras junto à então nascente opinião pública, signo – para a autora – de uma sociabilidade democrática. Mesmo que a relação entre a República literaria e o Iluminismo seja tema de páginas futuras, ainda assim é importante referir que, com base tanto em Jürgen Habermas quanto em Reinhart Koselleck, a autora afirma que foram

(...) as distintas instituições da República das Letras (...) responsáveis pela criação de um discurso, valores e práticas de comportamento inovadoras e diferenciadas no contexto do século XVIII. A separação entre o âmbito de atuação dos grupos intelectuais, reunidos em academias ou lojas e o da autoridade política potenciou o êxito e a difusão da sociabilidade democrática.⁷⁴

Essa difusão teve como corolário a ruptura entre as cidades – enquanto local de reunião – e a corte, enquanto espaço de concentração do poder,⁷⁵ por conseguinte, despida da autoridade política, mas de posse da prevalência moral, a sociedade pôde se desenvolver, reunindo-se em locais “apolíticos” nos quais eram praticadas as novas ciências

(...) sem sucumbir à autoridade eclesiástico-estatal de uma Sorbonne, ou então nos clubes, onde não podiam estabelecer o direito, mas, pelo menos, podiam discutir o direito vigente; nos salões, onde o espírito podia reinar livremente, sem o caráter oficial das cátedras e das chancelarias, ou ainda nas bibliotecas e sociedades literárias, onde se dedicavam à arte e à ciência, mas não à política estatal.⁷⁶

⁷³ Inspirada na Arcádia Romana, sua versão lusitana foi formada por três bacharéis recém-formados em Coimbra. Teotônio Gomes de Carvalho, Manuel Nicolau Esteves Negrão e Antônio Dinis da Cruz e Sousa, ALCIDES, *Estes penhascos*, op. cit., 2003, p. 88. O contato de Portugal com a agremiação itálica, contudo, não se inicia aí, uma vez que, em 1725, D. João V doou aos arcades da Península o terreno onde ergueriam a sede de sua agremiação, *Idem*, p. 43 – deve-se remeter ao contexto de disputas em torno da prática e do gosto poéticos, entretanto, que ocorrem nas décadas de 1740 e 1750 em Portugal para se determinar porque, apesar do contato, uma agremiação como a Arcádia Lusitana não fez seu aparecimento antes na cena cultural lusitana, ver ALCIDES, *Estes penhascos*, op. cit., e também João Adolfo HANSEN, “Fênix Renascida & Postilhão de Apolo: Uma Introdução”, in Alcir PÉCORA (org.), *Poesia seiscentista – Fênix Renascida & Postilhão de Apolo*. São Paulo: Hedra, 2002, assim como Sérgio Buarque de HOLANDA, “O ideal arcádico”, in *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991, pp. 177-226.

⁷⁴ “(...) las distintas instituciones de la República de las Letras (...) responsables de la creación de un discurso, unos valores y unas prácticas de comportamiento innovadoras y distintas en el contexto del siglo XVIII. La separación entre el ámbito de actuación de los grupos intelectuales, reunidos en academias o logias, y el de la autoridad política potenció el éxito y la difusión de la sociabilidad democrática”, MORENO, *La Real Academia*, op. cit., p. 30.

⁷⁵ Uma ruptura semelhante é entre a alta burguesia urbana e a corte que havia caracterizado o gosto do grande século francês, resumida sob a fórmula de *la court et la ville* e que havia configurado um primeiro “público” literário, cf. Erich AUERBACH, “La cour et la ville”, in Luiz COSTA LIMA, *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, vol. 2, pp. 150-190.

⁷⁶ Reinhart KOSELLECK, *Crítica e Crise – Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto/EdUERJ, 1999, p. 60.

Embora não deixe de ser estranha a intercambialidade instaurada entre dois autores com objetivos tão distintos quanto Habermas e Koselleck, Eva Moreno pode afirmar que

Estas instituições de sociabilidade configuradoras da esfera público-privada permitiram, em definitivo, a difusão da Ilustração por conta de sua natureza crítica e racional da atividade literária desenvolvida por seus integrantes e por seu caráter público e aberto, que com o apoio da imprensa e da comercialização de bens culturais criou uma opinião pública que estimulava atitudes e valores democráticos em aberto contraste com a preservação do segredo que envolvia o exercício da política absolutista.⁷⁷

No que toca às academias, sobretudo àquelas dedicadas à história, entretanto, torna-se sintomático da intercambialidade entre um e outro autor que a autora não persiga especialmente o argumento de Reinhart Koselleck até seu final, isto é, até à crítica ao próprio Iluminismo pela identificação de que o espaço “apolítico” da sociabilidade democrática era apenas, ao cabo, a antecâmara moral da própria política:

Sem autorização estatal, as leis da moral civil só existem, como em Hobbes, de maneira tácita e secreta, mas já não se restringem aos indivíduos enquanto tais: adquirem caráter obrigatório geral mediante o consentimento secreto e tácito dos cidadãos (...). O portador da moral secreta não é mais o indivíduo, mas a sociedade, a “*society*” que se forma nos “*clubs*”, onde os filósofos se dedicam a investigar as leis morais. Os cidadãos não se submetem apenas ao poder estatal: juntos, formam uma sociedade que desenvolve suas próprias leis morais, que se situam ao lado das leis do Estado.⁷⁸

Sem questionar a validade do esquema interpretativo, pode-se perguntar, contudo, se as agremiações sob foco, no momento, conseguem se estabelecer como espaços *à parte* ou *ao lado* da política, para além de suas sociabilidades específicas – com o que a crítica, no caso, a crítica histórica, pode se desenvolver livremente – ou se se trata de um processo muito mais difuso e indefinido. O exame de algumas academias e vogas acadêmicas pode nos fornecer elementos para uma resposta mais conclusiva.

A Real Academia de la Historia tem sua origem numa tertúlia privada que se reunia na casa do advogado Juan de HERNOSILLA para discutir assuntos que não necessariamente os históricos; essas reuniões privadas, que começaram em 1735, eram frequentadas por personagens ligadas ao aparato estatal espanhol – pauta que, segundo Eva Moreno, manteve-se depois quando a academia recebeu autorização estatal.⁷⁹ A ligação de seus membros com a esfera estatal, deve-se ressaltar, não é necessariamente argumento contrário ao que foi dito antes, uma vez que, privadas, essas reuniões não interfeririam com seus trabalhos ou sua dedicação ao regime,⁸⁰ muito embora a explicação dada pela autora ao fenômeno revele

⁷⁷ “Estas instituciones de sociabilidad configuradoras de la esfera pública-privada permitieron, en definitiva, la difusión de la Ilustración, por la naturaleza crítica y racional de la actividad literaria desplegada por sus componentes y por su carácter público y abierto, que con el apoyo de la prensa y de la comercialización de bienes culturales creó una opinión pública impulsora de actitudes y valores democráticos, en abierto contraste con el secretismo que envolvía el ejercicio de la política absolutista”, MORENO, *La Real Academia*, op. cit., p. 35.

⁷⁸ KOSELLECK, *Crítica e crise*, op. cit., p. 51.

⁷⁹ MORENO, *La Real Academia*, op. cit., p. 48.

⁸⁰ Segundo Eva Moreno, após passar pelo processo seletivo, o candidato ingressante na Real Academia tinha de realizar um juramento pelo qual se comprometia a permanecer fiel ao dogma da concepção de Cristo, a

muito mais as limitações que os méritos de tais personagens.⁸¹ Dois anos mais tarde, a tertúlia se reorganizou como Academia Universal para pleitear proteção real, a qual finalmente foi concedida – não sem tensões –⁸² em 1738. Mesmo que não se possa afirmar ser uma relação de submissão ao poder real, o pedido de proteção demonstra de forma bastante clara a fragilidade de uma esfera privada *em vias de* se tornar pública, especialmente caso se considere o fato de que, como a historiadora indica, as informais reuniões privadas pareciam a seus integrantes “um marco demasiado instável para a consecução de seus objetivos porque dependiam da vontade e da iniciativa individual” – tendo isso em mente, o discurso dos *novatores* se constitui em defesa, serviço ou contribuição à autoridade estatal, muito mais do que sua crítica.⁸³ Por fim, apesar das hierarquias existirem também no mundo das associações privadas, Eva Moreno nota ser a ânsia estatutária da Real Academia expressão do princípio “jurídico-organizativo” da época, decorrente da própria atuação de seus membros no aparelho estatal.⁸⁴

A elaboração de estatutos também chamou a atenção de Daniel Roche a respeito do contexto francês. Segundo o autor, “Edificada por suas leis e regida por seu código”, a criação de estatutos indica a vontade de estabelecer as fronteiras entre o espaço acadêmico e o não-acadêmico.⁸⁵ Com isso, se não se pode falar em dirigismo ou intervencionismo estatal agindo

observar os estatutos acadêmicos e a guardar segredo sobre o que era tratado na academia, *Ibid.*, p. 189. A cláusula de segredo, que é única entre as agremiações do tipo, é interpretada pela autora como sobrevivência do período em que a academia era privada, *Idem.*, p. 190. O tema do segredo, por sua vez, mereceu análise por Reinhart Koselleck, que o considera traço distintivo das agremiações que, hierarquizadas, procuravam se distinguir do mundo político, KOSELLECK, *Crítica e crise*, op. cit., p. 63. Se não fossem os outros elementos debatidos aqui, constituir-se-ia em forte argumento a favor da integração da Real Academia à narrativa da opinião pública democrática.

⁸¹ “Y es que el médio académico, se nutrió fundamentalmente de este tipo de personas que, por su formación y cercanía al poder, estaban más capacitadas para plantear programas de renovación cultural, desde posiciones integradoras y nada sospechosas de heterodoxia”, MORENO, *La Real Academia*, op. cit., p. 49.

⁸² No processo de obtenção do estatuto de academia real, dois de seus membros que se ocupavam de uma gazeta crítica que criara relativo mal-estar nos meios intelectuais espanhóis, Juan Martínez de Salafraña e Jerónimo Puig, acabaram expulsos da agremiação, *Idem*, pp. 64-65. Pode-se interpretar a querela como a tensão entre um âmbito privado de crítica e uma esfera pública de atuação acadêmica.

⁸³ “(...) un marco demasiado inestable para la consecución de sus objetivos porque dependían de la voluntad y la iniciativa individual”, *idem*, p. 82. As palavras de Juan de Cabriota, citadas nesse momento por Eva Moreno, as quais, já no final do XVII, lamentavam a ausência de uma agremiação dedicada às ciências na Espanha, permite pensar que, no âmbito ibérico, a dívida moral do soberano para com seus credores cidadãos da sociedade é transformada em consciência do atraso de suas monarquias, com o que não se deixa de estar atrelado a elas, KOSELLECK, *Crítica e crise*, op. cit., p. 58.

⁸⁴ MORENO, *La Real Academia*, op. cit., p. 66; interpretação semelhante é fornecida por Renato Luiz Bacellar Cajueiro para defender que, por ter sua imagem estreitamente vinculada à do monarca, é difícil caracterizar a Academia Real da História Portuguesa como uma instituição *moderna*, ver CAJUEIRO, *Letrados D’el Rey*, op. cit. Sua argumentação é próxima mas um tanto mais limitada que a de Pedro Cardim em texto recente no qual afirma que é pelo próprio paradigma jurisdicionalista de atuação real – na qual o poder se confunde com o exercício da justiça – que os órgãos palatinos conseguem dar ao poder monárquico um caráter mais incisivo do que o permitido pelo próprio paradigma, havendo, portanto, uma dialética entre o preceito, sua utilização e seu resultado, ver Pedro CARDIM. “‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”, in Maria Fernanda BICALHO; Vera Lúcia Amaral FERLINI, *Modos de governar: Idéias e práticas políticas no Império português – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 45-68.

⁸⁵ ROCHE, *Le siècle des Lumières*, op. cit., p. 97. Este ponto me parece ser soberbamente trabalhado no que

sobre as academias, já que elas estabelecem suas próprias regras de funcionamento, torna-se significativo que, retornando a tópico anterior, tampouco existisse política de subvenção real às academias. Não eram todas que conseguiam se sustentar sozinhas, mas igualmente nem todas passavam a receber o qualificativo “real” e – na mesma dialética da autonomia e da heteronomia que se aplica ao letrado – as academias muitas vezes se viam na necessidade de oferecer seus serviços a alguma alta personagem pública; como afirma Daniel Roche, as academias tinham de optar entre “a miséria e o insucesso ou a dependência dourada”.⁸⁶

Comparada a sua congênere espanhola ou às agremiações francesas, a sorte da Academia Real da História Portuguesa é definitivamente positiva. O pedido de proteção real de Manuel Caetano de Sousa para sua iniciativa de escrever uma grande história eclesiástica de Portugal, a *Lusitania Sacra*, foi acompanhado de uma remodelação que partiu do próprio rei D. João V e que transformou o objetivo da agremiação no de se escrever “tudo o que pertencer a toda a história deles [do Reino de Portugal e Algarve], e de suas conquistas”.⁸⁷ A Academia Real se tornou o marco mais acabado da política cultural de D. João V, ao mesmo tempo em que contribuiu, segundo Isabel Ferreira da Mota, para o “começo da autonomização do campo historiográfico”:

É a Academia Real da História que passa a ditar as normas do campo historiográfico e com elas configura-o e unifica-o. Os seus folhetos mais normativos corriam avulso pelo país e com eles as normas da Academia circulavam e eram leis no campo historiográfico.⁸⁸

Mesmo assim, pode-se novamente abrir algumas brechas para certos questionamentos importantes. Embora fossem os acadêmicos que se auto-organizassem, a historiadora portuguesa reconhece haver uma situação contraditória sobre a qual se assentava a Academia, que também era real:

Se, por um lado, a Academia Real da História tem um alto grau de autonomia, ela não deixa de ser, por outro lado, uma empresa de Estado. (...) se a Academia Real funda a coesão e a autonomização deste

diz respeito ao contexto português, em especial da Arcádia Lusitana, em Maria Luísa Matalo BORRALHO, “‘Nem muros, nem cidades’: o espírito utópico nas academias portuguesas”, in *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 277-287.

⁸⁶ “(...) la misère et l’échec ou la dépendance dorée”, ROCHE, *Le siècles des Lumières*, op. cit., p. 117. Segundo o mesmo autor, havia dois modelos parisienses disponíveis para os acadêmicos provinciais elaborarem seus estatutos, o da Académie Française, unitário, e o da Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, hierarquizado. O segundo tem pouco sucesso na província, o que indica que o corte entre um e outro modelo se dá entre quem se permite ser amador e quem utiliza as letras profissionalmente, ROCHE, *Le siècles des Lumières*, op. cit., p. 106. Frente a esses modelos, a hierarquização da Academia Real é muito mais difusa, o que pode refletir o maior prestígio social dos “grandes amadores” – membros pertencentes à alta aristocracia, MOTA, *A Academia Real*, op. cit., pp. 139-140 – com relação ao predomínio numérico daqueles que usavam as letras como meio de ascensão social; por sua vez, a Academia dos Esquecidos, cujo único cargo estabelecido era o de secretário, parece se conformar ao modelo de uma sociedade igualitária e amadora.

⁸⁷ “Decreto porque ElRey N. Senhor D. Joaõ V foi servido instituir a Academia Real da Historia Portugueza”, in *Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental: Na Officina de Pascoal da Sylva, 1721, p. 1. Doravante farei apenas referência ao título do texto apresentado nas coleções e à data em que foi apresentado, se a houver.

⁸⁸ MOTA, *A Academia Real*, op. cit., p. 129.

grupo social, a orientação para o enobrecimento contraria-as. E já vimos que a tendência era para que os Acadêmicos alcançassem na sua maioria, e pela sua própria função de historiadores, o estatuto de um primeiro grau de nobreza. Por outro lado, o mecenato, poder de origem *extra-historiográfica*, domina a Academia, *poder historiográfico específico*.⁸⁹

Pode-se perguntar, todavia, se o enquadramento feito por Isabel Ferreira da Mota à narrativa que viemos delineando aqui não se apresenta um tanto quanto forçado, uma vez que para manter a Academia Real da História ligada a ela, a autora precisa reiterar a existência do processo estudado ainda que situe a agremiação estudada em seus primórdios. A Academia Real não gozaria de completa autonomia social porque “Se o ‘autor-historiador’ se afirma autonomamente, o processo ainda está nos seus começos e as tradições inversas ainda vigorosas”.⁹⁰ A substituição do que *era* seu objeto pelo que ele *deveria ser* demonstra que a autora parte de uma concepção das Luzes julgada *a priori*, capaz de definir o que se adapta à narrativa de modernização dos saberes, o que dela escapa e em que momento desta narrativa cada elemento se encontra.

Não se pode negar o papel dessas agremiações na veiculação de idéias e conteúdos novos assim como sua importância para o “treinamento” em sociabilidades alternativas àquelas do Antigo Regime —⁹¹ deve-se apenas perguntar, tendo em vista, por exemplo, as dificuldades de manter a unidade da Academia Real da História frente aos embaraços das categorias que a analisam, se as agremiações históricas são o melhor objeto onde se pode encontrar a incidência da difusão do Iluminismo, da modernização das disciplinas e da formação de uma esfera pública autônoma. Trata-se, então, de começar a distinguir, de um lado, as academias da República das Letras, de outro lado, a República das Letras do Iluminismo.

De República a Monarquia das Letras

Para se conceituar mais exatamente os méritos da discussão desenvolvida no último item, qual seja, o da importância das academias na difusão de um tipo de sociabilidade avessa àquela do Antigo Regime e que seria marcada por seu caráter democrático e igualitário, é preciso primeiro compreender de forma mais clara o lugar e a função de algumas maneiras de exercer a historiografia entre os séculos XVII e XVIII. Pelo exame de debates em torno ao caráter público da atividade do historiador, se tornará possível, em primeiro lugar, problematizar a relação das academias históricas com os processos que acabam por doar sua feição particular ao Setecentos; em segundo lugar, também se poderá relativizar a interrelação, muitas vezes naturalizada, entre os conceitos trabalhados acima. A questão é importante não apenas porque é levantada por um número considerável de obras que tratam do tema, mas sim porque parece ser necessário examinar a relação ambivalente estabelecida pela Academia dos Esquecidos

⁸⁹ *Ibid.*, p. 131; *grifos meus*.

⁹⁰ *Ibid.*

⁹¹ Ver a conclusão de MORENO, *La Real Academia*, op. cit., pp. 269-275.

com um “contexto iluminista”,⁹² ainda que muito dessa relação seja expressa por meio de linguagens que não aquelas associadas a este movimento. O jogo entre problemas novos e respostas convencionais constituirá a forma de inserção dos Esquecidos nos processos que se formam ao longo deste importante contexto – e isto tanto a respeito dos limites de sua atividade enquanto acadêmico até os modelos historiográficos de que se utilizam chegando às possibilidades da crítica que exercitam.

Para isso, um de nossos guias será o secretário perpétuo da Academia Real, Manoel Telles da Silva (1682-1735) e sua *Historia da Academia Real da Historia Portugueza*,⁹³ obra cuja parcialidade e idiosincrasia, auxiliada pelo juízo do acadêmico *laborioso*, Inácio Barbosa Machado, segundo o qual

(...) no século de homens tão grandes na História, que enchendo ao mundo com a fama de seus nomes acovardam os entendimentos e suspendem todo o discurso, como aqueles cinquenta Heróis da Lusitânia os cinquenta Acadêmicos reais, que hoje formam o Templo de Palas, ou a Academia Régia na Corte de nosso Monarca,⁹⁴

permite pensar se também a agremiação lisboeta não lança sua sombra sobre o que se procura entender aqui. Antes, entretanto, é preciso retornar mais uma vez ao contexto espanhol para entrar em contato com nossos problemas.

De acordo com Antonio Morales Moya e Mariano Esteban de Veja, o cargo de “historiógrafo” tende a desaparecer na Espanha setecentista. Em 1744, seis anos depois da criação da Real Academia de la Historia, os cargos de cronista geral e os cronistas particulares ficam vagos e, em 1755, a academia historiográfica toma para si os deveres do cronicado das Índias –⁹⁵ ampliação de suas atividades que colocará em xeque, cerca de quarenta anos

⁹² A noção de um “contexto iluminista” pode ser compreendida de diferentes formas. Para além daquela de Reinhart Koselleck, que já conhecemos acima, é preciso entender a existência de uma tensão entre outras duas conceituações aqui utilizadas: a primeira, de J.G.A. Pocock, entende ter existido *vários* iluminismos, cada um com suas características específicas, de modo a desestabilizar a noção de que o Iluminismo teria sido um processo que se irradiaria a partir da França, cf. J.G.A. POCOOCK, *Barbarism and Religion – The Enlightenment of Edward Gibbon, 1737-1764*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, vol. I; a segunda, de John Robertson, compartilha da mesma intenção de Pocock de que o processo conhecido como Iluminismo não se irradiou a partir da França, todavia ao invés de *vários iluminismos* ele entende ter existido apenas um processo com diferentes manifestações, cf. John ROBERTSON, *The Case for the Enlightenment: Scotland and Naples 1680-1760*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. Ambos os autores compartilham, contudo, a noção de que mais do que uma série pré-determinada de conteúdos – de modo que tais ou quais concepções podem ser qualificadas como ilustradas ou não –, o Iluminismo foi uma situação discursiva marcada pela ocorrência de uma série de debates – este pressuposto básico é o que procuro manter aqui.

⁹³ Manoel Telles da SYLVA, *Historia da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727.

⁹⁴ Inácio Barbosa MACHADO, “Dissertações da história militar do Brasil”, in MORAES, *A Academia Brasileira dos Esquecidos*, op. cit., f. 7v.

⁹⁵ Iris Kantor afirma que, na Espanha, a criação de uma academia real dedicada à história “não significou a imediata incorporação dos cargos dos cronistas régios e das Índias às atribuições da Academia, como ocorreu com a congênere portuguesa”, KANTOR, *Esquecidos e Renascidos*, op. cit., 2004, p. 39; em Portugal, todavia, esses cargos são mantidos ao mesmo tempo em que seus ocupantes ou ingressam na Academia Real da História ou são cada vez recrutados entre suas fileiras, como acontece, por exemplo, com os guardas-mores da Torre do Tombo, ver FIGUEIRÔA-REGO, *Reflexos de um poder discreto*, op. cit., pp.

depois, a própria Real Academia.⁹⁶ Os autores afirmam, dessa maneira, que “A Academia real de história representa, então, e durante todo o século XVIII, o eixo da ‘política da história’ sustentada pela nova dinastia borbônica”.⁹⁷ Entretanto se a Real Academia de la Historia assume o papel de política estatal, ainda que de uma “monarquia esclarecida”,⁹⁸ porque não lhe conceder a pecha de “história oficial” —⁹⁹ expressão que pode caracterizar também a sua congênera lisboeta?

(...) todo o Corpo da Academia Real tem sido ilustrado pela benéfica influencia de V. Magestade, que ao mesmo tempo serve de suavissima recompensa à fadiga da Academia, e há de servir de estabilidade a este tão insigne Congresso, a quem o Regio espirito de V. Magestade formou, e dispoz para officina da sua gloria, pois nelle se renovaõ as estatuas de tantos Heroes, que ou felizmente se descobrem, ou novamente se lhes erigem, para se fabricar a de V. Magestade, sendo cada huma dellas parte sómente do Modello, formado pela Heroica imitação, com que V. Magestade excederá a todos os seus famosos Predecessores.¹⁰⁰

Percebe-se, ilustrado pela passagem de Manoel Telles da Silva, a dificuldade encontrada quando se pretende opor, de forma demasiadamente rápida, erudição acadêmica e historiografia à serviço do Estado; caso se pense, contudo, com Richard L. Kagan, que entre os historiógrafos europeus da Idade Moderna estavam alguns dos nomes mais famosos da República das Letras,¹⁰¹ pode-se ultrapassar a divisão entre a parcela estatal e a parcela erudita ou — revelando a incapacidade dos termos — parcela “historiográfica” e “extra-historiográfica” que a análise anterior tentava ressaltar — e é justamente a “história oficial” que pode levar

131-133. Ao contrário da Espanha, esses cargos pouco vagam ou são abolidos ao longo do XVIII.

⁹⁶ Por causa da disputa entre, de um lado, a Real Academia e seu diretor, Pedro Rodriguez de Campomanes e, de outro lado, Juan Bautista Muñoz, indicado pelo rei Carlos IV para escrever a história das Índias, a academia passou pelo afastamento do primeiro e pela reformulação de seus estatutos, em 1792, reduzindo em muito o âmbito de sua atuação; ver MORENO, *La Real Academia*, op. cit., p. 151; KANTOR, *Esquecidos e Renascidos*, op. cit., 2004, pp. 40-41; Richard L. KAGAN, *Clio and the Crown: The Politics of History in Medieval and Early Modern Spain*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009, p. 288 e CAÑIZARES-ESGUERRA, *How to Write the History*, op. cit., pp. 170-203.

⁹⁷ Antonio Morales MOYA; Mariano Esteban de VEJA. “Historiographie et pouvoir politique dans l’Espagne du XVIIIe siècle (1700-1808)”, in Chantal GRELL, *Les Historiographes en Europe de la fin du Moyen Âge à la Révolution*. Paris: Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 2006, p. 203

⁹⁸ *Ibid.*

⁹⁹ Tal como utilizada aqui, “história oficial” é uma “história ‘aprovada’ ou ‘autorizada’, história que recebe patrocínio e apoio governamental”, KAGAN, *Clio and the Crown*, op. cit., p. 3. Como se percebe, a categoria é ampla: Richard L. Kagan adiciona, ainda, a característica de ser escrita visando formular uma imagem positiva dos interesses do governante ou daquele para quem foi originariamente escrita; para Chantal Grell, por sua vez, a história dos historiógrafos foi “considerada como um meio de afirmar uma soberania, um poder sobre um território e a legitimidade desse poder” e, para isso, tinha alguns traços distintivos, como uma abertura “mítica” e o tratar da política, ainda que se possa ressaltar que sua característica mais importante era o ser um saber coletivo ao qual cada historiador faz sua contribuição. Em termos genéricos, portanto, não deixa de haver algumas semelhanças entre a “história oficial” e a empresa acadêmica, Chantal GRELL, “Introduction”, in *Les Historiographes en Europe de la fin du Moyen Âge à la Révolution*. Paris: Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 2006, pp. 12-13.

¹⁰⁰ SYLVA, *Historia da Academia Real*, op. cit., 1727, pp. II-III

¹⁰¹ Uma lista que vai de Gomes Eanes de Zurara e João de Barros a Racine e Voltaire, passando por Hugo Grotius, Pietro Bembo e Philippe de Commines; como afirma Richard L. Kagan, todos estes destacados *scholars* estavam ansiosos pelos pagamentos que esses cargos tendiam a oferecer, KAGAN, *Clio and the Crown*, op. cit., p. 4.

a uma reavaliação do papel do historiador, a meio caminho da reelaboração dos conceitos acima enunciados.

A Europa que sai pacificada da Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1714) foi descrita por J.G.A. Pocock como uma “‘confederação’ de estados independentes e soberanos, mantidos em permanente associação por um *jus gentium* que assegurava que as guerras terminariam em tratados e que alguns destes *foedera* viveriam o bastante para alcançar o estatuto de uma lei comum”.¹⁰² Nessa Europa unificada, a história teria sua importância transformada: a esperança de que as guerras acabassem em tratados assegurava a crença de que o aperfeiçoamento dos costumes e das maneiras libertaria o homem da tirania e do obscurecimento,¹⁰³ enquanto o comércio de letras e notícias auxiliaria na compreensão de seu próprio passado, ajudando a alargar a distância entre antigos e modernos no interior do próprio âmbito historiográfico.¹⁰⁴

Sobre o credito, que se devia dar aos Authores, que padecem a censura de serem apocrifos, tambem se não conformavaõ todos os Academicos; e Lourenço Botelho Sottomayor nesta mesma Conferencia, queixando-se de que a entrada dos Romanos em Hespanha (que he uma das partes da Historia que escreve) era taõ improvável, disse, que ainda quando o Berozo de Joaõ Anio tivesse o credito, que se suppoem mereceria o verdadeira Berozo, para elle teria sempre muito pouca autoridade nas Historias de Hespanha; *porque vivendo este Author taõ distante, e em tempo que havia pouco commercio entre as gentes, menos Historiadores, e livros, era muito difficil, que soubesse em Caldea, ou em Babylonia, a verdade dos sucessos de Hespanha, mais que por algumas noticias truncadas, e confusas.*¹⁰⁵

A *notícia*, convertida em próprio signo do homem moderno,¹⁰⁶ circundada pelo conceito de

¹⁰² “a ‘confederation’ of independent sovereign states, held together in a permanent association by a *jus gentium* which ensured that wars would end in treaties and the some of these *foedera* would be so lasting as to approach the status of public law”, J.G.A. POCOCK, *Barbarism and Religion*, op. cit., vol. I, p. 109.

¹⁰³ Apesar de bastante diferentes, esta passagem revela um ponto de convergência entre os conceitos de Iluminismo de Reinhart Koselleck e J.G.A. Pocock. Segundo o primeiro, é sobre o pano de fundo da paz europeia que a crítica e a filosofia da história burguesas encontrariam o espaço propício a seu exercício e crescimento, KOSELLECK, *Crítica e crise*, op. cit., 1999, p. 46 – ainda assim, sobre este mesmo último ponto os dois autores voltam a divergir, o que é tema da próxima nota.

¹⁰⁴ Dessa forma, J.G.A. Pocock recua para antes do chamado *Sattlezeit* (1750-1850) a formação do conceito de *progresso* no pensamento europeu. A perspectiva de Pocock é irmã daquela de LEVINE, *The Autonomy of History*, op. cit., segundo a qual o desenvolvimento do método histórico – em sua argumentação identificado à própria historiografia – e do conceito de história foram simultâneos; para o primeiro, a acumulação de camadas temporais no pensamento ocidental se dá pela própria ampliação dos objetos da historiografia: “Neste ponto a pré-história do Iluminismo adquiriu uma nova dimensão; a riqueza da literatura clássica entrou no universo histórico; e o sistema dos estados e sua sociedade civil se tornaram modernos num duplo sentido, como tendo ultrapassado o eclesiástico e o fanático [religioso] – que começou a ser chamado de medieval – e como tendo ultrapassado o antigo e o virtuoso, vistos agora como os principais adversários do crítico e do comercial”, POCOCK, *Barbarism and Religion*, op. cit., vol. I, p. 112. Isso permite pensar que, como sua própria palestra transcrita em Marcelo Gantus JASMIN; João FERES JR., *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Loyola, 2006, não se trata tanto de recusa por parte de Pocock do aporte de Reinhart Koselleck quanto apenas da constatação de que os pontos de contato entre ambos são, na verdade, diminutos.

¹⁰⁵ SYLVA, *Historia da Academia Real*, op. cit., 1727, pp. 276-277.

¹⁰⁶ Com base no dicionário de Rafael Bluteau, Tiago C.P. dos Reis Miranda nota existir, no âmbito lusitano, tanto a noção de *notícia* como *informação* quanto como *saber*. Enquanto a palavra passou a se restringir apenas a sua primeira acepção, ela não obstante entrou no processo de acumulação de saber que veio a definir a *ciência*. Essa ambivalência garantiu o espaço do elemento noticioso como importante para a formação do novo homem público, como revelam as diversas gazetas que circulavam na Europa; Tiago

civilização, encontraria na narrativa que demonstra a superação da barbárie pelo refinamento o material da historiografia que, como Pocock lembra, recebe o epíteto de *filosófica*. Essa historiografia, fruto setecentista, era posterior àquela caracterizada pelo método crítico e pela leitura intensiva de documentos; e a dificultosa relação, até os seis volumes da história de Edward Gibbon, entre a *crítica* e o *método crítico* no interior da historiografia setecentista – marcada pela grande historiografia iluminista –¹⁰⁷ denota o momento em que as referências à obra do secretário da Academia Real deixam de ser ilustrações para se transformarem em problemas.

A emergência de um contexto iluminista encontra um equivalente na comunidade internacional de estudos, a República das Letras, já existente. Embora essa comunidade já existisse nos séculos precedentes, no último quarto do século XVI e ao longo do XVII¹⁰⁸ ela ganha uma nova relevância, pois

Quando, em décadas, a Igreja ocidental se rompeu como resultado da Reforma e da Contra-Reforma, a República das Letras sobrevive como o único quadro genuinamente internacional para a comunicação intelectual. Alçando-se acima da polarização confessional, a República continuou a crescer e a se desenvolver no século XVII.¹⁰⁹

Por causa do caráter laico da comunicação estabelecida pela República das Letras, ela pôde sobreviver às disputas e guerras religiosas que marcaram a emergência da modernidade européia, muito embora uma grande parcela de suas iniciativas fosse feita tendo em vista o reforço das linhas confessionais –¹¹⁰ e, da mesma forma, embora possuísse relativa autonomia, a República literária não estava imune a mudanças. Como lembra John Robertson, um dos momentos mais dramáticos de sua existência foi a conversão, ocasionada pelos huguenotes franceses expatriados nas Províncias Unidas (Holanda), da República das Letras num meio de discussão das novas idéias, no final do Seiscentos,¹¹¹ abrindo caminho para a *crítica* no sentido em que Reinhart Koselleck a entende. Novamente, portanto, a relação dessa comunidade com o que está à sua volta está longe de ser pacífica, e se essas modificações certamente assinalam a proximidade da República literária com os processos que lhe são posteriores – o Iluminismo –, é possível afirmar sua coincidência?

Para Alfred Hiatt, a República das Letras “é mais uma metáfora que uma instituição”,

C. P. dos Reis MIRANDA, “Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora: notícias de história”, in ALGRANTI; MEGIANI, *O império por escrito*, op. cit., pp. 187-189. Em Portugal, o 4º Conde da Ericeira é responsável pela confecção de uma, enquanto José Freire Monterroyo Mascarenhas, autor de uma notícia dos feitos de Vasco Fernandes César de Meneses na Ásia, e José Soares da Silva, membro da Academia real, são responsáveis por outras, FIGUEIRÔA-REGO, *Reflexos*, op. cit., p. 47.

¹⁰⁷ Arnaldo MOMIGLIANO, “Gibbon’s Contribution to Historical Method”, in *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, vol. 2, n° 4, 1954, pp. 450-463; POCOCK, *Barbarism and Religion*, op. cit., vol. I, p. 113.

¹⁰⁸ GRAFTON, “A Sketch Map”, op. cit., p. 16.

¹⁰⁹ “When, within decades, the Western church broke up as a result of Reformation and Counter-Reformation, the Republic of Letters survived as the only genuinely international framework for intellectual communication. Rising above confessional polarization, the Republic continued to grow and develop in the seventeenth century”, in ROBERTSON, *The Case for the Enlightenment*, op. cit., p. 39.

¹¹⁰ GRAFTON, “A Sketch Map”, op. cit., p. 24.

¹¹¹ ROBERTSON, *The Case for the Enlightenment*, op. cit., p. 39.

de modo que, em sua opinião é importante não reificá-la – até mesmo porque se trata de uma metáfora em constante reelaboração.¹¹² A República literária somente se concretiza em contextos específicos, contextos formados pelo cruzamento entre demandas, métodos e aspirações e que resultam frequentemente em conflitos e disputas.¹¹³ Pode-se compará-la, dessa forma, a um condomínio superpovoado no qual não são incomuns nem as discussões nem as tentativas de despejo. É com relação a estas duas últimas opções que se pode caracterizar o processo batizado por Blandine Barret-Kriegel de *défait de l'érudition*.¹¹⁴

Segundo J.G.A. Pocock, a derrota da erudição não diz respeito tanto à exclusão da erudição da comunidade internacional de estudos – algo que, de fato, nunca aconteceu – quanto a sua desclassificação e sua rejeição por parte dos *philosophes* e sua historiografia perante a opinião pública.¹¹⁵ O debate que levou, no âmbito francês, a essa desclassificação gira em torno a problemas e termos muito semelhantes aos da história oficial seiscentista que já vimos.

Em meio aos debates em torno à escrita da história na segunda metade do XVII, a diplomática – a ciência de analisar, avaliar, julgar e estabelecer a veracidade dos documentos – encontrava-se sob forte ataque. Em discussões que exploraremos melhor em momento posterior deste estudo, questionava-se a relação entre a diplomática, representante da erudição historiográfica, e a verdade que se aceitava por corrente; em especial era preocupante a possibilidade de desestabilizar as bases tanto da religião quanto do Estado pela descoberta e atestação de documentos – algo que já ocorrera antes.¹¹⁶ Frente à possibilidade de ser condenado por sua irresponsabilidade no manejo de importantes papéis, Jean Mabillon se afirma “um juiz”, isto é,

Uma pessoa pública estabelecida para fazer a justiça, todas as pessoas seguem seu julgamento sobre os fatos que lhe são colocados à mão e ele é culpado de um grande crime quando não faz seu possível para dar a cada um aquilo que lhe pertence. É também obrigação de um historiador, que é uma pessoa pública sobre a qual se ampara para examinar os fatos da antiguidade.¹¹⁷

¹¹² Alfred HIATT, “Diplomatic Arts: Hickeys against Mabillon in the Republic of Letters”, in *Journal of the History of Ideas*, vol. 70, n° 3, July 2009, pp. 368-369.

¹¹³ Como destaca Reinhart Koselleck, no contexto de pacificação que se segue às guerras religiosas, o conflito armado é retirado do interior das próprias sociedades (guerra civil) e levado a seu exterior, originando as – cada vez mais raras – disputas entre os países europeus ou sendo transferidas aos territórios ultramarinos. Na República das Letras, contudo, onde a crítica impera e a liberdade de opinião é regra, o estado de natureza retorna e a coexistência – ainda que regrada – entre os letrados não esconde que se trata do princípio de *bellum omnes contra omnes* que está em ação: “A república das letras de [Pierre] Bayle, estendida ao Estado, é a democracia total que Rousseau deveria conceber meio século depois”, KOSELLECK, *Crítica e crise*, op. cit., p. 98. Essa interpretação destoa – e, justamente por isso, é bastante útil – da maior parte dos relatos da interação entre os membros da República literária.

¹¹⁴ Blandine BARRET-KRIEGEL, *L'histoire à l'âge classique: La défaite de l'érudition*. Paris: PUF, 1996, vol. II.

¹¹⁵ POCKOCK, *Barbarism and Religion*, op. cit., vol. I, p. 146.

¹¹⁶ Penso em Lorenzo Valla e sua crítica à “Doação de Constantino”, no século XV; para uma discussão, bastante detalhada quanto ao impacto de Valla no contexto da época e imediatamente posterior, ver Alfred HIATT, *The making of medieval forgeries: false documents in fifteenth-century England*. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

¹¹⁷ “Un Juge est une personne publique établie pour rendre la Justice, tout le monde suit son jugement sur

Ao definir-se como um juiz, o erudito francês aproxima seu trabalho de cópia, coleta e comparação de documentos ao trabalho de historiador, cuja responsabilidade era já a de fornecer um juízo adequado a respeito de pessoas e acontecimentos:

A aproximação da figura do historiador e daquele do magistrado, da atividade do antiquário com aquela do investigador judiciário, remetia evidentemente aos serviços recíprocos, prestações e contraprestações dos quais se nutriam as duas funções. Como o juiz, o historiador trabalha com os títulos e os diplomas. Uma demanda social idêntica conduz indistintamente ao desenvolvimento jurídico e histórico. (...) Proximidade da história e do direito que dá ao antiquário, assim, um sentimento legítimo de aprovação do julgamento histórico que a história filosófica não veio problematizar.¹¹⁸

É preciso ter em mente, contudo, que essa inovação no campo historiográfico – a afirmação da crítica documental como trabalho do historiador – não deixa, por outro lado, de representar uma continuidade na elaboração dos fins da escrita da história. Como lembra Pocock, analisando o mesmo problema:

Escrever a história se definia classicamente pela fusão entre estes dois papéis; escrita por cidadãos, ela demonstra as ações de seres públicos enquanto cidadãos ou governantes para serem julgadas por uma posteridade de cidadãos; mas com o surgimento das monarquias e dos estados, ela se tornou uma atividade realizada pelos detentores de um cargo.¹¹⁹

Dessa forma, Jean Mabillon transformou o estudo das antiguidades nacionais – religiosas ou seculares – em uma forma de debate político, a ser julgado também publicamente, ou seja, dotou o que antes era apenas de interesse particular de antiquários e religiosos de muitos dos caracteres que a história já possuía: uma atividade de interesse geral e cujo objetivo era a instrução para, de alguma forma, reforçar a autoridade do Estado ou da Igreja do presente. O espaço público reclamado por Mabillon para sua atividade erudita, portanto, é tão próximo da esfera do poder quanto afastado da esfera privada a partir da qual a crítica, em meados do Setecentos, afirmará sua abrangência – e é preciso ter isso em mente para não se projetar o fim do processo agora trabalhado em seu início.

Algo semelhante acontece no contexto português. A concessão do privilégio aos acadêmicos reais de entrarem junto aos magistrados na celebração do casamento dos infantes

les faits que l'on luy met en main: et il est coupable d'un grand crime lors qu'il ne fait pas son possible pour rendre a chacun ce qui luy appartient. C'est aussy l'obligation d'un historien, qui est une personne publique, sur laquelle on se repose pour examiner les faits de l'antiquité", Jean MABILLON, *Brèves reflexions sur quelques règles de l'histoire*. Paris: P.O.L., 1990, p. 104; tradução de Fernando Nicolazzi.

¹¹⁸ "Le rapprochement de la figure de l'historien et de celle du magistrat, de l'activité de l'antiquaire avec celle de l'investigation judiciaire, tient évidemment aux services réciproques, prestations, contre-prestations, dont se nourrissent les deux fonctions. Comme le juge, l'historien travaille sur des titres et des diplômes. Une demande sociale identique conduit indifféremment au développement juridique et historique. (...) Proximité de l'histoire et du droit qui donne ainsi à l'antiquaire un sentiment légitime d'approbation du jugement historique que n'est pas encore venu anathémiser l'histoire philosophique", BARRET-KRIEDEL, *L'histoire à l'âge classique*, op. cit., vol. II, pp. 151-152..

¹¹⁹ "To write history was classically to conflate these two roles; written by citizens, it displayed the actions of public beings, whether citizens or rulers, to be judged by a posterity of citizens; but with the rise of monarchies and states, it had become an activity performed by the holders of an office", POCOCK, *Barbarism and Religion*, op. cit., vol. I, p. 147.

de Portugal e Castela, em 1728, é recebida por Manuel Caetano de Sousa como equiparação dos fóruns da história ao fórum dos tribunais:

Com igualar S. Magestade a Academia aos Tribunaes, lhe ensina a imitallos na justiça, a imitallos na vigilancia (...). Ensina-nos a imitar a vigilancia dos Ministros, em examinar a força das razoens, a legalidade das testemunhas, a authoridade dos documentos, para estabelecer com tanta segurança as proposiçoens Historicas, com quanto ellas confirmaõ as sentençans juridicas (...). Fez a esta Academia o Tribunal da Verdade, quer, que só se escreva a verdade, quando se puder alcançar; e quando se não achar nos factos certeza infallivel, se siga o mais provavel.¹²⁰

A equiparação, celebrada pelo clérigo e erudito lusitano, implica no reconhecimento de que a crítica histórica e a crítica dos filósofos, apesar de todas as suas semelhanças, como veremos depois, apartam-se no momento de consideração de uma esfera pública diferenciada, pois enquanto o primeiro pensa na crítica como reforço à autoridade instituída, o segundo pensa na crítica como meio para solapar essa mesma autoridade. Torna-se sintomático que Manuel Caetano de Sousa considere, na sequência da passagem transcrita acima, que a confirmação do privilegio acordado por D. João V demonstra que “não pódem ter liberdade os Historiadores”, já que “Neste beneficio se verifica de dous modos aquella antiga sentença, que affirma, que quem recebe qualquer beneficio, pelo seu preço vendeo a liberdade”.¹²¹

Pode-se concluir, a partir da análise da *défaite de l'érudition* francesa e de algumas incidências parecidas no âmbito lusitano, que o processo de formação de um novo espaço público caracterizado pela sociabilidade democrática não é necessariamente o mesmo no qual se inserem as agremiações dedicadas à historiografia na primeira metade do século XVIII. Estas se aproximam – enquanto instituições públicas – do âmbito da “história oficial”, que era julgada e reescrita, mas nunca desmantelada. Embora se tratem dos termos de um debate – da mesma forma como não se pode considerar de modo algum tudo o que foi discutido aqui de modo negativo, como *mera* história oficial –, percebe-se que as academias encontram-se no reverso do que as interpretações que discutimos anteriormente procuram destacar. Com bem resume J.G.A. Pocock,

Se assumirmos que esses processos tomaram forma *dans l'opinion publique*, a questão que pode ser levantada é se este termo é neutro ou significativamente variável. Nós vimos que o *érudit* podia afirmar ser tanto um *historien* quanto uma *personne publique*, querendo dizer que não apenas sua profissão [*office*] era pública mas que ele detinha um cargo público [*public office*] (...). *L'opinion publique*, então, poderia ser um tecido de julgamentos formados entre os ocupantes do ofício público. Há,

¹²⁰ “Oração, que disse o Padre D. Manuel Caetano de Sousa, Clerigo Regular, sendo director da Academia Real, em 5. de Fevereiro de 1728. em açam de Graças pela mercê, que Sua Magestade fez à Academia, em lhe dar a noticia dos felicissimos Casamentos do Principe nosso Senhor com a Serenissima Senhora Infanta de Castella, D. Maria Anna Victoria, e da Serenissima Senhor D. Maria Barbara, infanta de Portugal, com o Serenissimo Senhor D. Fernando, Principe de Asturias, na mesma fôrma que os tribunaes, e mandandolhe, que nos mesmos dias que elles, fosse beijar a maõ a Suas Magestades, e Altezas”, in *Colleçam dos Documentos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, Que neste anno de 1728. se compuzeraõ, e se imprimirão por ordem dos seus Censores*. Lisboa Occidental: Na Officina de Pascoal da Sylva, 1728, pp. 6-7. Doravante, as referências aos volumes da Academia Real serão feitas indicando apenas a espécie de intervenção, seguido pela data e, por fim, pela abreviação *CDMARHP*, de modo a evitar ocupar menor espaço nas notas.

¹²¹ *Idem*, p. 8.

contudo, uma definição alternativa de ‘espaço público’ como ocupado e, de fato inventado e criado, por aqueles excluídos dos cargos públicos ou que escolhem não exercê-lo e que atuam tanto na capacidade de cidadãos – o indivíduo agindo como cidadão – quanto de críticos – definindo a si mesmos como público através de seus comentários sobre o exercício daqueles cargos pelos outros,

e essa incongruência entre duas esferas públicas faz a própria justificativa do acadêmico parecer inadequada, já que “Os *philosophes* procuravam agora definir os *érudits* como detentores de cargos públicos (...) de modo que a *érudition* aparecia como uma espécie de história oficial”.¹²² Será preciso ter em mente a complexidade deste processo caso se queira resolver a (aparente) contradição entre o constante aprimoramento do saber sobre o passado – um saber de modo algum *regulado* pelo Estado – mas que, não obstante, não é perseguido com o mesmo caráter de independência perante o público que caracteriza a atuação de muitos daqueles que criticavam as academias e a historiografia da época. Por fim, pode-se agora aceitar que a autonomização da atividade do homem de letras através da República literária não significa necessariamente que ele tenha se libertado das pressões sociais que lhe são exercidas e que ele mesmo exerce. A República das Letras deixa de ser o espaço homogêneo onde o diálogo transcorre livremente para assumir também os contornos das confissões e das nacionalidades e o serviço ou a acomodação ao Estado ou à Igreja por parte dos integrantes dessa república não indica uma contaminação tampouco é o resultado de sua cooptação, mas pode ser vista como parte – não menor nem maior que outras – de sua própria atuação, disponível a eles sem maiores dores de consciência. Tem-se, agora, mais elementos para analisar o caso português e sua singularmente poderosa academia historiográfica.

Enquanto na França dos enciclopedistas, os letrados buscavam se constituir como anti-Estado¹²³ e, na Inglaterra dos antiquários, a estes faltou sua própria articulação para a formação de uma academia,¹²⁴ em Portugal houve a congruência entre os interesses de eruditos e da Coroa, resultando na formação de uma (relativamente) ampla comunidade de discussão, que é a própria Academia Real. Não deixa de ser característica portuguesa, portanto, que enquanto na Inglaterra o antiquariado foi praticado por membros da *gentry*, do baixo clero e da pequena burguesia urbana¹²⁵ e na França e na Espanha a Académie des

¹²² “If we allow these processes to have taken place *dans l’opinion publique*, the question may arise whether this term is neutral or significantly variable. We have seen that the *érudit* might claim to be both a *historien* and a *personne publique*, meaning not only that his office was a public one but that he held a public office (...) *L’opinion publique*, then, might be a tissue of judgements formed among the occupants of public office. There exists, however, the alternative of defining the ‘public space’ as occupied, and indeed invented and created, by those excluded from public office or choosing not to exercise it, and acting in the capacity either of citizen, the individual acting as public being, or or critic, defining himself as public being through his commentary upon the exercise of office by others (...). The *philosophes* were now tempted to define the *érudits* as office-holders (...); so that *erudition* appeared a species of official history”, POCKOCK, *Barbarism and Religion*, op. cit., vol. I, p. 147.

¹²³ *Idem*, p. 150.

¹²⁴ HIATT, “Diplomatic Arts”, op. cit., p. 373.

¹²⁵ Daniel R. WOOLF, “Little Crosby and the horizons of early modern historical culture”, in Donald R. KELLEY; David Harris SACKS, *The Historical Imagination in Early Modern Britain – History, Rhetoric, and Fiction, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press/Woodrow Wilson Center Series, 1997, pp. 93-132.

Inscriptions et Belles-Lettres e a Real Academia de la Historia, respectivamente, recorressem ao pagamento de soldos para manterem a assiduidade de seus membros, a atividade acadêmica em Portugal fosse levada a cabo sobretudo por nobres, numa mescla de erudição histórica e perspectiva filosófica no âmbito científico que caracteriza, por exemplo, a atuação de D. Francisco Xavier de Meneses, o 4º Conde da Ericeira.¹²⁶ Essa característica torna, *grosso modo*, o acadêmico apto aquele que justamente possui os caracteres do juízo e da discrição que os caracterizariam, resultando que os critérios do julgamento histórico aproximam-se muito da conveniência e do decoro analisados na seção anterior: segundo Antônio Caetano de Sousa, autor da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*,

Não poderá ser bom o historiador, a quem falte se quer huma breve noticia della [da genealogia], pois quando na sua historia der a conhecer as pessoas *somente pellos seus merecimentos, parece lhes ignorar a calidade, que lhe deo o nascimento* (...) Porque taõ grande erro será em hum historiador tratar a hum senhor grande, sem differença de hum homem particular, como a hum homem que foi fidalgo honrado, tratallo como aquelles que são do mais illustre caracter.¹²⁷

Essa necessidade acaba tornando, no caso dos estudos genealógicos, o autor ideal justamente aquele que é mais interessado nesses mesmos estudos; em carta endereçada a D. Pedro de Lencastre, Conde de Vila Nova de Portimão, o mesmo genealogista afirma que “he a genealogia hum estudo (...) mui proprio de hum Senhor grande, e nelles só devia ser premitido, por que assim se evitariaõ as dezordens de que padecem os Livros deste gênero”.¹²⁸ Da mesma forma, os acadêmicos imaginavam a si mesmos assentando as bases de um sólido edificio, uma construção coletiva. Como destaca Chantal Grell, a história oficial era mais o conjunto de contribuições particulares de muitos escritores do que o resultado da iniciativa e do gênio de um deles:¹²⁹

Sendo qualquer História mui propriamente comparada a um edificio, convém esta semelhança com muito mais propriedade a que há de escrever a Academia Real da História Portuguesa; porque assim como o edificio, sendo uma só obra, é fabricado por muitos Artífices, assim esta História há de ser composta por muitos Escritores,¹³⁰

Não se deve, é claro, imaginar que a Academia Real foi “uma instituição monolítica nem o seu labor historiográfico se reduziu a uma logomaquia retórica”,¹³¹ afinal há uma grande distância entre o proposto e o realizado e os resultados a que chegou a Academia Real foram muito diversos dos objetivos estabelecidos nos primeiros anos de sua existência, anos que seu secretário perpétuo transforma em narrativa. Pode-se utilizar o que foi debatido

¹²⁶ Norberto Ferreira da CUNHA, *Elites e académicos na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2001, p. 77; Ofélia Milheiro Caldas Paiva MONTEIRO, “No Alvorecer do Iluminismo em Portugal”, in *Revista de História Literária de Portugal* (separata), vol. I, 1962.

¹²⁷ Antônio Caetano de SOUSA *apud* FIGUEIRÔA-REGO, op. cit., pp. 82-83.

¹²⁸ *Idem*, p. 83.

¹²⁹ GRELL, “Introduction”, in *Les historiographes em Europe de la fin du Moyen Âge à la Revolution*, op. cit., p. 13.

¹³⁰ “Systema da Historia Ecclesiastica, e Secular de Portugal, que ha de escrever a Academia Real da Historia Portugueza”, in *Collecçam...*, 1721, p. 1.

¹³¹ CUNHA, op. cit, p. 11.

anteriormente, contudo, e pensar que também no caso português, para não se reduzir os eruditos acadêmicos nem a meros cultores da liberdade nem a funcionários subservientes, deve-se “viajar de volta a um mundo onde Iluminismo era um produto do debate religioso e não apenas uma reação a ele”¹³² ou, referindo-se à produção historiográfica, um mundo onde a autonomia era exercitada *através* e não *apesar* de sua dependência do poder. Somente ao se desfazer o caráter marmóreo da República literária é que é possível fazê-la adentrar os salões e os estúdios do Reino lusitano e suas colônias.

Uma possível maneira de articular esta conclusão se oferece através do próprio exame da imagem que a Academia Real da História fazia de si mesma e do mundo erudito e cultural no qual ao mesmo tempo se insere e cria. Segundo Manoel Telles da Silva, o cenário intelectual português anterior à fundação da agremiação historiográfica caracterizava-se pelo fato de que

Toda a gloria, que se adquiria com as Sciencias, todo o ornato, que resultava das erudiçoens, e finalmente todo o interesse, que procedia das Artes, era particular, sem que os Portuguezes participassem dos Elogios, que o seu merecimento poderia terlhe adquirido, se fosse conhecido das Naçoens estranhas.¹³³

Essa descrição revela mais acerca dos ideais por trás da instituição da Academia Real do que do panorama intelectual do Reino nas duas primeiras décadas do Setecentos, uma vez que, como já se assinalou na abertura desta seção, foi nas próprias academias então existentes que se recrutaram muitos dos membros da nova agremiação real. A passagem revela um meio intelectual no qual o espaço público possível e admitido é aquele organizado pela intervenção estatal e não pelo comércio privado de livros e idéias:

Achavase em Portugal a Republica das Letras no mesmo estado, em que todas as mais republicas Politicas se consideraõ pela imperfeição, que ordinariamente se reconhece neste genero de governo. Experimentava a família erudita o desamparo da orfandade; o corpo Literario a infelicidade de ser acefalo; a nobreza das Sciencias o damno de naõ ter Corte, que a Aristocracia naõ permite; e o Povo confuso das Artes, a desestimaçaõ procedida da inefficacia do governo Democratico¹³⁴

Chegara, porém, o “feliz tempo de se reduzir esta Republica a Monarquia, e as Sciencias e Artes, sem perderem pela vassallagem a liberdade, principiaraõ a dar no seu exercicio o melhor premio aos seus professores”:

Porque reconhecendo ElRey quanto concorreria para a exaltaçaõ do seu nome, escrevemse sucessos taõ memoráveis, como os que acontecerão no seu Reyno, e Dominios, em toda aquella idade, de que não há sufficientes noticias, quis por meyo de huma nova Historia, que as proezas dos seus Augustos Predecessores, e as de nossos antepassados, naõ só servissem de exemplo para se imitarem, mas tambem de paralelo para se excederem pelas do seu tempo; e incitado do seu magnânimo espirito, e insaciavel amor da fama, determinou tomar debaixo do seu Real patrocínio todo o corpo Literario, que organizado pela sua providencia, e animado pela sua inspiração, fosse dirigido por huma só Cabeça, e por hum só Congresso.¹³⁵

¹³² POCOCK, *Barbarism and Religion*, op. cit., vol. I, p. 5.

¹³³ SYLVA, *Historia da Academia Real*, op. cit., p. 3.

¹³⁴ *Idem*, p. 2.

¹³⁵ *Idem*, p. 4.

A transformação da República numa Monarquia das Letras traz como implicação, portanto, que a Academia Real da História Portuguesa imagina a si mesma como cabeça do congresso de eruditos de todo o Reino e de suas colônias; o erudito que dela participa, desse modo, não se coloca tanto como cidadão da República literária quanto como seu súdito. Pode-se perguntar, entretanto, se quando um historiador moderno afirma também ele que a agremiação real estava “na cabeça ou no governo da República Literária, sancionando e legitimando”,¹³⁶ não se tomou demasiadamente ao pé da letra a interpretação de Manoel Telles da Silva? Em outros termos, as palavras fortes do secretário da Academia Real são a expressão de um desejo ou a descrição de uma realidade?

O século das Luzes na colônia

O objetivo da presente seção é testar se a discussão acompanhada até o momento permite tornar inteligível o objeto do qual este se estudo se ocupa primariamente, a Academia dos Esquecidos e suas dissertações históricas. Neste sentido, num primeiro momento avaliaremos qual a relação estabelecida pela agremiação brasílica com seu entorno, ou seja, como os escritos da Academia dos Esquecidos trabalham a dupla natureza de seus integrantes serem, ao mesmo tempo, súditos da República literária e funcionários da administração imperial. Já vimos que ambos os aspectos não necessariamente são contraditórios, porém será necessário estender o exame da questão em direção às especificidades que se colocam para a academia baiana. Num segundo momento, tentaremos entender qual é o modelo de atuação letrada esposado pelos acadêmicos Esquecidos e por que eles o aceitam. Antes, contudo, é preciso responder a uma pergunta preliminar: qual o lugar da Academia dos Esquecidos no ambiente intelectual do Império português?

A proximidade temporal e temática da Academia Real da História Portuguesa com a Academia Brasílica dos Esquecidos já permitiu a mais de um historiador considerar a formação desta última dentro de um mesmo contexto de institucionalização da escrita e da história que toma parte no Império português. Conquanto não se possa duvidar do aumento da importância da historiografia para a monarquia lusa, a inclusão de uma e outra agremiação num mesmo contexto por vezes leva à visão de que os Esquecidos devem sua existência à instituição de sua congênere reinol, em 1720, quatro anos antes do começo de suas próprias reuniões. Argumento já de certa data, ele foi adiantado por Joaquim Veríssimo Serrão, que dá a seguinte conta dos motivos que presidiram o surgimento da Academia dos Esquecidos:

A criação da Academia Real da História provocou naquele Estado [no Brasil] um sentimento de tristeza pelo fato de nenhuma figura política ou cultural ali residente ter figurado na lista dos membros fundadores,

– e isso apesar de Sebastião da Rocha Pita ser sócio correspondente daquela agremiação

¹³⁶ MOTA, *A Academia Real da História*, op. cit., p. 104.

desde a sua fundação; com relação ao ambiente cultural baiano, afirma ainda o historiador português que

A presença, em terras de Santa Cruz, de *magistrados, religiosos e militares de formação européia e que no Brasil exerciam cargos de realce* era de molde a permitir um certo ambiente de cultura, mormente na cidade de Salvador, de acordo com as tendências intelectuais do tempo. Não admira, por conseguinte, que vendo-se “esquecidas”, algumas figuras baianas quisessem erguer uma instituição que fosse o *espelho* da sua existência que a Metrópole não tiveram em conta.¹³⁷

Apesar de averiguar corretamente – ao menos segundo as linhas deste trabalho – o ambiente intelectual na Bahia, seu argumento acaba por não considerar que, até onde a documentação permite afirmar, a Academia dos Esquecidos foi resultado mais da iniciativa do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses do que dos magistrados, religiosos e militares que a compunham.

Iris Kantor, por sua vez, mais comedida, e reconhecendo que “a Academia Brasílica dos Esquecidos não reproduzia o padrão da Academia Real da História Portuguesa, mas dava lugar à hibridação de modelos inspirados em outras academias literárias portuguesas”,¹³⁸ mesmo assim abre seu exame da agremiação baiana com a afirmação de que esta fora criada “no impulso” ocasionado pelo surgimento da agremiação reinol.¹³⁹ Dessa forma, a inclusão por parte da autora da formação da reunião Esquecida na seqüência de cartas expedidas pelo vice-rei no ano de 1722 aos demais governadores, donatários e chefes eclesiásticos brasílicos visando a coleta de informações a respeito da história e da administração portuguesa¹⁴⁰ não deixa de ter por conseqüência considerar que o motivo da criação da Academia dos Esquecidos não se encontra na Bahia mesma e sim na passagem de uma corrente acadêmica que atravessa o Reino em direção à colônia; todavia o fato de se ter de esperar ainda dois anos para a constituição dos Esquecidos e o de que somente na Bahia – e não em Pernambuco, no Rio de Janeiro ou São Paulo – se formou semelhante agremiação jogam contra a imagem de um impulso acadêmico estendendo-se tentacularmente a partir de Portugal ou de sua capital, Lisboa.

Bruno Casseb Pessoti, por seu turno, é mais contundente e assevera que os Esquecidos se constituem “enquanto reflexo direto” da criação da Academia Real. Isso lhe dá oportunidade de afirmar

(...) ser possível considerar que as atividades das três academias históricas – uma metropolitana, duas luso-brasileiras – estiveram *genealogicamente atreladas*. As ações da Academia dos Renascidos (1759) dedicadas à escrita de uma história geral da América portuguesa estiveram interligadas ao surgimento e à produção intelectual dos acadêmicos reunidos em torno à Academia dos Esquecidos (1724), que por sua vez se *associou diretamente* à fundação da Real Academia da História Portuguesa (1720).¹⁴¹

¹³⁷ SERRÃO, *A Historiografia Portuguesa*, op. cit., vol. III, p. 256; *grifos meus*.

¹³⁸ KANTOR, *Esquecidos e Renascidos*, op. cit., p. 100.

¹³⁹ *Idem*, p. 89.

¹⁴⁰ Documentação reproduzida em *Documentos Históricos – Cartas e Provisões (1721-1722)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Biblioteca Nacional, 1939, vol. XLV.

¹⁴¹ Bruno Casseb PESSOTI, *Ajuntar manuscritos e convocar escritores: o discurso histórico institucional no setecentos luso-brasileiro*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA, 2009, dissertação

Na verdade, Bruno Pessoti parece seguir a opinião de Isabel Ferreira da Mota, para quem além de a Academia Real estar no governo da República das letras, como vimos há pouco, a Academia dos Esquecidos se constitui como sua *réplica*, passando por cima das dessemelhanças entre as duas agremiações.¹⁴² Essa interpretação não é tanto incorreta quanto redutora, uma vez que esconde um problema – o funcionamento da Academia dos Esquecidos – no interior de outro problema – a imagem que a Academia Real propaga de si mesma.

Os cinquenta heróis que se reuniam em Lisboa dividiam-se em algumas classes de acadêmicos. Segundo os estatutos da Academia Real, distinguam-se do quadro geral dos agremiados o diretor, os quatro censores e o secretário, cujo cargo era vitalício e, entre os próprios acadêmicos, havia as distinções de numerário e supranumerário.¹⁴³ Os membros da Academia dos Renascidos (1759), a qual Bruno Pessoti situa na outra ponta da genealogia academicista, eram a princípio quarenta mas, em sua segunda reunião, tiveram seu número aumentado para quarenta e oito.¹⁴⁴ Eles se organizavam sob princípios semelhantes aos da Academia Real e estabeleceram as mesmas distinções entre seus membros.¹⁴⁵ Com relação aos Esquecidos, é justamente a impossibilidade de comparação o que mais chama a atenção, uma vez que com exceção da *Notícia da fundação*, não se conhecem tampouco se sabe se os Esquecidos possuíam estatutos.

Na verdade, a agremiação que mais se assemelha aos Esquecidos não é nenhuma “academia histórica digna desta alcunha”,¹⁴⁶ e sim a Academia dos Anônimos, dedicada à poesia e à oratória. Em paralelo já indicado por Iris Kantor, ambas as agremiações compartilhavam a adoção de pseudônimos assim como tanto nos Anônimos quanto nos Esquecidos “a função de secretário era permanente; a presidência, rotativa; e quatro mestres se revezavam na apresentação de suas dissertações”.¹⁴⁷ Para além disso, a participação de Luís de Siqueira da Gama,¹⁴⁸ Caetano de Brito e Figueiredo e José da Cunha Cardoso em ambas as agremiações parece selar o parentesco entre elas, embora a autora reafirme não

de mestrado, op. cit., p. 45; *grifos meus*.

¹⁴² “No Brasil, o vice-rei Vasco Fernandes Cezar instituiu uma academia, *réplica* da de Lisboa, para escrever a história daquele território (...)”, MOTA, *A Academia Real da História*, op. cit., p. 104; *grifo meu*. Também para João Palma-Ferreira “o funcionamento [dos Esquecidos] era em tudo idêntico ao das academias metropolitanas e, em certo sentido, pretendia estender-se como uma extensão da Academia da *História*”, PALMA-FERREIRA, *Academias literárias*, op. cit., 1982, p. 116.

¹⁴³ Para além do que foi impresso no primeiro volume das *Collecções...*, os estatutos também podem ser encontrados em SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. “Coleção dos documentos, estatutos e memória da Academia Real da História Portuguesa (transcrição)”, in *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, número 3, 2009, pp. 223-227.

¹⁴⁴ PESSOTI, *Ajuntar manuscritos*, op. cit., p. 50.

¹⁴⁵ Os estatutos da Academia dos Renascidos foram transcritos em Marcela Verônica da SILVA, *Constância da retórica, mudança de estilo: a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa*. Assis: Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 2009, dissertação de mestrado, pp. 42-52

¹⁴⁶ PESSOTI, *Ajuntar manuscritos*, op. cit., p. 44.

¹⁴⁷ KANTOR, *Esquecidos e Renascidos*, op. cit., p. 101.

¹⁴⁸ Luís de Siqueira da Gama, inclusive, chega a reproduzir soneto proferido entre os Anônimos no decurso de sua sexta dissertação sobre a história política do Brasil, GAMA, “Dissertações”, op. cit., p. 71.

terem os Esquecidos deixado de “filiar-se à Academia Real de História Portuguesa”.

Não se trata, novamente, de um problema de análise, já que por vezes os próprios Esquecidos apresentavam-se subordinados – para os mais diversos efeitos – à agremiação lisboeta.¹⁴⁹ Por ora, pode-se apenas dizer que o ambiente cultural no interior do Império português era ao mesmo tempo mais unificado e mais diversificado do que normalmente se lhe quer conceder. Mais unificado porque o Atlântico, como já se descobriu, não era uma barreira e os Esquecidos estavam em contato com os debates relativos à escrita da história assim como às discussões poéticas do Velho Mundo. Esse mesmo ambiente, entretanto, era mais diversificado pois não se pode pensar que uma ou outra figura assenhoreava-se globalmente da produção intelectual existente em seus meios e,¹⁵⁰ como podemos estabelecer agora, se a Academia dos Esquecidos dependia, em parte, da Academia Real para sua existência, ao mesmo tempo ela fazia referência a todo um outro círculo acadêmico já existente em meios lusos.¹⁵¹ Essa conclusão nos dá o mote para a glosa seguinte, conforme ocupamos páginas buscando estabelecer os direitos próprios da produção acadêmica Esquecida.

Espaço público e reuniões acadêmicas na Bahia colonial

No momento em que se ocupam de suas conferências e dissertações, os membros da Academia dos Esquecidos enfrentavam um dos mais conturbados períodos da história da administração portuguesa na América. Em 1710 e 1711 a cidade do Rio de Janeiro fora invadida duas vezes por corsários franceses, dentro do contexto da Guerra de Sucessão Espanhola. No mesmo ano de 1711, os chamados “Motins do Maneta” sacudiram a capital do Estado do Brasil, Salvador, tendo entre outros motivos a recusa da população em pagar o dízimo que contribuiria para a defesa da costa brasileira, justamente, contra as incursões de corsários e piratas. Um pouco antes, as tensões que cercavam o relacionamento entre os descobridores paulistas das minas do ouro e os colonos que vinham das demais regiões do Império português foram deflagradas

¹⁴⁹ Cf. FRANCA, “Dissertações da história eclesiástica do Brasil”, in CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., vol. I, tomo 5, pp. 227; “Oração”, in CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., 1969, vol. I, tomo 2, p. 321.

¹⁵⁰ Ou seja, não faz sentido pressupor que justamente a República das letras organizar-se-ia seguindo uma hierarquia que é bastante difícil de ser encontrada em outras esferas mais ordenadas do próprio corpo administrativo português, lembrando a tese já clássica de António Manuel HESPANHA, *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal - sec. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

¹⁵¹ Na seqüência da nota anterior, pensamos que uma saída – a partir da qual chegamos à conclusão acima – é a oferecida pelo trabalho de Mafalda Soares da Cunha e de Nuno Gonçalo F. Monteiro no projeto *Optima pars*. No texto que compõe o volume com o título do projeto, os autores argumentam que, ao contrário do que afirmam certas tendências recentes de investigação, as esferas da administração portuguesa não necessariamente se sobrepunham: “Uma das características fundamentais da administração portuguesa na colônia era a sua divisão, não só espacial, mas também setorial, em instâncias múltiplas, as quais mantinham todos canais de comunicação política com Lisboa e que, frequentemente, colidiam entre si”, de forma que “as respectivas elites, mutuamente se tutelarem e manterem vínculos de comunicação com o centro”. Mafalda Soares da CUNHA; Nuno Gonçalo F MONTEIRO, “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”, in Nuno Gonçalo F. MONTEIRO; Pedro CARDIM; Mafalda Soares da CUNHA (coords.), *Optima Pars - Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 194-195.

num conflito de vastas proporções que ficou conhecido como Guerra dos Emboabas. Pode-se enquadrar entre as consequências deste conflito a revolta de Felipe dos Santos, travada em 1720, relativa à extensão dos braços da monarquia na região mineradora. Como se não fosse o bastante, nas décadas anteriores começara a política portuguesa de buscar um delicado equilíbrio entre as demais potências européias, política que apenas levemente fora atenuada pelo ouro que começara a fluir das Minas.¹⁵² Some-se a isso os problemas com os quais a própria Bahia tinha de arcar, dentre os quais a transferência do centro econômico da colônia para as capitânicas do Sul. Muito pouco, entretanto – na verdade, quase nada – de tudo isso transparece nos escritos acadêmicos, nem ao menos em suas dissertações. Por quê?

Segundo Joseph M. Levine, as repúblicas possuem uma estranha propensão ao conflito interno – diagnóstico com o qual certamente concordariam os integrantes da Academia Real da História Portuguesa – e nenhum conflito fora mais nocivo à República das Letras que aquele que opôs *men of letters*, isto é, letrados, e *scholars*, ou seja, eruditos.¹⁵³ Os primeiros se localizavam próximos ao poder, escreviam poemas em louvor aos diversos monarcas reinantes e frequentemente eram agraciados com benesses; os últimos, por sua vez, defendiam os interesses da monarquia por meio de seus estudos, porém se situavam mais afastadamente do poder e não gozavam dos benefícios que muitas vezes acompanhavam os primeiros. Eles também se engajavam nas regras da conversação erudita e, no âmbito da República literária, foram responsáveis pela criação daquele espaço público paralelo ao estatal cuja existência era constantemente negada pelos primeiros. Tratam-se, é claro, de categorias conceituais,¹⁵⁴ pois já sabemos que a situação do letrado era muito mais delicada do que normalmente se admite. Porém assim como outras dicotomias que aqui foram utilizadas, esta também pode revelar seu potencial analítico no estudo da agremiação que nos ocupa. Será que a distinção entre *scholars* e *men of letters* aplica-se também aos Esquecidos?

A reflexão acerca do contributo das academias para a formação de sociabilidades democráticas tem como um de seus argumentos centrais que a participação nessas agremiações levava seus membros a compartilharem valores que escapavam àqueles em curso em suas próprias sociedades de Antigo Regime. Entre os Esquecidos, entretanto, percebe-se que não lhes interessava tanto a propagação de novos valores quanto a reiteração de outros, mais antigos. Uma breve investigação da linguagem política compartilhada pelos acadêmicos pode ser proveitosa.

¹⁵² A literatura sobre o tema é abundante, cito apenas, como um resumo de todas essas tensões, Rodrigo Bentes MONTEIRO, “Entre festas e motins”, in *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo: Hucitec, 2002, pp. 279-327.

¹⁵³ Joseph M. LEVINE, “Strife in the Republic of Letters”, in *The Autonomy of History*, op. cit., p. 109-110.

¹⁵⁴ Existiam figuras que atravessavam os dois âmbitos de atuação da República literária, como Alexander Pope, que ocupa papel proeminente em outro estudo do mesmo livro do mesmo autor que citamos aqui, ver Joseph M. LEVINE, “The Battle of the Books and the Shield of Achilles”, in *The Autonomy of History*, op. cit. pp. 75-107. Apesar da visão do historiador britânico a respeito dos processos estudados não ser a mesma compartilhada por este trabalho, tem-se de reconhecer o valor de sua proposta por perceber na República literária a existência de conflitos e não apenas uma reprodução idealizada do convívio acadêmico.

Em sua sétima dissertação histórica, Luís de Siqueira da Gama coloca-se a questão acerca de se a pena de prisão aplicada por Mem de Sá ao líder indígena Cururupeba fora ou não adequada. A questão passa pela consideração da natureza do próprio delito, uma vez que o desafio do líder tupinambá à dominação portuguesa, na visão do acadêmico *ocupado*, só pode ser caracterizada como *blasfêmia*:

Não repareis Senhores, que chame blasfêmia ao crime de Cururupeba, porque ainda, que reconheço, que blasfêmia no rigoroso, e estrito significado, quer dizer a injúria escrita, verbal, ou mental, contra a honra de Deus Nosso Senhor, ou de seus Santos; contudo tomada latamente, em acepção menos rigorosa, blasfêmia vale o mesmo que vitupério, e exacração ou maledicência proposta contra qualquer pessoa constituída em dignidade, ou conspícua por excelência.¹⁵⁵

Ou seja, a sedição é comparada à blasfêmia porque “a base fundamental do Estado é a religião”¹⁵⁶. Num momento onde a justificação religiosa da sociedade está sofrendo fortes ataques,¹⁵⁷ os Esquecidos somente conseguem pensar nos fenômenos políticos em termos morais ou religiosos. Não estranha, portanto, que Luís de Siqueira da Gama qualifique o primeiro governador-geral do Brasil de clemente, pois diante de desafio de “tão perniciososa consequência; como lhe não deu maior castigo Mem de Sá?”¹⁵⁸

Na oração de abertura da sexta conferência acadêmica, o frei Raimundo Boim define a liberdade como uma faculdade aliada à prudência, de onde se percebe que o fim da política é menos transformar que conservar:

Querendo Aristóteles dizer o que era a prudência, a intitulou uma direção do que se obra; chamando-a racional ditame para o acerto de obras; e com razão, porque como o racional é supremo grau nas criaturas, e a prudência excedia as mais virtudes políticas, porisso a denominou entendimento, ou razão.¹⁵⁹

O mesmo acadêmico *ocupado* que citamos antes também constrói sua própria conceituação de liberdade; se, para Cícero, “a liberdade era um poder de obrar, e viver cada um como e onde quisesse”, também acrescentou

¹⁵⁵ GAMA, “Dissertações”, op. cit., p. 89.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 30.

¹⁵⁷ Cf. Jonathan ISRAEL, *Radical Enlightenment – Philosophy and the Making of Modernity 1650-1750*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

¹⁵⁸ GAMA, “Dissertações”, op. cit., VII, p. 85.

¹⁵⁹ “Oração”, in CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., vol. I, tomo 2, p. 125. Noção semelhante é expressa por Luís de Siqueira da Gama diversos momentos, comparar, por exemplo, com GAMA, “Dissertações”, op. cit., pp. 47; 53. Escolhi a passagem de Raimundo Boim para demonstrar a existência de um círculo na Bahia onde essas opiniões eram compartilhadas, assim pelo fato da passagem fazer uma síntese da concepção de política trabalhada. É interessante que a incapacidade de conservar a República é apontada como um dos defeitos dos indígenas, de onde se poderia entender – extrapolando a indicação feita acima – que a falta de razão, que é considerada sinônimo da prudência, faz as tradições indígenas (como aquelas sobre sua origem e a origem do mundo) desviarem-se do caminho reto, previsto pela fé católica. Ausência de razão, desse modo, se colocaria como pressuposto de uma ficção que trilha pelo inverossímil, ao invés da controlada ficção racional verossímil dos letrados baianos e além-Bahia; sobre a inconstância indígena, a referência obrigatória é Eduardo VIVEIROS DE CASTRO, “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”, in *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002, pp. 181-264.

que só vivia como queria todo aquele que obrava como era justo: (...) Quem só quer o que é razão esse vive somente como quer, porque vive regulado pelos ditames da justiça, e pela *synderesis* da prudência: mas isto não é privar-se da liberdade, é sim viver ajustado à razão e gozar das felicidades da virtude.¹⁶⁰

Por fim, ainda com Luís de Siqueira da Gama, é fácil perceber que a convivência segundo os ditames da razão encobre a noção da sociedade como um corpo místico formado a partir da união de diferenças:

São os súditos partes integrantes do Reino; são os vassallos partes heterogêneas do Príncipe porque o Monarca é a cabeça do Império, e são os subalternos inferiores membros da república: Quando a cabeça se lastima, todo o mais corpo enferma para que não se queixem o corpo da Monarquia, deve o Rei cuidar muito na saúde própria como cabeça do bem comum.¹⁶¹

Ou, como diz noutra ocasião, “pelos sinais se distinguem uns homens dos outros: umas coisas das outras coisas”.¹⁶² Uma sociedade marcada pela religião e pela distinção, os acadêmicos expressam concepções políticas que pouco parecem ter a ver com o avanço da crítica ou da sociedade igualitária que o convívio das letras supostamente proporciona.

O que essa constatação traz como consequência para este estudo? Já vimos na primeira seção deste capítulo que a condição letrada era marcada por um profundo ressentimento da autoridade, porém este mesmo ressentimento não conseguia encontrar formas de expressão alternativas àquelas valorizadas e pré-determinadas pela própria autoridade. Ainda assim, o convívio letrado era caracterizado por uma igualdade entre os homens de letras e, pode-se considerar, essa mesma igualdade era compartilhada pelos acadêmicos Esquecidos. Essa convivência igualitária não implica, todavia, que os acadêmicos assumissem o compromisso de defender valores diferentes daqueles da autoridade sob a qual se organizavam e, mais importante, não necessariamente faz os acadêmicos conseguirem romper a relação desarmônica e desigual que os institui frente a essa própria autoridade. Em condições ideais, as reuniões acadêmicas teriam fornecido aos Esquecidos as condições para que se auto-organizassem. Porém isso não aconteceu entre os agremiados baianos e a constante expressão de subordinação ao vice-rei denota que o espaço acadêmico compartilha da mesma heteronomia da atuação letrada:

(..) grande Olimpo, grande vôo, grande favor nosso; desproporcionado Atlante, manifesto perigo, e nenhum merecimento meu: não digo, Senhores, que venho violento para a cadeira digo (,) sim (,) que concorro obedientíssimo à Lição: não exagero minha insuficiência, que fora ofender a vossa Soberania, se foi, ou não foi a eleição boa, é verdade que haveria de ver, e ouvir muito brevemente: se o meu pouco talento conseguir a ventura de satisfazer as obrigações da sua incumbência, sem dúvida que foi à eleição vossa; se claudicar no desempenho, foi a debilidade minha. O sacrifício não se enobrece só pelo holocausto; a melhor vítima é a obediência.¹⁶³

E também em Inácio Barbosa Machado:

¹⁶⁰ GAMA, “Dissertações”, op. cit., IV, p. 47.

¹⁶¹ *Idem*, X, p. 129.

¹⁶² *Idem*, V, p. 64.

¹⁶³ *Idem*, I, p. 9.

(...) ordenou-me o Excelentíssimo Protetor desta Academia, que discorresse na Guerra Brasílica (...). É certo que sempre temi falar em público porque sempre receei os golpes da Censura; e sempre cuidei nos discursos da inveja. Media os meus perigos pelo incerto das ocasiões, e desconfiava da vitória na dúvida do futuro. (...) Mas como a Fortuna tem algumas desordens, que parecem influxos da mais alta Providência, também algum dia os meus antigos estudos haviam ser privilegiados, e venturosa a minha insuficiência, milagre político, que só podia obrar a grande autoridade do nosso Excelentíssimo Protetor.¹⁶⁴

E, não por acaso, na própria oração de José da Cunha Cardoso que abre os trabalhos acadêmicos:

E ainda que com antecipada precaução protestei me faltava um, e outro engenho, o natural, e o adquirido, representando a conhecida desproporção de tão fracos ombros a tão grave peso, não se revogou o decreto, atribuindo-se à modéstia a ingênua confissão da minha fraqueza. (...) Que importa pois me falte o talento, diz o poeta em meu nome, **non habeo ingenium**, se me obriga o preceito de César, **Caesar sed iussit?** Que importa que eu não seja o que ele imagina, se ele imagina o que eu não sou: **quid me posse negem posse quod ille putat?** Não há mais remédio, que sacrificar nas aras do respeito a vontade própria, como vítima.¹⁶⁵

Que espaço público era esse no qual os acadêmicos se viam constantemente levados a sacrificar sua própria vontade?

Para Rafael Bluteau, em seu *Vocabulario portuguez, e latino*, a primeira acepção que a palavra *público* recebe é a do adjetivo *comum*, definido como “cousa publica, sabida de todos”;¹⁶⁶ apenas a segunda definição da palavra refere-se ao substantivo. *O público*, então, é pensado como “Os Cidadãos, a gente de qualquer lugar. O *commum* dos homens. O bem publico, o bem do publico”.¹⁶⁷ A intercambialidade entre o adjetivo *público* e o substantivo homônimo significa que qualquer noção de um público acadêmico é bastante reduzida; na verdade, é co-extensiva àqueles que constituem a própria coisa pública, isto é, os cidadãos. A palavra *publicação*, ao mesmo tempo verbo e substantivo, torna clara que a Academia dos Esquecidos não se dirige a uma opinião pública compartilhada por todos, pois mantém intacta a identificação entre *saber* e *poder* – que é, afinal, prerrogativa do próprio letrado:

PUBLICAÇÃO. A ação de manifestar autenticamente alguma cousa por ordem do Magistrado nos lugares públicos da Cidade, para que fique notoria a todos. (...) Publicação, também se diz de outras cousas, que se manifesta a varias pessoas juntas no mesmo lugar. Publicação da sentença, do Testamento, do bando, &c.¹⁶⁸

Publicação de livros é apenas o terceiro significado da palavra, mal e mal definido. O cruzamento do *público* com o *bem* permite também atestar a mesma visão. Após uma longa lista de expressões em que *bem* se utiliza como advérbio, o teatino chega a “Bem. Proveito.

¹⁶⁴ MACHADO, “Dissertações”, op. cit., Aparato, ff. 4v-5v.

¹⁶⁵ “Oração, com que na Dominica in Albis e vinte, e três de abril deste ano de 1724 abriu a Academia Brasílica o Doutor José da Cunha Cardoso”, in CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., vol. I, tomo 1, pp. 7-8.

¹⁶⁶ BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez, e Latino*, tomo VI, p. 818.

¹⁶⁷ *Ibid.*

¹⁶⁸ *Idem*, p. 817.

Utilidade.”¹⁶⁹ e, algumas acepções mais tarde, chega a “Preferir o bem publico, ao proprio”.¹⁷⁰ Pode-se inferir, então, que a categoria *público* não denotava a opinião pública autônoma e dotada de juízo crítico mas sim uma seleta – e, pela categoria da *discrissão* – auto-vigilante parcela da população que se constituía como apta para apreciar os frutos colhidos pelos acadêmicos.

A congruência entre o *público* e o destinatário assinalada nas entradas do dicionário de Rafael Bluteau assegura não apenas que o primeiro (embora não o principal) âmbito de recepção das orações, poesias e dissertações acadêmicas é caracterizado pela oralidade mas também que quem institui o caráter *público* da Academia é a autoridade a quem se dirigem e não os próprios letrados congregados em sociedade. Essa é a chave para o entendimento da dificuldade em situar o lugar da Academia dos Esquecidos em meio às teorias concorrentes sobre o assunto, pois os acadêmicos são autônomos para escolherem os temas de suas composições escritas, mas são incapazes de se auto-instituírem *enquanto* acadêmicos. A contradição dos Esquecidos se localiza em sua própria fundação: criada pela vontade do vice-rei, sua agremiação é ao mesmo tempo estatal e particular – e seus integrantes, já familiarizados com a condição letrada na Bahia da época, não têm motivos para subverter uma situação que em tudo os enobrece. Pode-se concluir, portanto, que letrado e erudito ou, no caso, letrado e acadêmico, acabam por se confundir. Ainda há, contudo, um âmbito da atuação letrada que a discussão aqui feita não conseguiu cobrir.

Voltando ao conturbado contexto político do Império português em inícios do século XVIII, a Portugal se impunha, segundo Iris Kantor, a dupla tarefa de preservar a política de neutralidade através de sua separação do reino vizinho¹⁷¹ e a manutenção de suas possessões coloniais através de “uma atitude secularizada diante do problema da soberania territorial”,¹⁷² já que a defesa dos territórios ultramarinos não podia mais se pautar apenas pela evangelização dos nativos. Nessa situação, a diplomacia e a história tornavam-se responsáveis por carregar Portugal rumo à secularização e à modernidade; sem muito esforço, pode-se perceber que a argumentação da autora procura deslocar para o começo do século XVIII aquilo que é considerado por Ana Rosa Clochet da Silva como “a principal herança da Ilustração portuguesa inaugurada por Pombal – seu *pragmatismo cientificista*”.¹⁷³ A respeito da Academia Real da História, que “não se limita apenas à glorificação da Monarquia, mas elabora um discurso de glorificação do espaço imperial”,¹⁷⁴ pode-se dizer que assume, assim como a Academia das Ciências de Lisboa no último quarto do século XVIII,

¹⁶⁹ *Idem*, tomo 2, p. 95.

¹⁷⁰ *Ibid.*

¹⁷¹ KANTOR, Iris. “A Academia Real da História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750)”, in BICALHO; FERLINI, *Modos de governar*, op. cit., p. 264.

¹⁷² KANTOR, *Esquecidos e Renascidos*, op. cit., 2004, pp. 45-46.

¹⁷³ Ana Rosa Clochet da SILVA, *Inventando a nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006, p. 109.

¹⁷⁴ KANTOR, *Esquecidos e Renascidos*, op. cit., 2004, p. 45.

o caráter de seriedade profissional e não de meros espaços dedicados aos desfrutes da vida mundana, tão cultuados pela “sociedade de corte” – e aos quais se dirigiam os governos na busca de conselhos, sugestões e pareceres,¹⁷⁵

frente às “tentativas frustradas e de pendor quase exclusivamente ‘literário ou religioso’” das agremiações anteriores.¹⁷⁶ No que toca à possessão portuguesa nas Américas, compreende-se, então, que

(...) o discurso histórico das academias brasílicas setecentistas foi um canal de confirmação do efetivo domínio militar exercido pelos portugueses sobre sua colônia no continente americano. Essa confirmação poderia ajudar a deslegitimar as contestações que embasavam os litígios que poderiam redundar em confrontos dos quais Portugal não poderia sair vitorioso em decorrência da inferioridade do seu aparato militar. Por isso as práticas discursivas das academias históricas assumiam tanta relevância como recurso legitimador.¹⁷⁷

Intervinha, portanto, diretamente no jogo de forças europeu a escrita acadêmica brasílica, que se encontrava, dessa forma, à serviço do Estado. Pode-se pensar, contudo, se sua função de legitimação – com a qual os escritos das academias adquirem função pragmática – não sofreria abalos com seu caráter de glorificação – uma vez que os elogios e apologias acabariam sendo meros exercícios retóricos e práticas das academias literárias.

A atividade acadêmica ganha importância, dessa forma, como atuação pragmática do letrado, sobre o qual cai a responsabilidade de defender a República em que vive. Deixando outras questões de lado, no momento, é possível perceber que a dotação por parte deste sujeito que maneja as letras – como se maneja também a espada – de tal tarefa não implicaria, no quadro de uma Ilustração de caráter estatal, como se está trabalhando, numa relativa profissionalização de seus encargos, uma vez que se ele defende a República *como* letrado, seu principal ofício, por extensão, deve ser o das letras, e não suas ocupações correlatas, como a de juiz na Relação ou de trabalhar na administração eclesiástica. Vista assim, a formação das academias indicaria momento significativo de ruptura nos encargos tradicionalmente tomados pelos letrados, em direção a sua autonomização e à de seus escritos; mas será que se pode perceber isso na criação da Academia dos Esquecidos?

(...) assim como em outro tempo viu o Mundo aos Cunhas, aos Cardosos, aos Casiodoros, Cancelários, aos Soares, aos Gamas e Barbosas *ajuntarem às suas ocupações a de escreverem*: assim estamos vendo aos Senhores Doutores Cunha Cardoso, Brito Chanceler, Soares Gama e Barbosa *ajuntarem às suas muitas ocupações as suas Acadêmicas escrituras*.¹⁷⁸

¹⁷⁵ SILVA, *Inventando a nação*, op. cit., p. 111

¹⁷⁶ *Idem*, p. 112.

¹⁷⁷ PESSOTI, *Ajuntar manuscritos*, op. cit., 55.

¹⁷⁸ “Oração, que disse em 27 de agosto de 1724 o Presidente que foi o Reverendo Deão Sebastião do Vale Pontes”, in CASTELLO, op. cit., vol. I, tomo 2, p. 326. Pode-se perceber o mesmo argumento, ainda que sob a forma de uma reclamação ou de uma modéstia retórica, em passagem da introdução às dissertações de Inácio Barbosa Machado: “É sem dúvida, que para escrever, e tratar das guerras Brasílicas, e para compor a História de tantos conflitos, e decidir tantas questões a ela pertencentes, se requeria outro descanso e seção de negócios, que não sofre a lida contenciosa das ocupações forenses do meu lugar; pois no sentir do grande Damião de Góis falando com o Cardeal Rei pede a História uma isenção de cuidados, e um desembaraço total de ofícios públicos”, MACHADO, “Dissertações”, op. cit., f. 7.

E apesar de seus apelos para que a Academia dos Esquecidos funcione como uma espécie de órgão consultivo ao qual Vasco Fernandes César de Meneses pudesse pedir a opinião antes de expedir esta ou aquela ordem, ainda assim resta desenterrar uma consulta feita por uma autoridade a um congresso de letrados no período que nos ocupa aqui; caso contrário, será muito difícil sustentar qualquer importância pragmática para as academias, justo quando elas pareciam reluzir mais firmemente em meio à escuridão da terra brasílica:

Sem desconsiderar a importância da iniciativa dos acadêmicos Renascidos, o relevo do seu papel legitimador precisa ser relativizado. *Seria ingenuidade acreditar que os portugueses confiariam a manutenção de sua soberania à produção de obras históricas por membros das elites metropolitanas ou por academias que viessem a surgir em suas possessões coloniais.* Mesmo incentivando a produção de trabalhos que zelassem pela legitimação da sua multissecular presença em terras ultramarinas – e no próprio continente europeu –, os portugueses garantiam a sustentação de seu status de metrópole através de acordos diplomáticos firmados principalmente com a Inglaterra.¹⁷⁹

Se a efetividade das discussões acadêmicas para a defesa dos territórios americanos era virtualmente nula, porque trazê-la como fator de consideração? Ou, por acaso, os discursos acadêmicos eram meramente decorativos, acessórios a uma situação já pré-determinada? Retorna sub-repticiamente o mesmo descaso com o entendimento dos caracteres próprios à condição letrada e/ou acadêmica da época. Percebe-se que o problema acaba por ser o uso dos conceitos, pois se o Iluminismo ibérico não levou à criação de uma esfera pública autônoma, então ele só pode se definir pela subserviência e pelo serviço estatal. Os Esquecidos, porém, não precisavam ser acadêmicos para servir à monarquia – assim como não precisavam ser funcionários da administração imperial para acreditar que serviam a seu monarca. Que função, então, podiam exercer os discursos e dissertações acadêmicas?

Segundo Jorge Cañizares-Esguerra, os temas que eram relevantes ao público na América hispânica tinham menos relação com a construção de novas linguagens políticas e religiosas do que com a construção de epistemologias alternativas. O Esclarecimento nesta quarta parte do mundo refere-se, assim, tanto à configuração desse espaço discursivo quanto à consolidação de uma esfera pública que lhe é específica.¹⁸⁰ Esse espaço discursivo se conforma ao longo das linhas-mestras da sociedade altamente desigual das colônias americanas, fundadas sobre privilégios corporativos e raciais; para o autor, no século XVIII, diante dos ataques a essa mesma sociedade por parte de autores do Norte da Europa e das tentativas de intervenção dos peninsulares sobre suas dinâmicas internas, essas epistemologias recebem o adjetivo de *patrióticas* por tentarem defender essas mesmas sociedades nas quais se articulam. Apesar de alguns possíveis problemas de conceitualização,¹⁸¹ a noção de um discurso novo sobre

¹⁷⁹ PESSOTI, *Ajuntar manuscritos*, op. cit., p. 47; *grifos meus*.

¹⁸⁰ CAÑIZARES-ESGUERRA, *How to Write the History*, op. cit., 2001, pp. 266-267.

¹⁸¹ Esse é um dos problemas em se estender o uso do conceito para contexto que escape do das reformas borbônicas, por exemplo. Enquadrado como uma *resposta*, a noção de uma *epistemologia patriótica* acaba por referendar a visão tradicional sobre o atraso ibérico que o autor pretende colocar em xeque, pois vê o pensamento europeu em bloco; falta, por exemplo, uma teorização que deixe mais clara quais são os avanços específicos da historiografia do Iluminismo, relacionando os textos a suas épocas, ao invés de rematar a importância da historiografia de origem hispânica ou hispano-americana pela *antecipação* dos ideais teórico-

bases velhas nos ajuda a compreender o recurso a uma imagética barroca sem que se a veja necessariamente como um atraso.

Os membros da Academia dos Esquecidos não necessariamente haviam nascido na Bahia e muitos deles passaram por Portugal no caminho de sua formação, todavia se percebe que a intenção de publicar os engenhos baianos conjugava-se à intenção de valorizar a produção literária local e situar a colônia no mapa intelectual do Império. Nos jogos da representação imperial lusitana da época, independentemente da realidade material da capital do Estado do Brasil, essa região só poderia parecer como que esquecida. Essa dimensão do nativismo ou, como afirma Marco Antônio Silveira, um “nativismo por adoção”, característica da boa atuação do letrado no serviço imperial, cria o próprio espaço de atuação dos acadêmicos e permite compreender que noção de política e do próprio público eles têm em mente.¹⁸² Um exemplo nos fornecerá a medida da ambiguidade da situação acadêmica.

Em sua décima dissertação, Luís de Siqueira da Gama afirma que se vê levado a desviar-se de suas funções ordinárias ou, em suas palavras, “a gravidade da matéria me precisa eficazmente a que revestindo-me nas obrigações de orador, não me dispa de todos os requisitos do Lente”.¹⁸³ Qual matéria poderia levar o acadêmico a assumir essa posição?

(...) bem quisera a minha dívida expressar o sumo gosto, com que afetuosa, e reverente a Bahia alterna cantos, publica expressões de júbilos, na muito festejada melhora da saúde de Vossa Excelência mas como a causa é superior e tão excessivamente grande produz na minha obrigação contrários efeitos; desejava falar agora, porém só trata de emudecer, porque a debilidade do meu talento não sabe congnadamente aplaudir o muito que interessa na boa disposição de Vossa Excelência.¹⁸⁴

Ou seja, a recuperação da saúde do vice-rei fornece o mote para que o acadêmico passe da lição dissertativa para o papel de panegirista. Pode-se afirmar, desse modo, que embora as funções acadêmicas não se confundam com aquelas tradicionalmente ocupadas pelo letrado, a dificuldade em conceituar o que o letrado faz propriamente o leva a constituir sua posição num contínuo com as demais atividades exercidas pelo homem de letras antes da instituição da Academia – e, por conseguinte, o espaço acadêmico é também ele formulado a partir das ocasiões propiciadas pelo poder. Em termos bastante semelhantes àqueles que Manoel Telles da Silva utiliza para se referir à instituição da Academia Real da História Portuguesa, também os acadêmicos baianos só têm a agradecer – e explicitar sua devoção –¹⁸⁵ quando, na segunda de suas conferências, Francisco Pinheiro Barreto recita o seguinte soneto:

Ditosa idade, século dourado
em que têm as Ciências primazia,

metodológicos de Leopold von Ranke; CAÑIZARES-ESGUERRA, op. cit., 2001, p. 133; 170.

¹⁸² Marco Antônio SILVEIRA, “Nativismo por adoção: letras e percurso do doutor Marcelino Pereira Cleto (1778-1794)”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 452, jul./set. 2011, pp. 115-176.

¹⁸³ GAMA, “Dissertações”, op. cit., p. 125.

¹⁸⁴ *Idem*, pp. 137-138.

¹⁸⁵ O tema heróico para a segunda reunião acadêmica foi definido como “Quanto deve a República das Letras a Majestade del-Rei Nosso Senhor que Deus guarde verdadeiro protetor delas”.

nobre Palestra, ilustre Academia,
onde os preceitos são razões de Estado;

Ao Monarca mais pio, e mais amado,
que de Luso regeu a Monarquia
o novo ser que tens deve Bahia
atento ao teu amor, o seu cuidado.

As Letras acredita o Rei gostoso
na Corte, e na conquista reverente
a projeto tão alto, e poderoso;

Para fazer a todos mais patente,
que ser Rei mais prudente, é mais famoso,
o soldado mais sábio, e mais valente.¹⁸⁶

O preceito poético como razão de Estado; o letrado apresenta-se, assim, como subordinado a uma razão que lhe é estranha e cede o espaço de sua invenção aos limites proclamados por outro que não ele. Nesse sentido, compreende-se porque a atuação política dos acadêmicos era bastante diferente daquela dos espaços públicos, caracterizados como modernos, que se crê surgindo na Europa da época:

A Academia ou reunião lítero-científica era uma extensão culta ou letrada da Corte; sendo uma situação de discussão intelectual, a política estava presente, mas não na forma da negatividade dos projetos de transformação do presente, que pressupõem as noções iluministas de “crítica” e “superação”. No caso, a política era a boa arte tradicional de bem reger a República contra seus inimigos internos e externos, garantindo a unidade suposta do “bem comum” por meio das virtudes aristotélico-católicas agudamente representadas nas múltiplas circunstâncias hierárquicas.¹⁸⁷

Remediar o corpo político da República: os Esquecidos se situam no limiar de uma transformação que eles não têm porque realizar. Uma das acepções do adjetivo *crítico* correntes na época denota de forma bastante clara a duplicidade do papel representado pelos acadêmicos:

Critico. (Termo de Medico) Dia *critico*, he o em que se faz a crize, & em que se pode formar juizo da enfermidade, como o quinto dia, o seteno, o onzeno, o catorzeno, vinte, & hum, vinte, & outo, a que tambem os Medicos chamaõ, *Termo*, & *dia decretorio*. Nestes taes dias costuma a natureza fazer expulsão dos humores nocivos, & nelles não deve o Medico fazer medicamento por não divertir a natureza.¹⁸⁸

A crise aproxima-se dos fenômenos naturais e, levando-se ao limite a citação, pode-se pensar nos acadêmicos – assim como nos demais letrados – como aqueles que controlam a crise da República, mais do que se propõem atacá-la.¹⁸⁹ A utilidade dos discursos, composições

¹⁸⁶ “Ao muito alto, e poderoso Rei, e Senhor nosso Dom João Quinto Protetor das Academias do Reino e suas conquistas”, in CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., vol. I, tomo I, pp. 150-151.

¹⁸⁷ HANSEN, “Fênix Renascida”, in PÉCORA, *Poesia seiscentista*, op. cit., p. 34.

¹⁸⁸ BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez*, op. cit., vol. II, p. 615.

¹⁸⁹ Os termos *crítica* e *crise*, lembra Reinhart Koselleck, têm sua origem na relação entre um acontecimento e seu juízo, isto é, indicam a capacidade judicativa de derivar um veredicto, uma sentença, a respeito de um assunto. Na passagem para o latim, a palavra *crise*, contudo, passa a se restringir a seu sentido medicinal, acepção que é preservada na Idade Média e passa à Idade Moderna, como se percebe na passagem, KOSELLECK, *Crítica e Crise*, op. cit., pp. 202-203, nota 155.

e dissertações acadêmicas está em ajudar na recuperação da sociedade, porém eles não propõem soluções pragmáticas tampouco tomarão este processo em suas mãos. Quanto a isso, os acadêmicos agem diretamente em seu contexto, ainda que o façam enquanto letrados, ou seja, não de modo pragmático. Terminaremos o percurso deste capítulo perguntando-se porque, para eles, esses pareciam ser os limites naturais de sua atuação.

Contendas e disputas

Avizinhava-se a primavera portuguesa quando a fábula poética escrita por Antônio dos Reis viera à luz novamente, em 1746, para a segunda edição da coletânea organizada por Mateus Pereira da Silva intitulada *A Fenix Renascida, ou obras poeticas dos melhores engenhos portuguezes*.¹⁹⁰ Quinze anos depois, a mesma primavera e a academia nela organizada por Apolo para debater a notícia de que “Sem respeito algum, ou cortesia,/E que o vulgo ignorante motejava/Com língua solta a nobre Poesia”¹⁹¹ são novamente convocados para abrirem outra antologia poética, conhecida esta como *Postilhaõ de Apolo*.¹⁹² Somada à primeira edição da *Fenix Renascida*, pode-se pensar numa continuidade de quase meio século de debates acerca do fazer poético no Reino lusitano – isso porque, em meio à primavera que chega, Momo, o filho da noite, faz sua intervenção:

*Antes sempre assim foi no tempo antigo,
Como agora sucede no presente,
O que provar-te logo aqui me obrigo
Com manifesta prova claramente:
Nem cuides que é por ser teu inimigo,
Mas porque o gênio meu me não consente
Deixar que nos louvores te dilates
Desta casa, que o foi sempre de orates.*¹⁹³

A fala de Momo tem por objetivo desqualificar não apenas o Parnaso quanto a opinião de Apolo de que, antigamente, não era “concedida/Entrada neste Monte a qualquer gente”;¹⁹⁴ O discurso se apresenta como ataque total à poesia, pois procura desestabilizar o poeta, aquele que regula sua prática – os deuses e as musas – assim como a própria fonte do fazer poético: os feitos dos heróis antepassados. Como afirma Alcir Pécora, o ataque se dirige à tópica das *armas e letras*, princípio que “certamente está ainda suposto nos principais modelos da poesia seiscentista”.¹⁹⁵ Não por acaso é Clio, a musa da história, quem se levanta contra Momo para

¹⁹⁰ Mateus Pereyra da SYLVA, *A fenix renascida, ou obras poeticas dos melhores Engenhos Portugueses*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Lopes Ferreyra, 1746, 5 tomos.

¹⁹¹ Antônio dos REIS, “Introdução poética”, in PÉCORA, *Poesia Seiscentista*, op. cit., 2002, p. 82, XXIV.

¹⁹² Joseph Maregelo de OSAN, *Eccos que o clarim da fama dá: Postilhaõ de Apolo, montado no pegazo, girando o Universo, para divulgar ao Orbe literário as peregrinas flores da Poezia Portuguesa, com que vistosamente se esmaltaõ os jardins das Musas do Parnazo*. Lisboa: Na Officina de Francisco Borges de Sousa, 1761.

¹⁹³ REIS, “Introdução”, op. cit., p. 96, LXVI.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 96, LXIV.

¹⁹⁵ PÉCORA, *Poesia Seiscentista*, op. cit., 2002, p. 12.

defender a validade da preceptiva poética encarnada por Apolo:

*Não foram nas idades tão famosos
Todos eles Heróis, que celebramos,
Se não tivessem tantos invejosos,
Quantos pelas históricas encontramos:
Cuidas que a inveja os fez menos honrosos?
Enganas-te, porque se os veneramos,
É só porque invejosos nos mostraram
Serem grandes, pois deles murmuraram.*¹⁹⁶

A associação de Momo com o murmúrio do vulgo passa por sua desqualificação como inexperiente em matérias militares,¹⁹⁷ logo incapaz de compreender que “no mesmo peito se encerra/Furor das Musas co furor da guerra”.¹⁹⁸ A fábula poética se encerra reiterando o partido de Clio, pois figura a própria reunião de engenhos portugueses contra “Momo invejoso, e vingativo”,¹⁹⁹ de forma que, como lembra Alcir Pécora,

É nos termos da produção de uma resistência à iconoclastia de novos paradigmas, de matriz ainda vagamente ilustrada, ou, no sentido inverso, de defesa de uma tradição recente, que começa a ser duramente combatida, que as duas antologias consideradas relêem, recolhem e apresentam a produção propriamente seiscentista.²⁰⁰

Porém qual é o partido de Momo?

Segundo Sérgio Alcides, o gosto é um dos elementos mais importantes na transição – muito mais ampla – de um paradigma de produção do discurso fundado nas Belas Letras a um programa centrado na mediação entre sujeito e objeto e que recebe o primeiro nome, bastante genérico, de *romantismo*. É em meio à decomposição da tradição clássica que se situam os advogados do crítico e invejoso deus, embora tanto a Momo quanto a seus representantes escapasse a extensão das transformações nas quais se situam – quase que literalmente – no meio. Nesse sentido, numa ponta do século XVIII,

(...) o gosto tem plena identificação com o juízo. O bom gosto é o mesmo que o *judicium subtile, peracre, politum*; ele adere a uma verdade substancial, que atinge por meio de uma argúcia *sutil e penetrante*, adquirida no *polimento* de suas capacidades.

Na outra ponta do mesmo século, no dicionário de Antônio Moraes e Silva,

o gosto parece ter retornado à idéia original de sensação, mas desta vez sob o controle estrito de uma verdade que, além de fisicamente substancial, intrinsecamente boa e, portanto, bela, pode dar-se ainda no âmbito da moralidade, onde o “bom juízo” depende mais do consenso entre os homens.²⁰¹

Um episódio dessa transformação é construído em torno à *Arte poética* de Francisco José Freire,

¹⁹⁶ REIS, “Introdução”, op. cit., p. 99, LXXV.

¹⁹⁷ “Que torres viste tu, que ameaçasse/Escalar esses orbes de diamante./A quem ligeiro o passo não cortasse/Ígneo parto da nuvem cintilante?”; *Idem*, p. 100, LXXVIII.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 102, LXXXII.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 104, XC.

²⁰⁰ PÉCORA, *Poesia Seiscentista*, op. cit., 2002, p. 13.

²⁰¹ ALCIDES, *Estes penhascos*, op. cit., 2003, p. 38.

o Cândido Lusitano.

Representante de Momo em Portugal, Freire recomenda justamente o bom senso na hora de enfrentar os rococós da teorização seiscentista da metáfora. Contra Emanuele Tesauro, afirma que, “quem souber, que cousa seja bom gosto, há de reprovar muitas metáforas, que elle aprova”,²⁰² pois o conde italiano “quis enganar o mundo com o nome de Aristoteles, e o encheo de conceitinhos, e de argucias frivolas, ridiculas, pueris, insulsas, e irreverentes como são as metáforas apontadas”.²⁰³ A acusação torna-se mais grave ao se considerar que, para Francisco José Freire como também para os fundadores da Arcádia Lusitana alguns anos depois, a poesia não pode ter como único fim o prazer, mas também o útil, “porque naquelle póde ser enganado, e neste nunca póde haver engano”.²⁰⁴

A Poesia considerada em si mesma procura causar seu deleite, e considerada como Arte sujeita à faculdade civil toda se emprega em causar utilidade. (...) por isso a verdadeira, e perfeita Poesia deveria sempre igualmente deleitar, que utilizar a huma Republica.²⁰⁵

Para Francisco José Freire, na esteira do renovador Ludovico Muratori, a poesia “naõ he outra cousa mais, que huma filha da Filosofia moral, ou para melhor dizer, he a Poesia, e a Filosofia huma mesma cousa, ainda que expressada com dous differentes nomes”.²⁰⁶ A verdade poética encontra sua realização no campo da moralidade, como o bom juízo da noção do gosto de finais do século; expressa pela moralidade, a produção de imagens poéticas e a função de instrução caminham lado a lado – é esse pano de fundo moral que se encontra na crítica à futilidade das metáforas de Tesauro e Gracián: frivolas e pueris, elas seriam desproporcionais e despropositadas e, por o serem, representariam descaminho tanto com relação à instrução quanto à verdade, objeto da poesia.

Não se deve, contudo, naturalizar a apreciação de Francisco José Freire acerca da preceptiva poética que lhe precede como se fosse um juízo normativo a respeito daquela produção literária. A objeção a esse movimento analítico – que, como argumenta João Adolfo Hansen, encontrou já bastante espaço nas páginas das histórias literárias²⁰⁷ – torna-se mais clara quando se entende que a equiparação da poesia com a filosofia moral não tem correspondência num reordenamento do campo da própria verdade e, por conseguinte, da atuação do letrado; lembrando da fórmula de Luiz Costa Lima, é como se também o Cândido Lusitano, seguindo os tratadistas do Renascimento, advogasse a prejuízo próprio:

De duas especies he o *verdadeiro* da natureza. Huma he aquelle *verdadeiro*, que com effeito he, ou foy: o outro he o que verossimilmente foy, e tambem podia, ou devia ser, segundo as forças da natureza. O primeiro *verdadeiro* buscaõ os Theologos, os Mathematicos, os Historiadores, e outras

²⁰² Francisco Joseph FREIRE, *Cândido Lusitano, Arte Poetica, ou Regras da verdadeira poesia em geral, e de todas as suas especies principaes, tratadas com juizo critico*. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1748, tomo I, p. 149.

²⁰³ *Idem*, p. 150.

²⁰⁴ *Idem*, p. 28.

²⁰⁵ *Idem*, p. 29.

²⁰⁶ *Idem*, p. 11.

²⁰⁷ Entre outros, ver HANSEN, “Fênix Renascida”, op. cit., 2002, pp. 24-25.

sciencias. O segundo pertence aos poetas, que saõ os que principalmente o buscaõ. Do conhecimento do primeiro vem a *sciencia*, e do segundo a *opiniaõ*.²⁰⁸

A identificação da poesia com a filosofia torna-se rarefeita assim que a esta é admitido tratar da verdade enquanto aquela apenas lhe chega perto por meio de um desvio, que é a própria palavra poética. Freire, portanto, apesar da tentativa de justificar um novo espaço de atuação para a poesia, a mantém subordinada a um discurso mais válido e verdadeiro, entre eles o dos historiadores.

De modo esquemático, pode-se afirmar que a reação do preceptista lusitano, em parte inspirada pelo *Verdadeiro método de estudar*, de Luís Antônio Verney,²⁰⁹ busca combater o que seria o mau gosto das letras portuguesas através da associação da poesia com a verdade moral e do letrado com a função de instruir e civilizar. Esse programa, que estava por trás dos projetos reformadores da Arcádia Lusitana, fracassa não apenas pela inércia do ambiente letrado português²¹⁰ como também pela incapacidade de fornecer à produção poética qualquer autonomia frente aos demais discursos – traço compartilhado também pela preceptiva à qual buscava se defrontar, como já vimos na primeira seção deste capítulo. É essa redefinição das atribuições do letrado que se deve ter em mente quando, sob a chancela do mesmo rótulo, o do *bem público*, os Esquecidos e outras agremiações do primeiro quartel do século XVIII procuram justificar sua própria utilidade. Antes de Francisco José Freire determinar que a instrução pública deve ser um dos objetivos do letrado, outras vezes já haviam se levantado contra os limites da prática letrada portuguesa.

“A intervenção de [Rafael] Bluteau”, diz-nos Sergio Alcides a respeito das palestras no Palácio da Alvorada, residências dos condes da Ericeira, “esteve sempre marcada pelo discreto combate ao jesuitismo imperante”²¹¹ e o discurso do teatino que vimos no primeiro item desta seção condenando os nomes das agremiações versou também sobre os temas de suas reuniões.

(...) o fundamento da mayor parte dos discursos Academicos he fabuloso, vaõ, frivolo, e de pouca, ou nenhuma entidade. Com curiosidade se propoem questoens, e com emulaçaõ se formaõ discursos sobre materias, ou pessoas, que nunca foraõ, nem nunca haõ de ser. (...) Estes ordinariamente saõ os empregos da discriçaõ Academia; Gigantomachias, e Metamorphoses, sonhos de Poetas, e delirios de Gentilidade.²¹²

²⁰⁸ FREIRE, *Arte Poetica*, op. cit., p. 72.

²⁰⁹ Freire afirma ter dado início à sua obra após ler “huns livros Portuguezes, impressos fóra”, isto é, os dois volumes da obra de Verney, FREIRE, *Arte poetica*, op. cit., p. I; em outro momento, contudo, não se sabe dizer se a relação é de *inspiração* por aquela obra ou de *reação* a ela, pois considera “muito mal fundada he a opiniaõ [como infinitas outras] do Author Anonymo de huns livros modernos escritos em Portuguez, intitulados: *Verdadeyro methodo de estudar &c.* onde na Carta Poetica affirma, que o fim da Poesia he só o deleite”, *Idem*, p. 30.

²¹⁰ ALCIDES, *Estes penhascos*, op. cit., 2003, p. 74.

²¹¹ *Idem*, p. 52.

²¹² Raphael BLUTEAU, *Prosas Portuguezas, recitadas em diferentes Congressos Academicos*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1729, pp. 327-328. Argumento semelhante já foi utilizado por ele nas Conferências Discretas e Eruditas, em 1696, diz o oratoriano: “Com grande fruto, e gosto dos Academicos, e seus ouvintes hia crescendo a curiosidade destas eruditas Conferencias, porque nem a boca de Cloris, nem os dentes da bella Laura, nem os olhos

não podendo “haver assumptos mais inúteis, e menos dignos do talento, habilidade, e sciencia de taõ grandes sogeitos!”²¹³ Para Bluteau, as academias bem-dirigidas são as dedicadas às questões filosóficas e científicas, todavia mesmo estas matéria empalidecem frente às de natureza teológica:

(...) do que até agora se tem dito, se argue, e prova, que hum dos principaes motivos da instituição das Academias, he a indagaçaõ, e exame de materias, e operaçoens scientificas. (...) Estes, e outros semelhantes infinitos assumptos, certamente saõ dignos da occupaçaõ de grandes talentos, e engenhos sublimes; mas pela incomparavel nobreza do objeto, a todos devem levar a preferências assumptos fundados na grandeza, e gloria de Deos.²¹⁴

A crítica tanto aos temas das academias literárias quanto aos assuntos de natureza científica impede que se oponha muito prontamente um pensamento que “se tornava cada vez mais racionalista e [que] se orientava no sentido do iluminismo” a uma sensibilidade que “continuava barroca”,²¹⁵ como é freqüente no dizer acerca do Conde da Ericeira.²¹⁶ A opção de Bluteau é um terceiro caminho para as academias, mas de forma alguma se pode opor seu discurso à preceptiva que tem nas letras e nas armas seu fundamento, pois, como apresenta em sua entusiástica defesa da *Nova arte de conceitos*, de Francisco Leitão Ferreira,

Verdade he, que na sua Arte Poetica, & nos livros das suas Rhetoricas trata Aristoteles destas engenhosas agudezas, mas taõ succinta, & seccamente, que sem as explanaçoens do livro do dito Conde [*Emanuele Tesauro*], intitulado *Canocchiale Aristotelico* os mais avidos engenhos, como outros Tántalos, não chegariaõ a apagar a sede de taõ inacessivel doutrina.²¹⁷

A primeira metade do século XVIII, portanto, foi fértil em debates acerca da natureza do fazer poético e do agir acadêmico, debates estes que poucas vezes opõem – como procuram as próprias dissertações – duas posições bem-definidas. Não se pode reduzir a oposições simples os partidos em contenda; contudo se tem já elementos, recolhidos da reavaliação da poesia em meados do Setecentos, da definição das atribuições dos acadêmicos e da crítica de Bluteau para examinar o que faziam, de fato, os acadêmicos.

De acordo com o discurso de abertura dos *Progressos Academicos dos Anonymos de Lisboa*,²¹⁸ atribuído a Jerônimo Godinho de Nisa, “Academia se chamava a palestra destinada

de Phyllis, nem outros ociosos, effeminados assumptos roubavaõ com queixas da sabedoria as atenções, louvavelmente consagradas a discursos Moraes, e Politicos, a notificas Filosoficas, a advertencias, e questoens, concernentes à pureza da nossa lingua”, *Idem*, p. 20.

²¹³ *Idem*, p. 337.

²¹⁴ *Idem*, p. 339.

²¹⁵ MOTA, *A Academia Real da História*, op. cit., p. 150.

²¹⁶ Para além da passagem supracitada de Isabel Ferreira da Mota, ver também o estudo de Ofélia MONTEIRO, “No Alvorecer do Iluminismo em Portugal”, op. cit., todo ele baseado nessa dicotomia e que acaba por situar o Conde da Ericeira justamente no espaço de uma dualidade entre o moderno e o arcaico.

²¹⁷ “Censura do P. M. Dom Rafael Bluteau Qualificador do Santo Officio”, in Francisco Leytam FERREYRA, *Nova Arte de Conceitos que com o titulo de Licções Academicas na publica Academia dos Anonimos de Lisboa, dictava, e explicava o beneficiado Francisco Leytam Ferreira, Academico Anonymo*. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1721, Segunda Parte, sem página..

²¹⁸ *Progressos Academicos dos Anonymos de Lisboa*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Lopes Ferreyra, 1718, Primeira Parte.

em Athenas para se praticarem as Artes, & Sciencias”.²¹⁹ Contribuintes para o lustro da *polis* grega, nas academias se exercitavam a eloquência, a poesia e a história, a filosofia, contudo, se algum dia fizera parte das academias, parecia não ser mais uma de suas atribuições:

Porém já agora, tudo são humanísticos estilos, orações eloquentes, poemas elegantes, sonetos conceituosos, engenhosidades plausíveis, erudições esquisitas; e ainda que com muita razão o lustre das Academias passou dos Filósofos para os Humanistas, que na sua mão têm a chave dourada do Palácio de Minerva, contudo compadeço-me de Platão, e dos seus Acadêmicos, já que eles inventaram, e observaram tantos anos o uso das Academias, ao menos nem um dia [*de reuniões*] será seu?²²⁰

A recusa da filosofia parece situar o campo de comparações das academias em outro lugar, como indica passagem da *Nova Arte de Conceitos*, apresentada aos Anônimos por Francisco Leitão Ferreira:

São as Academias palestras dos entendimentos, porque neste literário circo, *como em campo agonal*, costumaõ os sábios fazer de seus engenhos, *contendendo hus com outros por huma mesma palma*, aspirando todos a hum mesmo trífunfo, & competindo-se em hua mesma gloria. *Confôrme esta proporção, muyto se parecem os exercicios Academicos aos certames Olympicos.*²²¹

A mesma referência encontra-se na definição das dissertações por parte dos acadêmicos Esquecidos, demonstrando de forma clara que os combates pela história participam do mesmo universo cultural que os certames literários:

Dissertação se diz toda aquela disputa que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão;

todavia a *disputa* não é específica da dissertação, pois

(...) é gênero que se pode considerar bem, tanto a respeito das academias de Marte, como a respeito das palestras de Apolo, tanto se pode entender dos jogos, como dos acertos, tanto dos espetáculos (sic), como dos quesitos, tanto das batalhas, como das questões, tanto dos aproches, como dos argumentos; porque (...) tudo e todos, sim são disputas, mas tudo, e todos não são dissertações: e por isso as mais particulas, isto é, com palavras a fim de se exprimir clara, e especificamente a sentença melhor em qualquer questão; são diferença.²²²

Mais do que uma tópica, Marte e Apolo, letras e armas definem um campo de atuação para os acadêmicos e os situam em meio aos procedimentos discursivos que vêem ambas equiparadas, ainda que isso represente negar qualquer autonomia ou uma grande especificidade ao saber letrado:

Verdade he que são diversos os objectos, & officios das Armas, & das Letras; porém esta he a primorosa sympathia, & correlação entre as Letras, & as Armas, que naõ obraõ estas sem o útil soccorro

²¹⁹ *Idem*, p. 3.

²²⁰ “Oração” in CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., 1969, vol. I, tomo 2, p. 72.

²²¹ Francisco Leytam FERREIRA, *Nova Arte de Conceitos que com o titulo de Licções Academicas na publica Academia dos Anonimos de Lisboa, dictava, e explicava o beneficiado Francisco Leytam Ferreira, Academico Anonymo*. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718, Primeyra Parte, p. 311; *grifos meus*.

²²² GAMA, “Dissertações”, op. cit., pp. 13-14.

daquellas. Diversa he a obrigação do Sol & diverso o officio das Estrellas.²²³

Esse campo de atuação parece estranhamente limitado ao leitor atual, que tem em mente outros critérios de avaliação das atividades do letrado. Mas não será justamente o que se pede aos acadêmicos que façam?

Segundo João Álvares Soares, que presidiu a sessão acadêmica realizada no dia 8 de outubro de 1724, a décima segunda dos Esquecidos, “É pensão quase natural das grandezas do mundo serem comumente muito menores na posse, que na esperança”.²²⁴ A frágil adequação entre as imagens presentes no entendimento e aquelas recebidas pelas sensações encontra-se na origem do desengano que responde pelo caráter muitas vezes vão das expectativas. Frente aos Esquecidos, porém, João Álvares Soares não consegue senão dizer que “foi muito menos o que imaginei, que o que experimento, porque é muito mais admirável esta Academia vista, que imaginada”.²²⁵ Sua oração de abertura, que se desdobra em dezoito parágrafos efetuando a comparação entre o que vê e o que imaginara, é interessante por fornecer um elenco do que seria o acadêmico ideal. Dessa forma, ele vê “Mestres, ou Corifeus da erudição”²²⁶ que sabem mais da história que os Xenofontes, Heródotos ou Josefos; eloqüentes, possuindo “a agudeza dos Dialéticos, com a [sabedoria] dos Filósofos, com a alteza dos Teólogos”²²⁷ e, por fim, “peritos em todo gênero de metro”. O acadêmico, portanto, é ou deve ser erudito, discreto, engenhoso, eloqüente e ainda ser capaz de compor histórias, poemas ou peças de oratória, contudo não se lhe pede que dê sua opinião sobre o reto governo ou sobre as causas dos desvios da cidade em que reside, uma vez que o cargo que já ocupa no senado ou em outro órgão da administração parece já responder por essa parte de suas ocupações. Pode-se agora entender mais acerca dos assuntos debatidos nas conferências acadêmicas.

A décima segunda das dezessete lições apresentadas por Francisco Leitão Ferreira na Academia dos Anônimos e reunidas no primeiro volume da *Nova arte de conceitos* tratava do melhor modo pelo qual compor temas para serem abordados pelas academias. Segundo o beneficiado, seu texto busca entender as condições e máximas

(...) com que deve primorosamente proporse, para que convide os animos, sem moléstia dos engenhos: porque a razaõ, & a experiencia, incontraditaveis testemunhas das açções humanas, saõ hua plena prova da grande repugnância, que causa aos discursos, qualquer materia proposta com escuridade, prolixidade, affectaçãõ, redundancia, segura, & outros defeytos comprehendidos nos termos, palavrãs, & sentidos, com que alguns assumptos se propoem.²²⁸

Dito isso, ele define o assunto acadêmico como uma “breve proposição acerca de determinados objetos, da qual se deduz a alguma reflexãõ, ou conclusãõ provavel, ou infallivel”.²²⁹ O

²²³ *Progressos Academicos*, op. cit., p. 2.

²²⁴ “Oração” in CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., vol. I, tomo 3, p. 143.

²²⁵ *Idem*, p. 144.

²²⁶ *Idem*, p. 145.

²²⁷ *Idem*, p. 146.

²²⁸ FERREIRA, *Nova Arte de Conceitos*, op. cit., 1718, p. 313.

²²⁹ *Idem*, p. 313-314.

acadêmico é um produtor de juízos e não é necessária a forma da dissertação para que a disputa se apresente, uma vez que os assuntos poéticos já trazem em si as contendas.²³⁰ Distinguem-se, ainda, os temas acadêmicos em simples – compostos por apenas uma proposição, por exemplo, *Uma açucena* –²³¹ ou complexos, que são mais *plausíveis*²³² “por ser de si mais fecunda”.²³³ Por fim,

O Assumpto Academico, ou seja complexo, ou seja simplez, pôde pelos seus objetos, & circunstancias subdividirse, ou individuar-se a sacro, heroico, lyrico, funebre, moral, jocosos, joco-serio, &c. & qualquer diferença destas he admissivel, & praticavel nas Academias, observando em cada hua o decoro de seu caráter, preceyto muy recomendado de Horacio na Poetica.

A profusão poética de *Uma senhora que, perdendo um grande bem, trata de esquecer o bem perdido* ou do assunto simples de natureza heróica *Cipião desterrado em Roma*, que poderia trazer aos Esquecidos ressonâncias de sua própria condição periférica no interior do Império lusitano, não são expressão de um espírito desordenado ou arcaico, mas a colocação em prática de preceitos determinados e de pressupostos específicos que orientam a atuação dos letrados. Em compensação, enquanto os textos acadêmicos são assim determinados, eles compartilham do caráter de produções de circunstância que também caracteriza a produção literária do letrado. Na Academia dos Esquecidos, portanto, conhecer e dar a conhecer são as duas faces de uma mesma moeda, e ambas servem simultaneamente ao entendimento da realidade brasílica quanto ao desterro das sombras daquela novíssima região. Louvor, circunstância e retórica fazem par com conhecer, averiguar e criticar:

Desfazer pois estes nublados, colorir estes escuros no que toca à história natural, corre a impulsos de Soberano preceito por culto de minha obediência, por conta da minha obrigação. Raro, e estranho prodígio! Portentoso, e notável preceito, que só no obsequioso me escusa do temerário! Mas tudo, quando não obra da natureza, por não poder aparecer luzente o nubiloso, profundo arcano da Providência, pelo Heróico, Augusto alento, que o inspira, pelo predominante, Superior Astro, que o move.²³⁴

*

No percurso deste capítulo, acabamos por revistar uma série de concepções a respeito do labor letrado e da prática de atuação da República literária pertinentes ao entendimento da Academia dos Esquecidos. Para Diogo Ramada Curto, que citamos na abertura do capítulo, a transformação das academias literárias em academias científicas no decurso do século XVIII denota a reclassificação dos saberes ao longo deste período, que faz áreas até então

²³⁰ Alguns temas para poesia são em si mesmos temas de disputas, entre eles pode-se citar o tema heróico da décima conferência, *Onde teve mais glória, Trajano que, alcançando a vitória, não logrou o triunfo pois morreu antes ou em sua estátua, a qual prestou homenagem Adriado, a quem o Senado adjudicara o triunfo?*, e o décima quarta conferência, *A Índia e o Brasil disputando qual deve mais honras a Vasco Meneses*.

²³¹ Tema da décima terceira conferência dos Esquecidos, a qual tomou lugar em 22 de outubro de 1724.

²³² Plausível, na época, significa “Cousa merecedora de aplauso” e não o que é mais provável, como atualmente; BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez*, op. cit., 1720, p. 546.

²³³ FERREIRA, *Nova Arte de Conceitos*, op. cit., 1718, p. 319.

²³⁴ BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., Aparato, pp. 142-143.

subordinadas à ética e à moral – como a economia política – alcançarem uma relativa autonomia epistemológica. Esse processo acompanha-se também de uma redefinição do papel do letrado, que se auto-confia a missão de civilizar e instruir a sociedade na qual se insere. Levados ao início do século, contudo, tornou-se claro que esses processos situam-se a uma certa distância de uma situação na qual o letrado é marcado pelo cruzamento entre uma limitada autonomia e uma extensa alienação de seus próprios meios de valorização. Ainda assim, o letrado não é mero funcionário da monarquia para a qual serve – o que também ajuda a desestabilizar a compreensão do Iluminismo em possessões ibéricas como caracterizado pelo serviço estatal.

Por outro lado, a atuação dos membros da República das Letras não é marcada pela imparcialidade ou pela convivência democrática que frequentemente se procura lhe conceder. As relações da República literária com os poderes instituídos é, novamente, mais complexa do que frequentemente se admite e, por conseguinte, também seu papel na formação das sociabilidades que, porventura, acabarão por determinar o fim do Antigo Regime. Enquanto isso não acontece, contudo, os membros daquela comunidade são tanto republicanos quanto súditos de suas (próprias) hierarquias.

Pode-se dizer, portanto, que a Academia dos Esquecidos é mais um sintoma das condições da atuação letrada e da produção intelectual em solo baiano do que um indício a favor de qualquer mudança significativa no panorama das letras coloniais ou da prática acadêmica no Império português. Confrontados com suas práticas, percebemos que a ambiguidade do estatuto letrado é expressão de um modo de atuação próprio e esse modo de atuação não sofre modificações substantivas com o surgimento da Academia dos Esquecidos. A criação da Academia dos Esquecidos não leva a modificações substantivas na situação do letrado colonial, muito embora seja um fato novo, responsável tanto por uma maior visibilidade desse mesmo letrado quanto pelo considerável aumento de sua produção literária.

O presente capítulo se centrou na tensão entre processos que escapam em muito ao âmbito temporal no qual viveram os próprios acadêmicos e a própria posição dos Esquecidos como prenúncio ou não a estes processos. No próximo capítulo, veremos como os agremiados baianos compreendiam eles mesmos sua relação com a história daquela escrita a que darão forma em suas dissertações, a historiografia. A tensão entre expansão e permanência – da escrita da história, da atividade do historiador – constitui o pano de fundo sobre o qual se desdobra o próximo capítulo do nosso estudo.

CAPÍTULO II HISTORIOGRAFIA RETÓRICA E ERUDITA

Luciano de Samósata é um dos responsáveis por preservar o relato da estranha doença que acometera os habitantes da cidade de Abdera. “Primeiramente todos vulgarmente adoeciam de febre forte, e contínua logo do primeiro dia”, diz o escritor sírio-helênico, ao que se somava, no sétimo dia, sangramentos no nariz e um forte suor, que diminuía aquela febre. O mais estranho, porém, é que os mesmos abderites passavam a sofrer de

um arreto ridículo [que] transtornava os entendimentos, porque delirantes todos, se provocavam a representar Tragédias, recitavam versos jâmbicos, e gritavam muito. Representavam principalmente com lágrimas a Andrômeda de Eurípides, e referiam em verso a prática de Perseu. Estava a Cidade cheia daqueles tragediógrafos feitos em sete dias, todos pálidos, e macilentos, e clamando a grandes vozes (...).¹

Sabe-se que a afecção que tomara conta dos abderites, cuja obtusidade era proverbial,² serve a Luciano de analogia para o próprio tempo em que escreve, o século 2 d.C.:

Para comparar, pois, como dizem, uma coisa com outra, aquele delírio dos Abderites assaltou também agora a muitos dos eruditos não para representar Tragédias, (porque seria talvez este menor delírio, ocupando-se com os Jambos alheios, e não maus) mas desde que já por toda a parte estas coisas se moveram: a guerra contra os bárbaros, a rota na Armênia, e as vitórias contínuas, *ninguém há que não escreva História*. Antes todos se nos fazem Tucídides, Heródoto e Xenofonte. E segundo parece, é verdadeiro aquele dito: a guerra é pai de todos; porque de um só golpe produziu tantos Historiadores.³

Ou seja, uma sociedade saturada de historiadores.

O quadro pintado satiricamente por Luciano poderia muito bem servir para ilustrar o contexto luso-brasílico de inícios do século XVIII. Pode-se muito bem pensar num historiador estreante tendo de considerar o número de livros de história em contínua publicação, tradução ou reedição; os diversos gêneros nos quais poderia escrever sua história e nos mais variados assuntos que ela poderia abordar; a existência de uma agremiação como a Academia Real da História, que pela via do enobrecimento buscava monopolizar o prestígio associado a uma forma de escritura que, como vimos, já frequentava os salões da Corte lusitana; as demandas de um público que poderia fazê-lo ser lido mas que dificilmente lhe asseguraria sua sobrevivência material; o desenrolar da própria história que fazia não apenas as simpatias políticas passarem de um lado a outro mas também que os eventos se perdessem no

¹ LUCIANO, *Arte Historica de Luciano Samosateno; Traduzida do Grego em duas versões Portuguesas pelos Reverendos Padres Fr. Jacinto de S. Miguel. Cronista da Congregação de S. Jerônimo, e Fr. Manoel de Santo Antônio, Monge da mesma Congregação em Portugal. Dadas à luz pelo P. José Henriques de Figueiredo*, in João Kennedy EUGENIO, *Ficção e história – Encontros com Luciano*. Teresina: EdUFPI, 2010, pp. 205-206 (transcrição de Eduardo Sinkevisque); *grifo meu*.

² Segundo Jacyntho Lins Brandão, a reputação dos abderites era corrente já no século IV a.C., sendo que a expressão “à maneira dos abderites” designaria “um modo tolo ou louco de conduzir-se”. Essa tradição faria fortuna posteriormente, tendo sido apropriada por Erasmo, Bayle e Kant, entre outros, LUCIANO, *Como se deve escrever*, op. cit., pp. 87-88, nota 5.

³ LUCIANO, *Arte Historica*, op. cit., p. 206; *grifo meu*.

caleidoscópio das versões; o avanço dos critérios de prova e exame de documentos e autores, que colocavam novas pressões para a escrita da história; o julgamento dos demais escritores de histórias, muitas vezes concorrentes; a dispersão dos arquivos e a desorganização da maior parte das bibliotecas; tudo, enfim, indicava que a vida dos escritores de histórias não transcorria com a calma com a qual frequentemente se imagina o passado. Não estranha, portanto, que muitos tomassem a opção segura e reproduzissem, como os historiadores de Luciano, os encômios e relatos que agradassem a seus contemporâneos; todavia também muitos desses podiam deixar de lado sua pena e, imitando Luciano, que copia, por sua vez, Diógenes, rolar seu tonel, encontrando tempo tanto para escrever quanto para julgar, criticar e debater a prática da historiografia.

Os fatores listados acima ajudam a compreender as dificuldades associadas à escrita da história em inícios do Setecentos. A situação assim configurada impõe ao historiador e a cada obra historiográfica uma série de escolhas no momento de sua realização. Tendo isso em vista, o objetivo do presente capítulo é estudar algumas das escolhas que foram tomadas pelos membros da Academia Brasílica dos Esquecidos no momento de composição de suas dissertações históricas. Ao longo das páginas seguintes, argumentarei que essas opções são condicionadas por três elementos: o autor de histórias e as maneiras através das quais ele concebe sua tarefa; o público leitor de histórias e como este compreende sua relação com as diversas formas da historiografia e, por conseguinte, como ele figura a ocupação daquele que as pratica; por fim, a relação entre uma tradição historiográfica que, em inícios do Setecentos, é já duplamente milenar, e as pressões trazidas pelos avanços da erudição, que buscam emular aquela tradição, simultaneamente apoiando-se em seu prestígio e procurando suplantá-la.⁴ Busca-se, com isso, um melhor enquadramento para alguns dos problemas enfrentados pelos acadêmicos Esquecidos, assim como dos debates em curso em suas reuniões e dissertações.

Para dar cabo desta proposta, é preciso primeiro compreender de que maneira o apelo à erudição era entendido pelos historiadores da época. Costuma-se perceber os processos em curso na passagem do Seiscentos até meados do Setecentos como o lento mas progressivo triunfo da erudição historiográfica sobre sua contraparte narrativa e/ou retórica. Através de exemplos tanto reinóis quanto brasílicos, procurarei questionar, num primeiro momento, a oposição entre esses dois modelos historiográficos e, num segundo momento, a narrativa que vê no advento da erudição uma consolidação do ofício de historiador. A aposta deste estudo é que, quando trabalhadas de modo proveitoso, como aspectos complementares e

⁴ Como procurarei trabalhar ao longo do capítulo, este jogo de espelhos entre leitor, autor e as tradições que os fundamentam tem por objetivo procurar uma visão mais complexa e completa dos debates historiográficos da época, sem que estes necessariamente se centrem sobre a composição do texto histórico e seus preceitos ou, mais importante ainda, na evolução do método, perspectiva que deu origem a uma importante e influente área de estudos. Com isso, pode-se enquadrar o desenvolvimento da historiografia no pano de fundo da emergência de uma cultura para a qual a história tem um importante papel, quando não preponderante, cf. Daniel R. WOOLF, “From Hystories to the Historical: Five Transitions in Thinking about the Past, 1500-1700”, in Paulina KEWES, *The Uses of History in Early Modern England*. San Marino, Cal.: Huntington Library and Art Gallery, 2005, pp. 33-70.

não contraditórios, as noções de uma historiografia apoiada na retórica⁵ e, outra, associada à erudição tornarão possível fazer emergir toda a pluralidade de uma prática historiográfica que, considerada em seus objetos, nunca conseguiu realizar completamente a oposição na qual os dois modelos – conceitualmente – se fundam. Trata-se, além disso, de desnaturalizar o papel da erudição na narrativa de formação da historiografia.

Uma terceira seção deste capítulo será dedicada ao detalhamento dos contornos de semelhante debate na Academia dos Esquecidos. A ausência de uma preceptiva específica para o gênero dissertativo assim como a ambiguidade dos usos da forma e dos conteúdos trabalhados pelos Esquecidos tornarão mais claro o caráter relacional dos dois modelos historiográficos elencados acima. A hipótese a ser testada é que, à sua maneira particular, as dissertações históricas dos Esquecidos situam-se no intervalo entre as propostas retórica e erudita apresentadas à historiografia e que, na tentativa de realizar – de novo, à sua maneira – ambas, justificam-se os aspectos contraditórios ressaltados pela recepção destas singulares peças historiográficas. Não se trata, entretanto, de mera síntese das duas perspectivas, mas sim de perceber como, a partir do repertório oferecido pela reflexão história que lhes é disponível, os Esquecidos tentam fazer frente aos problemas que surgem em seu tempo, seja explicitando-os em suas dissertações, seja tornando-os invisíveis. Esse duplo uso da tradição historiográfica será tema da quarta e última seção deste capítulo, quando explorarmos a ambiguidade presente – entre método e composição, entre escrita e leitura – na expressão frequentemente utilizada, mas nem sempre explicitadas, das *leis da história*.

Deleitar e instruir

Segundo Isabel Ferreira da Mota, a primeira metade do século XVIII representa um momento de grande ampliação do público leitor de histórias em Portugal: não por acaso, num breve intervalo de tempo surgem tanto a Academia Real da História Portuguesa, em 1721, quanto a Gazeta de Lisboa, cujas encadernações, que começam a circular em 1715, trazem o título de *Historia Annual, Chronologia, e Politica do Mundo, e especialmente da Europa*.⁶ Esses

⁵ Trata-se, é claro, de uma redução analítica do conceito de retórica, que aqui é associada quase que exclusivamente ao campo das regras para a composição do discurso e ao uso de determinados *topoi*. Não é objetivo principal deste capítulo desfazer esse mal-entendido sobre o qual se funda a quase sinonímia indicada pelo uso da expressão historiografia *retórica* ou *literária*, quando não *política*, mas sim inverter sua valoração e indicar que a historiografia que tem na composição, no texto, possui tanta importância, quando não maior, que aquela baseada na pesquisa e na comprovação documentais. Para uma reavaliação do que se entende por comprovação de modo a poder incluir também nela a retórica, ver o próximo capítulo. É preciso conceder, todavia, a existência de algumas aproximações entre a retórica e a história da erudição, ver Anthony GRAFTON, “Renaissance Readers and Ancient Texts”, in *Defenders of the Text – The Traditions of Scholarship in an Age of Science, 1450-1800*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1991, pp. 23-46.

⁶ MOTA, *A Academia Real da Historia*, op.cit., pp. 127-130. Para a historiadora portuguesa, o surgimento do público-leitor é concomitante ao aparecimento do *campo* historiográfico e, na verdade, é uma função deste. Já vimos no primeiro capítulo desta dissertação que a noção de espaço público que utilizo é bastante diferente daquela da qual se vale a autora portuguesa; por conseguinte, também a noção de público-leitor deve sê-lo. Parece-me que a intenção de Mota é ligar a ascensão de um novo público-leitor a uma esfera

indícios fazem-se acompanhar pela percepção de que o incremento deste mesmo público é seguido por um relativo alargamento das práticas e do próprio conceito de *história*, que em termos textuais passa a englobar não só as gazetas – uma espécie de história do tempo presente, próximas ao jornalismo – mas também várias formas de representação do passado que prescindem da narrativa – como as *memórias históricas* – até ao limite do gênero que mimetiza as pretensões de ambas estas categorias, os romances, então chamados *novelas*. A disputa em torno à prática do historiador ocorre, portanto, sob o pano de fundo de uma grande diversidade no interior da própria noção de história – ao menos na história compreendida enquanto gênero de composição literária.

Essa pluralidade não significa apenas coexistência, mas sim um contexto de intensos debates entre os praticantes de um ou outro gênero (quando não praticantes de dois ou mais), todos eles englobados sob a fachada de uma escrita da história ou, mais simplesmente, *historiografia*. A visualização deste horizonte de problemas indica a necessidade de se discutir a composição textual da historiografia como parte da prática historiográfica – e, porque não, como parte do *método* histórico? – em inícios do Setecentos, e não necessariamente como um resquício ou algo que se quer deixar para trás. Para isso, é preciso desfazer alguns preconceitos a respeito do papel da retórica e da narrativa para a historiografia da *primeira modernidade*.

É comum considerar as formas tradicionais da historiografia anteriores à emergência das preocupações eruditas apenas como uma espécie de panegírico, uma “inscrição dos altos feitos que imortalizam a glória do príncipe”.⁷ De fato, a *Retórica* aristotélica distingue três tipos de discurso, de acordo com os interesses dos ouvintes. O primeiro, o deliberativo, trata de uma decisão a ser tomada a respeito de um acontecimento futuro; o segundo, o judiciário, determina a respeito de um evento passado; o terceiro, o demonstrativo, também conhecido como epidíctico, trata do valor de uma ação presente, realizando o elogio ou a condenação de um acontecimento ou de uma personagem.⁸ Na teorização literária helenística e romana, ainda que se expanda e se modifique o esquema genérico de Aristóteles, a história permanece enquadrada no interior do discurso demonstrativo, já que realizava justamente o encômio ou o vitupério dos homens para um público no presente, visando a instrução moral.

pública renovada, em consonância com os estudos de matriz francesa que ligam a modificação no mercado do livro ao longo do Setecentos com as modificações nos hábitos de leitura. Se isso é assim, a existência de um organismo que procura – como a própria autora reconhece – controlar a circulação, a produção e a recepção de obras históricas como a Academia Real só pode se chocar com esses aspectos inovadores que seriam relacionados aos livros de *histórias* ligados ao *público alargado* da época. Parece-me que falta, para o conceito trazido pela autora ganhar toda sua força, a ligação do público com a (estrutura de) recepção, através da qual o público é simultaneamente mais e menos autônomo do que quer conceder; em outras palavras, falta conectar o estudo do público ao estudo da historiografia, ainda mais tendo em vista a ligação entre público e destinatário que apontei no primeiro capítulo. Para um problema similar, ver KAGAN, *Clio and the Crown*, op. cit., pp. 201-250.

⁷ BARRET-KRIEGEL, “Jean Mabillon et la science de l’histoire”, in MABILLON, *Brèves réflexions sur quelques règles de l’histoire*, op. cit., p. 45.

⁸ ARISTOTLE, *Rhetoric*. Mineola: Dover, 2004, 1358b, tradução de W. Rhys Roberts.

Esse pertencimento da história ao gênero demonstrativo, responsável por sua funcionalidade, a instrução moral, é muitas vezes interpretado como se a narrativa histórica fosse apenas outra forma de louvor, algumas delas estudadas no último capítulo.⁹ A contrapartida deste movimento teórico é considerar que a a progressiva transformação da historiografia numa atividade do conhecimento – uma ciência, por assim dizer – demandaria um distanciamento da retórica e a constatação do fato de que o “historiador se torna cada vez menos preocupado com a forma literária”.¹⁰ Parece claro a este estudo, como demonstrarei mais adiante, que para os sujeitos dos séculos XVII e XVIII era possível aprender algo com a historiografia dita retórica, ainda que não fosse o conhecimento factual do passado que se pretende conceder atualmente.

A redução da narrativa historiográfica a lugares-comuns retóricos é acompanhada, frequentemente, por sua progressiva desqualificação conforme a história passa a representar o papel de ciência. Todavia a historiografia moderna, aceita-se, é tanto uma atividade do conhecimento quanto uma espécie de relato que não pode prescindir, em determinados momentos, da narração.¹¹ A solução encontrada – e muitas vezes correta – foi ver a evolução da historiografia sendo feita por dois caminhos distintos, o dos eruditos, antiquários e juriconsultos de um lado, e o do historiador, do outro. A consequência é que a narrativa de seu desenvolvimento é construída de modo que o historiador – isto é, o escritor de histórias – é progressivamente despossuído de sua prática, assumindo papel secundário, quando não desnecessário, já que ele não consegue acompanhar os avanços de seus colegas eruditos.¹² O *telos* dessa narrativa se torna a descoberta das maneiras pelas quais a *história* conseguiu

⁹ Algo que mesmo Carlo Ginzburg, tentando salvar uma retórica baseada no uso da prova, faz ao propor que o uso da argumentação na história a colocaria ao lado do gênero judiciário e não do demonstrativo, cf. CARLO GINZBURG, “Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez”, in *Relações de força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 47-63.

Acerca da leitura de Carlo Ginzburg da *Retórica*, ver o interessante trabalho de Carlos Eduardo de Almeida OGAWA, *História, retórica, poética, prova: a leitura de Carlo Ginzburg da Retórica de Aristóteles*. São Paulo: FFLCH/USP, 2010, dissertação de mestrado.

¹⁰ Phyllis K. LEFFLER, “The ‘Histoire Raisonnée’, 1660-1720: A Pre-Enlightenment Genre”, in *Journal of the History of Ideas*, vol. 37, n° 2, Apr.-Jun. 1976, p. 221. O mesmo ponto é feito em Gianna POMATA; Nancy G. SIRAISSI, *Historia: empiricism and erudition in early modern Europe*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2005, pp. 3-4.

¹¹ MOMIGLIANO, “Gibbon’s Contribution...”, op. cit.

¹² Como afirma um primeiro J.G.A. Pocock – autor, todavia, de grande coerência ao longo de sua carreira –, “é um dos grandes fatos sobre a história da historiografia que as técnicas críticas desenvolvidas durante os séculos XVII e XVIII foram apenas lenta e muito tardiamente combinadas com a escrita da história como uma forma de narrativa literária; que havia um grande divórcio entre os eruditos [*scholars*] e os antiquários, de um lado, e os historiadores literários, de outro; que a história como uma forma literária persistiu serenamente em seu caminho, nem se dando conta das técnicas críticas desenvolvidas por eruditos [*scholars*] nem desenvolvendo técnicas similares por conta própria, até que houve uma espécie de revolta pirronista, um movimento generalizado de ceticismo a respeito de se a história [*story*] do passado podia ser contada de maneira confiável”, de modo que se os historiadores da historiografia tivessem prestado atenção a isso, a “intensidade de seu desespero pirronista talvez tivesse sido menor”, J.G.A. POCKOCK, *The Ancient Constitution and the Feudal Law - A Study of English Historical Thought in the Seventeenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, pp. 6-7. Originalmente publicado em 1957, pode-se dizer que, desde então, essa perspectiva se tornou canônica.

incluir os instrumentos da erudição. Essa visão proporciona muitos ganhos ao entendimento da historiografia da Idade Moderna – e dela nos valeremos sempre que for preciso – porém ela acaba por simplificar o problema ao deixar de lados as questões relacionadas aos gêneros historiográficos e à escrita da história. Pode-se perguntar, assim, porque não inverter a perspectiva e perceber que era a erudição que encontrava dificuldade em se aproximar da história, gênero muito mais prestigioso? Caso aceitemos isso, outro quadro se descortinará ao entendimento dos problemas aqui tratados – e é justamente a respeito dessa dificuldade que surgiam a maior parte dos problemas enfrentados pelos Esquecidos.

Segundo Mark Salber Phillips, o que diferencia a história das demais práticas literárias coêvas foi a amplitude de sua reconceitualização, levada a cabo ao final do século XVIII, pois para nenhuma outra “literatura de descrição social (...) o problema formal da narrativa era tão significativo para a contínua identidade do próprio gênero”.¹³ Na passagem do século XVIII para o século XIX, portanto, teria emergido uma tensão especialmente aguda entre o que o autor denomina pretensões *mimética* e *instrutiva* do discurso historiográfico.¹⁴ De um lado, conforme as histórias buscavam a mimese (aqui entendida como representação) do passado, acabavam por se concentrar na concretude dos eventos; levado ao extremo, isso podia significar o abandono da própria narrativa, tal como exemplificado pelas enciclopédias, dicionários biográficos, entre outros. De outro lado, os impulsos didáticos também podiam ferir o primado da narrativa, como quando a obra historiográfica trazia em anexo dissertações ou outros apêndices. A distinção entre as categorias elaboradas pelo autor, que ecoa aquela entre uma história dita retórica e outra, qualificada como erudita, na verdade não ressalta tanto a adversidade quanto a complementariedade entre as duas intenções do discurso histórico. Nas palavras do autor, portanto,

A heurística que delineei pode ser útil de duas maneiras. Primeiro, ao destacar a tensão entre dos *foci* da prática historiográfica, o esquema nos ajuda a dar conta do alcance e da variedade de escritas históricas [*historical writings*] neste período. Segundo, já que parece ser uma característica distintiva da narrativa histórica que ela reconheça a *ambos* os propósitos, o esquema também nos permite identificar mais claramente as linhas que conectam os gêneros históricos a famílias mais amplas de propósitos didáticos e miméticos.¹⁵

Trazidas ao panorama de nossas preocupações, as categorias nos fornecem instrumentos para perceber que as pretensões mimética e didática não tanto caminhavam em direções diferentes quanto buscam um mesmo objetivo seguindo trilhas diversas.

Retornando ao Portugal do outro extremo do século XVIII, se a reelaboração do que é a história ainda parece engatinhar frente àquela que dará origem à história filosófica em todos

¹³ PHILLIPS, *Society and Sentiment*, op. cit., p. 7.

¹⁴ *Idem*, p. 22.

¹⁵ “The heuristic I have outlined can be useful in two ways. First, by bringing into relief the implicit tension between two foci of historiographical practice, the schema helps to account for the range and variety of historical writings in this period. Second, since it seems to be a distinctive characteristic of historical narrative that it acknowledge *both* purposes, the schema also allows us to identify more clearly the lines that connected the historical genres to wider families of mimetic and didactic genres”, *Idem*, p. 23.

os seus matizes, a diversidade das aproximações aos fenômenos considerados históricos não esconde que há um elemento novo no que toca ao conhecimento dos fatos, a erudição.¹⁶ Tendo isso em vista, a hipótese que procurarei testar – nesta e na próxima seção deste capítulo – é a de que enquanto a narrativa com viés político tendo como esteio a atuação de indivíduos da qual se retiravam ensinamentos morais ou lições práticas para aplicação ou compreensão do presente – ou seja, a historiografia retórica – se mantinha como horizonte ideal a partir do qual tanto autores quanto leitores se relacionavam com as histórias que lhes caíam em mãos, essa espécie de narrativa sofria a concorrência de uma historiografia erudita cujos procedimentos de leitura se articulavam em torno à retórica forense, que podia prescindir, quando necessário, da linearidade do relato histórico, e que buscava mais a instrução para o presente e o conhecimento do passado do que a exemplaridade das ações passadas. Esta historiografia exercia uma pressão cada vez maior sobre as demais formas historiográficas, porém não as suplantou. O choque entre as demandas – e não necessariamente os objetivos – dos dois tipos de história levou não tanto ao seu afastamento quanto a sua combinação, efetuada de diversas maneiras. Não se trata, portanto, de desfazer ambas as categorias, mas de utilizá-las como instrumentos para cunhar uma visão mais apropriada ao estudo do contexto luso-brasileiro, contexto no qual é possível verificar a coexistência, senão a coincidência, dos dois modelos historiográficos.

Veremos agora, portanto, como a interrelação entre esses elementos novos e tradicionais afetam aqueles que, pelos mais diversos motivos, exercitam a história como narrativa política, enquanto na próxima seção abordaremos como esses mesmos processos são sentidos por aqueles sobre cujos ombros recai o fardo da erudição.

*A erudição como critério de diferenciação:
uma disputa entre Inácio Barbosa Machado e Francisco de Santa Maria (1744-1745)*

Em 1745, Inácio Barbosa Machado publica o primeiro volume de seus *Fastos Politicos, e Militares da Antigua, e Nova Lusitania*, obra que depois lhe granjearia, em 1748, o cargo de cronista ultramarino do Reino português. Caso se acredite no testemunho do antigo juiz de fora da Bahia, ex-acadêmico *laborioso* da há muito extinta Academia Brasílica dos Esquecidos, trata-se de obra iniciada no começo da carreira do autor mas só completada em idade avançada, o que ajuda a entender que o autor tenha sentido necessidade de imediatamente entrar em disputa para que sua obra alcançasse o lugar que cria ser devido.¹⁷ O problema que

¹⁶ Entendo por erudição a atividade de consulta, coleta e compilação de documentos assim como de crítica textual elaborada por juriconsultos e outros estudiosos, justamente os eruditos, a respeito do passado histórico assim como da narrativa bíblica e de suas condições de entendimento. A história da erudição, parece-me, ultrapassa em muito a mera questão do método, como tentarei demonstrar no próximo capítulo; no âmbito deste capítulo, contudo, tratarei da erudição no sentido de uma historiografia erudita, noção (bastante genérica) que será definida logo a seguir.

¹⁷ Segundo o autor, à escrita do volume “concorreo o Real serviço que me transferio à Bahia Capital da America Portugueza onde applicado ao ministerio Forense fuy precisado a interromper os estudos historicos pelo Juridico”, afirmação ela mesma não de todo verdadeira dado que enquanto trabalhava no Brasil Inácio

assolava o cronista-mor português é que justo um ano antes de sua obra estar disponível ao público, outro autor conseguira editar um livro que se organizava sob o mesmo princípio de composição que o seu, qual seja, o de oferecer um diário em que a cada dia do ano está associado ao menos um feito valoroso ou vergonhoso perpetrado por um português ou contra a nação lusitana visando a instrução dos seus leitores; é dessa forma, portanto, que o padre Francisco de Santa Maria define a relevância de seu *Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia abreviada das pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, datado de 1744:

Aqui achará o curioso Leitor muitas, e diversas noticias, em que pôde exercitar o genio, e instruir, não inutilmente, a sua applicaçãõ. Digo, não inutilmente, porque se (como disserãõ os antigos, e confessaõ os modernos) a historia he mestra da vida, e o nivel das ações humanas; neste compendio de historia pôde cada hum regular as suas açõens; já imitando as heroicas, já compondo as que o não saõ; que por essa mesma causa se referem aqui, não só as que pôdem servir de exemplo, mas tambem muitas, que produziraõ escandalo.¹⁸

Da mesma forma, a censura de Manuel Caetano de Sousa permite entrever que o objetivo de Inácio Barbosa Machado é o mesmo de seu rival:

Faz-se a mayor utilidade desta historia pela disposiçãõ, com que está escrita, porque distribuidas as açõens pelos dias em que succederaõ, se verá reduzido ao breve circulo de hum anno todo o que foy cuidadosa occupaçãõ de muitos seculos, e contribuindo aqui para avivar a memoria o mesmo, que costuma produzir o esquecimento, que he a velocidade, com que, passaõ os annos, porque quantos estes correm mais precipitadamente para o seu fim, tanto mais depressa tornaõ avir aquelles dias, que se fizeraõ memoraveis pelas façanhas Portuguezas, cuja annual repetiçãõ os fará sempre mais lembrados.¹⁹

E assim se percebe que para o ex-acadêmico *ocupado*, a forma de *diário* lhe permite atender às duas pretensões do discurso historiográfico:

Para que a nossa Historia se publicasse com **methodo que igualmente deleitasse, e instruisse** determiney não seguir o estilo dos Annaes escritos pela Chronologia dos annos de que foraõ observantissimos professores os Britos, Barros, Castanhedas, e Farias imitando aos Baronios, Spondanos, Raynaudos, e Torniellos na Eccleziastica, e a reduzi a forma de *Diario* onde competindo os Portuguezes com o Principe dos Astros que com as suas luzes beneficamente illustra os dias pelo circulo do anno se coroaasse cada hum delles com as memoraveis açõens que nas quatro partes do Mundo obrara o seu heroico esforço.²⁰

Barbosa Machado escreveu suas dissertações para a Academia dos Esquecidos. De todo modo, ele ainda afirma que a obra já havia sido aprovada para publicação em 1713, demorando trinta e dois anos para vir à público – afirmação que, em parte, deve ser entendida pelo fato de as licenças do *Anno Portuguez, Diario Historico*, de Francisco de Santa Maria, serem datadas deste ano. Inácio Barbosa MACHADO, in *Fastos Politicos, e Militares da Antigua, e Nova Lusitania, em que se descrevem as açõens memoraveis, que na Paz, e na guerra obraraõ os Portuguezes nas quatro partes do Mundo*. Lisboa Occidental: Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1745, tomo I, p. I.

A controvérsia entre Machado e Santa Maria deixa inconclusa a questão da credibilidade do depoimento de Luís de Siqueira da Gama segundo o qual “o Padre Francisco de Santa Maria escreveu diários; e por diários também com mais elegância que todos; tem escrito as grandezas, e memórias de Portugal dando-lhe o título de **Fastos Lusitanos**; o mesmo Senhor Doutor Inácio Barbosa Machado”, lembrando que estas palavras datam de 1724, GAMA, “Dissertações”, op. cit., p. 23.

¹⁸ Francisco de SANTA MARIA, “Prologo”, in *Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia abreviada das pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*. Lisboa Occidental: Na Officina de Domingos Gonsalves, 1744, p. I.

¹⁹ “Licenças. Do Paço.”, in MACHADO, *Fastos Politicos, e Militares*, 1745, pp. II-III.

²⁰ MACHADO, “Prologo”, in *Fastos Politicos, e Militares*, 1745, p. III; *grifos meus em negrito*.

É possível afirmar, portanto, a aproximação entre as duas obras através da tentativa de atender tanto aos imperativos de instrução quanto de deleite capazes de causarem efeito em seus leitores; da mesma maneira, a escolha por um gênero específico – o *diário* – denota o caráter contrastivo entre as formas de enunciação literária,²¹ revelando escolhas que não acompanham gêneros semelhantes – Machado elenca, como exemplo, os anais. Tendo em vista estas semelhanças, o que acaba por diferenciar os dois livros?

A escolha pelo *diário* é, na visão de Francisco de Santa Maria, uma opção determinada tendo em vista sobretudo a recepção de sua obra;²² não estranha, portanto, que a partir de seus objetivos o discurso em torno à produção de seu *Anno Historico, Diario Portuguez* pareça um tanto quanto simplificado. Dirigindo-se aos portugueses em geral, leitores possíveis de sua obra, ele argumenta que

para que o possaõ conseguir com menor trabalho, sem abrir a multidaõ dos livros impressos, e manuscritos, (quantos saõ os de tantos Authores, que mais vastamente trataõ as materias, de que escrevo as noticias mais veridicas) as recopilei neste compendio, cuja diversidade deve servir à commua aceitação, porque nelle se achará facilmente o que, sem muito estudo, se naõ poderá ler em tanto numero de Escritores;

ao endereçar-se ao leitor comum, Santa Maria figura seu método através da construção de seu próprio lugar de autoridade enquanto um seletor qualificado de informações as quais, reciprocamente, adquirem validade uma vez passadas por seu crivo. Torna-se interessante,

²¹ Segundo Mark Salber Phillips, a função comunicativa do gênero literário é que conduz a sua historicidade, pois aponta ao mesmo tempo para a própria literatura e para o mundo social, ao que se segue a constatação de que o “gênero é por natureza uma categoria contrastiva, segue-se que gêneros individuais não podem ser realmente examinados em si mesmos. Mas o contraste é apenas parte do quadro. Esta mesma lógica de contraste e competição leva à frequência com a qual os gêneros combinam e se recombinaem, o que é um elemento adicional em sua historicidade”, PHILLIPS, *Society and Sentiment*, op. cit., p. 21. A abordagem do historiador ao problema dos gêneros literários é bastante próxima àquela de Tzvetan Todorov, principalmente no que toca à consideração de que o gênero é uma “codificação de propriedades discursivas”, indicando sua origem nos atos de fala, cf. Tzvetan TODOROV, “A origem dos gêneros”, in *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980, em especial pp. 46-47.

²² A eleição de um ponto de vista que privilegia a recepção não significa, é claro, deixar a produção do discurso de lado – algo que não procuro fazer aqui. Na verdade, a importância da distinção reside na possibilidade de superar a (quase) oposição existente entre produção e recepção como momentos diversos da realização do significado da obra. Para esta superação, parece-me que um bom ponto de partida teórico é a tentativa, feita por Karlheinz Stierle em texto datado de 1975, de ultrapassar o marco teórico que estabelece uma *estética* da recepção como uma *história* da recepção. Segundo o pesquisador alemão, “a pergunta sobre as estruturas possibilitadoras da recepção – transcendentem à própria obra – assim como a pergunta sobre sua legitimidade estética – a que se pode responder apenas no processo dialógico de uma formação consensual e nunca de modo definitivo – deixam em aberto a questão daquelas estruturas de recepção, relativamente estáveis, que fundam a própria possibilidade da obra, às quais, ademais, se liga a identidade desta no processo de recepção”, Karlheinz STIERLE, “O que significa a recepção dos textos ficcionais?”, in Luiz Costa LIMA (org.), *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 120; para outras perspectivas, certamente complementares, ao problema da recepção, ver especialmente Rainer WARNING (ed.), *Estética de la recepción*. Madrid: Visor, 1989. Com isso em mente, é possível articular o uso da noção de *paratexto* formulada por Gérard Genette junto a uma teoria da recepção, de modo a justificar o estudo da recepção a partir das censuras e licenças (que são sempre metadiscursos), tal como se vem fazendo aqui; Gérard GENETTE, *Paratexts – Thresholds of Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

assim, que o padre da congregação de São João Evangelista se apresente como leitor ideal dos fatos que transcreve para terceiros:²³

(...) elegi a mais verossímil certeza, sem questionar as outras opinioens, que ellas entre si fazem duvidosas em circumstancias accidentaes, talvez por não suggeitarem a sua erudição, a discurso alheyo, ou com a ambição de escrever novidades.

A escolha dos materiais para seu diário é, na opinião de Santa Maria, a seleção dos escritos mais conformes à visão que considera correta dos eventos que narra – este ponto, veremos logo a seguir, choca-se com os preceitos que Inácio Barbosa Machado procura seguir.

É interessante destacar, entretanto, que levada ao extremo, a pretensão de construir uma obra historiográfica a partir da *leitura* da história acaba por contrastar com a compreensão do historiador como um *escritor*, isto é, um compositor de discursos:

Accomodandome ao discurso, que me pareceo melhor, sem a validade de escrever o que os outros Historiadores não escreveraõ, pois reconheço, *que não posso merecer este nome*; nem satisfazer à sua obrigação com huma Epitome, que tem tantos assumptos, quanto saõ os successos.²⁴

Sem buscar resolver as contradições do discurso do autor, é possível resumir sua argumentação da seguinte maneira: endereçado a um determinado tipo de leitor, o *Anno Historico, Diario Portuguez* estabelece como princípio de ordenação um catálogo temporal dos feitos portugueses, acessível da forma mais simples possível àqueles que porventura se interessarem por sua obra, seja por causa de seu tema, seja por causa do fim a que serve; para realizar isso, o autor desmente sua qualificação como *historiador*, no sentido daquele que compõe um discurso historiográfico, para se apresentar como leitor e compilador dos fatos que apresenta. A contradição aparece porque, como num curto-circuito, Francisco de Santa Maria atalha o fim da escrita historiográfica – a instrução e o deleite – com seu início – o exame judicioso dos fatos ou obras – sem passar pelo que está entre estas duas operações: a verificação de documentos e a composição de uma narrativa propriamente histórica. Um tanto quanto paradoxalmente, portanto, se Francisco de Santa Maria não é historiador, os volumes que têm seu nome estampado no frontispício não deixam de ser, a seu modo peculiar, *histórias*:

Alguns accusaraõ o autor de nimiamente Laconico, sem repararem, que a isto tinha elle satisfeito no 1§ do seu prologo, dizendo, que elegera a mais verossímil certeza, sem questionar as outras opinioens, desprezando as circumstancias accidentaes, em que differiaõ, e referindo só as essenciaes no

²³ E que classifique estes próprios leitores, de modo a deixar clara a importância do público para a correta apreciação de seu livro, como se vê no primeiro parágrafo do prólogo ao segundo volume: “Oferecido ao dezoito dos curiosos, exposto á mordacidade dos criticos no prologo (...) achou a que encontraõ todos os mais livros, isto he Leitores sabios, sinceros, e atentos; e tambem Leitores mal instruidos, impertinentes, e apaixonados. Os primeiros, e foraõ os mais, estimaraõ a obra, louvaraõ o estilo, aprovaraõ o methodo, e agradeceraõ o trabalho. Os segundos porém não achando na obra materia substancial em que sustentar a critica, lançaõ maõ de circumstancias leves, accidentaes, e opinaveis, sonhando erros, inventando descuidos, e suppondo defeitos na mesma obra, que leraõ com inveja, arguiraõ com leveza, e censuraraõ com liberdade”, SANTA MARIA, “Prologo”, in *Anno Historico, Diario Portuguez*, 1744, tomo II, p. I.

²⁴ *Idem*, tomo I, pp. II-III; *grifos meus*.

assumpto. Esta satisfação he tanto de aceitar, que podia servir ainda em huma *Historia solta, e comprida*, quanto mais em *hum compendio de varios factos, e assumptos diferentes*. A Historia he hum retrato dos successos passados, que os deve pôr diante dos olhos com a mesma coherencia, e trato successivo, com que acontecerãõ, sem os interromper com questoens impertinentes, que cortaõ o fio, e truncaõ o facto. *E por isso todos os que dão regras para escrever com acerto os successos historicos, aconselhaõ, que o historiador faça primeiro juizo de tudo o que hade escrever, e escolhendo o mais certo, se não meta a questionar, mas prosiga com clareza, e brevidade.*²⁵

Nota-se que mesmo exercitando sua pena na composição de um *diário*, que define como um compêndio de fatos e assuntos diferentes, dos quais é difícil articular uma narrativa contínua, Francisco de Santa Maria ainda tem como ideal a escrita de uma história que seja uma narrativa de caráter político e moralizante, o mais linear e contínua possível – do modo como figura seu método, ao autor a erudição só parecerá um meio de atravancar o acesso de seus leitores ao objetos que moldam seu processo de escrita.

Essas e outras passagens demonstram até que ponto as concepções tradicionais da escrita da história – criticadas, revertidas, invertidas – possuíam maleabilidade capaz de garantir sua pertinência; é preciso ter em mente essa resiliência do legado historiográfico de gregos, latinos e modernos na hora de se avaliar a amplitude da transformação por que passa a historiografia por influxo das pretensões eruditas em sua composição. Mas ainda não ofereci uma resposta à pergunta acerca do que diferencia a obra de Francisco de Santa Maria daquela de Inácio Barbosa Machado.

Num bem-intitulado *Appendix a dissertaçãõ precedente em que novamente se refutaõ os erros do Padre Francisco de Santa Maria no seu Diario Portuguez, e se mostra a insuficiencia com que o addicionou, e defendeo o Doutor*, anexo aos *Fastos Politicos, e Militares*, o ex-acadêmico *laborioso* ataca seu colega por ser, em sua opinião, historiador pela metade, não acompanhando à leitura dos autores trabalhados a correção dos erros destes. No “Tribunal da Critica”, argumenta Machado, é “obrigaçãõ dos Addicionadores das obras emendar os erros que nellas estaõ”, porém Santa Maria

deixou lastimosamente manchado o *Diario* com as incoherencias, falsidades, e equivoçãõens de seu author mas como o Padre Doutor se applicou às especulações da Theologia, e não às investigaçoens da Historia omitio com culpável silencio tudo quanto era digno de severa emenda.²⁶

²⁵ *Idem*, tomo II, p. II. O critério final de diferenciação entre o que faz e o que os historiadores propriamente ditos fazem – o de que sua epítome tem tantos assuntos quanto episódios – pode ser um indício a favor da hipótese de que a formação da História enquanto um coletivo singular passou pela aquisição de uma unidade de ação por parte da história enquanto gênero literário que anteriormente era apenas concedida à poesia em suas mais diversas formas; cf. Reinhart KOSELLECK, *historia/Historia*. Madrid: Trotta, 2005, pp. 47-59. Extrapolando a indicação teórica, pode-se pensar que a aquisição desigual pelos gêneros historiográficos desta unidade poética determinou a desvalorização moderna ou a morte de alguns destes gêneros, basta pensar que as histórias (acadêmicas ou populares) e as biografias sobrevivem ainda hoje em dia, enquanto os anais, crônicas e diários, por exemplo, não. Infelizmente não tenho espaço para explorar mais a fundo esta hipótese, porém se pode pensar se a relação que os sub-gêneros historiográficos mantêm entre si não é semelhante àquela da profusão de tempos contíguos e simultaneamente contemporâneos e descompassados que o historiador alemão analisa em Reinhart KOSELLECK, “Estratos del tiempo”, in *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 2002, pp. 35-42.

²⁶ MACHADO, “Appendix a dissertaçãõ precedente em que novamente se refutaõ os erros do Padre Francisco de Santa Maria no seu Diario Portuguez, e se mostra a insuficiencia com o que o addicionou, e

E, no prólogo a sua obra, Inácio Barbosa Machado constrói o discurso de seu método justamente através do que diferencia, para o leitor, sua abordagem daquela da do autor do *Anno Historico*:

Para mais clara intelligencia dos successos se declara em huma das margens o anno em que succedeo com o nome do Emperador, ou Monarcha que neste tempo dominava o Reyno de Portugal, e na margem oposta se lê reduzido a breves palavras o dito successo, e o lugar que lhe servio de teatro. (...) No fim de cada factio se allegaõ os Escritores que delle fizeraõ particular memoria sendo as mais authorizadas testemunhas de minha sincera verdade, e incansavel applicaçãõ.²⁷

Contra esta falta, Inácio Barbosa Machado expõe as fontes que utiliza à luz de sua crítica, purificando-os de seus erros e, por isso, fornecendo uma obra que simultaneamente deleita e instrui mais que a de seu rival. Para os objetivos desta seção, é interessante destacar que a erudição não deixava de ser – embora não se reduzisse apenas a isso, é claro – uma estratégia discursiva com a mesma função de qualquer outros argumento pelo qual o historiador construía sua autoridade.²⁸ Também é importante pensar até que ponto Inácio Barbosa Machado não acaba por exigir uma outra postura do historiador, na qual este está ativo e presente na organização do relato mais do que na colocação de um “espelho impoluto” para refletir a realidade passada. Além disso, no que toca ao fato de sua obra não se endereçar apenas ao pequeno círculo da Academia Real da História, mostra como o cronista-mor português teve de construir seu público de um modo diferente do que fizera Francisco de Santa Maria.²⁹

Gostaria de finalizar esta primeira discussão identificando alguns aspectos que podem nos acompanhar ao longo do restante deste capítulo, principalmente quando nos detivermos mais atentamente sobre o que acadêmicos lisboetas e baianos (categorias intercambiáveis, obviamente) estavam fazendo em seus textos. Em primeiro lugar, o apelo erudito não se realizava apenas ao nível metadiscursivo da discussão entre autores diferentes mas também no plano da estratégias textuais capazes de tornar a erudição mais palatável àqueles que recebem a obra histórica como um produto acabado, e não necessariamente têm acesso à sua constituição – sendo estes últimos os que pertencem, de um modo ou de outro, à República literária, compartilhando do ambíguo estatuto de leitores privilegiados e autores potenciais. Em segundo lugar, a prática historiográfica não era monolítica tampouco composta – apesar de todas as tentativas de regulação – por um conjunto de passos prescritos aos quais todos os historiadores buscavam seguir; da mesma forma, o ofício de historiador não designava apenas uma forma de atuação: pelo contrário, o mesmo sujeito se desdobrava nas funções de leitor, avaliador, juiz, crítico, emendador, escritor, pesquisador etc.³⁰

defendeo o Doutor”, in *Fastos Politicos, e Militares*, 1745, p. III.

²⁷ *Idem*, “Prologo”, p. II.

²⁸ Pressuposto semelhante baseia a leitura, inspirada na teorização de Roger Chartier, que Isabel Ferreira da Mota faz do *Systema* elaborado pela Academia Real da História Portuguesa em 1721, cf. MOTA, *A Academia Real da História*, 2003, p. 59.

²⁹ O que remete à complementariedade de nossa proposta com aquela de Isabel Mota, ver nota 6.

³⁰ Isso significa que se pode indagar se passou a existir, no contexto luso-brasílico que analiso, algo

Tendo em vista estes aspectos, é possível dizer que a concretização do discurso historiográfico representava a aposta numa determinada configuração daqueles três aspectos que elencamos acima: o autor, o leitor e os modelos historiográficos disponíveis. Por ora, é possível dizer que se vimos como dois autores escolheram meios e fins, agora veremos o que acontece quando um historiador – inadvertidamente? – maneja os códigos de um gênero diverso ao qual se propôs inicialmente escrever.

*De história a panegírico:
a Historia da America Portuguesa de Sebastião da Rocha Pita (1730)*

A *Historia da America Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, já foi simultaneamente elogiada e castigada pelo mesmo motivo: a indeterminação de seu estilo, que oscila entre a frase adequada a uma história e a apropriada a um panegírico. O que pouco se tem percebido é que essa controvérsia não se origina da recepção oitocentista da obra, pois ela já se consumara no século XVIII, caracterizando o debate acerca de sua aprovação para a imprensa. O primeiro parecer escrito sob a égide da Academia Real da História Portuguesa, datado de 10 de agosto de 1726 e de autoria de Antônio Rodrigues da Costa, traduz bem o problema: para o acadêmico, a *Historia da America Portuguesa* “é mais elogio, ou panegyrico, que Historia”.³¹

Se considerarmos que o debate acerca do que *era* a obra de Rocha Pita pode revelar uma dimensão acerca do que a historiografia *poderia ser* em inícios do Setecentos, perceberemos que o conjunto de pareceres, censuras e licenças escritos por terceiros assim como a dedicatória, o prólogo e a advertência originados do próprio punho de Rocha Pita são todos eles proposições a respeito da maneira mais correta de se perseguir a empresa historiográfica. No aparato introdutório à *Historia da America Portuguesa* transparece, dessa forma, uma tensão particularmente acentuada entre os dois modelos historiográficos com os quais viemos trabalhando até aqui; é de se notar, entretanto, que se a erudição podia aparecer como elemento disruptor da economia genérica que regulava o gênero histórico no período estudado, ela também podia ser utilizada como argumento para reforçar essas categorizações, ligadas de todo modo à noção da historiografia como uma composição literária. Em outras palavras, não eram claras as implicações da empresa erudita para a historiografia na época, de onde a própria erudição não se constituía necessariamente em instrumento cujo uso estivesse

como uma *função autor-historiador*, tal como salientado por Isabel Ferreira da Mota. Para a historiadora portuguesa, a ação da Academia Real da História ao dar forma a um *campo* historiográfico autônomo teria estabelecido certos requisitos dos sujeitos a eles ligados pelos quais eles passariam a se apresentar – e, por conseguinte, a agir – como *historiadores*, e não mais como letrados, clérigos ou funcionários da monarquia; cf. MOTA, *A Academia Real da História*, 2003, pp. 125-137. Embora correta no que toca à performance como historiador daqueles sujeitos, é passível de problematização o pressuposto de uma uniformização da atividade historiográfica, assim como da criação de uma unidade acerca do que ela seria. O restante deste capítulo será, entre outras coisas, um constante diálogo com esta noção.

³¹ “Licenças. Da Academia Real”, in Sebastião da Rocha PITA, *Historia da America Portuguesa*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, p. I (parecer datado de 10 de agosto de 1726).

prescrito – essas considerações, que veremos de forma mais clara ao abordar a *Historia* de Rocha Pita, servirão de prelúdio à análise mais pormenorizada que pretendemos realizar acerca dos debates ocorridos na Academia Real da História que demonstram a outra face destes mesmos problemas.

Sem procurar, mais uma vez, resolver as contradições que correm ao longo do aparato introdutório à *Historia da America Portuguesa*, mas sim procurando explicitá-las, pode-se perceber duas argumentações andando em paralelo – e por vezes se misturando – nos (para) textos da obra de Rocha Pita. A primeira argumentação é a de que o estilo da *Historia* é resultado da tentativa de reduzir a palavras toda a magnificência da terra brasílica, reflexo da própria soberania portuguesa por estas plagas. A defesa se desenvolve buscando a adequação entre escrita e objeto, trabalhando a noção de que à história, por causa do assunto de que trata, corresponde um estilo elevado. Essa perspectiva é apresentada no prólogo à primeira edição e, depois, é acatada pelos qualificadores do Santo Ofício e do Ordinário, que elogiam justamente o estilo do autor:

Se em alguns termos o estylo te parecer encarecido, ou em algumas materias demasiado o ornato, reconhece, *que em mappa dilatado a variedade das figuras careça da viveza das cores, e das valentias do pincel*; (...) mas se te não conciliar agrado pelas tintas a pintura, não deixem de merecer attenção pela grandeza dos objectos (...).³²

E, agora, a partir da pena do frei Boaventura de São João,

He a idéa do Escriitor igualmente elevada, que o assumpto, e a sua penna proporcionada a taõ sublime emprego, pois desempenha nesta obra o que premeditou o seu conceito, e ajuizou o seu pensamento (...).³³

Por fim, na censura escrita por José Barbosa, que também é membro da Academia Real:

Esta Historia está escrita com tanta elegancia, que só tem o defeito de não ser mais dilatada, para que os Leitores se pudessem divertir com mayor torrente de eloquencia. Todos os successos estaõ escritos com taõ artificiosa brevidade, que se percebem sem defeito das noticias necessarias, porque de outra sorte occupariaõ muitos volumes os negocios politicos, e as aççoens militares de taõ grande numero de naçoens (...).³⁴

O parecer de José Barbosa vai ao encontro da argumentação do próprio autor, prenunciada na dedicatória escrita a D. João V e que, retomando os termos de nossa análise anterior, permite perceber também a faculdade de julgamento do autor através de sua capacidade de fazer o recorte correto de seus objetos:

Nella [na *Historia da America Portuguesa*] verá Vossa Magestade em grosseiro risco delineada a parte do Novo Mundo, que entre tantas do Orbe antigo, que comprehende o circulo da sua Coroa, he a mayor da sua Monarchia. (...) Se o quadro parecer pequeno para idéa taõ grande, em curtos circulos se figuraõ as immensas Zonas, e Esferas celestes: em estreito mappa se expoem as dilatadas porções

³² PITA, “Prologo”, in *Historia da America Portuguesa*, 1730, pp. I-II; *grifo meu*.

³³ “Aprovaçãõ do R. P. M. Fr. Boaventura de S. Gião, Qualificador do Santo Officio”, *idem*, 1730, p. I (datada de 10 de fevereiro de 1727).

³⁴ “Do Ordinario”, *idem*, 1730, p. III.

da terra: huma só parte basta para representar a grandeza de hum corpo; hum só Simulacro para symbolizar as Monarchias do Mundo.³⁵

Entenda-se, o estilo alto e grandiloquente de sua locução é certamente adequado ao grandioso espetáculo da América que o autor procura traduzir em palavras; todavia a parcela da quarta parte do mundo sob poderio português é tão grandiosa e espetacular que o autor se apresenta como incapaz de transformá-la ponto por ponto em discurso. As maravilhas do Novo Mundo lhe impõem, então, a necessidade de realizar uma seleção dos fatos e eventos mais significativos de sua história³⁶ – e a seleção aliada ao estilo alto é uma das características do panegírico, daí a confusão dos leitores de Rocha Pita.³⁷

Pode-se pensar, contudo, se não é a proximidade que sua história possui com o panegírico que acaba por ferir a continuidade da narrativa historiográfica, justamente o elemento que é deslocado pela historiografia erudita. Dessa forma, após excluir de seu relato a porção setentrional do continente americano, ele também restringe o âmbito temporal de sua narrativa:

Que estas operações se fizeraõ com intervallos de tempos; e desde o anno de mil e quinhentos e quarenta e nove, em que veyo o primeiro Governador do Estado, leva a conta delles para successaõ dos Governos, e ordem dos factos, mediando ainda alguns largos espaços sem accções para a escritura; *falta, que especialmente interrompe a serie dos annos, mas não altera a verdade da Historia*, nem as noticias do Brasil, que he o fim para que o Author escreve (...).³⁸

Tratam-se, é claro, de operações um tanto quanto diversas no que toca a deslocar a linearidade

³⁵ “Dedicatória”, *idem*, 1730, p. II

³⁶ É interessante que Claude-François Ménestrier, autor de finais do século XVII, identifica o mesmo traço – na verdade, uma possibilidade – ligada à escrita do panegírico; buscando definir todas as histórias possíveis antes de escrever uma obra sobre sua cidade, Lyon, o religioso francês permite perceber o nexo entre o patriotismo de Rocha Pita – a escrita sobre seu país, o Brasil – e a forma historiográfica escolhida: “Muitos escrevem essas Histórias [as particulares sobre cidades] em forma de Panegíricos, elencando sob certos princípios as coisas mais consideráveis, *para evitar os grandez vazios que se encontra necessariamente na sequência dos Anos*, quando apenas se quer contar as coisas principais”, Claude-François Menestrier, *Les divers caracteres, des ouvrages historiques. Avec le plan d’une nouvelle histoire de la ville de Lyon*. Lyon: J. Bapt. & Nicolas de Ville, 1694, pp. 88-89; *grifo meu*. Menestrier é conhecido por ter se não cunhado, ao menos definido a expressão “*histoire raisonnée*”, que unindo numa mesma reflexão a narrativa, a erudição e a perspectiva filosófica, é um gênero teórico que funda as bases para a historiografia do Esclarecimento, cf. LEFFLER, “The ‘*histoire raisonnée*’”, *op. cit.* O gênero também é uma reação ao pirronismo – ou uma reação à ausência de reação da história tradicional; é sob esse ponto de vista que Menestrier é abordado em Donald R. KELLEY, *Versions of History from Antiquity to the Enlightenment*. New Haven: Yale University Press, 1991, pp. 441-442.

³⁷ Cf. PÉCORA, “A história como colheita rústica de excelências”, *op. cit.*, pp. 48-49, mas também é possível pensar se o próprio avanço da historiografia não foi resultado de sua ligação à escrita encomiástica. No século XV, a necessidade de operar uma seleção dos eventos mais decorosos prescrita por Bartolomeo Facio contribui para a definição do objeto da historiografia ao mesmo tempo que a aproxima – embora esta não seja a intenção – da escrita encomiástica; inversamente, pode-se pensar se não é essa necessidade de seleção a partir do decoro visando o ensinamento moral que impede até a segunda metade do século XVIII o surgimento da história filosófica, que amplia o preceito de Plutarco dos costumes a toda a sociedade, ALBANESE, “A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia moderna: Valla, Facio e Pontano na corte napolitana dos reis de Aragão”, in Francisco Murari PIRES (org.), *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 308-314.

³⁸ “Advertencias”, in PITA, *Historia da America Portuguesa*, 1730, pp. I-II.

da narrativa historiográfica para segundo plano, mas se pode perceber como a conjunção da dupla intenção de *instruir e deleitar* acaba por reorganizar os moldes segundo os quais a historiografia é feita; também se torna possível perceber a conversibilidade entre meios e demandas dos dois modelos que trabalhamos aqui, favorecendo adequações diversas entre eles. Estes aspectos denunciam os paradoxos de uma preceptiva que é, sob todos os aspectos, incompleta – aliás, incompleta como todas as prescrições quando confrontadas com a prática.³⁹ Essas considerações abrem caminho para a segunda argumentação que identificamos no aparato introdutório à *Historia da America Portuguesa*.

O ex-acadêmico *vago* demonstra em dois momentos estar ciente da obrigação de escrever a história a partir do confronto entre autores e documentos. A consciência disso, contudo, se deixa demonstrar cada vez com um sentido ligeiramente diferente. Nas *Advertencias* que precedem o volume propriamente dito, Sebastião da Rocha Pita advoga que

as materias, e noticias, que nella trata, são colhidas de relações fidedignas, conferidas com os Authores, que estas materias tocaraõ, e com particulares informações modernas, (que elles não tiveraõ) feitas por pessoas, que cursaraõ as mayores partes dos continentes do Brasil, e as depuzeraõ fielmente como testemunhos de facto, com a sciencia de que o Author as inquiria para compor esta Historia, cujo essencial instituto he a verdade.⁴⁰

Vista assim, torna-se clara a obediência do autor ao princípio que define a história tal como os membros da Academia Real procuram praticá-la, porém esta é apenas a segunda menção a este mesmo princípio, e é interessante que o autor produza uma variante deste argumento na qual localiza a fonte da autoridade de sua *Historia* não na qualidade dos documentos confrontados, mas a partir de sua própria figura como escritor – *autor* – de seu livro. Transcrevendo-se por completo citação já referida antes, percebe-se como a preocupação com a erudição combina-se com a construção retórica do *ethos* do historiador:

³⁹ O que caracteriza a diferença entre o que Tzvetan Todorov chama de *gêneros históricos* e *gêneros teóricos*, TODOROV, “Os gêneros do discurso”, op. cit., p. 47, nota 3. É interessante que se o gênero é o lugar da poética com a história literária factual, torna-se então desnecessário perguntar-se pelos gêneros cuja existência é meramente possível e não factível. Embora um tanto quanto extremada, esta proposta pode ser para contrabalançar os excessos de uma perspectiva centrada sob as preceptivas retórico-literárias. Embora Alcir Pécora afirme que “paráfrases de manuais de retórica não dão conta dos sentidos específicos dos objetos”, ainda assim percebe-se que, na ânsia de desmontar a percepção do texto como reflexo da realidade, ele acaba por colocá-lo como reflexo do próprio sistema genérico retórico-literário: “O ambiente ‘não-literário’, assim, não deverá ser considerado senão como peça de um outro gênero de argumentação em busca de acordos sobre o que deve ser julgado como ‘o real’”, Alcir PÉCORA, “À guisa de manifesto”, in *Máquina de Gêneros*. São Paulo: EdUSP, 2001, pp. 12; 14. Parece-me que a problematização do caráter real ou fantasioso (em termos técnicos, icástico ou fantástico) acaba por desviar a questão do problema maior relativo à efetivação desses acordos, com o que a identificação de “contextos retóricos” acaba por excluir a possibilidade de identificação de discussões *dentro* dos gêneros e não simplesmente *entre* os gêneros. Uma outra perspectiva, ainda que não nomeie isso, sobre a relação entre preceptiva e objeto textual é oferecida em Jean-Marie SCHAEFFER, “Du texte au genre. Notes sur la problématique générique”, in Gérard GENETTE; Tzvetan TODOROV, *Théorie des genres*. Paris : Seuil, 1986, pp. 179-205.

⁴⁰ “Advertencias”, in PITA, *Historia da America Portuguesa*, 1730, p. II

Com esta expressãõ offereço este volume: se entenderes, que o compuz com applauso, e reverencia do Clima em que nasci, *podes crer, que saõ seguras, e fieis as noticias que escrevo*, porque os obsequios não fizeraõ divorcio com as verdades. Se em alguns termos o estylo te parecer encarecido, ou em algumas materias demasiado o ornato, reconhece, que em mappa dilatado a variedade das figuras carece da viveza das cores, e das valentias do pincel; e que o meu ainda está humilde nas imagens, que aqui pinto, assim por falta de engenho, *como por não ter visto todos os originaes, fazendo a mayor parte das copias por informaçõens, das quaes me não póde resultar o acerto de Apelles no retrato de Elena pelos versos de Homero*; mas se te não conciliar o agrado pelas tintas a pintura, não deixem de merecer te atençaõ pela grandeza dos objectos; e se a tua vista for taõ melindrosa, que não bastem a contentalla com lhe apartares os olhos, a ti te escusas o enfado, e a mim a censura.⁴¹

É como se a dificuldade de acesso aos documentos e testemunhos originais assim como a algumas das localidades onde aconteceram os eventos desculpasse o estilo do autor, próximo ao do panegírico; por outro lado, aos olhos de Rocha Pitta, este aspecto não coloca em xeque sua narrativa, a qual é calcada na afirmação de sua própria autoridade escritural. Esta passagem demonstra, portanto, a coexistência num mesmo discurso das expectativas associadas aos dois modelos historiográficos que utilizamos e é como se a autoridade advinda da crítica documental representasse apenas parte do potencial de persuasão e convencimento da escrita da história.⁴²

As tentativas de mediação entre as diversas demandas – por vezes contraditórias, por vezes não – é traço perceptível também no transcorrer das *dissertações históricas* da Academia dos Esquecidos. No que toca ao ex-acadêmico *vago*, no intervalo de seis anos entre o término das reuniões da agremiação baiana e a publicação da obra pela qual sua fama é mais reconhecida, pode-se dizer que a peculiar combinação entre códigos distintos mas interrelacionados fornece uma dupla significação ao codinome que ele assumiu nas reuniões dos Esquecidos. O inconcluso debate no qual o antigo acadêmico Esquecido elenca tão destramente justificativas e argumentos faz ressaltar a existência de diversas possibilidades a partir das quais os livros de história podiam ser produzidos e recebidos.

De certa forma, o segundo juízo escrito sob o nome da Academia Real da História Portuguesa, de autoria de outro *bricoleur* genérico, o padre Antônio Caetano de Sousa, deixa transparecer todas as ambiguidades e potencialidades surgidas por efeito da *Historia da America Portuguesa*:

He Sebastiaõ da Rocha Pitta nascido na Bahia; e não he muito, que o amor da Patria o obrigue a engrandecer, e ornar com especiosas vozes aquellas cousas, que a nós se nos fazem mais estranhas, ou por serem raras vezes vistas, ou sómente cridas, pelas informações com que as sabemos. He sem duvida, que aquella parte do Mundo contém prodigios, que excedendo aos hyperboles, não offendem a verdade, ley mais essencial para a Historia, do que os outros mais rigorosos preceitos, com que ella se deve compor. Este Author o faz em estylo taõ elegante, que tem muito de Poetico, em que lhe acho companheiros de taõ grande nota, como algum de eminentissimo character, e este será o motivo, porque concilíe na mayor parte dos Leitores applauso, e louvor; porque entendo, que não será menos estimada esta Historia, do que outras, que vemos de semelhante estylo na nossa lingua, e na dos nosso visinhos, aonde tem bastante reputaçãõ. *Por diferentes meyo conciliaõ os Authores a aura popular com que os seus livros são estimados.* (...) Quantas vezes ouvimos criticar aquelles Mestres da Histo-

⁴¹ “Prologo”, *idem*, pp. I-II; *grifo meu*.

⁴² Embora para contexto diverso, cf. Felipe Charbel TEIXEIRA, *Timoneiros: retórica, prudência e política em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, pp. 165-166.

ria, de quem os outros, que se seguiraõ, beberaõ naõ só o methodo, mas ainda o mesmo estylo? Nesta parte saõ bem diversos os gostos, porque tambem alguns enfatiados da eloquencia, pertendem seja a Historia huma narraçaõ taõ nua de vozes, como de reflexões, de sorte, que a querem antes insulsa, que com algum adorno; porêm estes discursos saõ tidos de huns por paradoxos, e de outros por affectos de melancolia, que os domina de modo, que o naõ chegaõ a executar nesta parte ainda os mais austeros Censores.⁴³

Entre a pena e a lima

Para efetivar sua proposta historiográfica, a Academia Real da História Portuguesa escolhe uma espécie de escritos que não apenas surgira recentemente como também era virtualmente desconhecida em Portugal, as *memórias históricas*:

Este nome de *Memorias Historicas*, ou *Memorias para a Historia*, era até agora pouco conhecido na nossa Hespanha, cujos Historiadores quasi sempre escreveraõ Chronicas, ou Annaes, e muito menos a obrigaçaõ de quem as compoem, e especie desta composiçaõ.⁴⁴

Tendo chegado tarde ao amplo campo da historiografia, as *memórias* precisam exercitar a natureza contrastiva dos gêneros literários e operar uma série de distinções para que possam se estabelecer. Frente à poesia, por exemplo, é necessário que elas assentem seus escritos “sobre as solidas bases de monumentos authenticos, e infalliveis, para que naõ perigue a verdade, que he a alma deste corpo”, enquanto ao poeta é dada liberdade de dizer sem precisar provar;⁴⁵ também é preciso controlar a tentação de escrever louvando, pois “a menos [sic] mentira corrompe a natureza da Historia, e ao mesmo tempo commette hum sacrilegio contra a divindade da verdade, preferindolhe a falsidade da fabula”.⁴⁶

Nesta seção, será dado prosseguimento à discussão iniciada anteriormente com o exame de alguns debates historiográficos ocorridos na Academia Real da História Portuguesa. Procurarei demonstrar que mesmo a tentativa de redefinição do que significa ser historiador feita pelo programa erudito da agremiação lisboeta encontra a resistência de uma economia discursiva que estabelece a identidade do praticante pelo gênero de escritos que compõe, transformando a erudição em mais um sub-gênero da historiografia. Com isso, a transformação do que significa ser historiador é minada por um outro debate que resulta no estabelecimento de uma diferença entre as atribuições de um *escritor de memórias* e as de um *escritor de histórias*, diferença realçada pela incapacidade dos escritos confeccionados pelo primeiro de compartilharem o mesmo nome daqueles feitos pelo último. Com isso, será possível tornar mais complexa a narrativa que percebe na união entre o erudito e o historiador

⁴³ “Aprovaçaõ de D. Antonio Caetano de Sousa”, in PITA, *Historia da America Portuguesa*, 1730, pp. I-II (datada de 24 de novembro de 1726); *grifos meus*.

⁴⁴ SYLVA LEAL, “Apparato Historico, e Prologo à Primeira Parte das Memorias do Bispado da Guarda”, in *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado da Guarda*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1729, p. VII.

⁴⁵ Diogo Barbosa MACHADO, “Prologo ao Leytor”, in *Memorias para a Historia Ecclesiastica de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Sebastiaõ, unico em nome, e decimo sexto entre os Monarchas Portuguezes: Do Anno de 1554. até o anno de 1561*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736, tomo I, pp. VIII-IX.

⁴⁶ 08/02/1730, in *CDMARHP*, op. cit., 1730, p. 2.

o signo da fundação de uma historiografia moderna em tudo alheia à retórica – também será possível abrir espaço para a discussão dos problemas bastante parecidos enfrentados pelos membros da Academia dos Esquecidos na escrita de suas dissertações.

Apesar de advogar em favor do “Systema da Historia Ecclesiastica, e Secular de Portugal”, peça através da qual a Academia Real da História procurava, já em 1721, legislar a respeito da prática historiográfica, percebe-se na passagem seguinte que o acadêmico Fernão Telles da Silva tem em mente um determinado tipo de escritos quando é forçado a refletir sobre a composição das *memórias* sobre o bispado de Elvas:

(...) determino seguir na Descrição do Bispado de Elvas, e narração das vidas dos seus Bispos com o título de *Helvia Sacra* o Systema, que a Academia tem dado para se comporem as memorias dos Bispados no que toca à ordem, e divisão da materia, observando porém a differença, que há de escrever memorias, e escrever Historia particular de vidas de Prelados, porque a composição de memorias permite disputas de origens de nomes, questoens, e provas de factos duvidosos, dissertações, e discursos, que se não admittem na narração historica de vidas dos Reys, Principes, Prelados, e Varoens insignes (...).⁴⁷

Para compor *memórias históricas*, requer-se não apenas o debate entre autores, o escrutínio das afirmações, o exame dos documentos, o acesso e a organização dos arquivos mas também a colocação em segundo plano da narrativa linear que caracteriza a história. Tomadas em conjunto, percebe-se que as etapas necessárias para a escrita das *memórias históricas* denotam todas uma reestruturação do ofício de historiador segundo as indicações do paradigma erudito acerca da escrita da história. Trata-se, portanto, de uma reavaliação que vai dos materiais que junta até o texto que publica: tem-se de admitir que, conforme as obrigações do historiador vão se somando, os “espaçosos limites da tradição retórica”⁴⁸ não parecem mais tão espaçosos assim.

José da Cunha Brochado, ao avaliar a petição do frei Bernardo de Castello Branco a respeito de se este devia qualificar D. Pedro I pelo epíteto de cruel ou justo, dá mostras da ambígua relação que as *memórias* estabelecem com essa tradição. Segundo o acadêmico, “Não he necessario por Ley precisa da Historia, que o Historiador se anticipe com reflexoens”, antes deve fazer sua personagem falar por seus atos, deixando ao leitor apenas a impressão de “ver as cousas, como se ellas passassem realmente diante de seus olhos”.⁴⁹ Ou seja, não é obrigação do historiador que ele interrompa sua narração para justificar suas escolhas a respeito da caracterização dos sujeitos que apresenta no relato, pois se deve deixar que os feitos históricos falem por si próprios. Ainda assim, o mesmo acadêmico reconhece haver possibilidades que estão abertas às *memórias* que não podem ser seguidas pelas *histórias*:

O relevante, e prudente juizo do M. R. P. Fr. Bernardo escreverá a vida delRey D. Pedro com aquella attençaõ, e com aquellas regras, que elle sabe melhor do que eu; e como segundo o mesmo Systema

⁴⁷ “Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 28. de Agosto de 1721”, in *C.D.M.A.R.H.P.*, 1721, p. XI-XII.

⁴⁸ GRAFTON, *What was history? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 214.

⁴⁹ “Parecer”, in *Collecçam*, op. cit., 1722, p. VII.

se escrevem as memorias, que podem servir para a mesma vida, e neste genero de historias [i.e., nas memórias] haja mais liberdade para examinar pontos duvidosos, fundamentaes, poderá seguir a parte mais segura, que he a da equidade, naõ qualificando este Principe de cruel, mas de amante da justiça, e do sossego publico (...).⁵⁰

Nove anos depois, a oscilação entre um historiador que oferece ao público os materiais para que este construa seu juízo e um que já o oferece no corpo de seu texto é resolvida pela sobreposição das duas funções; segundo Manuel Telles da Silva, “Se a principal obrigação do Historiador he referir os sucessos com a verdade mais pura”,

he a principal obrigaçãõ do Historiador resolver os pontos duvidosos na Historia, porque adonde há duvidas, e opinioens, naõ há certeza da verdade: por isso affirmaraõ muitos Filósofos, que o Sabio naõ devia opinar em nenhuma materia (...). Mas como póde o Sabio, ou o Historiador, que saõ synonymos, deixar de opinar, senaõ resolver?⁵¹

Do exposto acima, pode-se perceber que, nas *memórias históricas*, importa não apenas referenciar os fatos mas também fazer transparecer a resolução que se chegou a respeito deles; nesse sentido, as *memórias* representam a passagem para primeiro plano das preocupações eruditas que, na seção anterior, apesar de tudo, eram apenas marginais. Enquanto uma forma específica de historiografia, as *memórias* feitas pela Academia Real da História Portuguesa parecem indelevelmente ligadas à erudição e à crítica. Todavia é seu próprio caráter como um gênero entre outros que mina qualquer possibilidade delas reorganizarem por si próprias a totalidade do trabalho do historiador.

Segundo Isabel Ferreira da Mota, o maior número de *memórias* escritas pelos acadêmicos reais “só quer dizer (para além da separação entre história, num sentido arcaico, e erudição) que o triunfo pertence à erudição”.⁵² Entretanto a preponderância de *memórias* entre os escritos acadêmicos também pode indicar o fracasso da agremiação lisboeta em escrever sua tão sonhada história eclesiástica. As razões para a suspeita de um insucesso devem ser buscadas em suas próprias características.

De acordo com Felipe Maciel, outro acadêmico, “o trabalho de escrever memorias, era dispor os materiaes para se formar huma Historia”, de modo a oferecer uma grande cópia de fatos, documentos e resoluções para aquele “a quem está destinada a composição da História”.⁵³ Em outras palavras, as *memórias* são um gênero propedêutico às *histórias*, um gênero responsável por resolver as controvérsias e estabelecer com segurança os fatos que depois serão narrados pela história. Pensando-se no significado desta divisão, pode-se considerar que, ao invés de deixarem sua marca sobre as *histórias*, a emergência das *memórias* acaba por reiterar a constatação de que narrativa e erudição pertencem a práticas distintas. No melhor inventário das diferenças entre os dois gêneros, as *memórias* acabam por se distanciar das *histórias* justo quando pareciam mais aptas a transformar por completo a prática do historiador:

⁵⁰ *Idem, ibidem.*

⁵¹ 04/01/1731, *CDMARHP*, op. cit., 1731, pp. 2-3.

⁵² MOTA, *A Academia Real da História*, op. cit., p. 69.

⁵³ 02/11/1724, *CDMARHP*, op. cit., 1724, pp. 1-2.

Esta especie de composiçãõ só se diversifica da Historia regular no methodo, com que deve ser escrita, envolvendo naõ só as mesmas, mas ainda mayores difficuldades para se fazer com acerto, do que a Historia regular, e ordinaria. Todos os preceitos da Historia, que os antigos, e modernos, com trabalho, e erudiçãõ juntaraõ, e procuraraõ reduzir a methodo, se devem observar inviolavelmente nas Memorias, que haõ de servir para a Historia; accrescendo a seu Author, além do inexplicavel trabalho de juntallas, a obrigaçãõ de examinar os factos controversos, ponderar, e referir os fundamentos das opinioens, que achou, e declarar o juizo, que fez sobre elles; ao mesmo tempo, que o Historiador refere, sem ser obrigado a dar razaõ alguma do seu dito: só da ligadura do estylo seguido sem interrupçãõ, está dispensado (...). *Em fim o Escritor de memorias, he o que junta com industria, trabalho, e vigilancia o cabedal, que o da Historia hade depois dispende a seu arbitrio, sem ter experimentado a molestia da sua aquisiçãõ; e todos sabem quanto mais custoso, e cançado he aquelle emprego, do que este.*⁵⁴

Se todos os preceitos applicados à história devem ser observados na escrita de *memórias*, percebe-se que o elenco das características de um e outro gênero histórico por Manuel Pereira da Silva Leal termina, inadvertidamente, na distinção entre um *escritor de memórias*, responsável por averiguar informações, e um *escritor de histórias*, responsável por transformá-las em narrativa.

Encontram-se argumentos, assim, para entender que o divórcio entre o historiador e o erudito é resultado mais da incapacidade deste de transformar sua empresa em narrativa historiográfica do que à resistência do primeiro às descobertas feitas pelo último. Caso essa incapacidade se confirme, tornar-se-á compreensível que o secretário da Academia Real, Manuel Telles da Silva, tenha escolhido como símbolo do empreendimento acadêmico justamente o instrumento do *stylo*, que ao mesmo tempo forma palavras e desbasta textos:

Providamente usáraõ os Romanos, em lugar da penna, do instrumento, chamado Stylo, que se de huma parte escrevia, de outra riscava; mais faz o estylo quando risca, que quando escreve (...). Providamente fez a arte, que com grande facilidade se pudesse trocar o instrumento de compor para o de emendar; o estylo de huma parte he penna, de outra ha de ser lima; de huma parte ha de formar os caracteres, e da outra há de cortar os erros, e por isso naõ he menos util quando tira, que quando poem;⁵⁵

e a maneira pela qual o secretário termina esta passagem de seu discurso, indica que, por mais trabalhosa que fosse a escrita de *memórias*, para os membros da Academia Real da História Portuguesa ainda era mais fácil “apurá-las” do que “compor” *histórias*.⁵⁶

(...) quando [o *stylo*] escreve parece, que necessita de violencia, e de impulso; quando risca, e emenda facilmente se move, e naturalmente corre (...).⁵⁷

Memoristas e historiadores

⁵⁴ SYLVA LEAL, “Apparato”, in *Memorias para a Historia Ecclesiastica*, 1729, p. VII-VIII.

⁵⁵ 07/09/1725, *CDMAHRP*, op. cit., 1725, p. 6.

⁵⁶ “Oito annos gastei em *compollas*, ou para dizer melhor, em *apurallas*”, diz José Soares da Silva, marcando a distinção, a respeito de suas *memórias históricas* sobre o governo de D. João I, ver José Soares da SYLVA, “Prologo”, in *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Joaõ o I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e vinte e tres*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, tomo I, p. II; *grifos meus*.

⁵⁷ 07/09/1725, *CDMARHP*, op. cit., 1725, p. 6.

A sexta das treze regras para o estudo da história formuladas por Jean Mabillon em seu *Traité des Études Monastiques* determina que os jovens beneditinos para os quais a obra se endereça não devem “desprezar os historiadores copistas, ou abreviadores, nem os compiladores”, pois é possível que

um copista tenha corrigido ou esclarecido seu original; ou que um compilador tenha resolvido algo sobre certos fatos que os autores que os compilaram, ou que uma epítome seja melhor entendida que o original; ou que, enfim, ele tome o lugar do próprio original, o qual está inteiramente perdido ou incompleto e mutilado em qualquer de suas partes.⁵⁸

A advertência de Mabillon faz lembrar a grande diversidade de ações que podem ser praticadas pelos historiadores, das quais, de certo modo, a compilação era uma das que mais se destacava neste contexto de profundas transformações na escrita da história.

Fechamos o último item desta seção identificando as *memórias* como mais um entre os diversos tipos de escritos a dar conta da historiografia – e um tipo afastado da composição, uma espécie de *comentário*. Nas páginas subsequentes, terminaremos a revisão de uma certa narrativa de formação da historiografia moderna indagando um aspecto que ainda resta por analisar, qual seja, o da erudição como elemento que contribui para a consolidação do ofício de historiador segundo seus moldes disciplinares. Nossa hipótese é que a dificuldade das *memórias* passarem à narrativa dá forças a uma teorização paralela àquela vista acima na Academia Real, uma reflexão teórica que culmina na ameaça de ruptura da tapeçaria que une as diversas ocupações do historiador. Esta escolha, porém, é a dos acadêmicos lisboetas – entre outros – e para saber porque ela é tomada e não qualquer outra, é preciso sondar alguns outros contextos, em especial o francês e o britânico.

Como vimos no primeiro capítulo deste estudo, o golpe de mestre dado por Jean Mabillon na discussão acerca da validade de seu próprio empreendimento crítico foi o ter denominado a si mesmo *historiador*. O que passa desapercibido na resposta elaborada por Mabillon é que ela que corre ao longo das linhas de um problema de composição histórica: como argumenta o padre Philippe Bastide, seu opositor, “um homem que *nunca escreveu história e que só fez prefácios* (...) não deve usurpar o nome de historiador”.⁵⁹ A defesa de Mabillon consistiu em compreender que a unidade do trabalho do historiador ultrapassa a correlação entre as convenções do gêneros literários e o seu exercício por um determinado sujeito; gesto em tudo moderno, ele ao mesmo tempo sinaliza a formatação de um campo específico de estudos – um no qual ler, criticar, escrever e pesquisar são todas atribuições de um mesmo sujeito – e a insuficiência de uma normatização retórica em ordenar uma

⁵⁸ “6. On ne dois pas aussi mépriser les historiens copistes, les abrégiateurs, ni les compilateurs, d’autant qu’il se peut faire, comme a fort bien remarqué un auteur modern, qu’un copiste aura corrigé ou éclairci son original ; ou qu’un compilateur aura accordé sur de certains faits les auteurs qu’il a compiles, ou qu’un abrégé sera mieux entendu que l’original ; ou qu’enfin il tiendra lieu de l’original même, qui est entièrement perdu ou au moins tronqué et mutilé en quelques-unes de ses parties”, Jean MABILLON, “Traité des Études Monastiques”, in Odon HUREL (org.), *Le moine et l’historien - Dom Mabillon: Œuvres choisies*. Paris: Robert Lafont, 2007, p. 527.

⁵⁹ Citado em BARRET-KRIEGEL, *La défaite de l’érudition*, 1990, p. 149 ; *grifos meus*.

historiografia cujos limites estavam em acelerada expansão. Para Jean Mabillon, a unidade metodológica da história é tamanha que ele não precisa escrever histórias para ser historiador. Não é à toa, portanto, que o beneditino seja apontado como um dos precursores do campo da historiografia moderna, do mesmo modo que, em sua reflexão, seja possível fazer o debate sobre a composição literária da história incidir apenas no âmbito da apresentação textual e não na identidade da empresa perseguida:

É preciso saber fazer a distinção dos estilos à medida dos assuntos que se quer tratar. Pois é necessário um estilo totalmente diferente para uma peça de eloquência e para uma história, e mesmo para as dissertações e para as notas.⁶⁰

Todavia nem todos concordavam com o erudito da congregação de Saint-Maur.

O gênero das *memórias* nasce dos relatos deixados pelos grandes acerca de um evento, de um conjunto mais amplo de acontecimentos ou da experiência pessoal no exercício de um cargo.⁶¹ Essa é uma das acepções registradas por Rafael Bluteau para o verbete *memória*; segundo o lexicógrafo, “Memorias também chamaõ alguns Authores modernos os livros, em que daõ conta das negociaçoens proprias, ou alheyas, das quaes forão testemunhas de vista”.⁶² Assim consideradas, elas se aproximam dos diários e dos comentários, ou seja, das impressões em primeira mão deixadas por aqueles que foram testemunhas ou participaram de determinados eventos importantes.⁶³ Com este nome, as *memórias*⁶⁴ surgem, na França ao menos, num contexto de valorização do testemunho individual ligado principalmente

⁶⁰ “Il faut savoir faire la distinction des styles à proportion du sujet que l’on veut traiter. Car il faut un style tout différent pour une pièce d’éloquence et pour une histoire, et même pour des dissertations et pour des notes”, in MABILLON, “Traité des Études Monastiques” in HUREL, *Le moine et l’historien*, op. cit., pp. 574-575.

⁶¹ Marc FUMAROLI, “Les Mémoires au carrefour des genres en prose”, in *La diplomatie de l’esprit – De Montaigne à La Fontaine*. Paris : Hermann, p. 187. Ver também Emanuelle LESNE-JAFFRO, “Les Mémoires: Une critique de l’histoire au XVIIIe siècle”, in Sabrina VERVACKE; Éric Van der SCHUEREN; Thierry BELLEGUIC (eds.), *Les Songes de Clio : Fiction et Histoire sous l’Ancien Régime*. Québec: Presses de l’Université Laval, 2006, pp. 487-510 e, para o contexto inglês, Barbara J. SHAPIRO, *A Culture of Fact: England, 1550-1720*. Ithaca: Cornell University Press, 2000, pp. 38-40.

⁶² BLUTEAU, *Vocabulario*, op. cit., vol. 5, p. 417.

⁶³ Esses gênero de escritos é referido por Luciano através da palavra grega *hypomnēmata*, que Jacyntho Lins Brandão especifica ser equivalente ao gênero latino do *commentarium*, isto é, “notas ou apontamentos, um memorial”, LUCIANO, *Como se deve escrever a história*, op. cit., p. 49; p. 92, nota 37. Segundo ainda Luciano, “Uma vez que [se] tenha reunido os fatos ou a maior parte deles, deve-se primeiramente tecê-los numa espécie de memorial, constituindo um só corpo ainda sem beleza nem articulações”, *Idem*, p. 75. Na tradução do frei Jacyntho de São Miguel, *hypomnēmata* é traduzido por comentário e a passagem onde Luciano os cita revela sua origem militar: “Outro porém destes mesmos, juntando por escrito um comentário nu dos fatos, o compôs muito humilde, e extenso, qual se o compusesse algum soldado, apontando as coisas de cada dia, ou algum oficial, ou vivandeiro, daqueles que acompanham o exército”, lembrando que um dos maiores exemplares do gênero dos comentários são as obras de Júlio César, LUCIANO, *Arte Historica*, op. cit., p. 213.

Os membros da Academia Real tinham ciência da proximidade dessa correlação: “Procurey [Jerônimo Contador de Argote] escrever, em estylo claro, singelo, e familiar, porque me persuado, que este he o competente, e proprio das composçoens intituladas Memorias, segundo parece quer dizer Cicero, quando louvando os Commentarios de Cesar (...)”, Jeronymo Contador de ARGOTE, “Prologo”, in *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas, titulo primeyro*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1732, pp. IV-V.

⁶⁴ Lembrando que os *hypomnēmata* são vertidos para o português por Rafael Bluteau sob a forma de *memorial*, cf. BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez*, op. cit., vol. 5, p. 418.

às práticas legais,⁶⁵ todavia elas também sinalizam a dificuldade de compor uma história definitiva, que fosse do agrado de todos:

(...) num país [a França] dividido tão profundamente e no qual as querelas presentes se nutrem da lembrança das querelas passadas, país que espanta o cavaleiro Marin por seu “dramatismo político”, o historiador ideal, o juiz ideal à maneira de Tito Lívio ou Políbio, é impossível. Mesmo a monarquia está cindida e não tem jurisdição neste conflito generalizado. (...) Mesmo sob Luís XIV, a despeito das esperanças do padre Rapin, subsiste a impossibilidade de escrever uma história da França que tenha a majestade e a imparcialidade dos antigos. Restam as memórias para servir àquela História futura.⁶⁶

E o mesmo vale, em certa medida, para o conturbado contexto inglês do século XVII, onde o recurso à experiência individual servia como salvaguarda à completa perda do sentido histórico:

(...) os diários e memoriais eram “considerados mais por fornecer Materiais” para o historiador que “por passarem eles próprios como Histórias”. (...) [E] Apesar de talvez haver uma perda da linearidade narrativa e uma ausência de como “as coisas aconteceram juntas” na forma memorialística, o que era lido seria verdadeiro e os leitores poderiam fazer suas próprias inferências a partir de “simples questões de fato”.⁶⁷

O relacionamento das *memórias* com as *histórias*, contudo, se torna ainda mais complexo quando aquelas passam a incorporar documentos e a tratar de eventos antigos, os quais não poderiam ter sido primeiramente apreendidos pela perspectiva de seus autores. É nessa situação que elas são apropriadas pela erudição eclesiástica.

Segundo Manuel Pereira da Silva Leal, “quem nos tempos mais visinhos ao nosso escreveo com acerto” *memórias históricas* e, por isso, deve “servir de modelo a todos” foi o francês Sebastien Le Nain de Tillemont, cujas obras são “a mais douta, excellente, e exacta collecção das Memorias para a Historia, que até agora se fez publica”.⁶⁸ Se essas obras fornecem o padrão para as *memórias* futuras, vale a pena investigar o que seu próprio autor pensa a respeito delas.

No prefácio às *Memoires pour servir à l’Histoire Ecclesiastique des six premiers siecles*, o erudito francês escreve que sua história “dividida em títulos”, nos quais “só se vê uma coisa de cada vez, sem que se saiba (...) a ligação que os eventos têm uns com os outros” é certamente “menos agradável, & menos vantajosa mesmo para as pessoas que

⁶⁵ Este nexos pode ser encontrado principalmente no contexto inglês e no português, sendo mais fraco entre os historiadores franceses, cf. SHAPIRO, *A Culture of Fact*, op. cit., pp. 34-62.

⁶⁶ “(...) dans un pays aussi profondément divisé et dont les querelles présentes se nourrissent du souvenir des querelles passées, pays qui étonne le cavalier Marin par son ‘dramatisme politique’, l’historien idéal, le juge idéal à la façon de Tite-Live ou de Polybe, est impossible. Même la monarchie est partie, et non juge dans ce conflit généralisé. (...) Même sous Louis XIV, en dépit des espérances du Père Rapin, subsiste l’impossibilité d’écrire une histoire de France qui ait la majesté et l’impartialité de l’antique. Restent les Mémoires, pour servir à cette Histoire future”, FUMAROLI, “Les Mémoires au carrefour des genres en prose”, op. cit., p. 189.

⁶⁷ “(...) diaries or memoriais were ‘accounted proper to furnish Materials’ for the historian rather ‘than to pass for History themselves’. Although there might be a loss of narrative line and an absence of how ‘things hang together’ in the memoir form, what was read would be true and readers could make their own inferences from ‘simple matters of fact’”, SHAPIRO, *A Culture of Fact*, op. cit., p. 38.

⁶⁸ SYLVA LEAL, “Apparato”, in *Memorias para a Historia Ecclesiastica*, op. cit., pp. VII-VIII.

querem ler a história eclesiástica, & se instruir em pouco tempo”.⁶⁹ Restrição de gênero e restrição de público, as *memórias* denotam uma especialização tanto do historiador quanto do leitor, que muito provavelmente era outro historiador. Como afirma Tillemont, o leitor de suas *Memoires* se define por pretender “conhecer a verdade & se instruir (...) [ou] compor em seguida alguma obra mais importante”,⁷⁰ possivelmente uma *história*. Mesmo assim, ele oferece recursos que conectam sua obra àquelas que melhor equilibram a dupla intenção de instruir e deleitar, como, por exemplo, uma tábua cronológica ao final de cada tomo, “afim que se veja de um só golpe tudo que se passa em um ano”.⁷¹ Tendo em vista estes aspectos ambíguos é que ele escolhe o nome de *memórias*,⁷² cuja ligação com as histórias está reduzida ao essencial: “Encarregou-se de fazer com que a ordem e a disposição com a qual se dispõem os títulos compusesse uma espécie de história, ao lhes elencar na medida do possível segundo a ordem dos tempos”.⁷³ A história não apenas como conhecimento do passado, mas como conhecimento pela apresentação de uma narrativa – não necessariamente linear, mas ao menos *in ordo naturalis* – acerca dos eventos do passado, este é também o argumento para que sua outra famosa obra possa minimamente justificar ter recebido o nome de *história*:

Não obstante decidiu por utilizar o título de *História* como aquele do qual se está menos obrigado de se explicar, já que é o mais comum e porque toda narração é, de alguma forma, uma história. Mas se pede aos leitores de não tomá-la senão neste sentido e não procurar aqui por uma história regular.⁷⁴

Tillemont vale-se das próprias lacunas da teorização historiográfica – um *topos* da época, como veremos – para lançar mão do denominador comum entre sua obra e o gênero histórico; deve-se ressaltar, entretanto, que ao contrário das dissertações, as quais, como veremos, são históricas apenas em segundo grau, por influência da matéria de que tratam, as *memórias* prestam-se à inclusão entre os gêneros historiográficos porque, quando postas em conjunto, elaboram uma sequência temporal na qual os temas se sucedem.

Segundo Blandine Barret-Kriegel, a opção de Tillemont é devida ao assunto de que trata: para as matérias eclesiásticas, ao contrário das seculares, dar o nome de *memórias* a suas histórias divididas em títulos mantém o devido respeito pela narrativa historiográfica,

⁶⁹ TILLEMONT, “Avertissement”, in *Memoires pour servir à l’Histoire Ecclesiastique des six premiers siècles*. Paris: Charles Robustel, 1713 [1691], tomo I, pp. IV-V.

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ *Idem*, p. VII.

⁷² “Car on avoue sans peine que celle ci n’en est pas une [história] : & l’Auteur a esté bien aisé de voir que Presque tous ceux qu’il a consultez, ont cru qu’il estoit plus à propos de se contenter du titre MEMOIRES, qui convient beaucoup mieux à son ouvrage”, *Idem*, p. VIII.

⁷³ “On a taché néanmoins de faire que l’ordre & la disposition où on a mis les titres, formast une espèce d’histoire, en les rangeant autant qu’il se pouvoit selon la suite des temps”, *idem*, p. VI.

⁷⁴ “Enfin néanmoins le titre d’*Histoire* l’a emporté, comme celui dont on est le moins obligé de rendre raison, parce qu’il est le plus ordinaire, & que toute narration est en quelque sorte une histoire. Mais on prie les lecteurs de ne le prendre qu’en ce sens, & de ne s’attendre pas à trouver ici une histoire reguliere”, Sebastien Le Nain de TILLEMONT, *Histoire des Empereurs et des princes qui ont régné durant les six premières siècles de l’Eglise, des persecutions qu’ils ont faites aux Chrétiens, de leurs guerres contre les Juifs, des Ecrivains profanes, & des personnes plus illustres de leur temps*. Paris: Charles Robustel, 1690, tomo I, p. XII-XIII.

adequada a assuntos elevados.⁷⁵ Não é possível deixar de pensar que o próprio erudito francês pense em suas *memórias* como histórias *imperfeitas*, longe da dignidade associada ao gênero histórico. Entre os membros da Academia Real da História Portuguesa, a mesma oscilação entre as matérias inexistente, porém ter a *história* em alta conta é um dos traços que os ligam ao autor das *Memoires*.

Certas passagens dos aparatos introdutórios às *memórias* da Academia Real procuram defendê-las utilizando os dois critérios da instrução e do deleite. Na dedicatória a suas *memórias* sobre o arcebispado de Braga, Jeronymo Contador de Argote sustenta que embora “naõ vá interpolada com axiomas políticos”, sua obra “naõ só conduz para a recreação do animo, mas tambem serve para instruir as Monarchias a formar a idéa de hum perfeito governo”.⁷⁶ Como nas obras do autor francês, entretanto, a balança logo pende para um dos lados, e não é difícil perceber que isso acontece por algo que é inerente às *memórias*:

Este he o fiel retrato do Principe, cujas acções Catholicas, Politicas, e Militares saõ o altissimo argumento destas Memorias Historicas, commettidas à *humilde expressãõ do meu estylo, em que se lerãõ menos para a lisonja dos olhos, e adulaçãõ dos ouvidos, do que para o generoso estimulo do valor, e instrucçãõ da vida moral* todos os successos assim prosperos, como infelices (...).⁷⁷

Se *histórias e memórias* são úteis ao conhecimento do passado para compreensão e intervenção no presente, percebe-se que o fazem de maneiras bastante distintas.

O estilo, que na passagem acima é ligado à função do discurso das *memórias*, é outro critério de diferenciação. O mesmo volume assinado por Jeronymo Contador de Argote apresenta uma censura escrita por Luiz Francisco Pimentel em nome da Academia Real da História em que se enfatiza que

Na clareza com que escreve, veraõ os que em semelhante genero de escritos affectaõ a pompa, e adornos rhetoricos, que naõ saõ menos elegantes as Memorias tratadas com estylo facil, e natural, do que os Panegyricos com frases sublimes, e estudadas.⁷⁸

A defesa do estilo ecoa as palavras de outros agremiados que nos são conhecidos, como Manuel Pereira da Sylva Leal, para quem o estilo de suas *memórias* é “natural, e claro”, pois “o julguey assim necessario”,

especialmente nesta especie de composaçãõ, em que se disputaõ, e examinaõ tantos factos historicos, e doutrinaes, a cuja melhor percepçãõ ajuda a clareza do estylo, e especialmente aos que saõ menos versados na sua liçãõ (...).⁷⁹

e também o bibliófilo Barbosa Machado, para quem o “estilo claro, corrente, e desaffectedo”

⁷⁵ BARRET-KRIEDEL, *L’histoire à l’âge classique*, op. cit., vol. II, pp. 151-152.

⁷⁶ ARGOTE, *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga*, op. cit., sem paginação.

⁷⁷ MACHADO, “Apparato preliminar”, in *Memorias para a Historia de Portugal*, op. cit., pp. III-IV.

⁷⁸ “Licença da Academia Real”, in ARGOTE, *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga*, op. cit., sem paginação.

⁷⁹ SYLVA LEAL, “Apparato Historico, e Prologo”, in *Memorias para a Historia Ecclesiastica*, 1729, p. XXXIII.

é mais próprio “Para que a lição fosse mais agradável”.⁸⁰ Isto é, para que o leitor não ficasse demasiadamente carregado, o historiador renuncia à elevação das matérias por seu estilo, escolhendo uma locução mais simples. Mesmo na erudição histórica da Academia Real, portanto, o leitor não é deixado de lado, e é em função dele que as *memórias* assumem mais a identidade da instrução que do deleite.

O desdobramento da questão estilística é, naturalmente, o problema da continuidade da narrativa, a qual, como já vimos no parecer de Mark Salber Phillips, é essencial para a identidade do gênero histórico. Segundo este autor, a segunda metade do século XVIII era uma “época que pagava o mais alto tributo à arte literária dos antigos historiadores enquanto minava alguns dos pressupostos centrais nos quais a política e a historiografia clássicas estavam assentadas”;⁸¹ em comparação, a historiografia da primeira metade do mesmo século possuía muitos dos meios para subverter a historiografia clássica, mas pouco da vontade para fazê-lo. Nesta situação, criava pontos não-resolvidos, como este da relação das *memórias* com as *histórias* que estamos analisando.

Dessa forma, Manuel Pereira da Sylva Leal, novamente se dirigindo a seus leitores, afirma que “nem os que julgaõ das cousas com mais severidade” estranharão que ele se distancie de parcela dos temas de que trata – as vidas dos bispos da sé de Braga – para fazer digressões, porque “a escripção de Memorias me dá esta liberdade, especialmente se se attender à gravidade das materias, que exponho, e methodo com que nellas escrevo, que certamente, como disse, me parece, nem ha de ser inutil, nem desagradavel”.⁸² A *diegesis* das *memórias* é guiada, portanto, pela resolução de problemas, qualificados segundo sua importância, e não pela sucessão de eventos e sua relação com o desenrolar da narrativa. Pode-se pensar se não se trata de um gênero todo ele formado por digressões, como em outra passagem da mesma introdução:

O methodo, com que estas Memorias vaõ formadas, he regular para ellas: porque proposta a materia, que hey de escrever, reflito o que nella me parece certo; e se tem alguma duvida contra si, depois de provar que digo, a proponho, e lhe dou soluçãõ; e quando he controversa, e a respeito della ha diversidade de pareceres, ou opinioens, as proponho, e escolhida, e provada a minha, respondo aos fundamentos das contrarias (...).⁸³

A mesma lógica de organização do relato⁸⁴ pode ser encontrada em José Soares da Sylva,

⁸⁰ BARBOSA, “Prologo ao Leytor”, in *Memorias para a Historia de Portugal*, op. cit., p. X.

⁸¹ PHILLIPS, *Society and Sentiment*, op. cit., p. 81.

⁸² SYLVA LEAL, “Apparato Historico, e Prologo”, in *Memorias para a Historia Ecclesiastica*, 1729, pp. XVII-XVIII.

⁸³ *Idem*, pp. XXXII-XXXIII.

⁸⁴ O problema da digressão liga-se ao da economia do relato histórico e à utilidade das matérias discutidas. É nesse sentido que Fénelon questiona a ênfase dada por Tillemont às minúcias em suas vidas dos santos, em passagem que combina a crítica da digressão com a sátira do erudito: “O bom historiador... não omite nenhum fato que possa servir a pintar os principais homens e a descobrir as causas dos eventos, mas ele suprime toda dissertação onde a erudição de um *savant* quer se estabelecer. (...) O homem que é mais *savant* que ele não é historiador (...). Ele quer que todo o mundo seja tão curioso quanto ele das minúcias em torno das quais gira sua curiosidade insaciável... É necessário deixar essa superstição de exatidão ao *compilador*”, *apud* Bruno NEVEU, *Un historien à l'École de Port-Royal – Sebastien Le Nain de Tillemont*

em passagem na qual a procura de uma justificativa para seu proceder é acompanhada pela consolidação da distância entre os dois gêneros na identidade de duas personagens distintas, o historiador e o *memorista*:

(...) a obrigação dos Memoristas, he mayor que a dos Historiadores, porque estes só a tem de seguir a opiniaõ, que lhes parecer mais provavel, e aquelles de apontar em casos duvidosos as mais, e menos provaveis; como humas, e outras se referem, naõ póde duvidarse, que se viraõ todas. Sendo tambem muito mayor o trabalho de dividr as materias, e separallas em livros, e capitulos distinctos, como manda o Systema desta mesma Academia, (à vista do qual compuz estas Memorias) que escrevellas sem divisaõ, e continuadas por Annaes, em fôrma de Historia,⁸⁵ porque para esta basta seguir sem interrupçaõ qualquer Author de melhor nota, e accrescentar tal vez o que dizem os outros, ainda que sempre indagando, e conferindo os Documentos della; e para as Memorias he necessario a cada passo interromper a liçaõ, para distribuir as materias, levando tanto mais tempo este genero de composiçaõ, como sabem, e experimentaõ os que nelle se occupaõ.⁸⁶

A discussão que acompanhamos até o momento revelou o nexos, mesmo no interior da historiografia erudita, entre a narrativa – ou sua ausência – e o método, entendido parte do que organiza também a elocução historiográfica, e do método ao nexos entre gênero e a identidade daquele que o pratica. Numa época onde não existia a estrutura institucional capaz de sustentar uma *profissão*, o ofício das letras se constituía pela conformação a uma tradição acessível quase que exclusivamente pelo conjunto de obras já editadas. Embora discorde da utilização abusiva destes termos, pode-se dizer que o gênero é a *operação historiográfica* daquela época, simultaneamente seu lugar (a tradição textual que carrega seu nome), a prática (o conjunto de procedimentos e a forma de análise que dotam o historiador dos materiais para sua composição) e a escrita (o conjunto de preceitos que o escritor atualiza ao dar forma a sua obra). Não estranha, dessa maneira, a perplexidade com relação ao caráter inovador das próprias *memórias*, assim como a incapacidade destas de transformarem as histórias, pois gênero novo que são, elas acabam por fazer o historiador se transformar em “hum investigador, collector, e copilador de memoria para a Historia, que depois se ha de escrever, do que propriamente Historiador”.⁸⁷

Por caminho inverso, portanto, a empresa erudita da Academia Real reproduz todo o desconcerto de Francisco de Santa Maria ao considerar-se, por causa de seu *Anno Portuguez, Diario Historico*, indigno do nome de historiador. Pode-se, agora, medir de forma mais clara a especificidade das *dissertações históricas* da Academia Brasílica dos Esquecidos, as quais, com um pé nas poéticas do barroco e outro no panorama dos avanços da ciência histórica,

1637-1698. La Haye: Martinus Nijhoff, 1966, p. 181; *grifos meus*. A respeito da crítica, a resposta do erudito francês é reiterar que todo detalhe serve à instrução, ainda mais àquele que procurará escrever uma outra obra a partir da sua, TILLEMONT, “Avertissement”, in *Memoires*, 1713, tomo I, pp. III-IV.

⁸⁵ É interessante que Tillemont também apresentou resistência à transformação de sua obra em anais, gênero que era percebido na época como próximo às *memórias* por causa da ordenação temporal dos eventos separados por anos – como as *memórias* são escritas por títulos – e da simplicidade do estilo; cf. TILLEMONT, “Avertissement”, in *Histoire des Empereurs*, op. cit., tomo I, pp. XII-XIII.

⁸⁶ Joseph Soares da SYLVA, “Prologo”, in *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Joaõ o I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, tomo I, pp. V-VI.

⁸⁷ 18/03/1723, *CDMARHP*, op. cit., 1723, pp. 68-69.

parecia se situar em lugar nenhum. Iremos reverter a direção da análise e, partindo do exame particular das *dissertações históricas*, encontraremos toda a vitalidade, a diversidade e a flexibilidade daquela historiografia que evitamos até o momento: a retórica, também dita literária ou política.

O suave e o contencioso

O saldo das duas primeiras partes deste capítulo é o de que a erudição e a historiografia de matriz retórica teciam um intrincado relacionamento. Esse relacionamento era governado por uma complexa série de semelhanças e diferenças entre gêneros historiográficos diversos e, se essa rede de relações genéricas não cobria todos os aspectos da atividade do historiador, ao menos determinava os caracteres e o valor dos escritos com os quais ele responderia a seu público. Com isso, os gêneros dedicados à erudição não conseguiam deixar de ser ante-sala à escrita da *história* propriamente dita. Em suma, como afirma Barbara J. Shapiro, “O entendimento da ‘história’ na *primeira modernidade* era, então, instável. Podiam surgir confusões dependendo se o autor estava falando de uma história perfeita ou de algo muito mais amplo como a ‘historia’”, com este último termo podendo indicar tanto o conhecimento dos particulares por indução quanto o amplo espectro da historiografia abordado por outros gêneros que o não o das *histórias*.⁸⁸ É sobre estas confusas (in)definições que se alçarão as dissertações históricas.

Segundo Luís de Siqueira da Gama, “Divide-se a História em muitos membros”, sendo a primeira divisão relativa à escala e à natureza – história universal ou história particular –, a segunda, por sua vez, diz respeito ao tema – história eclesiástica, secular, militar e natural (não por acaso, as mesmas divisões assumidas pelos próprios acadêmicos Esquecidos). Por fim, “subdivide-se mais em história, anais, diários a que os Gregos chamam Efeméridas; em breviários, epítomes”,⁸⁹ ou seja, esta última subdivisão é uma divisão por gênero. Percebe-se que as dissertações não estão presentes neste catálogo feito pelo acadêmico *ocupado*. A constatação seria ociosa porque outros importantes gêneros, como as crônicas e as *memórias*, também não são mencionadas nesta passagem;⁹⁰ no caso das dissertações, contudo, essa

⁸⁸ SHAPIRO, *A Culture of Fact*, op. cit., p. 39.

⁸⁹ GAMA, “Dissertações”, op. cit., p. 21. A necessidade de colocar o aposto “diário a que os Gregos chamam Efeméridas” é virtualmente uma tradução das *Noites Áticas* do compilador latino Aulo Gélio, bastante lido pelos acadêmicos. Cf. AULU-GELLE, *Les nuits attiques*. Paris: Classiques Garnier, 1940, livro V, capítulo XVIII, na tradução de Maurice Mignon; também citado em KELLEY, *Versions of History*, op. cit., p. 82. Os Esquecidos preocupavam-se em indicar suas referências, todavia não se ruborizavam por, às vezes, apropriar-se de outros textos sem indicar de que não eram deles autores – como se sabe, os critérios para plágio eram bastante diferentes dos atuais.

⁹⁰ Os acadêmicos Esquecidos não indicam terem lido Sebastien Le Nain de Tillemont assim como não é provável que tenham lido qualquer das *memórias* da Academia Real, já que a primeira a ser editada, aquela de Manuel Pereira da Silva Leal, só chegou ao prelo em 1727; infelizmente, não são conhecidas as condições da circulação manuscrita das *memórias históricas* da Academia Real, muito embora Isabel Ferreira da Mota afirme que as notícias das conferências eram impressas e distribuídas pelo Reino, MOTA, *A Academia Real da História*, op. cit., p. 129. Pode-se pensar, portanto, que os Esquecidos tinham notícias das intenções e do desenrolar das conferências lisboetas, porém pode-se duvidar até que ponto conheciam

ausência pode ser o próprio indício acerca de sua real natureza. Antes de chegarmos às dissertações, porém, exploremos mais a fundo os problemas trazidos pela sempre frustrada tentativa de traçar limites entre os gêneros historiográficos.

Os *anais* apresentam um dos mais interessantes casos, pois ao mesmo tempo em que se sobrepõem às *histórias* eles deixam escorregar seus principais caracteres. Para parte da teorização clássica, a divisão canônica é aquela estabelecida em primeiro lugar por Aulo Gélcio. Para o escritor latino, tanto a *história* quanto os *anais* contam os eventos passados, “diferindo”, porém, “quanto a isso: a história reporta os fatos aos quais o autor foi testemunha”, enquanto os *anais* fazem referência aos eventos anteriores à vida do autor.⁹¹ Todavia o próprio autor registra outra opinião, atribuída a Semprônio Asélio, segundo a qual “os *anais* se contentam em enumerar pura e simplesmente os eventos ano por ano”, enquanto as *histórias* estabelecem as causas e as ligações entre os eventos.⁹² É esta acepção que faz fortuna na *primeira modernidade*.⁹³ Enquanto uma listagem dos fatos, por sua vez, os *anais* aproximam-se dos *diários* e estes, como já vimos, das *memórias* como um dos gêneros que fornecem informações para as *histórias*. As valorações podem, daí, mudar conforme as intenções do autor: para o filósofo e preceptista veneziano Francesco Patrizi (1529-1597), justamente por serem uma relação desnuda dos eventos, os *anais* são mais confiáveis, pois não apresentam em tão grande medida a mão do autor, capaz de mentir, enganar e falsificar, ainda que sejam apenas a matéria bruta a partir da qual a história;⁹⁴ já para Agostino Mascardi (1590-1640), autor do *Dell'Arte Istorica* (1636), os dois gêneros aproximam-se pois também o analista seleciona os maiores e mais importantes fatos e os dispõe em ordem, todavia os *anais* são menos abrangentes que as *histórias*.⁹⁵ A verdade ou a utilidade, a instrução ou o deleite? Porque não os dois? Os Esquecidos, que não encontram necessidade de desenvolver o problema, respondem de forma mais simples, apropriando-se dos termos disponíveis:

de fato os resultados aos quais aquela agremiação chegava.

Ainda assim, os Esquecidos parecem conhecer o gênero das *memórias* naquele primeiro sentido que indicamos acima, isto é, como escrita individual ou privada de certos acontecimentos para a composição posterior de uma história; creio ser nesse sentido que Gonçalo Soares da Franca defende a dificuldade de sua empresa por só poder se valer de “suscitas memórias manuscritas, que só genericamente tocam” na história eclesiástica do Brasil, FRANCA, “Dissertações”, op. cit., 224; também no aparato introdutório, ele se pergunta “como sendo eu tão pequeno sem *memórias* poderei escrever?”, *idem*, p. 227, *grifo meu*; por fim, em situação mais ambígua, quando defende data diversa daquela conhecida para o descobrimento do Brasil, afirma que o faz porque não pode deixar de lado a “referida memória”, *idem*, p. 234. A mesma ambiguidade se apresenta em Inácio Barbosa Machado, quando diz que “por falta de memórias” alguns *analistas* não escreviam, MACHADO, “Dissertações”, op. cit., f. 21.

É interessante que Gonçalo Soares da Franca afirma que os membros da Academia Real até 1724 somente se saíram “com dúvidas, perguntas, e aparatos”, mas não *memórias*, muito embora a semelhança destas com os aparatos, FRANCA, “Dissertações”, op. cit., p. 227.

⁹¹ AULU-GELLE, *Les nuits attiques*, op. cit., livro V, capítulo XVIII, p. 331.

⁹² *Ibidem*, pp. 331-332.

⁹³ Hélvio Gomes MORAES JÚNIOR, *A crítica historiográfica nos Dez diálogos da História (Veneza, 1560) – Estudo e tradução comentada*. Campinas: IEL/UNICAMP, 2010, tese de doutoramento, pp. 58-59.

⁹⁴ Francesco PATRIZI *apud* MORAES JÚNIOR, *A crítica historiográfica*, op. cit., pp. 183-14.

⁹⁵ Agostino MASCARDI, *Dell'Arte Istorica*. Firenze: Felice Le sMonnier, 1859 [1636], p. 49.

A história expõe as facções passadas desde o princípio até o fim, sem interpolação; os anais referem os sucessos, não desde o seu princípio, mas desde alguns anos, observada porém a ordem de cada um; e na mesma forma sucessivamente daí em diante, os diários relatam os acontecimentos de cada dia, especificando-os como sucederam em cada Sol (...).⁹⁶

A discussão sobre os anais demonstra como era multifacetada a relação entre os gêneros históricos, pois dos anais se é levado a entender as *histórias* e das *histórias* parte-se em direção aos *diários*, parentes das *memórias*. Revela-se de forma bastante clara o caráter contrastivo dos gêneros historiográficos. Esse aspecto demonstra a insuficiência das preceptivas históricas enquanto textos capazes de determinar todo e qualquer aspecto da escrita histórica *a priori*; por outro lado, se cada texto particular tem de resolver seus problemas na hora de sua própria escritura, nem que seja para criar ainda outros problemas, tem-se de reconhecer que o avanço da historiografia em direção a temas e materiais diversos levou cada gênero a elevar suas pretensões. Esses avanços, todavia, seguiam os debates de gênero e apenas muito tardiamente passaram a receber o influxo da erudição. Foram as discussões relativas à escrita da história e à identidade de cada gênero que levaram, em grande medida, à elaboração dos critérios de averiguação entre a legitimidade de cada narrativa e, daí, à criação de novos critérios de comprovação textual, verificação de documentos e exame de autores – em outras palavras, discussões de composição não podem ser separadas de discussões acerca do *método*.⁹⁷ O entendimento das dissertações históricas deve ser construído sobre essa constatação.

Em passagem que já vimos anteriormente, Luís de Siqueira da Gama define a dissertação como “toda aquela disputa que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão”.⁹⁸ Como também afirma Caetano de Brito e Figueiredo, o objetivo de quem escreve dissertações é “sentenciar, e decidir”.⁹⁹ A dissertação é, também como já vimos, uma contenda através da qual se julgam as opiniões a respeito de uma determinada questão – e elas podem ser definidas pela subsequente fórmula apresentada pelo acadêmico *ocupado*:

Tem por matéria a dissertação, toda a que foi ou possa ser disputável, por objeto, tem a opinião melhor, para fim averiguação da verdade: para conhecimento da que se propõem as dúvidas, se consideram as respostas, se formam as instâncias, e discorrem as distensões.¹⁰⁰

⁹⁶ GAMA, “Dissertações”, op. cit., p. 21.

⁹⁷ Como afirma HÉLVIO GOMES MORAES JÚNIOR, o que havia era uma “cultura que era comum tanto aos historiadores quanto aos teóricos, se reportava às mesmas fontes e levava em consideração os mesmos ‘modelos’”, mas que nem por isso se confundiam em suas propostas ou em seus textos, MORAES JÚNIOR, *A crítica historiográfica*, op. cit., p. 28 e também ALBANESE, “A descoberta dos historiadores antigos”, op. cit.

O argumento apresentado pelo autor impede que se considere um determinado tipo de escritos o *locus* ativo da reflexão historiográfica – como a *ars historica* no século XVI ou as discussões eruditas no XVII – enquanto outro representaria o polo passivo, apto a receber os avanços daquele. Tendo isso em mente, inviabiliza-se a consideração de que havia um divórcio entre o historiador e o erudito que precisava, de alguma forma, ser sanado, já que ambos dedicavam-se com igual afinco a suas diferentes produções intelectuais. Essa independência a partir de um substrato comum será retomada ao final desta seção.

⁹⁸ GAMA, “Dissertações”, op. cit., p. 13.

⁹⁹ BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., p. 146.

¹⁰⁰ GAMA, “Dissertações”, op. cit., p. 12.

As dissertações podem ser definidas como a representação de um confronto, pois de um lado se apresentam as opiniões a favor, de outro, as contrárias, e ambas as forças se enfrentam por objetos ainda não resolvidos.¹⁰¹ Nesse sentido, elas também são um instrumento heurístico utilizado pelos acadêmicos para confirmar ou não uma questão.

Essas opiniões são compartilhadas pelos demais acadêmicos. Em passagens às quais voltaremos depois, Caetano de Brito e Figueiredo e Gonçalo Soares da Franca confirmam o estatuto e a prática dissertativa apontados por Luís de Siqueira da Gama. Para o primeiro, nas dissertações é preciso “declarar-se o duvidoso, e concluir-se o verdadeiro, ou o verossímel”;¹⁰² para o segundo, “descrever umas dissertações históricas” distingue-se da tarefas de “escrever uma história já disputada”.¹⁰³ Para Inácio Barbosa Machado, também, uma de suas obrigações nos textos que compõe é “decidir tantas questões” pertinentes à história militar do Brasil.¹⁰⁴ Um rápido passar de olhos por alguns proêmios e proposições dissertativas demonstrará a recorrência dos vocábulos *controvérsia* e *controverter*, *altercar*, *ponderar*, *decidir*, *averiguar*, *questionar* e *estabelecer* assim como do par *certeza* e *dúvida* conformando o campo semântico articulado pelas dissertações.¹⁰⁵

Esses e outros termos demonstram que as dissertações históricas exercem papel equivalente na Academia dos Esquecidos ao representado pelas *memórias* na Academia Real. Os membros da agremiação brasílica, como veremos depois, também enfrentavam problemas de estilo e composição – todavia enquanto as *memórias* são um gênero considerado novo, as dissertações têm já uma longa história atrás de si.

Vários foram os Autores que escreveram seus livros e tratados, com o título de dissertações; reconteremos alguns dos que temos notícia. Erédio Ático, médico antigo, escreveu dissertações sobre a natureza, e a força da dor; Sêneca escreveu uma grave dissertação **De Peregrino Pucherrima**; Marco Antônio Terácio escreveu um livro que intitulou **Dissertações Crítica à Língua Hebraica**; o Doutor José Vela de Orenha escreveu em dois tomos, **Dissertações Jurídicas, e Casos Julgados nas Relações de Espanha, e de Granada**.¹⁰⁶

¹⁰¹ NICOLAZZI, “Entre armas & letras”, op. cit.

¹⁰² BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., p. 159.

¹⁰³ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., p. 224.

¹⁰⁴ MACHADO, “As dissertações”, op. cit., f. 7.

¹⁰⁵ “controverter a famosa questão”, MACHADO, “As dissertações”, op. cit., f. 35v (dissertação terceira); “Da resolução desta controvérsia”, GAMA, “Dissertações”, op. cit., p. 55; “em matéria de controvérsias”, FRANCA, “Dissertações”, op. cit., p. 232; “(...) altercar a questão”, GAMA, “Dissertações”, op. cit., p. 30; “ponderaremos no equilíbrio da razão”, *idem*, p. 39; “decidir a matéria principal”, *idem*, p. 72; “(...) para melhor averiguação da verdade e inteira notícia”, *idem*, p. 28; “averiguarmos a verdade”, *idem*, p. 72; “averiguando a verdade e resolvendo a certeza”, *idem*, p. 113; “havemos de questionar (...) auferir e impugnar”, GAMA, “Dissertações”, op. cit., p. 249; “estabelecer com fundamento”, *idem*, p. 257; “Sendo tão duvidosa a origem dos Povos do Brasil”, MACHADO, “As dissertações”, op. cit., f. 61v.

¹⁰⁶ GAMA, “Dissertações”, op. cit., II, p. 24. Infelizmente não consegui encontrar muitas informações ou ter acesso às obras citadas por Luís de Siqueira da Gama, apenas à última, que é um conjunto de dissertações sobre problemas jurídicos do direito das Índias. Provavelmente era obra consultada pelos acadêmicos na prática jurídico-administrativa da colônia; quanto à sua forma, ela respeita as dissertações dos Esquecidos, principalmente aquelas de Gama. Poderia ser um modelo para a composição das dissertações, caso os demais acadêmicos também se valessem da divisão em parágrafos, elenco dos argumentos de um e outro lado (e não apenas referência às diferentes opiniões sobre um assunto etc.). Essa diversidade demonstra que

As dissertações, como se percebe na passagem, recuam até à Antiguidade e, mais importante ainda, tratam de uma grande variedade de temas – de medicina ao direito. Justamente essa grande variedade traz à tona a pergunta que motiva estas páginas: qual o seu lugar entre os gêneros historiográficos?

Assim como as *memórias*, as dissertações dedicam-se à resolução de problemas. Pode-se concordar que as *memórias*, como vimos, são uma espécie de escrita preliminar à história; a dissertação também busca resolver as questões que a história depois só precisará referir solucionadas. Porém seu lugar entre as etapas do trabalho historiográfico não é de todo claro, pois as dissertações tanto podem anteceder quanto podem suceder a obra histórica com a qual se relacionam. Os membros da Academia Real da História, por exemplo, escrevem – na verdade, recitam – dissertações para controverterem pontos duvidosos das produções uns dos outros.¹⁰⁷ Pode-se concluir, dessa forma, que as dissertações são uma ferramenta auxiliar à escrita da história ligada à resolução de problemas surgidos *antes*, *durante* ou *depois* à composição da obra histórica. As dissertações são proveitosas pelo exame circunscrito de um problema – e o fato de os Esquecidos as escreverem indica sua preocupação com aquele campo que denominamos erudição – todavia elas estão longe de serem um requisito obrigatório para o historiador no caminho de suas histórias.¹⁰⁸

As dissertações são sintoma da crescente preocupação erudita que assola os historiadores, porém elas também são um gênero de disputas bastante antigo e, de fato, anterior a quaisquer preocupações da crítica erudita moderna. Na verdade, este é justamente um dos pontos mais desconcertantes da prática historiográfica da *primeira modernidade* e é preciso entendê-lo bem antes de visualizar os problemas que acometem os Esquecidos quando se prestam a compor suas dissertações históricas.

Como a historiografia se regulava por uma série de gêneros e como, na teorização seiscentista do discurso, cada um destes possuía um decoro próprio, gêneros dedicados à erudição podiam prescindir quase que por completo daqueles dedicados à narrativa histórica – e o inverso, em parte, era verdadeiro. Isso explica o florescimento e a alta sofisticação

as dissertações não possuem somente *um* modelo escriturário.

¹⁰⁷ Destacam-se, Diogo Fernandes de ALMEIDA, *Dissertação historica, juridica, e apologetica, que na Conferencia da Academia Real da Historia Portugueza de 14 de Fevereiro de 1732 leu D. Diogo Fernandes de Almeida, Em defeza da Conta, que deu dos seus estudos no felicissimo dia 7 de Setembro de 1731, Em que se celebravaõ os annos da Rainha N. Senhora, estando ella presente, e suas Altezas*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1732, e Francisco de ALMEIDA, *Primeira dissertação critica contra as Memorias para a Historia do Bispado da Guarda, sobre alguns pontos da disciplina ecclesiastica de Hespanha, que na Conferencia da Academia Real da Historia Portugueza de 9 de Abril de 1733 leu D. Francisco de Almeida*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1733. Também Manuel Pereira da Silva Leal e Francisco Leitão Ferreira escrevem dissertações.

¹⁰⁸ Sebastião da Rocha Pita, por exemplo, não precisou das dissertações históricas da Academia dos Esquecidos para finalizar sua *Historia da America Portugueza*, muito embora esta obra termine justamente com a formação da Academia Brasílica dos Esquecidos, cf. ROCHA PITA, *Historia da America Portugueza*, op. cit., pp. 655-656.

dos gêneros dedicados à erudição independentemente do que os historiadores estavam fazendo. Todavia aquele que procurava escrever *histórias* ainda gozava de uma grande vantagem frente a seu colega erudito. Embora os historiadores estivessem preocupados em averiguar a credibilidade de suas testemunhas e a veracidade de suas informações, eles não precisam escrever dissertações ou *memórias* para isso. Os historiadores podiam se valer dos procedimentos eruditos sem se engajar em qualquer um dos gêneros eruditos, porém se algum dos antiquários, eruditos ou juriscosultos quisesse tomar as vestes de historiador, ele precisaria cruzar a fronteira e escrever *histórias* ou, se não conseguisse equilibrar os dois, faria uma má história. A escrita de *histórias* e o campo de atividade do historiador eram, portanto, mais amplos e abrangentes que os do erudito, muito embora este gozasse maior amplitude temática e documental. A economia entre os gêneros históricos não beneficiava o erudito e, até ele ser capaz de realizar uma narrativa capaz de abdicar da linearidade para passar ao exame das informações e dos eventos, aqueles aspectos que consideramos atualmente pertinentes à *pesquisa* histórica parecerão estranhamente isolados daqueles da *escrita* historiográfica.¹⁰⁹ É essa incongruência fundamental entre os limites e os caracteres da prática historiográfica da *primeira modernidade* e aquela contemporânea que os estudos que se centram demasiadamente na evolução do método como representação da marcha da disciplina historiográfica acabam por deixar de lado.

No caso das dissertações dos Esquecidos, esse relacionamento entre as diversas partes do ofício historiográfico era, ao mesmo tempo, mais simples e mais complexo. Isso porque, ao contrário de sua contraparte reinol, as *memórias históricas*, as dissertações podiam ou não ser parte da historiografia. Como lembra Luís de Siqueira da Gama, “segundo for, a hipótese, ou a matéria sujeita da disputa tal será a dissertação que se controverta”, ao que se segue uma extensa e copiosa listagem dos temas e tipos possíveis de dissertação, que vale a pena citar nem que seja para demonstrar o grande número de assuntos dos quais elas podem tratar:

(...) se a contenda for sobre Teologia, será Teológica a dissertação; se de Filosofia, será Filosófica; se de Geometria, será Geométrica, se de Álgebra, será Aritmética, se de Magia, será Mágica, se de Cânones, será Canônica, se (de) Direito Civil (,) será Jurisprudente; se de Polícia (,) será Política, se de Oratória (,) será Retórica; se de Poesia, será Poética; se de História, será Histórica; se de Latim, será Gramática (;) se de Ortografia (,) será Ortógrafa; se de Guerra (,) será Militar; se de Feridas, será Cirúrgica; se de Navegação (,) será Náutica; se de Canto (,) será Música; se de Agricultura, será de Rerústica; se de Caça, será Venatória; se de Textura (,) será Lanífera; finalmente se for a controvérsia fabril, será mecânica a dissertação, e assim dizemos, que quantas são, e possam ser as espécies das disputas, tantos serão os membros opostos desta nossa divisão.¹¹⁰

¹⁰⁹ O que é preciso reconhecer é que os procedimentos que se crê pertencentes à erudição e aqueles requisitos próprios ao historiador nunca estiveram, de fato, isolados, muito embora seus praticantes pudessem desconhecer uns aos outros. Os historiadores da época – e é justamente este um dos aspectos lembrados quando se os distingue de seus colegas clássicos – se valiam de documentos de arquivo, inscrições e uma miríade de fontes para compor suas histórias. Creio que essa “ignorância mútua” indica justamente a independência da erudição em relação à historiografia, que não precisa se unir a esta para alcançar sua relevância, cf. Ingo HERKLOTZ, “Momigliano’s ‘Ancient History and the Antiquarian’: A Critical Review”, in MILLER (ed.), *Momigliano and Antiquarianism*, op. cit., pp. 127-153.

¹¹⁰ GAMA, “Dissertações”, op. cit., II, p. 24.

Percebe-se que é apenas pela vontade dos acadêmicos que as dissertações são dissertações históricas, podendo elas tratar de qualquer tema à sua vontade. Pode-se pensar, portanto, que enquanto a disputa para se resolver a melhor questão diz respeito à dissertação como gênero, o que responde pela dissertação *histórica* como espécie?¹¹¹ Ou seja, parece claro que as dissertações históricas são um gênero literário composto e, enquanto tal, a questão passa a ser como conjugar as duas parcelas que compõem a principal atividade acadêmica, dissertar historicamente. Os problemas de composição dos Esquecidos residem, em sua grande maioria, aqui.

Voltando àquelas citações que vimos anteriormente, percebe-se que Caetano de Brito e Figueiredo e Gonçalo Soares da Franca tinham opiniões, até certo ponto, divergentes a respeito deste assunto. Primeiro o acadêmico *nubiloso*, para ele é necessário não confundir

com termos Escolásticos o estilo Acadêmico; porque suposto escrevemos Dissertações estas se animam com o caráter da História, *donde só com o expressivo da narração, e não com o rigor da disputa* deve declarar-se o duvidoso, e concluir-se o verdadeiro, ou o verossímil (...).¹¹²

Para o agremiado *obsequioso*, por sua vez, o reconhecimento da diferença surge a partir do desengano com relação à empresa que lhe é pedida:

Bem instruído (sem vaidade o digo) nas partes, de que deve constar o todo de uma história, ou já pelos preceitos aprendidos com indagação (...) ¹¹³ tinha já a minha pena, senão voado (que as asas dos pobres não voam.

ingenio poteram superas uolitare per arces, me nisi paupertas inuida depprimeret)¹¹⁴

discorrido largo espaço pelo campo do papel, senão quando na conferência passada me instrui em que mais havemos de descrever umas dissertações históricas, que uma história já disputada (porque dos propriamente historiadores é só obrigação narrar, e apenas refletir, sem a pensão de questionar) e assim variei de sistema e mudei de bastidor, trocando o estilo, e alterando a frase.¹¹⁵

Como lembra Fernando Nicolazzi, a dissertação se diferencia da história e, como tal,

¹¹¹ Utilizo aqui o par *gênero/espécie* no sentido dado a ele por Rafael Bluteau em seu dicionário, particularmente perceptível na conceituação da última palavra: “ESPECIE, Espécie. (Termo da Logia) O que fica imediata, & unicamente sujeito ao gênero, ou Espécie Logica, He aquella noção, pella qual percebemos alguma cousa universal, da qual porem há outra, inda mais universal (...)” e, numa segunda acepção, “Especies, (segundo o Mestre Venegas) significaõ as cousas, que particularmente se podem ver, assi como dizemos, que Homem He da espécie humana, *cavallo da Equina* (...). O Genero não se pode ver”, BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez, & Latino*, vol. III, pp. 261-262. A espécie é não apenas a subdivisão do gênero como também sua manifestação visível, particular, sendo o gênero universal e abstrato; tendo em vista as dificuldades de se escrever a *história* (gênero) na época, pode-se pensar que os textos capazes de serem efetivamente escritos são suas *espécies*, isto é, manifestações particulares e sempre parciais daquelas categorias.

¹¹² BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., II, p. 159; *grifos meus*.

¹¹³ Omiti aqui um longo catálogo de historiadores e preceptistas feito por Franca, já que me dedicarei à compreensão das leituras Esquecidas logo em breve na próxima seção deste capítulo.

¹¹⁴ A citação é do emblema 121 de Alciato, dedicado ao estorvo que a pobreza causa aos maiores avanços, e lê-se como “com meu engenho eu poderia superar os mais altos picos se a invejosa pobreza não me puxasse para baixo”, ver ALCIATI, *Emblematum liber*, in <http://www.mun.ca/alciato/f121.html>, consultado em 27 de fevereiro de 2012.

¹¹⁵ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., Antilóquio, p. 224.

“demanda procedimentos distintos de escrita (outro sistema, outro “bastidor”)¹¹⁶. Pode-se perguntar, todavia, até que ponto este sistema e este bastidor não dependem da própria historiografia para se constituir. Como lembra Inácio Barbosa Machado, nas dissertações é preciso tentar “sem fastio” irmanar

o suave da História em o contencioso das disputas, o sério da jurisprudência, com o ameno das notícias, e o natural do terreno, com o artificioso dos habitantes, para que igualmente sejam as nossas Dissertações agradáveis, e úteis aos Professores da História, e aos Mestres do Direito.¹¹⁷

Como combinar elementos tão díspares? Como atender a expectativas tão diversas? O próximo passo da nossa investigação será compreender em que medida os requisitos da escrita historiográfica compartilhados pelos Esquecidos lhes permitem responder estas questões.

As (antigas) leis da história

Em artigo publicado em 1987, o historiador britânico Robert Black¹¹⁸ argumentara que a reflexão humanista moderna sobre a história tivera como motivação o reconhecimento da insuficiência da teorização historiográfica clássica, fosse a feita pelos gregos, fosse a feita pelos latinos. Os humanistas reagiam principalmente a Cícero, que além de ter cunhado a fórmula acerca da história reutilizada virtualmente por todo historiador da *primeira modernidade* – a história como “testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, testemunha da antiguidade” –¹¹⁹ também estabelecera, no mesmo livro II do diálogo *De Oratore*, que a história não se encontra sendo ensinada “em separado nos preceitos dos retores” já que suas regras “são bastante *evidentes*”,

De fato, *quem ignora* que a primeira lei da história é não ousar dizer algo de falso? Em seguida, ousar dizer algo de verdadeiro? Não haver suspeita de favorecimento na escrita? Ou de ressentimento? *É claro que esses fundamentos são do conhecimento de todos.*¹²⁰

Confrontados com a tarefa de escrever história tão bem quanto os antigos mas sem saber como fazê-lo, os modernos rejeitaram a perspectiva de que os preceitos da história eram em tudo claros e auto-evidentes e partiram em busca da elaboração de regras próprias para sua escrita.

Com isso, os tratados modernos eram feitos com uma mescla entre a lamentação pela ausência de preceitos e um crescente corpo de regras e determinações para a escritura histórica, ou seja, eles passaram a clamar pelas *leis da história*.¹²¹ O humanista Paolo Cortesi, no diálogo

¹¹⁶ NICOLAZZI, “Entre letras & armas”, op. cit., p. 44.

¹¹⁷ MACHADO, “As dissertações”, op. cit., Aparato crítico, f. 15.

¹¹⁸ BLACK, “The new laws of history”, in *Renaissance Studies*, vol. 1, issue 1, March 1987, pp. 126-156.

¹¹⁹ CÍCERO, *De Oratore*, livro II, 36, tradução disponível em Adriano SCATOLIN, *A invenção no Ooador, de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares, I, 9, 23*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009, tese de doutoramento, p. 201.

¹²⁰ *Idem*, livro II, 63, in SCATOLIN, op. cit., p. 206; *grifos meus*.

¹²¹ A expressão *leis da história* não é, entretanto, de origem moderna, pois ela se encontra já na epístola XII do livro V das cartas *Ad Familiares*, de Cícero. Nela, o orador romano pede a seu sobrinho, Lucceius, que ao relatar

intitulado *De hominibus doctis*, datado de 1489, faz uma de suas personagens se perguntar “porque nenhuma regra entre as artes dos antigos foram legadas que ensinassem como a história deve ser escrita e o que deve ser seguido numa história”, surpreendendo-se com a constatação de que se cada arte tem seus preceitos, porque “a história, uma empresa tão árdua e difícil, não tem regras”?¹²² Dez anos depois, no primeiro tratado dedicado exclusivamente à reflexão sobre a história, o diálogo *Actius*, de Giovanni Pontano, uma das personagens, Pudericus, exclama “Eu estou ardendo de desejo de ouvir algo acerca da história, que até então não teve teóricos [*praeceptores*] embora a gramática, a retórica e a filosofia tenham merecido um grande número de professores”, ao que seu interlocutor, Altilius, responde que “se eu precisar dizer algo sobre a história, será a partir de minha própria leitura mais do que tendo por base qualquer outro autor, pois não houve autoridade acerca da história até o presente tempo”.¹²³ Por fim, quase meio século depois, em 1542, Sperone Speroni, em outro diálogo, afirma haver “muitos historiadores (...) mas não existir ninguém que tenha ensinado a arte de compor histórias”.¹²⁴

A argumentação desenvolvida no ensaio de Robert Black demonstra que as “novas leis da história” desenvolvidas pelos humanistas italianos tardios se baseiam numa profunda ruptura com a tradição historiográfica dos antigos. Essa ruptura foi consciente e marcou virtualmente todos os domínios da atividade histórica – dos ornatos literários ao ritmo da narrativa, das motivações dos agentes ao uso do testemunho, embora não a finalidade do discurso histórico – e, pode-se inferir, demonstra ser justamente a história um dos primeiros campos de diferenciação entre antigos e modernos, nem que seja para que os últimos possam se alçar às mesmas glórias dos primeiros. Essa mesma ruptura, todavia, também lançou os historiadores e os tratadistas numa busca contínua – e, na verdade, nunca resolvida – pelos fundamentos do discurso histórico. É essa situação que encontramos no Portugal setecentista.

Em Portugal, as *leis da história* conformam um rosário cada vez mais amplo de preceitos, ainda que, por vezes, seu caráter pudesse ser bastante vago e, seu conteúdo, apenas implícito. Fernão Telles da Silva, por exemplo, em conferência da Academia Real da História Portuguesa, lamenta que “Dos antigos Mestres, ou Gregos, ou Romanos, não ficaraõ preceitos, que formassem a Arte da Historia, como nos deixaraõ para a da Grammatica, Rhetorica, e Poetica”

e só alcançámos delles poucos documentos, e naõ muitos exemplos diversos, e pouco coerentes. Dos que escrevêraõ em tempo mais visinho ao nosso, algumas Artes de compor Historia temos, em que tambem discordaõ as opinioens: e assim com a certeza do fim, para que se escreve a Historia, em que

os anos de seu consulado ele não deixee de “exaltar minhas ações mesmo mais do que tu aches necessário mesmo se isso significar esquecer as leis da história [*leges historiae*]”, tradução pessoal a partir de CICÉRON, *Lettres familières*. Paris: Librairie Garnier Frères, 1940, vol. I, p. 271 e BLACK, “The new laws”, op. cit., p. 154.

¹²² BLACK, “The new laws of history”, op. cit., p. 132.

¹²³ *Idem*, p. 131.

¹²⁴ *Idem*, p. 133.

*todos convem, e na incerteza do methodo, com que se deve escrever, em que muitos discordaõ.*¹²⁵

Também o editor das duas traduções de Luciano datadas de 1733, o padre José Henriques de Figueiredo, afirma que o motivo para “as dar ao publico” foi ter notado que “leys para compor Historia são taõ raras no nosso idioma”,¹²⁶ ao que se soma o problema de “todas as naçoens se applicaraõ a dar mais preceitos, do que deraõ exemplos, pelos poucos Historiadores, que observaraõ estas regras”.¹²⁷ Por outro lado, podemos encontrar em Antônio Vieira a afirmação de que mesmo sua *Historia do Futuro* obedece “religiosa, & pontualmente todas as leys da historia”, pois

seguindo em estylo claro, & que todos possaõ perceber, a ordem, & successaõ das cousas, naõ nua, & secamente, senaõ vestidas, & accompanhadas das suas circunstancias: & porque havemos de distinguir tempos, & annos, & sinalar Provincias, & Cidades, nomear acçoens, & ainda pessoas (...);¹²⁸

e na seguinte censura da *Historia da America Portugueza*, em que se diz que seu autor

Pontualmente cumpre os preceitos da narraçaõ, e as leys da Historia; porque determina acções, ajusta annos, observa tempos, distingue lugares, demarca terras, individua successos, reduzido a abbrevia-dos periodos o que pudera ser materia de copiosos tratados.¹²⁹

Também era comum apenas citar a fórmula, sem elucidar seu conteúdo. Segundo o frei Manoel Guilherme, parecia-lhe que Sebastião da Rocha Pita seguira “todas as leys da Historia, que ouço dizer são muitas, e de difficil observancia”,¹³⁰ e, por fim, Gonçalo Soares da Franca, que inicia sua narrativa sobre a história da instituição da Igreja no Brasil afirmando o propósito de que “assim iremos fazendo restituições à verdade, sem que faltemos às Leis da história”.¹³¹

O objetivo desta seção é compreender como os membros da Academia dos Esquecidos buscavam no conjunto dessa reflexão historiográfica os meios para combinar as parcelas de disputa e de história de suas dissertações *históricas*. Esse conjunto de preceitos, muitas vezes não nomeados, outras vezes nem sabidos, indicava aos acadêmicos tanto os meios para respeitarem as leis previstas para a historiografia quanto forneciam a margem para dobrá-las, retificá-las, esquecer-las ou transformá-las, porém sempre se prestava atenção às *leis da*

¹²⁵ 28/08/1721, *CDMARHP*, op. cit., 1721, p. IX; *grifo meu*. A mesma opinião parece ser emitida por Agostino Mascardi, um século antes, no momento em que se pergunta se a história pode ser reduzida a uma arte e, com isso, se ele pode justificar o título de sua obra, *Dell'Arte Istorica*. Sua resposta consiste em elencar uma série de autores – que vai de Luciano a Gerardus Vossius mas que, não obstante, está longe de ser exaustiva – que trataram das regras historiográficas, porém sem responder se eles conseguiram enunciar regras permanentes para a história, cf. MASCARDI, *Dell'Arte Istorica*, op. cit., pp. 80-81.

¹²⁶ Joseph Henriques de Figueiredo, “Ao Excellentissimo Senhor ao D. Francisco Xavier de Menezes”, in LUCIANO, *Arte historica de Luciano Samossateno*, op. cit., p. II.

¹²⁷ Francisco Xavier de MENEZES, Conde da Ericeira, “Censura”, *idem*, p. I.

¹²⁸ Antonio VIEYRA, *Historia do Futuro. Livro Antepimeyro Prolegomeno a toda Historia do Futuro, em que se declara o fim, & se provaõ os fundamentos della*. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718, p. 13.

¹²⁹ “Aprovaçaõ do R. P. M. Fr. Boaventura de S. Gião, Qualificador do Santo Officio”, ROCHA PITA, *Historia da America Portuguesa*, op. cit., sem página (datada de 10 de fevereiro de 1727).

¹³⁰ “Aprovaçaõ” do R. P. M. Fr. Manoel Guilherme, Qualificador do Santo Officio”, *idem*, sem página (datada de 20 de dezembro de 1726).

¹³¹ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., p. 281.

história. Trata-se de uma reflexão difusa, dispersa entre os diferentes modelos adotados pelos acadêmicos. Há, todavia, um traço que distingue o modo como os Esquecidos se apropriam dos debates sobre as leis do discurso histórico: beneficiando-se de, ao menos, dois séculos de contínuo retrabalhar sobre problemas em tudo semelhantes, para os agremiados baianos trata-se mais de uma contínua tradição que se estende da Antiguidade, passa pela Renascença, chega à rica produção historiográfica portuguesa do Seiscentos e se enraíza em seus estudos do que de uma tradição marcada por rupturas e descontinuidades. Tratam-se, portanto, de “antigas leis da história”.

Paradoxalmente, é esse mesmo senso de continuidade que lhes permite conjugar os preceitos históricos com textos em tudo tão diversos da normatização historiográfica por eles mesmos aceita. Não é difícil encontrar indícios a respeito dessa contínua tradição histórica entre os Esquecidos. Para Gonçalo Soares da Franca, seus preceitos foram aprendidos pela leitura dos

Túlios, Políbios, Agripas, Tácitos, Deodoros, Nicetos, Gélios, Mascardos, e Menes,¹³² que foram os Mestres dela; ou já pelos acertos observados com diligência em Heródoto, Josefo, Lívio, Salústio, Tucídides, Justino, Cúrcio, Patérculo, Floro, Catalino, Estrada, Bentivolio, Guichardino, Barros, Mariana, Mendonça, Fuen Maior, Freire, Faria, que são os que com mais felicidade a escreveram.¹³³

Antigos e modernos coexistem no catálogo do acadêmico *obsequioso*, e também para o acadêmico *ocupado*, se “Infinitos são os Autores que escreveram história”, ao menos se sabe que “são seu texto Políbio e Luciano”.¹³⁴ Para o mesmo acadêmico, a história era, entre outras definições, uma “verdadeira narração das coisas passadas, decorosamente referidas, segundo a série dos tempos em que sucederam”.¹³⁵ Como os Esquecidos, portanto, se valiam de seus conhecimentos para escreverem suas dissertações?

Verdadeira narração das coisas passadas...

Para compreender o que é uma narração histórica verdadeira, antes de tudo é preciso entender qual é, ao nível mais básico, a concepção de história esposada pelos acadêmicos Esquecidos. Já vimos que para os Esquecidos a escrita da história tem por fim a utilidade, mormente a

¹³² Provavelmente se trata de Luiz de Menezes, autor da *História de Portugal Restaurado* (1671).

¹³³ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., Antilóquio, p. 224. A caracterização da teorização histórica da *primeira modernidade* tem importância caso se considerasse que tipo de estudo se pretende fazer. Para Gabriella Albanese, por exemplo, o contato com latinos e gregos gera uma perspectiva que é em tudo eclética, ALBANESE, “A redescoberta dos historiadores antigos”, op. cit., p. 278. Já Eduardo Sinkevisque, a partir da determinação das regras do gênero retórico-literário da *história* afirma se tratar de uma tradição mais homogênea iniciada por Aristóteles, Horácio e Cícero e *reatualizada* por Baltasar Gracián, Agostino Mascardi e Emanuele Tesauero, SINKEVISQUE, *Retórica e política*, op. cit., pp. 92-96. A segunda perspectiva pode ser tão eclética quanto a primeira, todavia ela enfoca a teorização discursiva pela chave da doutrina, cristalizando-a numa preceituação; essa questão é parecida com a abordada a respeito dos gêneros anteriormente feita e é importante tê-la em mente aqui, pois nosso propósito será justamente destacar os usos desviantes a partir dessa própria teorização.

¹³⁴ GAMA, “Dissertação”, op. cit., II, p. 21

¹³⁵ *Idem*, I, p. 12.

pública, mas o que isso significa em termos de entendimento dos afazeres do historiador? Um primeiro indício é encontrado quando Luís de Siqueira da Gama afirma que a história e a política são “filhas de um mesmo Pai”, pois

a primeira história que reconheceu o mundo foi a narração, e princípio do mesmo mundo: a primeira política que advertiram os homens foi a que principiou nos rudimentos dos mesmos homens: a primeira história foi a da criação do mundo grande, a primeira política foi a sociedade primitiva do mundo breve; antes de haver política sim teve argumento a história; muito porém antes de haver história já a política tinha motivado aos homens não poucas utilidades: a matéria da história teve princípio antes do princípio do mundo, no seu primeiro caos.

Embora se deva relevar a permanente contradição entre a origem da instituição política da sociedade e a narrativa sobre a mesma (uma espécie de ovo e a galinha), percebe-se já o “nobilíssimo berço, em que a história nasceu, e se criou” – principalmente se se considerar que fora “Moisés o primeiro historiador”.¹³⁶ Não por acaso, a mesma figura sintetiza o nascimento das duas atividades. História e política, assim, possuem o mesmo objetivo, o bem comum:

(...) o fim da história era a verdade, e o objeto a imitação do bem que a política tinha por objeto o bem comum, e por fim o bom governo; motivos por que discorremos naquela primeira dissertação, que estas duas utilíssimas faculdades eram em tudo irmãs legítimas, como filhas de um mesmo pai (...).¹³⁷

Não é preciso mais esconder, também os Esquecidos repisam as já desgastadas paragens ciceronianas; na verdade, a consequência da irmandade entre a história e a política é a consideração de que

É a história uma voz grega, que significa na razão das coisas passadas; e daqui vejo chamar-lhe M. Túlio a melhor testemunha dos tempos, relatora dos séculos, Luz da verdade, vida da memória, e mestra da vida,¹³⁸

e é este parentesco, por fim, que acaba por assegurar à narração verdadeira o caráter de principal fundamento sobre o qual se assenta a identidade da história frente aos demais gêneros do discurso:

(...) a partícula narrativa é gênero, transcendental para a oratória, e para a poesia; porque ambas estas científicas artes, se valem também da narração: a oratória para persuadir o útil, e honesto, o provável a Poesia para cantar o delectável, e o verossímil, as mais partículas são diferença; *porquanto a História escreve as coisas que sucederam realmente, como se obraram, segundo a série, e ordem dos tempos em que aconteceram*: a oratória sim refere as coisas como aconteceram, *mas não as relata tão estreita, e rigorosamente: porque pode antepor, ou pospor os sucessos, conforme ao melhor arbitrio do orador*: a poesia expõe seus argumentos não como foram verdadeiramente sucedidos, mas sim como deviam ser obrados, *e para este fim tem o Poeta jurisdição de inventar, fingir, diminuir, ou acrescentar tudo quanto melhor lhe parecer*.¹³⁹

¹³⁶ *Idem*, I, pp. 9-10. A tradição segundo a qual Moisés fora o primeiro historiador é um dos primeiros elementos a serem invalidados pela crítica bíblica já no século XVII, como veremos no próximo capítulo.

¹³⁷ *Idem*, III, p. 27.

¹³⁸ *Idem*, p. 12.

¹³⁹ *Ibidem*; *grifos meus*.

Ou seja, a história enquanto um saber – uma faculdade – tem parentesco com a política e o mesmo fim que esta, qual seja, a utilidade pública e o bem comum, mas também é justamente por causa desta relação que a história tem de tratar de modo verdadeiro de eventos que aconteceram realmente e, entre os requisitos para se os trabalhar historicamente, está em narrá-los como e na ordem em que aconteceram (*ordo naturalis*). Esta sequência de aproximações entre elementos aparentemente tão distintos torna difícil propor a fuga de uma concepção de história que tem na política e na narrativa seus dois principais pilares – e, como lembra Mark Salber Phillips, será somente com uma significativa transformação da própria sociedade que a naturalidade com que estes nexos são encarados começará a se fragilizar e, por fim, se desfazer.¹⁴⁰ Antes disso, porém, é preciso averiguar alguns problemas advindos da definição retórica, literária, política ou ciceroniana para a história.

Como lembra Felipe Charbel Teixeira, apesar da importância da prática dos primeiros historiadores gregos – Heródoto e Tucídides – é apenas com os romanos que se encontra os princípios de uma reflexão acerca da composição literária da história, isso porque “os gregos jamais chegaram a definir a história como um gênero retórico-poético”.¹⁴¹ O que isso significa é que os historiadores latinos estão preocupados em alcançar a fidedignidade e a credibilidade de suas histórias a partir do trabalho com o texto, e não com base em seu papel como testemunha. Segundo Teixeira, para os primeiros, era necessário apenas que o historiador não quisesse “ludibriar seus ouvintes/leitores” para que o “relato proveniente de testemunho ocular” assegurasse a verdade da exposição, no sentido de “desvelamento do que poderia ter-se ocultado rapidamente com a ação destrutiva do tempo”;¹⁴² com base em Luiz Costa Lima, o mesmo autor afirma que para a reflexão romana e latina em geral, a questão caminha tendo em vista a “determinação aporética da escrita da história”, ou seja, a compreensão desta como *inscrição da verdade*.¹⁴³ A credibilidade é uma função do texto

¹⁴⁰ Argumento que percorre todo seu livro e, em especial, o segundo capítulo, cf. PHILLIPS, “Tensions and Accommodations: Varieties of Structure in Eighteenth-Century Narrative”, in *Society and Sentiment*, op. cit., pp. 81-102, também publicado independentemente como Mark Salber PHILLIPS, “Adam Smith and the History of Private Life”, in KELLEY; SACKS, *The Historical Imagination in Early Modern Britain*, op. cit., pp. 318-342.

¹⁴¹ TEIXEIRA, *Timoneiros*, op. cit., p. 159. Uma visão diferente é dada por Gabriella Albanese, segundo a qual “A historiografia grega é, assim, portadora da vertente mais consciente da reflexão sobre a história e a matriz retórica da escrita histórica moderna”, ALBANESE, “A redescoberta dos historiadores antigos”, op. cit., p. 285. A diferença se explica pelo fato da historiadora italiana tomar como exemplo Políbio e Luciano, e não Heródoto e Tucídides, como faz Felipe Charbel Teixeira. Segundo o autor, Políbio teria sido, antes dos demais historiadores gregos, o primeiro “a ter tido grande impacto no Humanismo”, *ibidem*.

É curioso apontar que o mundo cultural dos Esquecidos fornecia uma imagem do ambiente intelectual antigo bastante diversa da esposada atualmente, já que – creio – pela mediação latina, a Antiguidade é quase sempre associada ao período helenístico, e não à Grécia clássica. Esse poderia ser um interessante tópico de estudo a respeito da história da transmissão da Antiguidade clássica e pós-clássica da Idade Moderna até nossos dias.

¹⁴² TEIXEIRA, *Timoneiros*, op. cit., p. 162. Caso se considere a centralidade das referências latinas na educação da época, torna-se compreensível que Robert Black afirme ser a ênfase no testemunho ocular um aspecto que os historiadores da *primeira modernidade* derivam da hagiografia medieval, e não das histórias clássicas, BLACK, “The new laws of history”, op. cit., p. 152.

¹⁴³ TEIXEIRA, *Timoneiros*, op. cit., p. 164.

histórico e da construção da autoridade do narrador enquanto apto a descrever, datar, narrar, compreender e derivar as devidas lições morais dos eventos – este aspecto determina que, embora os modernos procedam ao exame e à comparação entre os diversos tipos de fontes históricas, as dificuldades da pesquisa têm de ser traduzidos em soluções narrativas.

Na Idade Moderna, o reconhecimento do papel escriturário da história desenvolve-se em uma situação em tudo complexa. Um dos exemplos é a reflexão histórica quinhentista, que encontrou um de seus principais *loci* no gênero da *ars historica*, um conjunto de tratados que tinha por objetivo estabelecer as regras pelas quais as histórias podiam ser escritas e lidas. As *artes historicae* eram uma reação ao incremento no fluxo de informações ocasionado pela invenção da imprensa, pela eclosão dos conflitos religiosos e pela descoberta do Novo Mundo e, através da criação de regras seguras para o entendimento do mundo histórico, suas versões mais ambiciosas pretendiam auxiliar no ordenamento de uma realidade em constante aceleração.¹⁴⁴ Os Esquecidos conheciam, ainda que indiretamente,¹⁴⁵ os principais autores do gênero – e, dessa forma, tinham ciência de sua principal dificuldade: equacionar o conhecimento histórico por meio de procedimentos de crítica semelhantes àqueles dos antiquários e dos eruditos, derivados principalmente da prática legal, e a busca por lições morais capazes de guiar seu leitor também no presente.¹⁴⁶ De um lado, a utilidade podia minar a pretensão de verdade que constituía o historiador (a tensão sempre existente entre história e eloquência), de outro lado, a busca pelo entendimento do passado podia tornar o saber histórico, ao cabo, irrelevante. Os historiadores têm de equilibrar as duas pretensões em seus discursos e apresentar-se como aptos a trabalharem em ambas as direções, até porque em um ambiente cada vez mais competitivo, qualquer pequena falha podia tornar o restante de seu trabalho inválido.¹⁴⁷

¹⁴⁴ GRAFTON, *What was history?*, op. cit., pp. 21-27. Para uma revisão bibliográfica a respeito do gênero, ver o já citado trabalho de MORAES, *A crítica historiográfica*, op. cit., e Fernando NICOLAZZI, “Como se deve ler a história: Jean Bodin e a *ars histórica* do século XVI”, in Fernando NICOLAZZI, Helena Miranda MOLLO, Valdeci Lopes de ARAUJO, *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 213-217.

¹⁴⁵ Em passagem que já conhecemos parcialmente, Caetano de Brito e Figueiredo afirma: “Não confundiremos com termos Escolásticos o estilo Acadêmico; porque suposto escrevemos Dissertações estas se animam com o caráter da História, donde só com o expressivo da narração, e não com o rigor da disputa deve declarar-se o duvidoso, e concluir-se o verdadeiro, ou o verossímil”, ao que se segue uma impressionante listagem dos maiores teóricos da *ars historica* e do pensamento histórico dos dois séculos anteriores, “segundo o que escreveu Dionísio Lambino nos **Livros**, em que tratou das qualidades de um bom Historiador, e diferença, que há entre estes e os Filósofos. Conforme as doutrinas dos Gregos Luciano, e Dion de Halicarnasso. Dos Latinos Jovian Pontano, João Antônio Viperano, Francisco Roboredo, Patrício, Humberto Balduino dezesseis, Bernarti, Chitrio Bodino, Vóssio, Glassero, Heincio, Tyeleman, Gilbert Genebrard Beuteur, Bévio, Reinécio, Mácio, Kekerman, Pretório, Pastoral de Hirtemberg, La Mote Levayer, João Sillon, que todos trataram do Método, com que deve compor-se a história, e todos relata Batista de Rezoles na **Introdução à História** tomo I”, BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., II, p. 159. A listagem é um resumo do pequeno tratado “Des Auteurs qui ont traité de la maniere d’écrire l’Histoire” anexo ao prólogo de Jean-Baptiste de ROCOLES, *Introduction generale a l’Histoire*. Paris: Denis Becket, 1684, historiógrafo do reino francês.

¹⁴⁶ Segundo Anthony Grafton, a crescente perda de conexão com os problemas da época seria um dos fatores responsáveis pela morte do gênero, cf. GRAFTON, *What was history*, op. cit., p. 228.

¹⁴⁷ BLACK, “The new laws of history”, op. cit., p. 144.

Dois caminhos precisam, então, se cruzar na justificativa buscada pelo historiador para sua obra. O primeiro é aquele de Cícero, ainda no livro II do *De Oratore*, em que logo depois à definição da história como *magistra uitae*, considera ser a história a matéria apropriada ao orador prudente. Segundo Teixeira, isso seria “condição para que a *memoria rerum gestarum* possa revelar alguma utilidade pública”.¹⁴⁸ Em Portugal, este princípio parece ganhar especial destaque dada a relevância da discrição para o processo de interlocução.¹⁴⁹ A verdade, a utilidade e a discrição configuram um pacto de leitura entre o autor e seu público.

Francisco Manuel, autor das *Epanaforas de varia historia Portugueza* – bastante citadas pelos Esquecidos –,¹⁵⁰ afirma que é a “Cortesia, a Gramatica das pessoas illustres”,¹⁵¹ de modo que

Mais vezes os homens incitados da ambição, q da miseria, se aventuraõ a navegar os remotos mares, buscando seus interesses por mãos do perigo. Porém outros não desprezando, mas proporcionando o trabalho, sem sahirem de seu proprio campo cultivaõ cõ louvavel moderação a terra em que nasce- raõ.

Posso sem vaidade dizer, que da mesma sorte me succedeo nesta obra; porque já que os referidos affectos me inclinaõ ao officio historico, escusandome agora de observar os movimentos dos estranhos [visto que nelles periga de ordinario a verdade do Autor por ignorancia, ou incerteza] procuro escrever sem artificio a Relação de aquelles successos que ha poucos annos passâraõ na Cidade de Evora (...) Cousa por certo assâz rigurosa, & que só pode soportar aquelle que fizer da cõciencia, pena, & da verdade, tinta.¹⁵²

Na passagem, Francisco Manuel estabelece simultaneamente seu lugar de enunciação – a inclinação aos ofícios históricos –, sua relação com seu auditório – assim como estes, ele também não precisou se aventurar por outros domínios, sejam eles simbólicos – e o caráter de sua narrativa, escrita com consciência e verdade. A mesma correlação de elementos se encontra, como lembra Taíse Tatiana Quadros da Silva, na pena de Manuel Severim de Faria, e, pode-se dizer, é essa mesma matriz ciceroniana que determina a recepção portuguesa de Luciano. Segundo a tradução do frei Jacyntho de São Miguel, “aquele que escreve boa História, há-de ter estes dois Corifeus muito consigo, prudência política, e eficácia expositiva”,

A prudência é um dom da natureza, não é coisa ensinada; porém a eficácia seja gerada com muito exercício, contínuo trabalho, e imitação dos antigos. Estas coisas contudo são sem arte, nem necessitam do meu conselho. Porque este meu livro não promete fazer prudentes, e agudos, os que não forem tais por natureza.¹⁵³

E, numa versão que os Esquecidos possivelmente leram,

¹⁴⁸ TEIXEIRA, *Timoneiros*, op. cit., p. 166.

¹⁴⁹ Taíse Tatiana Quadros da SILVA, *Maquinações da razão discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, tese de doutoramento, p. 67.

¹⁵⁰ MACHADO, “Dissertações”, op. cit., f. 8v; BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., pp. 186; 185; FRANCA, “Dissertações”, op. cit., p. 232; GAMA, “Dissertações”, op. cit., 16.

¹⁵¹ Francisco MANVEL, *Epanaforas de Varia Historia Portugueza*. Lisboa: Antonio Craesbeek, 1676, p. 2. Trata-se da introdução à “Epanáfora política”, que conta o episódio da revolta em Évora no ano de 1637.

¹⁵² *Idem*, pp. 4-5.

¹⁵³ LUCIANO, *Arte historica*, op. cit., pp. 221-222.

LUCIANO, que nos fornece as mais belas luzes sobre o assunto, reduz a perfeição de uma História a duas coisas, à prudência política e à maneira de se explicar, que ele quer sejam naturais e que se baseiem nestas três qualidades que tomam lugar neste Capítulo,¹⁵⁴

quais sejam, a verdade, a enunciação e o julgamento. Edificação do texto e construção do historiador andam lado a lado segundo essa perspectiva. Ela também responde pela frequente aproximação, entre os acadêmicos Esquecidos, da figura do acadêmico que conduz a dissertação com o orador letrado visto no capítulo primeiro. Todavia a intenção do autor não garante todo o sucesso de sua história.

O que acontece, porém, se, como no prólogo à *Historia de Portugal Restaurado*, de D. Luiz de Menezes, surge a oportunidade para que se reclame do fato de que “Que importa, q a verdade da historia & pureza do estilo a formem como o Sol perfeyta, se os Leytores pretendem avaliála como querem, & não como merece?”¹⁵⁵ A passagem indica que a história tem meios próprios de avaliação de suas obras, meios que ultrapassam o papel reservado ao leitor na preceituação retórica.

O segundo caminho a ser entrecruzado, portanto, é a consideração do que é o específico do trabalho do historiador. No aparato introdutório a suas dissertações sobre a história militar do Brasil, Inácio Barbosa Machado anuncia que viera “a falar como Historiador, rompendo aquele silêncio em que me tinha posto no Brasil a larga cessão de estudos Históricos, e Letras humanas”,¹⁵⁶ o que isso significa é que no decurso de seus escritos ele tanto terá necessidade de colher de alguns autores “os acertos da Geografia” e combiná-los com a “majestade da narração” fornecidas por outros, junto a isso, somará

destes a liberdade em julgar, e dos outros a pureza das frases e elegância do estilo, e de todas as mais partes de que se possa formar o Corpo da minha História, deixando com varonil desprezo, sem atenção aos lugares que achar indignos por menos verdadeiros (...).¹⁵⁷

A passagem demonstra que a historiografia que não aquela erudita não está *limitada* pela retórica assim como possui um campo de atuação mais amplo que a mera criação do discurso, pois o corpo da história – como diz o acadêmico *laborioso* – inclui a averiguação das informações, a busca pela matéria a ser tratada, o julgamento dos fatos além, é claro, da procura pelo melhor estilo e pela elegância necessárias à história.

Ainda assim, percebe-se que o acadêmico *laborioso* se vale de uma conceituação do trabalho histórico que deixa pouco espaço para o reconhecimento das dificuldades próprias à dissertação. Outros acadêmicos também fazem isso, como Gonçalo Soares da Franca, que descreve da seguinte maneira as matérias que seu auditório encontrará em suas disputas:

¹⁵⁴ “LUCIAN, qui nous fournit les plus belles lumieres sur ce sujet, reduit la perfection d’une Historien à deux choses, à la prudence politique, & à la façon de s’explique, qu’il veut luy estre naturelles, & qui se rapportent à ces trois qualitez, qui donnet lieu à ce Chapitre”, ROCOLES, *Introduction*, op. cit., pp. 10-11.

¹⁵⁵ Luiz de MENEZES, Conde da Ericeira, “Prologo”, in *Historia de Portugal Restaurado*. Lisboa: Na Officina de Joaõ Galraõ, 1671, tomo I, p. I.

¹⁵⁶ MACHADO, “As dissertações”, op. cit., Aparato, f. 4v.

¹⁵⁷ *Idem*, f. 14.

(...) no teatro da minha história se representaram milagres grandes, Letras insignes, virtudes excelentes, vitórias trágicas, e tragédias vitoriosas, alcançadas todas pelos soldados de Cristo, que igualmente derramavam o próprio sangue, dando a vida pela fé (...). Ver-se-ão transmigrarem-se para sacrossantas aras, em magníficos e suntuosos Templos, os que eram profanos Tegúrios do Ateísmo, trocando-se finalmente a sanguinolenta e torpe vítima da humana natureza no incruento sacrifício do mais celeste cordeiro, verificando-se aqui, mais que em outra alguma parte, a execução da divina promessa ao nosso primeior Rei, e primeiro fundador do Império Lusitano (...). *Finalmente ver-se-ão resoluções verossímeis de questões curiosas* na propagação da fé na América, e na divisão das gentes (...).¹⁵⁸

Se a história literária não está restrita à retórica, sabe-se já que as dissertações escapam um pouco à história; mesmo assim, na listagem feita pelo acadêmico *obsequioso*, a resolução de controvérsias é apenas o último elemento a ser lembrado entre aqueles que seu auditório ouvirá. Na hora de justificarem suas empreitadas, os acadêmicos Esquecidos preferem deixar invisíveis problemas específicos às dissertações, problemas que indicam a dificuldade de adequação entre suas concepções de história e o entendimento do que devem fazer nas dissertações. Como se pergunta Caetano de Brito e Figueiredo, as dissertações históricas têm de ser resolvidas com as armas da disputa ou com os instrumentos da narração? Como utilizar ambos?

...decorosamente referidas...

O desvelamento da dimensão escriturária do conhecimento histórico pela reflexão latina significa que se alça a primeiro plano a tensão constitutiva de qualquer discurso, ainda mais daquele que trata do que já foi: a potencial contradição entre os feitos (*res*) e as palavras (*uerba*). O reconhecimento desta dificuldade indica que, na reflexão que ora nos interessa, a elocução¹⁵⁹ alcança extrema importância para o discurso histórico, pois ela é que se tornará encarregada de confeccionar uma composição onde a distância entre texto e realidade seja, ainda que ilusoriamente, elidida ou suprimida. Como mensageira da antiguidade, a história trata de assuntos altos e sua voz deve ser adequada a eles;¹⁶⁰ decorre daí a importância dos ornamentos, que não são nunca mero artifício literário, mas sim o meio pelo qual se pode materializar a unidade enunciativa proposta pela história, aquela entre “*ars dicendi e rerum cognitione*”, de modo que “articuladas, torna-se difícil assinalar se é a *res* que dá brilho à *oratione* ou se é a *uerba* a iluminar seus pensamentos”.¹⁶¹ Uma verdadeira narração histórica é aquela que consegue tornar natural o que é conseguido pelo artifício da linguagem: mostrar

¹⁵⁸ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., Antilóquio, pp. 228-229; *grifo meu*.

¹⁵⁹ Entendo por elocução a parcela da retórica dedicada à adequação do estilo e à realização do discurso, tal como teorizado no livro II da *Retórica* de Aristóteles. No âmbito da teorização retórica moderna e da reflexão historiográfica, pode-se apropriar, com Eduardo Sinkevisque, que a elocução indica “o quê empregar ao escrever e em que circunstância, pois, para o Estagirita, não basta possuir a matéria do discurso, mas urge necessariamente exprimir-se na forma *conveniente*, o que é de suma importância para dar ao discurso uma aparência satisfatória”, muito embora se possa ter dúvidas quanto à posterior redução da elocução apenas à aparência do discurso, SINKEVISQUE, *Retórica e política*, op. cit., p. 129. É importante destacar que a elocução (*lexis*) pertence tanto à retórica quanto à poética, *idem*.

¹⁶⁰ Cf. CÍCERO, *De Oratore*, livro II, 52-54 in SCATOLIN, op. cit., p. 204.

¹⁶¹ TEIXEIRA, *Timoneiros*, op. cit., p. 167.

visivelmente ao público os acontecimentos da história.

Antes de passarmos à conclusão lógica desta conceituação, é interessante compreender que a adequação entre *res* e *uerba* dotava o decoro de papel preponderante na escritura histórica. Segundo Anthony Grafton, o decoro era “uma encruzilhada técnica e conceitual”, no sentido de ser o ponto “onde os protocolos da retórica, que ensinavam como elaborar os discursos apropriados a uma situação particular” encontravam a filosofia moral e a prudência política, ou seja, era através do decoro que o caráter particular dos acontecimentos poderia ser transformado em matéria de ensinamentos universais.¹⁶² Ocorria com o decoro da narrativa histórica algo semelhante à discricção, estudada no primeiro capítulo, pois ele também codificava as expectativas daqueles envolvidos no processo de comunicação.

Todavia as dissertações dos Esquecidos não podiam seguir integralmente estes preceitos, uma vez que, enquanto disputas, elas estabelecem uma relação intrínseca com a retórica judiciária – relação até mais forte que com o gênero demonstrativo ao qual normalmente era assinalada a história. O decoro possível às dissertações só é possível de ser encontrado com o reconhecimento de uma profunda perturbação na comunicação entre o cego e o coxo, isto é, de uma dificuldade em adequar fatos e palavras.

Segundo a *Rhetorica ad Herennium*, a *narratio* é a parte da exposição forense na qual é apresentada a matéria a ser julgada¹⁶³ e, dado que as matérias das quais tratam os Esquecidos são, em geral, históricas, não é difícil encontrar esta parte do discurso dissertativo sendo ocupada pela narração histórica. Luís de Siqueira da Gama, por exemplo, introduz a querela de sua sexta dissertação apresentando uma narrativa dos primeiros anos da União Ibérica:

Depois, que a glória dos Monarcas Lusitanos fêz em África aquela lastimosa pausa, que originou a perda do Senhor Rei Dom Sebastião; pondera Dom Francisco Manuel, que logo [vailara] a república entre a justiça, e a violência; até que declarada fortuna, preterira como cega a razão, e pondo-se da parte do maior poder, viera o Império de Luso às mãos de El-Rei Dom Felipe segundo de Castela, e primeiro deste nome em Portugal. (...) Que calamidades, que infortúnios, que perdas, que naufrágios, que decadências, que diminuição não sentiram, não choraram, não padeceram, as praças, as repúblicas, os vassalos, e os domínios de Lusitânia? (...) Em tanto descuido, em tanta frouxidão da parte de Castela, e da nossa parte uma extraordinária dissidia uma pouca ventura; acho porém escrito nos anais da fama, um acontecimento, uma memória digna realmente de perpetuar a lembrança no tempo da eternidade; e para que se immortalize na veneração do mundo, da sorte que podemos, lhe construímos altar no breve campo deste papel repetindo o sucesso, como assunto adequado para a presente dissertação.¹⁶⁴

As primeiras passagens desta dissertação do acadêmico *ocupado* demonstram a obediência a *narratio* como uma parte do discurso dissertativo, introduzindo a questão a ser debatida

¹⁶² GRAFTON, *What was history?*, op. cit., p. 37.

¹⁶³ “A narração ou relato dos acontecimentos descreve os eventos que aconteceram ou poderiam ter acontecido”, ou seja, a causa que está sendo julgada ou não ou, até mesmo, se o evento a partir do qual se julga uma pessoa existiu ou não, *Rhetorica ad Herennium*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1964, livro I, 3, 4, p. 9. A *narratio* é importante no decurso do desenvolvimento da causa porque, conforme ela for feita, pode angariar tanto a simpatia para a visão defendida quanto o descrédito para a perspectiva que se procura combater, *idem*, livro I, 8, 11-13, p. 23.

¹⁶⁴ GAMA, “Dissertações”, op. cit., VI, p. 66.

e julgada – se é melhor conceder a mercê apenas após a realização do feito ou se é mais decoroso e prudente antecipar o título na esperança de melhores sucessos? – mas também indicam como, em se tratando de história, mesmo as dissertações têm de imortalizar, repetir os feitos e encontrá-los adequados à dignidade histórica.¹⁶⁵

A amplificação é, na verdade, o argumento do discurso demonstrativo, pois torna possível – por meio de suas variantes positiva ou negativa – realizar o elogio ou o vitupério do assunto ou da personagem tratada.¹⁶⁶ Algumas dissertações dos Esquecidos possuem temas que são definidos nessa chave, como a dissertação nona de Luís de Siqueira da Gama, na qual o acadêmico disputa se fora lícito o estrategema utilizado por Dom Duarte da Costa para derrotar os indígenas brasileiros.¹⁶⁷ Todavia a amplificação só pode ser um entre os muitos tipos de argumentos das dissertações – e antes de vermos como isso se realiza na crítica, é preciso compreender como este aspecto transparece no texto dissertativo.

Para o acadêmico *obsequioso*, Gonçalo Soares da Franca, se suas dissertações abordarão uma ampla gama de assuntos, parece-lhe natural que sejam escritas com uma grande diversidade de estilos. Dessa forma, ele afirma que “Nas matérias controversas primeiro proporei as opiniões contrárias, ou as razões opostas, e depois estabelecerei as próprias conclusões”, de modo que “nos sucessos líquidos só se ouvirá a narração” e “o estilo variará ao compasso dos assuntos; o narratório para referir, o oratório para falar, o altíloquo para descrever”.

O primeiro será chão, e cheio, com palavras mais significativas, que pomposas, porque sempre tive por inúteis as que superabundam a expressão do conceito; o segundo mais ativo, ou com expressões mais vivas, como para persuadir; o último mais levantado, ou com visos de poético (dentro porém da sua esfera) como quem pinta, porque se a pintura é como a poesia = **ut pictura poesis erit** = pelo que retrata, porque não será a perspectiva histórica como a poética, pelo que expressa?¹⁶⁸

¹⁶⁵ Isso acontece mesmo com tema tão diverso quanto os insetos voláteis do Brasil: “Não ignoro que os mencionados, e semelhantes objetos se admiraram sempre como portentos, e maravilhas da arte, e da Natureza; porque no caso de oferecer-se à vida a disforme vivente Máquina de um monóculo desmedido Gigante, móvel animado Colosso, que tocando no Olimpo com o dedo, pisa valente os átrios do mesmo Abismo, diferente assombro; diferente horror, e diferente pasmo causara do que a cubital imagem de um ridículo Pigmeu, o pequeno corpúsculo de uma indivisível formiga, e outros moles, e viventes átomos, mais travessuras, e desperdícios, que premeditados produtos da Natureza.

Mas esta econômica, e distributivamente generosa tento repartiu a uns, como a outros, com igual equilíbrio, tanto se empenhou na produção das Águias, como das Borboletas (...)”, BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., VIII, p. 216.

¹⁶⁶ SINKEVISQUE, *Retórica e política*, op. cit., pp. 108-109; TEIXEIRA, *Timoneiros*, op. cit., 172-173.

¹⁶⁷ GAMA, “Dissertações”, op. cit., IX, pp. 97-108.

¹⁶⁸ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., Antilóquio, p. 229. É interessante a aproximação entre história, poesia e pintura. Um dos referenciais pode ser a teorização de *historia*, em Alberti, que indica os caracteres que dão vivacidade ao quadro, cf. GRAFTON, “A Humanist Crosses Boundaries: Alberti on ‘Historia’ and ‘Istoria’”, in *Worlds made by Words*, op. cit., pp. 35-55. A aproximação entre os termos também podia indicar, na época, a compreensão da história como um quadro sinóptico que torna visíveis os menores detalhes e as motivações mais profundas. Para um estudo dessas aproximações, com a cunhagem da expressão *ut pictura historia*, ver Eduardo SINKEVISQUE, *Doutrina seiscentista da arte histórica: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2005, tese de doutoramento.

Como afirma Fernando Nicolazzi, as dissertações fazem distinção entre os sucessos “líquidos”, isto é, já disputados, e os acontecimentos que necessitam ainda de averiguação, aos quais é necessário outro estilo¹⁶⁹ – o oratório. Soma-se a isso a necessidade de descrever o palco no qual acontecem as ações e tem-se as dissertações como um gênero não tanto *misto* quanto *compósito*. Com exceção do oratório, todos os estilos encontram equivalentes na prática historiográfica da época – porém como nas dissertações, assim como nas *memórias*, é preciso a todo momento interromper a lição, as diferenças entre os três afloram.

Os Esquecidos se valem do estilo narratório para os acontecimentos que enquadram suas disputas ou para apresentar as questões a serem debatidas. Existem, porém, dissertações que mais se assemelham a epítomes históricas e tudo indica que, ao escreverem-nas, os acadêmicos estão no seu ponto mais próximo ao papel tradicionalmente representado pelos historiadores. Segundo Inácio Barbosa Machado,

Com uma tormenta guiou Deus as embarcações dos Portugueses à nova Lusitânia para manifestar que nem a diligência, nem o estudo, e menos o valor, nos dava Estados tão preciosos, mas só a proteção do seu braço Onipotente nos introduzia na posse de tão dilatado Império de cujo descobrimento como base desta primeira Dissertação farei breve História e controverterei suas maiores dificuldades escolhendo dos Autores mais celebrados o que eles disseram com discipção, e juízo, e creio não será menos dificultosa a escolha por ser entre escritores graves, e de assunto largamente Historiado.¹⁷⁰

A passagem demonstra que a controvérsia redundante, no caso, numa relação circunstanciada, isto é, *historiada*.¹⁷¹ Uma relação deste tipo é, provavelmente, o que Caetano de Brito e Figueiredo tem em mente ao advogar que as dissertações têm de ser resolvidas por meio da narração e não pela disputa. É interessante, contudo, que será justamente a narrativa do descobrimento do Brasil que causará controvérsia em determinado momento das dissertações; por ora, entretanto, fiquemos apenas com um exemplo do mesmo acadêmico *laborioso* que citamos acima:

(...) tendo vencido um mês de viagem se turbaram os ares com grossas nuvens soprando os ventos com desusada violência, e bramindo os mares com espantosa fúria, e perdida a luz do dia que se converteu em tenebrosa noite começou toda a armada a padecer horrível tempestade em que nos ameaçara Lastimoso naufrágio, Tão violenta desordem dos Elementos, e tão continuada força do temporal não podiam evitar, nem o valor, nem a diligência dos nossos argonautas, porque tudo se baldava com a desordem do tempo, e quebrantados os corpos se comunicou a desconfiança aos mesmos ânimos dos que governavam, e por salvar as vidas, ou dilatar a morte correram à vontade das ondas, e descrição dos ventos. Assim com espanto, e susto dos Pilotos de toda a armada descaíram tanto ao leste de Equinocial para Sul que ignorando o mesmo que viam se acharam entre dez e dezesseis graus e meio, descobrindo as douradas prais deste Brasil, ou nova Lusitância 450 léguas, ou 540, como dizem outros ao Ocidente da Costa da África.¹⁷²

¹⁶⁹ NICOLAZZI, “Entre letras & armas”, op. cit., pp. 44-45.

¹⁷⁰ MACHADO, “Dissertações”, op. cit., I, ff. 20v-21.

¹⁷¹ O dicionário de Rafael Bluteau apresenta duas acepções para o verbete *historiar*. A primeira ressalta o nexo com a descrição viva (*enargeia*) que veremos depois – “HISTORIAR alguma cousa. Escrevella a modo de historia. Representalla, como se se tivera visto” –, a segunda, indica o próprio ato de escrever uma história: “Historiar. Escrever huma historia.”, BLUTEAU, *Vocabulario*, op. cit., vol. 4, p. 41. Embora seja difícil discernir completamente entre os diferentes estilos, pois eles acabam se sobrepondo – o que levaria às duas concepções diferentes de *historiar* –, creio que, nesta passagem, o acadêmico *laborioso* indica mais a segunda acepção do que a primeira.

¹⁷² MACHADO, “Dissertações”, op. cit., I, ff. 23-23v.

A elocução altíloqua, por sua vez, é utilizada nas descrições. Recomendava-se ao historiador que as fizesse para não causar fastio ao leitor com a enumeração de acontecimentos, porém elas tinham a vantagem adicional de tornar visíveis as matérias que eram tratadas.¹⁷³ A descrição aproximava a história da pintura, todavia entre os Esquecidos o ofício do verbo e o do desenho nem sempre pareciam tão companheiros:

Entro a descrever um novo Mundo, empresa a todas as Luzes excessivamente temerária; porque é demasiado arrojado querer reduzir o dilatado âmbito de tantas mil Léguas aos breves períodos de epilogado discurso. Reconheço que as palavras, e os caracteres, a pena, e a língua são os índices, e intérpretes do entendimento, que representam, e dão a conhecer as imagens, que nele se concebem, e na fantasia se formam. Porém há muitas, que por materiais, e corporais com os rasgos do buril, e com os debuxos do pincel mais facilmente se percebem.¹⁷⁴

A passagem é interessante porque a aproximação entre o discurso e a pintura corrobora o entendimento de que a narrativa histórica vale-se da apresentação vívida das matérias tratadas, o que os gregos chamavam de *enargeia* e, os latinos, de *evidentia*, para causar o efeito de seu discurso – o convencimento e a persuasão. A *evidentia*, nesse sentido, constituir-se-ia como a *prova* do discurso histórico pelo efeito de fidedignidade que ela é capaz de causar no leitor ou no ouvinte.¹⁷⁵ Em outras palavras, a descrição viva dos acontecimentos conseguia elidir a distância entre fato e palavra que era o objetivo da narração histórica. Pode-se duvidar, entretanto, se os Esquecidos efetivamente alcançavam essa espécie de fidedignidade ou se tinham de recorrer a outros processos de prova.

Assim como os membros da Academia Real, os Esquecidos também reconheciam pecar em matéria de estilo histórico. Caetano de Brito e Figueiredo, por exemplo, diz ser capaz apenas de se valer de “uma dicção rasteira, de um estilo tosco, de um método inculto”,¹⁷⁶ enquanto Inácio Barbosa Machado pede ao seu auditório “desculpas dos meus defeitos e suavizai as faltas dos meus escritos, vendo o que diz o Mestre da Eloquência Romana que a História

Quoquunque modo scripta deletat¹⁷⁷

Serão pois agradáveis os meus discursos, porque de História, que sempre se faz digna, pelo assunto quando o não consegue pela excelência própria, da escritura; que se todas se compuseram com a prática de seus preceitos, não daríamos cultos aos nossos Barros, Osórios, Andrades, Sousas e Meneses, que êmulos dos antigos seus não excederam, foi porque hoje o tempo e não as excelências os distingue, tão parecidos ficaram pela *energia* dos seus escritos.¹⁷⁸

¹⁷³ Robert BLACK, “Benedeto Accolti and the Beginnings of Humanist Historiography”, in *The English Historical Review*, vol. 96, no° 378, Jan., 1981, p. 43.

¹⁷⁴ BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., I, p. 147.

¹⁷⁵ Para a aplicação deste princípio ao contexto historiográfico lusitano numa elaborada narrativa sobre a evidência histórica, ver SILVA, *Maquinações da razão discreta*, op. cit., pp. 69-74. Em certo sentido, a narrativa que descreverei ao cabo deste capítulo e ao longo do próximo adequa-se ao trabalho da autora, certamente referência para os estudos futuros.

¹⁷⁶ BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., Aparato, p. 146.

¹⁷⁷ “A história, de qualquer maneira que for escrita, deleita”, passagem de PLINY, THE YOUNGER, *Complete Letters*. Oxford: Oxford University Press, livro V, epístola 8, p. 120, tradução minha a partir da edição organizada por P.G. Walsh.

¹⁷⁸ MACHADO, “Dissertações”, op. cit., Aparato, ff. 8-8v; *grifo meu*.

As passagens podem ser interpretadas apenas como expressão de modéstia afetada, porém Machado também indica a dificuldade de se alcançar a vivacidade (energia) e o estilo apropriado à história.

Gostaria de pensar se, no caso das dissertações históricas, não é justamente a descrição vívida como princípio da *evidentia* e da prova fornecida por aquele tipo de discurso que está, senão em xeque, pelo menos enfrentando sérias dificuldades. Os problemas de estilo dos acadêmicos Esquecidos decorrem do fato de que eles não podem se restringir apenas à narração ou à descrição, mas também tem de argumentar, disputar, em suma, valer-se do estilo oratório. Na verdade, o que isso indica é que as dissertações são chamadas à existência justamente quando a unidade entre fatos e palavras encontra-se ameaçada, quando o surgimento de uma disputa aponta a dificuldade de encontrar um consenso com relação à valoração ou à efetividade do conhecimento que o texto histórico, mesmo quando se aproxima da retórica, tem de apresentar; resta, agora, apenas uma parada ao itinerário previsto para esta seção antes de se desdobrar os problemas metodológicos advindos dessa deficiência discursiva das dissertações históricas da Academia dos Esquecidos.

...segundo a série dos tempos em que sucederam

Do percurso desta seção, tornou-se possível compreender que as *leis da história* requeriam um historiador que não apenas estivesse disposto a contar a verdade mas que também não fosse parcial. Além disso, era preciso se engajar numa série de atividades que garantissem a veracidade ou, ao menos, a adequação do que dizia – tradicionalmente, a geografia e a cronologia, porém também a capacidade de bem julgar. O resultado era uma narrativa ornada, em estilo elevado e na qual os fatos da histórica resplandessem como se vistos diretamente pelo auditório ou pelo leitor. As dissertações não tinham como atender, em toda sua extensão, a este último requisito, pois elas tinham de incluir o estilo oratório de modo a remendar, se possível, a *representação historiadora*.¹⁷⁹ Essa coincidência da oratória e da história no texto dissertativo também fornece o indício de uma última investigação que faremos em direção aos limites metodológicos da valiosa concepção retórica de história.

Para além da *narratio*, como parte do discurso forense, a retórica clássica também previa três tipos de narração de acordo com seu relacionamento com a verdade. A primeira era

¹⁷⁹ Creio que a expressão cunhada por Paul Ricoeur permite compreender exatamente o argumento que vem sendo desenvolvido neste capítulo, qual seja, a existência de um contínuo entre os requisitos da composição do texto histórico e os procedimentos metodológicos dos quais se vale o historiador (os quais, apesar de tudo, serão mais bem trabalhados no próximo capítulo, já que os Esquecidos se valem da crítica). De qualquer modo, este contínuo indica que há uma dimensão teórico-metodológica muito significativa àquele tipo de historiografia que, pejorativamente, se qualifica como retórica; compreender o texto apenas como recurso literário, como afirmamos na introdução, significaria concordar com a existência, no processo de constituição do texto e do saber históricos, de um “movimento de reviravolta pelo qual ao anseio de rigor epistemológico substituir-se-ia um desvio estetizante”, RICOEUR, *A história, a memória, o esquecimento*, op. cit., p. 247. Ora, não é contra ao esvaziamento do texto ao estilo que a reflexão do filósofo francês se coloca?

a *historia*, verdadeira; em seguida, o *argumentum*, verossímil; por último, a *fabula*, falsa. A divisão fora criada por Teofrasto no século IV a.C. e associava a cada espécie desta narrativa a um gênero poético, respectivamente, à tragédia, à comédia e à épica. Entre os latinos, a divisão tripartite das espécies narrativas é apropriada, por sua vez, pelo Cícero do *De inventione* e pelo pseudo-Cícero da *Rhetorica ad Herennium*.¹⁸⁰ No primeiro tratado, o orador romano identificara a *historia* ao gênero histórico, o que significava contrapor a história às demais formas discursivas por sua relação privilegiada com a verdade.¹⁸¹ O movimento que vai de Teofrasto a Cícero demonstra uma significativa apropriação da *Poética* de Aristóteles no que diz respeito aos aspectos que constituem a poesia e à diferença desta com relação à história, pois reduz o *mythos*, traduzido em latim por *fabula*, ao campo do falso.¹⁸² O que tem a dizer, porém, a respeito da dissertação?

A divisão das espécies narrativas acaba por olvidar a espécie oratória de realização do discurso. Entre os Esquecidos, o gênero oratório acaba por se situar entre a *história* – que “escreve as coisas que sucederam realmente” – e a *poesia* – que “expõem seus argumentos não como foram verdadeiramente sucedidos, mas sim como deviam ser obrados”. A insuficiência da teorização implica no fato de a oratória ter de compartilhar os caracteres de ambos os gêneros, ou seja, ela “refere as coisas como aconteceram, mas não as relata tão estreita, e rigorosamente”, dependendo do arbítrio do orador a escolha de como se valerá dos sucessos históricos.¹⁸³ Esse aspecto cria uma dificuldade adicional no que toca à composição de dissertações que também são *históricas*.

Ao longo do capítulo, reiteramos a importância da narração para a teorização histórica da época. A narração era muito mais do que apenas referir os acontecimentos, pois ao historiador cabia individualizar os eventos, apontar como se desenvolveram, porque aconteceram e quais foram suas consequências. Surgia uma dupla dificuldade ao historiador na época, uma vez que, por um lado, ele não era bem-visto se porventura omitisse algum evento, por outro lado, a transformação do *mythos* aristotélico em *fabula* e, no limite, ficção e mentira, além da necessidade de derivar ensinamentos morais úteis a partir da narrativa histórica trazia ao historiador a obrigação de que não narrasse os eventos desordenadamente. Narrar segundo a ordem dos tempos, nesse sentido, requeria do historiador capacidade de seleção e significava a tentativa de encontrar o fio que conduzisse a unidade temática do discurso histórico.¹⁸⁴ O modelo para isso, entre os primeiros modernos, era Políbio.

¹⁸⁰ *Rhetorica ad Herennium*, livro I, 8, 13-14, pp. 23-25.

¹⁸¹ Eric MACPHAIL, “The Plot of History from Antiquity to the Renaissance”, in *Journal of the History of Ideas*, vol. 62, n° 1, Jan. 2001, p. 4; também CHARBEL, *Timoneiros*, op. cit., pp. 170-171.

¹⁸² COSTA LIMA, “Sobre o signo da mimesis e da *factio*”, in *História. Ficção. Literatura.*, op. cit., pp. 165-259.

¹⁸³ GAMA, “Dissertações”, op. cit., I, p. 12.

¹⁸⁴ Pode-se pensar se não se trata da existência de uma unidade poética ao gênero histórico *antes* do surgimento do conceito moderno de história e de sua visão de história como processo – processo este que, por ter um sentido, por vezes tomava o lugar do historiador na faculdade de escolha dos acontecimentos considerados importantes, cf. Reinhart KOSELLECK, *historia/Historia*. Madrid: Trotta, 2005, pp. 45-59. Essa unidade derivaria, portanto, do texto histórico – o que não deixaria de trazer problemas à compreensão

Para o historiador grego, uma vez que o mundo se unificara pela intervenção romana por volta da 140ª Olimpíada,¹⁸⁵ os eventos tornaram-se parte de um todo interligado (*symploke*).¹⁸⁶ Com isso, o discurso histórico se distingue das demais formas de relatar o passado por propiciar uma visão conjunta das andanças da história e da Fortuna. O objetivo do texto histórico se transforma, portanto, em demonstrar a causalidade em ação no desenrolar da própria história. No livro II, por exemplo, Políbio distingue entre causas e motivações;¹⁸⁷ logo em seguida, adverte aos leitores de que estes não devem prestar atenção apenas ao relato dos acontecimentos, mas sim ao que os precede e ao que os sucede;¹⁸⁸ por fim, o estudo das causas redundava no melhor conhecimento para o presente e não é por acaso que a história de Políbio é *pragmática*: “O que atrai principalmente atrai e beneficia os que estudam a história é isso – o entendimento das causas e, por conseguinte, o poder de escolher o que é melhor a cada ocasião”.¹⁸⁹

Segundo Gabriella Albanese, Políbio fora lido entre os primeiros humanistas no Renascimento justamente por proporcionar a conexão entre conhecimento da política e conhecimento da história;¹⁹⁰ para J.G.A. Pocock, sua leitura permitira criar um princípio de inteligibilidade à história, pois se “um mundo no qual a justiça girava a roda da Fortuna era aterrador”, ao menos se podia argumentar que a Fortuna “era essencialmente não-criativa e só podia embaralhar infinitamente um conjunto de cartas que ela não havia criado”.¹⁹¹ No âmbito das *leis da história*, a questão evoluiu no sentido de buscar uma centralidade do discurso histórico que permita congrega todas as dispersas veredas abertas pelos acontecimentos.

Dois perspectivas se abrem, assim, a partir da leitura moderna de Políbio. A primeira

da confecção deste texto como um dos afazeres retóricos do historiador.

¹⁸⁵ “Anteriormente os rumos do mundo estavam, por assim dizer, dispersos, conforme eles não eram aproximados por nenhuma unidade de iniciativa, resultados, ou localidade, porém desde esta data a história tem sido um todo orgânico”, POLYBIUS, *The Histories*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998, livro I, capítulo 3, 4, vol. I, p. 6.

¹⁸⁶ A menção ao termo grego está em MACPHAIL, “The Plot of History”, op. cit., p. 7.

¹⁸⁷ “Pois quem poderia considerar estas como sendo as causas de guerras, palnos e preparações para as quais, no caso da guerra contra os persas, foram elaborados antes, muitos por Alexandre e, alguns, até mesmo por Filipe durante sua vida, e no caso da guerra contra Roma pelos Etólios muito antes da chegada de Antíoco? Esses são pronunciamentos de homens que são incapazes de perceber a grande e essencial distinção entre um estopim e uma causa ou uma intenção, estes sendo a primeira origem de tudo e o estopim vindo por último”, POLYBIUS, *The Histories*, op. cit., III, 6, 5-6, vol. II, p. 17; *grifos meus*.

¹⁸⁸ “(...) tanto os escritores quanto os leitores de história não devem prestar tanta atenção na narrativa mesma dos eventos quanto no que precede, acompanha e sucede cada evento. Pois se retirarmos da história a discussão acerca de porque e como cada coisa foi feita e se os resultados foram aqueles que nós podemos razoavelmente esperar, o que resulta é um ensaio sagaz [*clever essay*] mas não uma lição e, enquanto aprazível num primeiro momento, não leva, contudo, a qualquer benefício no futuro”, *idem*, III, 31, 11-13, vol. II, p. 73.

¹⁸⁹ “What chiefly attracts and chiefly benefits students of history is just this – the study of causes and the consequent power of choosing what is best in each case”, *idem*, VI, 2, 9.

¹⁹⁰ ALBANESE, “A redescoberta dos historiadores antigos”, op. cit., pp. 282-283.

¹⁹¹ “A world in which justice rode the wheel of Fortune was a frightening prospect, but a certain intelligibility was paradoxically imported by the notion of cyclical recurrence. Fortune, it could be argued, was essentially uncreative and could only shuffle endlessly a pack of cards she had not made”, J.G.A. POCKOCK, *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. New Jersey: Princeton University Press, 1975, p. 79.

diz respeito à explicação. Segundo Antonio Possevino, tratadista da história no século XVI, a explicação “significa não apenas recontar a matéria fielmente mas também dispô-la em uma determinada maneira mostrando como e porque cada coisa se deu, de modo que possamos conhecer a razão e as causas das coisas, não apenas sua ocasião e resultado”.¹⁹² A segunda deriva, na verdade, desta e diz respeito ao ritmo da narrativa. Segundo Gabriella Albanese, Lorenzo Valla e Bartolomeo Facio opuseram-se na corte napolitana, no século XV, por causa de diferentes opiniões a respeito da verossimilhança e da organização da narrativa. Para o primeiro, fiando-se no critério luciânico de que o historiador obedece apenas à verdade,¹⁹³ o retrato dos grandes empalidecia ante à verdade histórica, de modo que mesmos seus detalhes mais mesquinhos tinham de ser retratados.¹⁹⁴ Em outras palavras, a verossimilhança cedia lugar à veracidade. Para o segundo, a opinião de Valla era inaceitável, não apenas por, no caso dos reis aragoneses, se constituir em crime de lesa majestade mas também por atentar contra o decoro – a verossimilhança – dos cargos da monarquia.¹⁹⁵ Para além disso, Facio sustenta que

se deve excluir da historiografia os aspectos mais crus e quotidianos da realidade, as tensões sociais, as privações econômicas, tudo aquilo que ameaça a estrutura centrípeta da narração histórica, centrada na figura do protagonista e de sua *virtus/fortuna*. A categoria retórica da *brevitas*, que domina sua metodologia historiográfica, constitui não apenas um expediente para cortar rente os eventos ambíguos e incômodos para a reputação do rei, mas também um enfoque metodológico que admite atribuir à narração um ritmo regular, escandido em segmentos ordenados e nítidos (...).¹⁹⁶

O ritmo da narrativa era responsável por congregar todos os eventos narrados pelo historiador e permitia a ele se puxar os fios de sua narrativa conforme a melhor compreensão que pudesse oferecer ao seu leitor destes mesmos eventos, caso contrário os eventos se dispersariam. Como fazer a transição das matérias se tornava, portanto, em importante desafio ao historiador, pois a transição podia suspender a narrativa em um ponto e apresentar os acontecimentos

¹⁹² “Explanation means not only recounting the matter faithfully but also disposing it in a certain order showing how and why each thing was done so that we may know the reason and causes of things, not merely their occasion and result (...)”, Antonius Possevinus *apud* MACPHAIL, “The Plot of History”, *op. cit.*, p. 10.

¹⁹³ Como desta Jacyntho Lins Brandão, as três traduções do texto de Luciano feitas em Portugal no século XVIII têm dificuldades em aceitar o preceito de que o historiador deva ser *apolis*, isto é, “estrangeiro nos livros e sem cidade, autônomo, sem rei”, BRANDÃO, “Introdução”, in LUCIANO, *Como se deve escrever a história*, *op. cit.*, p. 26. A primeira tradução, a de Jacinto de São Miguel, atém-se ao texto, enquanto frei Manoel de Santo Antônio, “de forma mais livre, não se pode dizer que traiu seu sentido, embora o mitigue ao traduzir *apolis* (sem cidade) por ‘não domine o amor da Pátria’ – o que implica que deve ter sim este amor e não se deve deixar dominar por ele ao escrever – e *abasileutos* (sem rei) por ‘ninguém o mande’ – o que evidentemente elude a figura do imperador para o qual, de acordo com o que afirma Luciano antes, os que o bajulam escrevem então as histórias das guerras dos romanos contra os partos”, *idem*, p. 27. Ainda assim, a tradução mais marcada é a de finais do século XVIII, feita durante o consulado pombalino, o que corrobora os usos políticos do pensamento e do método históricos destacados por MARTINS, *Política e História no Reformismo Ilustrado*, *op. cit.*

¹⁹⁴ ALBANESE, “A redescoberta dos historiadores antigos”, *op. cit.*, pp. 304-305.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 306.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 307.

que se sucediam contemporaneamente em outra localidade por ele abordada.¹⁹⁷ Além disso, era justamente esta transição que as *memórias históricas*, dispostas em títulos, não podiam fazer:

O Autor terá grande dificuldade em se justificar no espírito de muitas pessoas sobre o fato de que ele não oferece uma história seguida e continuada como se está acostumado a fazer, mas dividida por títulos onde somente se vê uma coisa de cada vez sem que se saiba o que se passa ao mesmo tempo (...), nem a ligação que os diferentes eventos têm uns com os outros.¹⁹⁸

A explicação se transforma no meio de ordenar a narrativa, transformando-a, na medida do possível, em um todo ordenado. As escolhas efetuadas pelo historiador lhe permitem simultaneamente tornar visível ao leitor os acontecimentos particulares e dar a entender as ligações entre estes conforme acontecem cada um a seu tempo ou em seu lugar. O juízo do historiador se traduz na confecção de uma narrativa bem-ordenada cujo próprio desenrolar permite ao leitor retirar – de maneira natural e não artificiosa – as lições morais do que está sendo dito.

Os Esquecidos, todavia, não faziam uma história contínua. As menções à *brevitas* se referiam mais frequentemente à tentativa de evitar o cansaço do auditório.¹⁹⁹ Sua proximidade da oratória, contudo, permitia-lhes estabelecer uma relação mais livre com a linearidade da narrativa ou com a noção de completude, ligada à tentativa de evitar a omissão, que caracteriza o discurso histórico. Segundo Inácio Barbosa Machado, a morte de muitos dos primeiros donatários das capitanias, no início da colonização portuguesa, por mãos indígenas lhe leva a enunciar que

Por esta causa a narração dos primeiros anos da guerra não merece a dilatada História que deu a nossa pena ir veloz em desgraças de tão ilustres Cavalheiros, mortos às mãos da gente Bárbara vilíssima, e porque os sucessos desta primeira guerra não contêm ação memorável, que pede mais distinta memória chamando-nos o agradecimento público, e obrigação da História a tratar das insignes vitórias com que o 3º Governador do Brasil, o invencível Mem de Sá destroçou.²⁰⁰

¹⁹⁷ Um exemplo interessante é dado por Pedro de Mariz no seu diálogo quinto; após narrar o ataque do rei de Combay, na Índia, à fortaleza governada por Nuno da Cunha e o rechaço deste avanço, por meio do qual os indianos tomaram tempo para se preparar melhor e os portugueses, por sua vez, ficaram na espera de reforços, o autor diz: “E porque em quanto ella se aparelha, *naõ estejamos ociosos*, ouvi o que em o tempo deste Governador se passou nos mais estados da Índia, digno de memoria, té que veyo esta armada tão desejada de tãtos”, Pedro de MARIZ, *Dialogos de Varia Historia dos Reis de Portugal com os mais verdadeiros retratos que se puderaõ achar*. Lisboa: Antonio Craesbeek, 1672, p. 433; *grifo meu*.

¹⁹⁸ “L’Auteur aura plus de peine à se justifier dans l’esprit de beaucoup de personnes sur ce qu’il ne donne pas une histoire suivie & continue, comme on a accostumé de faire, mais divisée par titres, où l’on ne voit qu’une chose à la fois, sans qu’on sache ce qui se passoit en mesme temps (...), ni la liaison que les differens evenements ont les uns avec les autres”, TILLEMONT, *Mémoires*, op. cit., p. IV.

¹⁹⁹ Por exemplo, Inácio Barbosa Machado discursando a respeito da prefiguração do descobrimento na Escritura Sagrada: “Todos esses lugares observara, e expendera agora para lustre da nação Portuguesa; mas como era preciso mais largo tempo, e não sofre esta inferência tão estranha difusão servirei a brevidade em lacônio discurso para ficar mais grata a minha lição, e agradecida a nobre benevolência de tão esclarecida Academia”, MACHADO, “Dissertações”, op. cit., f. 28. Parece-me que o mesmo princípio, aplicado à eleição das matérias da história natural, causa uma série de problemas a Caetano de Brito e Figueiredo, como veremos na nota 206.

²⁰⁰ *Idem*, V, f. 63v.

Ou seja, a utilidade do conhecimento histórico e a elevação das matérias de seu discurso permitem ao acadêmico *laborioso* escolher os eventos que serão por ele mencionados ao longo das dissertações. Não se trata nem de um caso controverso, pois sua quinta dissertação tem apenas como objetivo “tratar da primeira guerra com que se fundamentou o Império, e a Religião nestas dilatadas Províncias”.²⁰¹ Disputar os casos controversos, nesse sentido, permitia aos Esquecidos abdicar da linearidade narrativa, porém demandava um juízo de outro tipo:

(...) os argumentos por muito persuasivos necessitam, e atraem com violência tão suave que o entendimento fugitivo de uma para outra opinião, assentando a defender a negativa que acaba de ler, disserta a servir nas bandeiras da afirmativa que primeiro rejeitava. Porém sendo preciso fixar os movimentos do discurso em observância da verdade, satisfarei ao meu assunto sem ofensa dos Autores que não sigo, e de que me aponto.²⁰²

O escritor de dissertações tinha de tomar cuidado para não acatar sem averiguação os argumentos que, a seus olhos, pareciam-lhe demasiadamente persuasivos, fortes. É, afinal, do confronto *entre* opiniões e não por seguir uma ou outra perspectiva que a sentença melhor a respeito de uma matéria tem de ser proferida —²⁰³ antes de vermos como os Esquecidos se valiam do método histórico para chegar a essa conclusão, é importante ressaltar como a busca do juízo acertado a respeito de um assunto acabava por reconectar as dissertações às *leis da história*.²⁰⁴

Um dos problemas enfrentados pela história era o de que, como tratava de particulares, restavam poucos elementos passíveis de servirem como explicação causal. Uma das causas possíveis de serem admitidas, nesse sentido, era a fortuna, que no mundo lusitano podia se ligar tanto à destemperança quanto à prudência, antídoto àquela. Sebastião da Rocha Pita inicia seu *Tratado Político*, datado de 1715, justamente referindo quão “Grande é ambição dos homens, grande a sua vaidade”, a qual faz os impérios se dilatarem além da medida correta, de modo que a tentativa de estabelecer uma monarquia universal sem bases religiosas está desde já malfadada:

²⁰¹ *Idem*, V, f. 62v.

²⁰² *Idem*, III, f. 36v.

²⁰³ Uma opinião divergente é dada por Gonçalo Soares da Franca, segundo o acadêmico *obsequioso*, ao término do antilóquio de suas dissertações, não lhe é necessário, “como é costume nos exórdios, de justificar a verdade, ou indiferença com que escrevo, porque como hei de escrever de pedras, e de homens mortos, que são tão insensíveis como as mesmas pedras, seguro estou de propender para alguns dos afetos amor e ódio, de que, na opinião de Tácito, se não livrou ainda o Autor menos apaixonado”, FRANCA, “Dissertações”, op. cit., Antilóquio, p. 229. Creio que a passagem pode ser enquadrada no problema do juízo acertado que parece mais justo e reto a respeito da matéria tratada — a questão, como vimos acima a respeito de uma controvérsia das *memórias*, é se o historiador dispõe os meios para o leitor fazer seu juízo (ou seja, ele abdica de uma conclusão) ou ele oferece uma conclusão sem demonstrar as causas de seu juízo, isto é, conforma seu julgamento à narrativa; como diz o próprio Gonçalo Soares da Franca, a obrigação do historiador é narrar, e não questionar.

²⁰⁴ O papel do autor das dissertações na condução do debate é semelhante porém guarda uma diferença fundamental com o do autor de diálogos. Ambos escrevem discursos nos quais os protagonistas são idéias e opiniões, porém o primeiro tem de estabelecer ele mesmo uma decisão, uma sentença, enquanto no diálogo, ao menos no renascentista e moderno, “O único juiz se mantém fora da cena do diálogo: o peso da escolha cabe então só exclusivamente ao leitor”, MORAES, *A crítica historiográfica*, op. cit., p. 105.

De tudo o que tenho mostrado se colhe, por consequência, que uma só cabeça não pode servir a muitos corpos, nem uma só voz faz em consonância a muitos coros, e que a suma grandeza não pode existir muito tempo sem ruína e prejuízo do mundo, pois as grandes monarquias são como as árvores de mais sublime altura e de mais grossos troncos que, em vindo ao chão, oprimidas do seu próprio peso ou combatidas dos rigores do tempo, levam debaixo de si muitas de menor grandeza (...).²⁰⁵

em seu reverso, a prudência é justamente o reconhecimento dos laços que unem os homens uns aos outros e permitem susperar as adversidades, ou seja, a virtude:

Que seja a [munisência] efeito da virtude, e o merecimento causa do prêmio; é indubitável porquanto aquilo é efeito de alguma causa que originado dela se produz como subsequente; e a causa diz o Filósofo que é tudo o que, ou de que, ou com que, ou por amor de que se faz, ou obra alguma coisa: o prêmio deve seguir ao merecimento, exercita-se a virtude com os olhos no galardão; logo é o galardão efeito da virtude; assim como é causa do prêmio o merecimento (...). Logo não foi sem algum fundamento dizermos, que a graça com que El-Rei Dom Filipe Quarto premiara a Dom Antônio Felipe Camarão fora virtuoso efeito do seu valor, e remuneração precisa ao seu merecimento.²⁰⁶

No caso do “generoso despacho”, portanto, com que Filipe IV reconheceu antecipadamente a valentia do líder indígena Felipe Camarão, Luís de Siqueira da Gama encontra o reconhecimento de uma *causa*, ou seja, um nexos entre dois eventos separados. Como lembra Eric MacPhail, vista assim, “a explicação causal parece ser primariamente uma técnica retórica para conectar os fatos numa história [*story*] coerente”.²⁰⁷

Poucos discursos, todavia, haviam alcançado grau de autonomia tal capazes de fornecer à história elementos para que ela encontrasse uma explicação. A fortuna e a prudência permitiam entrelaçar a moral e a política; outro desses princípios de causalidade era a providência divina. As descobertas do Brasil e da América oferecia a ocasião perfeita para sondar a providência em ação. Segundo o acadêmico *nubiloso*, foi “A impulsos de uma tempestade, ou com mais acordo, por decreto da Divina Providência” que o continente americano fora primeiramente visto;²⁰⁸ o *laborioso*, por sua vez, afirmara ter sido “Com uma tormenta [que] guiou Deus as embarcações dos Portugueses à nova Lusitânia para manifestar que nem a diligência, nem o estudo, e menos o valor, nos dava Estudos tão preciosos, mas só a proteção do seu braço Onipotente”.²⁰⁹ Um último motivo de explicação possível era o recurso ao caráter dos diferentes homens e o efeito que a convivência tinha sobre sua natural disposição, configurando os traços particulares de cada povo. Os Esquecidos seguidamente recorriam a esta perspectiva quando tratavam dos indígenas.

A partir desta seção, tornou-se possível compreender um pouco mais dos constrangimentos, das possibilidades e dos meios disponíveis aos membros da Academia dos Esquecidos para comporem suas dissertações. Estas espécies textuais, se funcionavam como

²⁰⁵ Sebastião da ROCHA PITA, *Tratado Político*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972, pp. 43; 49. Todo o tratado é construído a partir desta tópica, como explica SINKEVISQUE, *Retórica e política*, op. cit.

²⁰⁶ GAMA, “Dissertações”, op. cit., VI, pp. 67; 68.

²⁰⁷ “(...) it appears that causal explanation is primarily a rhetorical technique for connecting the facts into a coherent story”, MACPHAIL, “The Plot of History”, op. cit., p.10.

²⁰⁸ BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., I, p. 148.

²⁰⁹ MACHADO, “Dissertações”, op. cit., II, f. 20v.

um instrumento heurístico utilizado para chegar a uma determinada conclusão a respeito de um assunto, também eram determinadas pelo que os acadêmicos compreendiam ser os próprios requisitos da composição histórica. Esta dupla natureza das dissertações dos Esquecidos criavam uma série de dificuldades e de ambiguidades no momento de confeccioná-las, todavia a atenção às *leis da história* permitia, senão resolver, ao menos encontrar um campo comum de debates a partir do qual derivar algumas conclusões provisórias, as quais satisfaziam os Esquecidos no momento em que liam, para seus colegas, suas composições.²¹⁰

O que se pode concluir, desta seção, é o relacionamento – talvez paradoxal – que a tradição historiográfica estabelecia para aqueles que se aventuram pelas matérias históricas *sem* contudo escreverem *histórias*. Enquanto para os membros da Academia Real a consciência de sua originalidade ameaçava pulverizar o amplo domínio no qual as atividades do historiador com muito esforço se coordenavam, os agremiados baianos, pensando-se como parte de uma tradição mais ampla, podia enfrentar os mesmos problemas de seus colegas reinóis sem ameaçarem a delicada tapeçaria dos ofícios históricos. Os integrantes da academia lisboeta, ao recorrerem a novas *leis da história* que satisfizessem suas necessidades, somente podiam se considerar historiadores de uma maneira insuficiente, quase errada; os Esquecidos, justamente porque aceitavam o valor dessas *antigas leis da história*, podiam desafiá-las e, ainda assim, considerarem-se historiadores. Nada mal para uma concepção que, até segunda vista, era considerada meramente retórica.

*

Neste capítulo, nos ocupamos primeiramente de estabelecer o relacionamento entre a escrita da história e o avanço da erudição. Vimos, na primeira seção, como a erudição indicava ao historiador a necessidade de aceder a uma série de procedimentos e dispositivos textuais capazes de submeter sua história à crítica assim como a realizá-la, emendando as histórias que lhe eram pregressas. Ainda assim, esses aspectos eruditos da tarefa de historiador encontravam uma série de combinações diferentes com os requisitos de uma composição histórica que era,

²¹⁰ Pode-se pensar se uma conseqüência da relação bastante próxima entre as concepções de história dos Esquecidos e os requisitos de suas regras de composição não leva uma dificuldade no enquadramento da história natural entre os gêneros históricos da época. Uma série de passagens parece atestar isso: “Dissertarei; por se alterar com grande dúvida, se a descrição das coisas naturais se deve chamar história; porquanto suposto Plínio lhe impusesse este majestoso nome, e o seguissem outros; contudo o Príncipe da eloquência Romana só a denominou por memória pública de todos os Segredos, e por monumento dos tempos, dos lugares, dos homens, e das coisas”, BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., Aparato, p. 146. Em momento posterior, tratando das constelações brasílicas, o acadêmico responde a um “lento sussuro, uma judiciosa crise, um fastidioso, e inquieto desagradado com que este ilustre, e científico Auditório acusa de trabalho ocioso, pompa afetada, e aparente, vanglorioso fausto a tudo quanto temos expendido; chamando-lhe parto informe da História”, *idem*, p. 182. Na dissertação que trata dos insetos, por sua vez, o *nubiloso* não trata da fisiologia ou da classificação dos insetos porque é matéria mais de “física” que de história natural, *idem*, pp. 216-217. As passagens demonstram que as *leis da história* acabavam por se chocar com a descrição da natureza, com a história natural, o que indica existir um princípio diverso daquele da união entre história e *historia* – isto é, conhecimento dos particulares através do testemunho pessoal ou da experimentação – agindo nas dissertações históricas dos Esquecidos, cf. POMATA; SIRAISSI, *Historia*, op. cit.

apesar de tudo, sempre pensada como uma narrativa. A ascensão dos gêneros eruditos – como as *memórias históricas* – tem de ser pensado com relação a este pano de fundo, uma vez que a grande tensão que eles experimentavam era justamente a incapacidade de perfazer uma história bem-quista, ou seja, uma que congregasse a exatidão das informações com o aprazível da narrativa e o desvelamento de importantes ensinamentos morais para o presente. Na primeira metade deste capítulo, portanto, foi possível inverter as valências normalmente associadas à escrita da história de matriz retórica e ao avanço da erudição.

O desenvolvimento desta perspectiva permitiu situar de modo mais adequado as dissertações no panorama da escrita histórica da época. As dissertações eram dedicadas a estabelecer um determinado juízo sobre uma questão e se tornavam necessárias sempre que um determinado fato ou uma certa interpretação esboçadas numa história ou noutra dissertação se tornavam insuficientes para conhecer o passado. As dissertações eram um instrumento auxiliar às histórias, porém não eram, de modo algum, parcela necessária do trabalho do historiador. Chegava-se, assim, a uma situação contraditória, pois enquanto as dissertações (e as *memórias*) indicam uma crescente complexificação nos afazeres daqueles que se dedicam ao conhecimento da história, o ofício de historiador ainda era pensado de maneira tradicional como a tarefa de escrever uma narrativa histórica. Era preciso, portanto, adequar as expectativas associadas a uma e outra dessas atividades – para isso, intervinha a tradição teórica da historiografia, responsável por manter a frágil unidade do discurso histórico.

Ao longo destas páginas, portanto, foi possível resgatar a profundidade teórica da concepção ciceroniana ou retórica mas também chamada de literária e política da historiografia. O que não significa, de um lado, apenas substituir a erudição pela retórica como local de exercício do *método* tampouco, de outro lado, retirar da historiografia a pretensão de ser um conhecimento, uma vez que ela dependeria – em parte – da retórica. O entendimento da historiografia da *primeira modernidade*, parece-me, tem de superar estas dicotomias; para prosseguir em nosso estudo, podemos pensar no que esse caráter próximo à retórica da historiografia trazia de implicações a respeito do conhecimento do passado. Como se pergunta J.G.A. Pocock, “essas narrativas eram exercícios retóricos pronunciados por motivos de moralidade; podia talvez ser mais importante que eles devessem exibir ideais morais do que fossem verdadeiros aos fatos, mas se essa era a situação, como os ‘fatos’ podiam vir a ser conhecidos?”²¹¹ Em outras palavras, como chegar ao conhecimento em matérias de história, como conhecer historicamente? Esta é a pergunta de nosso próximo capítulo.

²¹¹ “These narratives were rhetorical exercises, pronounced for purposes of morality; it might be more important that they should exhibit moral ideals than that they should be true to the facts, yet if that were the issue how had ‘the facts’ come to be known?”, POCOOCK, *Barbarism and Religion*, op. cit., vol. II, p. 8.

CAPÍTULO III CRÍTICA: VENENO OU REMÉDIO?

Por um intrincado jogo de casamentos e reivindicações jurídicas, Inácio Barbosa Machado procurou, em inícios do século XVIII, se constituir como o único herdeiro material direto do eterno secretário do Estado do Brasil ao longo do Seiscentos, Bernardo Vieira Ravasco,¹ e, da mesma forma, entre os muitos herdeiros espirituais do irmão deste, o muito mais famoso padre Antônio Vieira. A união das letras – sacras ou laicas – com a administração imperial é um sintoma da condição letrada na sociedade luso-brasílica da época, como vimos no primeiro capítulo; mais importante, contudo, para esta terceira e última etapa de nossa investigação, é pensar que a ligação que se estabelecera entre o juiz de fora e seu agora ilustre parente parece ter autorizado o acadêmico *laborioso* a se aventurar por terreno que já fora mapeado pelo “imperador da língua portuguesa”, qual seja, a proximidade entre a história e a profecia:

Como a Sagrada Energia de suas palavras e profundo conceito dos seus discursos, nos advertiu o Apóstolo das Gentes São Paulo, que todos os Mistérios, e Prodígios, todas as excelências, e as grandezas, que admiramos na Lei da Graça foram reveladas aos antigos Padres da Igreja de Israel, e conhecidas naquele primeiro Povo de Deus, não por claras expressões, em que se lhe manifestassem, mas por figuras, e semelhanças, modo admirável com que a Divina Sabedoria lhes dava a conhecer em sombras: o que depois nos manifestou em Luzes (...). Daqui vem o paralelo admirável da História Evangélica com os Livros dos Profetas, sendo tanta a semelhança na circunstância que só parece a diversificação dos tempos, não os fatos, e ações de que tratam, *não se encontrando alguma nos Evangelistas historiando, que não se admire nos Profetas vaticinando.*²

A segunda das dissertações da história militar do Brasil, de autoria de Inácio Barbosa Machado, tem por propósito justamente demonstrar como o descobrimento do Brasil estivera prefigurado na Escritura divina, pois como completa a seguir, “Sendo pois os Profetas de Israel Historiadores das felicidades, e sucessos da Igreja de Cristo, (...) é sem dúvida que o seu descobrimento merecia estar vaticinado por tão veneráveis oráculos”.³

Algo semelhante era o fundamento da *História do Futuro*, de Antônio Vieira, que entre indas e vindas encontrara o caminho do prelo apenas em 1718, seis anos antes do agremiado baiano escrever aquelas linhas. Na singular história do jesuíta, a profecia ocupa o lugar dos documentos e testemunhos antigos como instrumentos de sondagem do futuro, tempo que por natureza é inacessível aos olhos humanos. Não estranha, portanto, que neste

¹ O acadêmico *laborioso* era casado com Mariana de Menezes e Aragão, irmã de Leonor Josefa de Menezes – que ordenara as exéquias de Leonor Josefa de Vilhena, cujo relato os futuros membros da Academia dos Esquecidos deram à estampa em 1721 – que, por sua vez, era esposa de Gonçalo Ravasco Cavalcante, terceiro filho de Bernardo Vieira Ravasco, embora este não tivesse contraído matrimônio. Gonçalo Ravasco herdara o cargo de seu pai porém como ele e Leonor Josefa não deixaram descendentes, Inácio Barbosa Machado entrara com o pleito de obter para si o cargo de secretário de Estado. Esse tipo de interação demonstra o universo social do qual fazem parte os acadêmicos Esquecidos e suas estratégias para perpetuação do poder; para mais sobre o caso, ler Pedro PUNTONI, “Bernardo Vieira Ravasco, secretário de Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII”, pp. 157-178. A documentação relativa ao processo está microfilmada no Instituto de Estudos Brasileiros/USP, ver bibliografia.

² MACHADO, “Dissertações”, op. cit., II, ff. 26v-27; *grifo meu*.

³ *Idem*, f. 27v.

speculum historiae as regras da crítica se encontrem também elas como que invertidas:

Assim como os que escrevem Annaes, ou Historias passadas, & antiquissimas, recorrem aos Authores mais antigos, & estes saõ os que tem mayor credito, & autoridade nas cousas daquelles tempos; assim nõs que escrevemos do futuro, devemos recorrer, & buscar a verdade, & noticias da nossa historia nos Authores dos tempos futuros, que saõ sómente os Profetas, pois só elles os conheceraõ.⁴

Para Vieira, parece claro que os autores mais antigos são os mais dignos de fé, tanto para os assuntos pretéritos quanto para os do porvir – e que ele seja capaz de virar os procedimentos de escrita da história do avesso mostra mais seu compromisso com as regras do discurso historiográfico do que qualquer tentativa de mostrar sua insuficiência.

O mesmo acontece na dissertação de Inácio Barbosa Machado. Segundo o acadêmico, a empresa a que se propõe – a elucidação de um episódio específico na história da intervenção divina sobre os destinos da humanidade – é facilitada em sua época não apenas porque “pelos anos, que se seguiram, (...) estão hoje mais visíveis as Profecias do que estavam logo nos primeiros anos em que se descobriu o mundo novo”, mas também porque os vaticínios

se foram fazendo mais visíveis senão *porque uns escrevendo depois dos outros*, alcançaram mais, e descobriram mais, e *investigaram melhor*, porque já guiados por luzes tão grandes, e *por estudos tão agigantados* passaram muito adiante do que eles haviam tratado (...).⁵

Para o juiz de fora, os planos da providência são mais acessíveis aos homens de sua época não somente pelo motivo de que, pelo decurso dos anos, estes se encontram mais próximos de sua realização, mas também porque os homens decidiram tomar em suas mãos a tarefa de conhecer o mundo, a natureza e a história, acumulando erudição e conseguindo sortear, entre a massa de tudo o que já fora escrito, as obras que ajudam a traduzir esse conhecimento no entendimento do plano divino. O progresso do conhecimento humano fornece a medida da concretização da profecia.

A proximidade e a eventual sobreposição entre os mundos da erudição e da religião é aspecto realçado em muitos estudos.⁶ Tem-se visto como os estudiosos na primeira modernidade buscavam no conhecimento, seja do passado, seja do presente, seja dos céus, seja da terra, os argumentos que melhor validassem suas concepções e, por conseguinte, defendessem suas convicções religiosas. Mais difícil, contudo, tem sido perceber em data tão avançada uma defesa da intervenção divina na história humana que se fizesse pelo avanço

⁴ VIEYRA, *Historia do Futuro*, op. cit., p. 167. Uma brilhante leitura da *História da Futuro* pelo prisma do inerente descompasso entre história e profecia é feita por César BRAGA-PINTO, *As promessas da história: discursos proféticos e assimilação no Brasil colonial (1500-1700)*. São Paulo: EdUSP, 2003, pp.161-208. Agradeço a Giorgio de Lacerda Rosa pela indicação deste livro.

⁵ MACHADO, op. cit., 1999, II, ff. 29v-30; *grifos meus*.

⁶ Entre outros, podemos citar, dos livros aqui utilizados, NEVEU, *Un historien à l'École de Port-Royal*, op. cit.; GRAFTON, *Defenders of the Text*, op. cit.; de uma maneira mais crítica, em David WOMERSLEY, “Against the Teleology of Technique”, in Pauline KEWES (ed.), *The Uses of History in Early Modern England*. San Marino, CA: Huntington Library, 2006, pp. 91-104 e, numa perspectiva diversa, a introdução ao texto de Jean Mabillon destacado acima, de autoria de BARRET-KRIEGEL, “Jean Mabillon et la science de l’histoire”, in MABILLON, op. cit., 1990, pp. 9-100.

dos debates na comunidade de estudos e que demonstrasse, de fato, a existência de uma dimensão de progresso simultânea e paradoxalmente escatológica e crítica. Se o século XVIII é caracterizado como o momento em que a humanidade toma seu próprio futuro em suas mãos, para Inácio Barbosa Machado o plano de realização deste futuro já estava há muito – na verdade, desde sempre – delegado à engenharia divina – e isso, vindo daquele que é certamente o mais consciente dos problemas metodológicos inerentes à escrita da história dentre os integrantes da Academia dos Esquecidos, demonstra mais uma vez como a agremiação brasílica desafia as dicotomias e caracterizações mais simples.

O objetivo do presente capítulo é estudar os procedimentos de crítica e de persuasão históricas utilizados pelos acadêmicos Esquecidos em suas dissertações. As dissertações procuravam oferecer uma espécie de veredicto sobre questões pontuais do passado, mas como chegar, de fato, a essas conclusões? Em uma época marcada por conflitos religiosos e debates epistemológicos, dos quais os próprios Esquecidos não se furtavam, como alcançar qualquer grau de certeza no conhecimento da história? Qual a medida do uso das regras da crítica e no que estas têm de ceder, dobrar e desdobrar-se com as demais crenças dos membros daquela agremiação para se chegar a uma sentença histórica que seja considerada crível, fiel e verossímil, quando não verdadeira?

Para oferecer um conjunto de respostas a estas perguntas, uma primeira seção deste capítulo será dedicada a entender o que significava a prática da crítica histórica na historiografia entre as atividades às quais se dedicavam os Esquecidos. Os acadêmicos baianos fazem parte de uma comunidade mais ampla dedicada à utilização e à elaboração de regras para o exame de documentos, opiniões e outros tipos de evidências históricas. Nesta primeira seção, estudaremos que regras eram essas e que implicações elas trazem para o entendimento do conhecimento histórico em inícios do Setecentos.

O sucesso da crítica em tomar de assalto virtualmente todos os domínios do conhecimento humano, entretanto, também a transformará em uma atividade arriscada, potencialmente perigosa e elaborada nos limites da blasfêmia e da heresia. Num segundo momento, portanto, veremos como os Esquecidos procuram controlar o potencial de desagregação das crenças religiosas e políticas cujos fundamentos o processo da crítica procura expor a nu. As duas primeiras seções deste capítulo formam uma unidade no que diz respeito ao estudo do verso e do reverso de uma atividade – a crítica – que trazia tanto malefícios quanto benefícios, tanto assegurava a ampliação do mundo histórico como lhe trazia a incerteza. Também será a oportunidade de conectar a história da erudição histórica a alguns processos mais amplos que viemos analisando ao longo desta dissertação.

Por fim, uma terceira e última seção será dedicada ao cruzamento do debate mais amplo a respeito da incerteza do conhecimento histórico – identificado, muitas vezes, com o pirronismo – com o tratamento das tradições indígenas pelos acadêmicos Esquecidos, problema incontornável a qualquer historiografia americana da época. O uso das tradições é o maior sucesso da reflexão histórica acadêmica mas também é seu mais evidente ponto cego,

de modo que o estudo do tratamento desta questão pelos acadêmicos permitirá compreender como subjaz às regras explícitas da crítica o caráter pré-conceitual de qualquer um de seus discursos. Do ensolarado avanço da crítica, este capítulo se conclui, portanto, no jogo de sombras da retórica e da religião barrocas.

A crítica está em todo lugar

“Nada está tão na moda nos dias de hoje quanto a crítica”, afirma Jean Mabillon, e ele completa logo a seguir, “Todo mundo a pratica e até mesmo as mulheres se põem a falar dela”.⁷

Escrevendo em 1691, na introdução ao capítulo XIII da segunda parte do *Traité des Études Monastiques* dedicado justamente à crítica, o diagnóstico oferecido pelo erudito francês, apesar de correto, está longe de ser original. Em finais do século XVII, a crítica já deixara sua marca nos estudos dos textos antigos, na compreensão da Bíblia e na produção do saber histórico – e suas imprevisíveis consequências causavam preocupação àqueles que, como o beneditino, tinham de aliar os instrumentos da crítica com a defesa da fé católica ou da monarquia francesa. Era uma tarefa tão difícil que Mabillon, quase desistindo de educar o jovem ingressante na ordem beneditina ao qual sua obra se destinava, termina a abertura do capítulo com a seguinte condenação:

Mas frequentemente se a abusa [da crítica] e se lhe dá liberdades que não são menos prejudiciais ao espírito que o erro ou a ignorância. Decide-se atrevidamente seguindo seu capricho e sua fantasia, sem examinar as matérias. Não se contenta de usar desta liberdade a respeito das coisas comuns que se tratam nas ciências humanas. Mesmo os dogmas da fé não estão dela protegidos e se pronuncia sobre um ponto de religião com mais confiança do que faria um concílio. *Talvez este seja um dos males do nosso século. Os séculos precedentes pecaram por um excesso de simplicidade e credulidade: mas neste os supostos espíritos fortes somente aceitam aquilo que passou por seu tribunal.*⁸

O objetivo destas páginas é estudar alguns dos problemas metodológicos enfrentados pelos membros da Academia dos Esquecidos na tentativa de fazer o “mal do século” trabalhar a seu favor. Os *mestres da história* da Academia dos Esquecidos desenvolveram uma complexa – ainda que fragmentária – reflexão sobre problemas como a leitura de autores passados, o caráter das diferentes evidências e o papel da argumentação na confecção da trama do conhecimento histórico. Quanto a isso, porém, eles não estavam sozinhos, e antes de passarmos ao exame das especificidades trazidas pelas dissertações dos Esquecidos, será necessário ampliar o foco e apreender o contexto mais amplo dos debates relacionados à

⁷ “Rien n’est aujourd’hui plus à la mode que la critique. Toute le monde s’en mêle, et il n’y a pas jusqu’aux femmes qui n’en fassent profession”, Jean MABILLON, “Traité des Études Monastiques”, in HUREL, *Le moine et l’historien*, op. cit., p. 559.

⁸ “Mais souvent on en abuse, et on se donne des libertés qui ne sont guère moins préjudiciables à l’esprit que l’erreur ou l’ignorance. On décide hardiment suivant son caprice et sa fantasia, sans examiner les matières. On ne se contente pas d’user de cette liberté à l’égard des choses communes, qui se traitent dans les sciences humaines. Les dogmes de la foi même n’en sont pas à couvert, et on prononce sur un point de religion avec plus d’assurance que ne ferait un concile. *C’est là peut-être une des maladies de notre siècle. Les siècles précédents ont péché par un excès de simplicité et de crédulité: mais dans celui-ci les prétendus esprits forts ne reçoivent rien qui n’ait passé par leur tribunal*”, op. cit., 2007, p. 559.

erudição, à crítica e à autoridade no período de que se ocupa este estudo. A investigação feita aqui abrirá caminho para o questionamento acerca do que as dissertações podem trazer para a compreensão do estatuto de uma verdade *histórica* em inícios do Setecentos. Por ora, contudo, procuremos entender um pouco mais das relações entre a crítica e a história.

Uma pequena metanarrativa de desenvolvimento disciplinar?

Dois aspectos são comumente lembrados quando se quer destacar a diferença da historiografia moderna com relação às práticas historiográficas que lhe precederam. De um lado, a ampliação do escopo da história, que não se preocuparia mais apenas com o registro dos acontecimentos merecedores de fama mas também com a reconstrução dos costumes e das instituições das sociedades passadas. Em outras palavras, na historiografia moderna passa a primeiro plano a consciência de que o presente é radicalmente diferente do passado. De outro lado, o desenvolvimento da distinção entre fontes primárias e secundárias, que resulta numa maior variedade das evidências históricas e no surgimento de uma perspectiva que, crê-se, não é mais ingênua a respeito das possibilidades de acessar o passado. Dito de outro modo, a história tinha de “ser reconstruída a partir, e não simplesmente encontrada, nos historiadores antigos”⁹ e isso permitira à história escapar a uma tradição que a lia – supostamente – apenas com reverência para uma prática onde os autores eram confrontados e debatidos.¹⁰ Para ambos estes traços, métodos críticos em quaisquer de seus avatares são vistos como fundamentais.

Segundo Anthony Grafton, na *primeira modernidade* cada contexto foi responsável por desenvolver variações de um mesmo fenômeno, a erudição humanista, variações que eram “independentes do restante em inspiração e métodos e normalmente complementares em suas conclusões”.¹¹ Esses contextos, entretanto, não podiam ser facilmente combinados num quadro sintético, sendo difícil estabelecer uma única narrativa coerente.¹² Caso se troque o aspecto geográfico pelo temporal, algo semelhante pode ser dito a respeito da crítica: sua incorporação como uma das ferramentas da historiografia foi tudo menos uma progressão linear, configurando uma narrativa com idas e vindas e na qual ela foi tanto a protagonista quanto vilã, quando não uma personagem secundária. Essa intrincada narrativa fornece o pano de fundo para a presente seção.

Como vimos no último capítulo, a reflexão histórica feita pelos humanistas tardios nunca se restringiu apenas à confecção de preceitos para a composição do discurso histórico.¹³ Os historiadores e tratadistas da Idade Moderna elaboraram um crescente conjunto de regras – muitas vezes contraditórias entre si – para a leitura e a verificação dos documentos e para a compreensão do mundo cada vez maior das fontes históricas. Os avanços dessa reflexão também contribuíram para a elaboração de critérios comuns de avaliação das obras dos

⁹ GRAFTON, *Defenders of the Text*, op. cit., 1991, p. 28.

¹⁰ GRAFTON, *What was history?*, op. cit., p. 11.

¹¹ GRAFTON, *Defenders of the Text*, op. cit., p. 10.

¹² *Idem*, p. 11.

¹³ BLACK, “The new laws of history”, op. cit., p. 144.

próprios estudiosos, que passavam a se organizar, aí sim, como uma espécie de comunidade – em certos sentido, a República das Letras com a qual já estamos familiarizados. A crítica se configura, desde essa época, como um duplo instrumento capaz tanto de criação quanto de julgamento das obras alheias - um *stylo* na acepção que lhe dá Fernão Telles da Silva – e essa dupla utilização será de grande importância posteriormente para sua valorização ou para sua condenação.

Os primeiros humanistas, afirma Robert Black, utilizavam-se de suas fontes mais “para suplementar do que para checar umas às outras”.¹⁴ Essa prática era corrente tanto no que toca à confecção de narrativas históricas quanto no que diz respeito à escrita de comentários aos textos clássicos, atividade na qual era comum emendar, alterar, inventar ou, até mesmo, citar errado ou de maneira obscura as fontes, desde que servissem para avançar o argumento.¹⁵ O propósito, no que tange à narrativa história, era se valer das diferentes fontes para preencher as lacunas no registro dos acontecimentos, enquanto nos comentários, a intenção era acumular fontes de modo a tornar autorizada a interpretação.

Segundo Anthony Grafton, teria sido apenas com o humanista Angelo Poliziano (1454-1494) que novos parâmetros para a citação e a crítica de textos foram estabelecidos. Para o historiador norte-americano, “Ele foi o primeiro a comparar e avaliar fontes numa maneira histórica”, o que não deixava de apresentar dificuldades:

As fontes de Poliziano lhe apresentavam vários tipos de problemas, alguns bastante triviais. Por exemplo, não era incomum que ele encontrasse fontes antigas que se contradissem entre si a respeito de detalhes históricos ou mitológicos. A solução nestes casos era normalmente óbvia. *Era apenas natural seguir a fonte mais autorizada, o que, na maior parte dos casos, significava a fonte mais antiga.*¹⁶

Pode-se dizer que Angelo Poliziano fora um dos primeiros a estabelecer uma das mais duradouras regras da crítica histórica entre os praticantes da historiografia na *primeira modernidade*: a maior credibilidade deve ser dada às fontes mais próximas dos acontecimentos que relatam. Este princípio acaba por resultar na seguinte conclusão, enunciada sinteticamente pelo humanista florentino: “Na minha opinião, os testemunhos dos antigos não devem tanto ser contados quanto pesados”.¹⁷ Que critérios, porém, podem ser utilizados para pesar e não apenas juntar os testemunhos antigos?

Curiosamente, argumenta Anthony Grafton, algumas das regras da crítica foram estabelecidas por um falsário, o frei dominicano Giovanni Nanni, também conhecido como Annio da Viterbo (1432-1502). Em 1498, Viterbo conseguira publicar seus comentários a diversos escritores antigos, entre os quais se encontram “fontes originais de autores gregos

¹⁴ Robert BLACK, “Benedetto Accolti and the Beginnings of Humanist Historiography”, op. cit., p. 46.

¹⁵ GRAFTON, *Defenders of the Text*, op. cit., pp. 54-55.

¹⁶ “Poliziano’s sources presented him with various kinds of problem, some of them fairly trivial. For example, he not uncommonly encountered ancient sources that contradicted one another about historical or mythological details. The solution in such cases was usually obvious. *It was only natural to follow the most authoritative source, which in most cases simply meant the oldest one*”, *idem*, p. 55; grifo meu.

¹⁷ *Idem*, p. 57.

reais, como Arquíloco, Beroso e Manetho; de autores gregos imaginários, como Metástenes”, mas também de nobres romanos como Catão, Fábio Pictor e Propércio, cujo texto, excepcionalmente, era genuíno.¹⁸ O dominicano, contudo, não apenas elaborara comentários a respeito de suas (supostas) fontes mas também regras para que o leitor pudesse avaliá-las; entre estas, a de que as fontes autorizadas eram aquelas preservadas pelos sacerdotes – argumento que atacaria de frente a autoridade dos textos clássicos.¹⁹ A compilação do dominicano italiano causara um profundo impacto no mundo da erudição do Quinhentos e, segundo o historiador norte-americano, tanto aqueles que a defenderam quanto aqueles que procuraram impugná-la “desenvolveram suas teorias de leitura em resposta direta ao desafio por ele apresentado”.²⁰ Os comentários de Viterbo também tiveram uma longa influência na Península Ibérica e estimularam o desenvolvimento daqueles escritos chamados de *falsos cronicões*.²¹

A reflexão moderna sobre os métodos investigativos da história se desenvolvia, desse modo, num mundo onde conviviam o falso e o verdadeiro. Os historiadores também passaram a desconfiar dos testemunhos em primeira mão, considerando-os passíveis de imparcialidade e distorção. Estudando a prática histórica de Francesco Guicciardini, Robert Black afirma que o historiador italiano oferecia a seus leitores “uma ordem de preferência para suas fontes: registros públicos, correspondência e escritos privados, relatos de testemunhas oculares e, por fim, outras crônicas”.²² Essa situação conota a historiografia como um campo em rápida expansão, capaz de se valer de uma grande diversidade de materiais para ser realizada. Ainda assim, é comum considerar que, na passagem do século XVI para o XVII, algo se perdera.

O arrefecimento e a morte do gênero da *ars historica* traz à tona a questão da própria continuidade da reflexão metodológica sobre a história. O surgimento da *ars critica* na

¹⁸ *Idem*, p. 80.

¹⁹ *Idem*, p. 91.

²⁰ “O dominicano Annio da Viterbo, que forjou o falso Beroso ao final do século XV, criou não apenas textos mas também regras – gerais e plausíveis – para o julgamento de textos. Essas regras, por sua vez, formaram a base de todas as reflexões sistemáticas posteriores acerca da escolha e avaliação de fontes. Alguns dos teóricos de meados do século XVI, como Melchior Cano, rejeitaram Annio e todos os seus trabalhos; outros, como Jean Bodin, aceitaram-nos. Mas todos eles desenvolveram seus princípios de leitura em resposta direta ao desafio por ele apresentado. *Dessa forma, é um falsário que emerge como o primeiro teórico modernista da leitura crítica dos historiadores – um paradoxo que apenas um leitor com um coração de pedra poderia rejeitar*”, *idem*, p. 80; *grifo meu*.

²¹ Os *Commentaria* de Viterbo eram dedicados aos reis católicos espanhóis e estes, interessados em entrar no jogo das potências européias, recebem uma extensa genealogia mitológica por parte do dominicano italiano; essa relação estimula o surgimento de crônicas falsas nas quais se advogam os interesses particulares de determinadas regiões espanholas ou do reino castelhano como um todo, como a de Flávio Lúcio Dextro, o mais famoso desses *cronicões*, cf. Michel Dubuys, “Les bénédictines d’Espagne devant les fausses chroniques”, in Chantal GRELL; Jean-Michel DUFAYS, *Pratiques et concepts de l’histoire en Europe – XVIe-XVIIe siècles*. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 1990, pp. 97-123. Esses cronicões, especialmente no que diz respeito à vinda de São Tiago à Espanha, são bastante debatidos pela Academia Real da História Portuguesa; além disso, é interessante encontrar, como testemunho da fama de Viterbo, uma extensa discussão a respeito de seus escritos feita entre as personagens de Pedro de MARIZ, *Dialogos de Varia Historia*, op. cit., pp. 12-16.

²² BLACK, “The new laws of history”, op. cit., p. 155.

segunda metade do Seiscentos e o desenvolvimento da filologia a partir da passagem para o Setecentos parecem colocar a reflexão das *artes historicae* e outros desenvolvimentos dos séculos anteriores em segundo plano. Os Esquecidos, contudo, preservaram a memória de alguns desses nomes, ainda que de forma indireta, e tinham ciência dos desenvolvimentos da crítica erudita e da ciência diplomática. Talvez a permanência da reflexão sobre a pesquisa histórica tenha sido carregada por aquela forma de história que mais avessa lhe parece, a história oficial.

Analisando as anotações marginais deixadas por Antonio de Herrera y Tordesillas (1559-1625), primeiro cronista das Índias do reino castelhano, Richard L. Kagan afirma que o autor aparece “menos como plagiário, como seus críticos sugeriram, que como um historiador judicioso que selecionava suas fontes com consumado cuidado”. Herrera se preocupava em corrigir os erros de seus antecessores assim como o estilo dos escritos por eles deixados e, embora seu dever fosse compor uma narrativa, não deixava de citar suas fontes quando as *leis da história* lhe permitissem.²³ Visto assim, o cronista, ainda que limitado pelo cargo, demonstrava ser capaz de combinar os preceitos tanto da crítica histórica quanto da composição da narrativa que vimos acima:

“Simple narração”, ele opinava, “não é o bastante”. Herrera também explica que os historiadores tinham a responsabilidade de oferecer julgamentos a partir dos quais qualquer leitor poderia derivar conclusões úteis, ou o que ele descreve como “preceitos para (...) o governo dos indivíduos, cidades e reinos inteiros”. Para fazer isso efetivamente, Herrera recomendava que os historiadores evitassem o florido caráter retórico da historiografia humanista e empregassem em seu lugar um “estilo puro e claro”. Por fim, ele aconselhava os historiadores a evitar rumores e ditos espalhados pelo “vulgo” e se fundassem em papéis do Estado e documentos.

No saldo de todos os preceitos e práticas, Antonio Herrera podia se considerar – se quisesse – um historiador ideal, capaz de oferecer lições com a história retiradas dos prístinos ainda que maculados registros deixados pelo poder – e isso antes de qualquer outro de seus colegas.²⁴

O exemplo de Herrera serve para nos lembrar da dificuldade em simplificar os termos da análise quando se trata do exame da produção historiográfica da *primeira modernidade*. Não faltava “método” à história oficial,²⁵ o que significa que os caminhos do desenvolvimento da disciplina historiográfica são muito mais tortuosos do que frequentemente se admite.²⁶ Pode-

²³ KAGAN, *Clio and the Crown*, op. cit., p. 175.

²⁴ “‘Simple narration’, he opined, ‘is not enough’. Herrera also explained that historians had the responsibility to offer judgements from which any reader could draw useful conclusions, or what he described as “precepts for ... the governance of individuals, cities, and entire kingdoms”. To do this effectively, Herrera recommended that historians avoid the florid rhetoric characteristic of historians to avoid hearsay and the commonplace rumors spread by the ‘vulgo’ and rely instead on stat papers and documents”, *idem*, p. 186.

²⁵ A ligação entre pesquisa de arquivo e a perspectiva “mitológica” da história oficial já foi notada não apenas por Richard L. Kagan mas também, para o contexto hispanoamericano, por Sabine MACCORMACK, “Approaches to Historicization: Romans and Incas in the Light of Early Modern Spanish Scholarship”, in Glenn W. MOST (ed.), *Aporemata – Kritische Studien zur Philologiegeschichte*. Göttingen: Valdenhoeck & Ruprecht, 2001, vol. 5, pp. 69-101, e também por Ana Isabel BUESCU, “Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem”, in *Penélope*, 21, 1999, p. 21., a respeito das obras de frei Bernardo de Brito.

²⁶ Como lembra Chantal Grell, a prática da história oficial colocava o problema das informações a serem

se dizer, portanto, que na primeira metade do século XVII, a história tem toda a relevância política que a reflexão da *ars historica* subitamente perdera; não estranha, portanto, que seja na religião que a reflexão metodológica se tornará novamente explícita.

Entre o final do século XVI e o término do XVII, como lembra Anthony Grafton, algo acontecera que transformara a prática dos estudos bíblicos.²⁷ Passara-se a buscar os originais dos textos da Escritura Sagrada, a apontar seus erros e incorreções, ou seja, o estudo crítico da Bíblia se formara. A existência desse campo de estudos é tanto mais surpreendente quanto se nota, como afirma Martine Pécharman para o contexto francês, que a história das traduções da Bíblia neste período “demonstra sobremaneira a caçada feita pela Igreja católica ao reformismo teológico supostamente aquartelado nas correções textuais da Vulgata”.²⁸ Ainda assim, não se tratavam de atividades aceitas pacificamente.

Em 1670, Baruch Spinoza publicou seu *Tractatus Theologico-Politicus*. A se acreditar nos historiadores que se dedicaram ao estudo da recepção do filósofo holandês, este trabalho acendera fagulhas de lado a lado da Europa. Rejeitando a tradição dos comentadores da Escritura Sagrada, Spinoza argumentava que a exegese bíblica válida era sobretudo “histórica” e “crítica”, ou seja,

ela aborda a Escritura como uma coleção de narrativas históricas destituídas de qualquer estatuto especial ou conteúdo miraculoso e prestando grande atenção à natureza e às propriedades da linguagem na qual a Bíblia fora escrita e a qual seus autores estavam acostumados a falar.²⁹

O estudo radicalmente histórico da Bíblia rejeitava tanto a inspiração divina por trás do texto sagrado quanto a autoridade eclesiástica que legitimava sua tradição, assim como o conteúdo moral de que tratava. O amplo ataque à Escritura perpetrado por Spinoza originaria, nas décadas seguintes, duas tendências interpretativas do texto bíblico, tendências que estabeleceriam relações divergentes com o pensamento do autor que as possibilitara. De um lado, uma abordagem que se valia da filosofia

obtidas pelo historiógrafo para a composição de sua história; ao mesmo tempo, colocava a questão de até que medida revelar os *arcana imperii*, isto é, os segredos da monarquia. O uso dos arquivos pelos cronistas tinha de se equilibrar – assim como o restante de sua atividade – pelo que eles podiam ou não revelar, ainda que fossem os usuários privilegiados desse instrumento de trabalho quase que montado por e para eles, cf. GRELL, “Introduction”, in *Les historiographes en Europe*, op. cit. Esse conjunto de práticas – alguns derivados da própria tradição de estudos jurídicos que se considera responsável pelo avanço da erudição – encontra um precedente em Donald R. KELLEY, “The Archives of History: Jean du Tillet makes an inventory of history”, in *Foundations of Modern Historical Scholarship: Language, Law and History in the French Renaissance*. New York: Columbia University Press, 1970, pp 215-238, onde fica bastante clara a relação entre o arquivo e a defesa dos interesses da monarquia, no caso, do galicismo.

²⁷ GRAFTON, *Defenders of the Text*, op. cit., p. 205.

²⁸ MARTINE PÉCHARMAN, “The ‘Rules of Critique’ – Richard Simon and Antoine Arnauld”, in Rens BOD. Jap MAAT; Thijs WESTSTEIJN, *The Making of Humanities – Volume I: Early Modern Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, p. 328

²⁹ “Consequently, all valid Bible hermeneutics is primarily ‘historical’ and ‘critical’, that is, it approaches Scripture as a collection of historical narratives devoid of any special status or miraculous content, and paying close attention to the ‘nature and properties of the language in which the Bible was written and which its authors were accustomed to speak”, ISRAEL, “New Theological Strategies”, in *Radical Enlightenment*, op. cit., p. 448.

não apenas para desmascarar discrepâncias no texto bíblico ou elucidar passagens complicadas à luz do contexto histórico, mas para averiguar sua significância, de modo a separar completamente nossa visão da Escritura de qualquer fundamento teológico ou autoridade eclesiástica;

de outro lado, uma abordagem mais moderada, que busca uma hermenêutica que se mantivesse na órbita da teologia mas que, não por isso, não encontrava menores dificuldades,

(...) este caminho mediano às vezes (e inicialmente, em especial) se mostrava escassamente menos árduo e arriscado que aquele de Spinoza e seus discípulos, expondo seus protagonistas à hostilidade tanto de tradicionalistas quanto de radicais. Os maiores expoentes deste tipo de crítica bíblica (...) se encontraram desde o início no meio de uma renhida guerra de dois *fronts*, combatendo Spinoza, de um lado, e o imenso *corpus* da interpretação herdada, de outro.³⁰

É com esta segunda tendência que nos ocuparemos daqui em diante.

Oito anos depois do *Tractatus* de Spinoza, o oratoriano francês Richard Simon publica sua *Histoire critique du Vieux Testament* (1678), a qual, junto com os três volumes de sua revisão crítica das tradições do Novo Testamento,³¹ procurava estabelecer os planos para uma nova tradução – interconfessional – da Bíblia. Para Simon, o texto bíblico não era autêntico pois não possuía uma fonte original; pior ainda, as cópias eram em língua diversa daquela na qual provavelmente os originais (desconhecidos) foram escritos.³² A aplicação dos princípios da diplomática ao texto sagrado³³ tinha como contrapartida a equivalência da Bíblia aos demais *corpora* literários antigos, todavia a intenção de Simon era mais separar o verdadeiro do falso no texto e na exegese bíblicas do que desmontar sua autoridade. Paradoxalmente, o oratoriano considera que “a fé é derivada da tradição oral da Igreja e seria bem-fundamentada mesmo sem a leitura da Escritura”; por conseguinte, se a tradição oral possui maior peso teológico que os textos sagrados, estes “têm de ser considerados estritamente como textos, ou seja, eles devem ser estudados por seu estatuto literário”.³⁴ Neste sentido, o enfraquecimento da legitimidade do texto bíblico requeria a intervenção de um intérprete autorizado, a própria

³⁰ “The key feature of the tradition of the Bible interpretation instituted by Spinoza (...) was precisely its strictly philosophical character, its use of philosophy not just to uncover discrepancies in the Biblical text or elucidate perplexing passages in the light of historical context, but to assess its significance, thereby completely detaching our view of Scripture from any theological grounding and ecclesiastical authority. (...) By contrast, the essence of Early Enlightenment, moderate, mainstream Bible hermeneutics was to adapt the critical tool (...) to forge an exegesis which is not severed from but still substantially subject to theological concerns and ecclesiastical authority. However, this middle course sometimes (and especially initially) proved scarcely less arduous and risky than that of Spinoza and his disciples, exposing its protagonists to the hostility of traditionalists and rationalists alike. The chief exponents of this sort of Bible criticism (...) from the outset found themselves embroiled in a grueling two-front war, battling Spinoza, on one side, and the immense corpus of inherited interpretation on the other”, *idem*, pp. 449-450.

³¹ Entre 1689 e 1695, Simon publicara a *Histoire critique du Nouveau Testament*, a *Histoire critique des versions du Nouveau Testament* e a *Histoire critique des principaux commentaires du Nouveau Testament*. Esses três volumes procuravam estabelecer as condições para uma nova tradução da Bíblia cristã através do exame dos pontos controversos levantados por sua tradição exegética; sobre os três volumes e alguns de seus pontos controversos, ver PÉCHARMAN, “The ‘Rules of Critique’”, *op. cit.*

³² BARRET-KRIEGLER, *La défait de l’érudition*, pp. 246-247.

³³ *Idem*, p. 250.

³⁴ PÉCHARMAN, “The ‘Rules of Critique’”, *op. cit.*, p. 330.

tradição eclesiástica e a estrutura da Igreja, capaz de resgatar sua validade religiosa.³⁵

Qual o papel da crítica, então, na consecução dos estudos bíblicos? Para Richard Simon, a crítica é o instrumento para uma leitura correta da escritura bíblica, pois através da comparação entre diferentes versões ela consegue reestabelecer um texto mais próximo ao que deveria ter sido o original. Como lembra Martine Pécharman, a “Crítica é a condição *sine qua non* para o objetivo de reconstruir ‘de alguma maneira’ o original dos textos que foram corrompidos” e o entendimento histórico dos textos se constituía, assim, como um “recurso indispensável contra sua destruição ou decadência temporal”.³⁶ A crítica simoniana procedia por comparação e, apesar de seu estatuto polêmico, aproxima-se muito da crítica utilizada pela diplomática – todavia ela não é a única forma de compreensão desse valioso instrumento de conhecimento.

Entre os autores que reagiram a Simon, um dos que mais se destaca é Jean LeClerc. O crítico suíço procurava combinar, em sua própria exegese bíblica, a leitura histórica do texto sagrado com um forte base racionalista, rejeitando muitos dos milagres relatados na Bíblia.³⁷ Esses princípios se combinam numa *ars critica* que advogava uma abordagem filosófica e não apenas filológica à crítica textual.³⁸ Para LeClerc, além do exame do texto era preciso compreender a sociedade na qual fora escrita, incluindo aí suas crenças religiosas. O que se abria, no limite, era o caminho para a relativização do sentimento religioso, abordado em chave histórica, como uma contingência das sociedades nas quais, em suas diferentes formas, ele surge.³⁹

O debate trazido pelo spinozismo e pela crítica textual demonstra a existência de um forte potencial polêmico nas práticas aqui discutidas. Embora não se possa estudar o desenvolvimento de cada uma dessas correntes críticas, elas apontam para uma sociedade em

³⁵ BARRET-KRIEDEL, *La défaite de l'érudition*, op. cit., p. 253.

³⁶ “Critique is the condition *sine qua non* to the end of reconstructing ‘in some manner’ the original of texts that have been corrupted. The historical approach to texts, viz. the knowledge of their different ‘states’ and ‘revolutions’, affords an indispensable resource against their temporal destruction or decay”, PÉCHARMAN, “The ‘Rules of Critique’”, op. cit., p. 331.

³⁷ ISRAEL, “New Theological Strategies”, in *Radical Enlightenment*, op. cit., p. 452.

³⁸ *Idem*, p. 421. Em outra passagem, o mesmo autor explica: “Elucidação mais ‘filosófica’ envolvia a sofrida pesquisa erudita, investigando o ambiente cultural e examinando expressões poéticas por meio de abrangentes técnicas comparativas”, Jonathan ISRAEL, “The Overthrown of Humanist Criticism”, in *Enlightenment Contested: Philosophy, Modernity, and the Emancipation of Man 1670-1752*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 421. Apesar destas páginas serem escritas com o objetivo de demonstrar a complexidade – embora não a inexistência – de ligações entre as práticas da crítica (erudita ou não) no Renascimento e nos séculos XVII e XVIII, não concordo de todo com a caracterização – bastante negativa – que Jonathan Israel faz do que seria a crítica humanista.

³⁹ A respeito dessa relativização, pode-se pensar, como trabalho na nota 38, se ela não chega ao ponto da contradição quando se percebe estar baseada numa compreensão da crítica como instrumento racional intrínseco ao ser humano, independente de suas manifestações históricas. O problema é o mesmo do ecletismo filosófico em inícios do século seguinte, movimento que possui uma complicada relação com o ceticismo, pois se é possível estabelecer uma posição segura a partir da qual julgar as crenças do passado, como afirmar qual é a mais verdadeira? Esse não deixa de ser o dilema de toda crítica, como veremos depois ao retomarmos para consideração a obra de Reinhart Koselleck. Para um entendimento do conceito de crítica segundo os parâmetros estabelecidos acima, ver o restante do artigo de PÉCHARMAN, “The ‘Rules of Critique’”, op. cit., principalmente no que toca ao projeto de tradução bíblica de Port-Royal.

vias de secularização *por meio* da religião⁴⁰ e, por conseguinte, um forte questionamento da autoridade. De um modo ou de outro, estes problemas também estão no centro da controvérsia trazida pelo desenvolvimento da diplomática.

Em 1643, é editado o primeiro volume dos *Acta Sanctorum*, publicação organizada pela sociedade fundada pelo jesuíta belga Jean Bolland (1595-1655). A coleção se propunha o estudo da hagiografia, depurando-a dos erros que foram-lhe sendo atribuídos pelos séculos. Vinte e cinco anos depois, um dos efeitos da coletânea foi o início da edição dos *Acta Sanctorum Ordinis Sancti Benedictini*, organizada pela congregação beneditina de Saint-Maur. As duas publicações marcam o início da grande era da erudição eclesiástica. O recurso geral aos diplomas, aos documentos, lembra Blandine Barret-Kriegel, “comanda a inundação da história eclesiástica”.⁴¹ Bolandistas, mauristas, os religiosos ligados a Port-Royal, Richard Simon, engajam-se todos numa verdadeira guerra diplomática (*bellum diplomaticum*). Estas disputas, entretanto, concentram-se entre os dois iniciadores do movimento, os mauristas e os bolandistas, e logo alcança os próprios princípios da crítica documental.

Em 1675, Daniel Papebrochius (1628-1714), editor dos *Acta Sanctorum* após a morte de Bolland, anexou ao segundo tomo do volume dedicado ao mês de abril uma dissertação intitulada “Propylaeum antiquarium”. O escrito tinha por objetivo estabelecer algumas regras para a distinção do falso e do verdadeiro em velhos pergaminhos e dividia-se em três partes:

Ele [Papebrochius] devotou a primeira parte do “Propylaeum” à detecção da falsidade em certos instrumentos que registravam antigas fundações, doações e privilégios; a segunda e a terceira partes do trabalho concerniam à suposta antiguidade de monastérios da ordem carmelita (...) e uma martirologia suspeita.⁴²

Mesmo que não o pareça agora, todos os tópicos eram “nada menos que controversos” e,

⁴⁰ O que significa mais concordar com J.G.A. Pocock a respeito de uma Ilustração que se desenvolve a partir da tentativa de defender o sentimento religioso, cf. POCOCK, *Barbarism and Religion*, op. cit., vol. I, p. 5, como já vimos, do que do confronto entre religião e irreligião que, segundo Jonathan Israel, passará a marcar o último quarto do século XVII e o início do século XVIII como resultado indesejado do confronto interconfessional, ver ISRAEL, “New Theological Strategies”, in *Radical Enlightenment*, op. cit., pp. 458-460.

Embora tratando de um assunto (muito) diverso, o livro de Jan ASSMANN, *Moses the Egyptian – The Memory of Ancient Egypt in Western Monotheism*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1997, em especial pp. 91-143, é interessante por fornecer um enquadramento totalmente diverso a respeito da disseminação do spinozismo, um no qual a influência do filósofo holandês se dá pelas leituras místicas ou gnósticas do princípio de *deus sive natura* e que faz a crítica da religião instituída – o cristianismo – se constituir como a busca por uma religião mais primitiva e verdadeira, um eco da retomada renascentista do *corpus hermeticum*; agradeço a Dênis Renan Correa e a Temístocles Cezar pela referência a esta obra.

⁴¹ BARRET-KRIEDEL, *La défaite de l’érudition*, op. cit., p. 146.

⁴² “He devoted the first part of the ‘Propylaeum’ to the detection of falsehood in certain instruments that recorded antique foundations, donations, and privileges; the second and third parts of the work concerned the pretended authority of monasteries of the Carmelite order (...) and a suspect martyrology”, HIATT, *The making of medieval forgeries*, op. cit., p. 181. As origens da congregação carmelita configurava um dos grandes debates da erudição eclesiástica da época e frequentemente opunha os seguidores do Carmelo àqueles da ordem jesuítica. Segundo a narrativa tradicional para sua fundação, os carmelitas seriam descendentes do profeta Elias quando este ascendera aos Céus, passagem da Bíblia que é interpretada, segundo a tradição cristã, como prenúncio da vinda de Jesus Cristo. Os carmelitas, portanto, se colocavam como uma ordem cristã que antecedia a própria emergência do cristianismo.

segundo Alfred Hiatt, o que dera notoriedade especial à crítica do bolandista fora

a expansão de seu argumento para muitos outros documentos, com o resultado de que ele julgara todas as *cartas* conhecidas datadas de antes do reinado de Dagoberto I (morto em 639) não-autênticas e quase todas durante seu reino e depois até a dinastia carolíngia. Em particular, Papebrochius citou os documentos merovingios depositados no monastério de Saint-Denys como não-confiáveis: (...) *ele até mesmo declarou que quanto mais velho o documento parecia ser, o mais provável era de ser falso*.⁴³

A atitude – considerada hipercrítica – de Papebrochius, combinada com seu ataque às tradições da ordem carmelita e à desconfiança de uma grande quantidade de documentos, muitos deles em posse, justamente, da congregação maurista, motivaram não apenas a colocação dos volumes dedicados a março, abril e maio dos *Acta Sanctorum* no Índice dos livros proibidos⁴⁴ mas também o início da influente reflexão de Jean Mabillon.

Publicado em 1681, o *De re diplomatica* não apenas forneceu uma sólida resposta ao desafio colocado por Daniel Papebrochius como também assentou os fundamentos da ciência diplomática. Para o beneditino francês, nos documentos antigos, falso e verdadeiro estavam misturados, de modo que, como reflete Mabillon, seria verdadeiramente difícil de acreditar que

em tão grande variedade de manuscritos e exemplos [*in tanta autographorum et exemplorum varietate*] transmitidos até nós por uma série tão longa de anos através de tão diferentes mãos e nações, não se encontrasse nenhum que estivesse corrompido ou fosse defeituoso. Mas é preciso se perguntar até que ponto este mal se estende e se ele pode ser contradito amplamente por aquela arte [a diplomática]: caso contrário aquela parte do texto que possui por mérito uma autoridade superior pode ser molestada com impunidade por vãs restrições e censuras.⁴⁵

São necessários procedimentos para discernir o falso do verdadeiro, assim como é preciso responsabilidade para não tornar espúrios os documentos atestados pela própria organização e sobrevivência do Estado que os guardara – como já vimos, Mabillon pensava sua atuação

⁴³ “What gained Papebroeck’s critique particular notoriety, however, was the extension of his argument to include many other documents, with the result that he adjudged all extant charters prior to the reign of Dagobert I (d. 639) to be inauthentic, and almost all during and after his reign up to the Carolingian dynasty. In particular, Papebroeck cited the Merovingian documents contained in the monastery of Saint-Denis as untrustworthy: (...) *he even declared that the older the document claimed to be, the more likely it was to be false*”, *idem*, p. 182, *grifo meu*; ver também BARRET-KRIEGER, *La défit de l’érudition*, pp. 145-146.

⁴⁴ Segundo Michel Dubuys, as disputas entre as congregações religiosas na Espanha, principalmente entre os carmelitas, os hieronimitas e os jesuítas, teria feito a proibição dos *Acta Sanctorum*, em 1695, ser bem-recebida, transformando “o Pe. Papebrochius em um bicho-papão [*croquemitaine*] das glórias de sua ordem e, por conseguinte, da própria Igreja, e o nome de *papebroquios* foi utilizado a partir de então com desprezo, na Espanha, com relação aos jesuítas de Anvers, cuja denominação normal e laudatória era *los bolandos*”, DUBUYS, “Les benedictines de l’Espagne”, *op. cit.*, p. 104. Pode-se pensar se não é esse contexto de disputa religiosa que faz a erudição histórica enraizar-se mais tardiamente – apesar da recepção de Jean Mabillon – na Espanha do que em seu reino vizinho, Portugal.

⁴⁵ “if such a great variety of hands and exempla, which are transmitted to us over such a long series of years, through so many hands of different nations, none would be found corrupted or defective. But it must be asked, how far this evil extends, and if it can be counteracted at length by that [diplomatic] art: lest that part of the text, which possesses by merit a superior authority, may be injured with impunity by vain restrictions and censures”, MABILLON *apud* HIATT, *The making of medieval forgeries*, *op. cit.*, 2004, p. 182.

sobretudo em termos de bem público.⁴⁶ Com a conclusão do *bellum diplomaticum*, é o documento que passa a primeiro plano como objeto de estudo, de modo que suas características externas (material com que é feito, a grafia utilizada etc.) se tornam tão importantes quanto o conteúdo que expressa e o estilo com que é escrito. No âmbito deste estudo, porém, a disputa diplomática não se esgota em 1681.

Em outro texto, intitulado *Brèves réflexions sur quelques règles de l'histoire*, que restara manuscrito, Jean Mabillon fora chamado a enunciar as regras “sobre as quais está apoiada a verdade das coisas passadas”. Entre outras, que serão estudadas a seu tempo, destaca-se “A primeira, que é quase única, é a autoridade”, pois

Nós não podemos conhecer as coisas passadas senão por tê-las visto ou por tê-las ouvido de testemunhas dignas de fé ou por tê-las lido. Ora, quando se trata de coisas antigas, não há propriamente senão a autoridade dos escritores que nos precederam que nos podem prestar um testemunho seguro.⁴⁷

Esses autores podem ser ou contemporâneos ou próximos a estes, ou posteriores e contemporâneos ao próprio historiador. De qualquer modo, o testemunho prestado por nenhum deles deve ser aceito cegamente, sendo necessário “ver se se trata de um homem que seja aliás exato, se ele não é apaixonado por um país ou por um estado particular do qual ele fala, e se ele não é contradito por outros historiadores coetâneos”.⁴⁸ Quanto aos autores mais recentes, eles devem ser julgados com relação aos originais existentes ou, caso não seja possível, confrontados com os demais escritores que trataram do mesmo assunto.⁴⁹ Mabillon é capaz de contrapor-se “Àqueles que começam a estudar a história” e “se espantam em ver os diferentes conhecimentos dos autores, mesmo contemporâneos, sobre um mesmo assunto”,

Mas isto não deve, de modo algum, surpreender, senão no tocante ao fundamento dos fatos, quer dizer, no tocante às intenções, os motivos e as causas de alguns fatos particulares que são as coisas que não são fáceis de penetrar a não ser que se saiba o segredo do gabinete.⁵⁰

Ou seja, as interpretações divergentes são o resultado da própria dificuldade da matéria histórica, e não necessariamente um resultado condenável da parcialidade com que os diferentes autores escrevem. Com isso, o erudito francês situa a autoridade dos escritores do

⁴⁶ BARRET-KRIEGEL, *La défaite de l'érudition*, op. cit., pp. 145-175; também HIATT, *The making of medieval forgeries*, op. cit., pp. 183-184.

⁴⁷ “La première et qui est presque unique, est l'autorité. Nous ne pouvons connaître les choses passées que pour les avoir vues ou pour les avoir entendues de témoins dignes de foi ou pour les avoir lues. Or quand il est question des choses anciennes, il n'y a proprement que l'autorité des écrivains qui nous ont devancés qui nous en puissent rendre un témoignage assuré”, MABILLON, *Brèves réflexions*, op. cit., pp. 112-113 ; todas as traduções são de autoria de Fernando Felizardo Nicolazzi.

⁴⁸ “(...) il faut voir si c'est un homme qui soit d'ailleurs exact, s'il n'est point passionné pour un país ou pour un estat particulier dont il parle ; et s'il n'est pas contredit par les autres historiens du tems”, *idem*, p. 113.

⁴⁹ *Idem*, p. 114.

⁵⁰ “Ceux qui commencent a estudier l'histoire s'etonnent quelque fois de voir les differens sentimens des auteurs meme contemporains sur un meme sujet. Mais cela ne doit point surprendre, d'autant que cette diversité de sentiments n'est pour l'ordinaire que touchent ce qui regarde le dedans des faits, c'est-à-dire touchant les Intentions, les motifs, et les causes de quelquers fait particuliers qui sont des choses qu'il n'est pas bien facile de penetrer a moins que de scavoir le secret du cabinet”, *idem*, pp. 113-114.

passado no plano das operações feitas pelo historiador para assegurar a legitimidade de seu próprio relato ou investigação – mais do que com referência aos documentos, é ao nível da autoridade que se estabelece a reciprocidade entre o discurso histórico e suas fontes, caso contrário não se tem conhecimento histórico algum.⁵¹

Do percurso realizado neste item, podemos retirar algumas conclusões a respeito da história dos relacionamentos entre a crítica e a história. Em primeiro lugar, não se trata de maneira alguma de uma narrativa linear, mas sim de uma em que os diversos fenômenos aqui estudados estão em contínua interrelação, aproximando-se, repelindo-se ou, no mais das vezes, exercendo pressão reciprocamente. Em segundo lugar, a reflexão metodológica sobre a historiografia é dotada de uma história mais ampla do que a crítica erudita. Em terceiro lugar, por fim, crítica e erudição histórica não são sinônimos, e as tensões no estudo da bíblia e os problemas enfrentados pela diplomática revelam que se tratam de questões que estão longe de encontrar sua resolução. Ainda assim, os historiadores da época conseguiram elaborar alguns conjuntos de regras para se apropriarem dos princípios elaborados pela crítica – para conhecê-los, não é mais preciso fazer referência ao contexto francês.

Testemunho e autoridade na historiografia luso-brasilica

Tanto as *memórias históricas* da Academia Real da História Portuguesa quanto as dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos ocupavam-se, apesar de todas as diferenças entre os dois gêneros, do exame de uma série de problemas e questões acerca da história. Nada mais natural, portanto, que aqueles que as compusessem se engajassem na tentativa de entender e refletir metodologicamente sobre o que faziam. Essa reflexão pode ser acompanhada através das sucessivas considerações a respeito do campo cada vez mais amplo das evidências históricas, ou seja, dos materiais através dos quais tanto os Esquecidos quanto os membros da Academia Real procuravam realizar seus debates.

No proêmio à dissertação em que trata do mito da vinda de São Tomé à América, Gonçalo Soares da Franca elenca cinco tipos de evidências que serão por ele utilizados para provar que o apóstolo pregara aos indígenas, são eles: tradições, indícios, autores, textos e razões.⁵² Cada uma dessas categorias adiciona um nível de credibilidade ao processo de comprovação elaborado pelo acadêmico *obsequioso* e a listagem pode ser um bom guia para costurar entre as reflexões feitas pelos agremiados baianos e lisboetas. Com exceção das tradições, que serão objeto da terceira e última seção deste capítulo, vale a pena seguirmos a ordem indicada pelo autor.

O exame dos indícios materiais é praticado mais extensivamente pelo próprio Franca na dissertação acima referida, pois se conta, entre as tradições indígenas, que o incrédulo apóstolo, tendo sido rechaçado pelos indígenas, fugira, deixando impressas suas pegadas

⁵¹ “Na ausência de autores contemporâneos, recorri àqueles que lhes sucederam e eu não renunciei ao seu conhecimento quando nada tinha para combatê-los”, *idem*, p. 115.

⁵² FRANCA, “Dissertações”, *op. cit.*, IV, p. 257.

num rochedo na localidade de Toque-toque, “três léguas distante desta Cidade”.⁵³ No mesmo local onde se situam as pegadas do santo, nasce uma fonte de águas medicinais, e estas abrem espaço para o primeiro juízo do autor:

Acresce e toma forças a credulidade com a experiência das águas desta fonte, que de medicinais quer o vulgo passem a milagrosas. Aqui noto que haja Autor, que, fazendo tantos mistérios desta água, tão pouco exame fizesse nesta pedra, pois afirma não vira as pegadas, *sendo certo que a estampa da parte posterior dos pés ainda suficientemente se divisa*, e se se não distingue a mais porção, é porque a mesma devoção, ou pia credulidade, que bebe as águas, tem demolido e gastado as pedras.⁵⁴

A estas inscrições somam-se outras existentes pelo território brasílico, de modo que “abstraindo a vulgaridade, pudéramos dizer que é já o Santo conhecido no Brasil pela pegada”.⁵⁵ O exame dos indícios materiais possibilita, na verdade, a comprovação pela experiência, ou seja, a autópsia – e os escritores tanto das dissertações históricas quanto os das *memórias* não se furtam a utilizar este tipo de argumento, ainda que o façam pontualmente.

No caso da Academia Real, este tipo de investigação lhes permite incorporar inscrições, monumentos e outras evidências materiais, valendo-se delas especialmente quando tratam das antiguidades de alguma cidade. Nisso, eles seguem os passos da tradição antiquária portuguesa,⁵⁶ inclusive dialogando com seu maior representante:

Em mayores empenhos me acho contra a authority do Mestre André de Resende, a quem eu venero quanto merece a sua erudição, e a quem darey inteiro credito em quanto a experiencia me não mostrar contra a verdade (...) mas não vi o arco [em Castro Verde], que André de Resende afirma mandara erigir ElRey D. Sebastião, não li a elegante inscripção, que elle estampou no livro quarto das suas antiguidades; e o que mais he, não achei, nem na memoria dos homens, vestigio algum de tal trofeo (...).⁵⁷

As diferentes condições de produção das dissertações e das *memórias*, contudo, impõe ao uso do argumento de experiência diferentes valores no processo de comprovação. Uma dessas causas é, para os acadêmicos Esquecidos, quase que auto-evidente.

A argumentação pela experiência adquire importância caso se considere que ele justifica a própria existência da civilização luso-brasílica a partir da qual os acadêmicos escrevem. Contrapondo-se aos autores antigos que desconfiaram da existência de antípodas (entre eles, Santo Agostinho) e da própria possibilidade de vida na zona tórrida, Gonçalo Soares da Franca responde que se estes autores experimentassem “aquele ardente efeito”, bastava ir ao Brasil “para escudo de quaisquer ardores” vivenciar as “suaves virações, que

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Idem*, pp. 257-259; *grifos meus*.

⁵⁵ *Idem*, p. 259.

⁵⁶ Essa tradição tem seu maior nome justamente no humanista André de Resende (1498-1573), frei dominicano e autor do *De antiquitatibus lusitanae*, que vira o prelo postumamente, em 1593. Infelizmente não conheço outros estudos acerca do antiquariado lusitano, todavia sabe-se que o colecionismo e a formação de gabinetes de curiosidades e museus eram atividades em crescimento no Portugal da época, cf. João Carlos Pires BRIGOLA, *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 51-87.

⁵⁷ 31/07/1721, in *CDMARHP*, op. cit., 1721, p. VII.

goza, nascidas ou ocasionadas, da influência das mesmas estrelas” que pairavam acima do hemisfério Norte.⁵⁸ Esse contexto de disputa pelo estatuto americano já marcara presença na historiografia do continente, em especial no livro primeiro da *Historia natural y moral de las Indias* na qual seu autor, José de Acosta, refuta uma a uma as objeções teóricas à vida na América, à existência da própria América ou de um céu sobre o continente.⁵⁹ Certamente o jesuíta espanhol é uma das referências para Caetano de Brito e Figueiredo quanto também ele entra em contenda:

(...) como destes Autores uns não conheceram a primeira causa, e outros não alcançaram *quanto com testemunhos irrefragáveis, tem comprovado a experiência*: asseveram temerariamente alguns ser esta Zona tórrida inabitável, estes mares inavegáveis, não haver Antípodas, e ser também este Hemisfério tão pobre, e indigente, que nem de seu possuía este celeste luminoso Pavilhão, que a todos cobre; *com outras semelhantes fantasias, e quimeras, as quais se a reverente veneração, devida à antiguidade, não chama ignorâncias, a sempre doutra experiência dá a conhecer por delírios.*⁶⁰

O conhecimento por experiência direta pode se sobrepor, portanto, até mesmo à autoridade dos antigos a respeito de assuntos que estes, no fim, não tinham como conhecer. Pode-se afirmar, dessa forma, existir uma dimensão seja de empiricismo seja de valorização da experiência pessoal nas dissertações históricas – dimensão esta muito mais acentuada nos escritos dos baianos que naqueles dos lisboetas. Alguns exemplos servem para corroborar esta constatação: Luís de Siqueira da Gama, por exemplo, qualifica uma opinião como tão evidente quanto “verdade física, e ciência experimental”;⁶¹ noutro caso, o mesmo acadêmico confirma que os indígenas possuem alguma espécie de política porque “já congregados à Igreja Católica” onde são administrados e ensinados, eles seguem um convívio político e isso “é coisa que vemos, e como o vemos, não necessita de outra alguma confirmação”;⁶² por fim, ao terminar de discorrer sobre as aves brasílicas, Caetano de Brito e Figueiredo pede que lhe advertam de seus eventuais erros e dos possíveis acréscimos que ele pode fazer a seu catálogo, pois “em semelhantes faculdades alcança mais a experiência, que o estudo, e cede o discurso ao verdadeiro”.⁶³ A enumeração destas passagens – outras poderiam ser citadas –⁶⁴ faz surgir a seguinte pergunta: que conceito de experiência era este utilizado pelos acadêmicos de um e outro lado do Atlântico?

⁵⁸ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., II, p. 243.

⁵⁹ JOSÉ DE ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias, en que se tratan las cosas notables del cielo, y elementos, metales, plantas, y animales dellas: y los ritos, y ceremonias, leyes, y gouierno, y guerras de los Indios*. Madrid: Alonso Martin, 1608.

⁶⁰ BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., Aparato, p. 142.

⁶¹ GAMA, “Dissertações”, op. cit., IV, p. 43.

⁶² *Idem*, III, p. 34.

⁶³ BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., VII, p. 213.

⁶⁴ Como exemplo, pode-se citar a discussão feita por Caetano de Brito e Figueiredo a respeito das constelações brasileiras, onde afirma, primeiramente, a respeito do conhecimento dos antigos sobre o assunto, que “o contrário mostrou a experiência, calculando os Astrônomos modernos mais treze novas Constelações” e, logo a seguir, a respeito da inexistência de um céu sobre o hemisfério Sul, basta “a potência visível para destruir tão autorizada opinião”, *idem*, IV, pp. 182-183. O acadêmico *nubiloso* também se refere ao “socorro de atraentes Microscópios” no aparato isagógico a suas dissertações, *idem*, p. 141.

Segundo Gianna Pomata e Nancy G. Siraisi, o conceito de *historia* na *primeira modernidade* distinguia-se do que seria elaborado posteriormente porque ele não se baseava na radical distinção entre o conhecimento da natureza e o conhecimento da humanidade. *Historia*, nesse sentido, viria a designar o conhecimento do mundo através do estudo de particulares valendo-se da descrição e da percepção sensorial.⁶⁵ Com isso, o conceito de experiência enquanto “um evento histórico particular, fundamentado numa relação circunstanciosamente detalhada de sua ocorrência” viria a suplantiar a noção de experiência como “o que acontece ‘na maior parte das vezes’ adquirindo o caráter de afirmações axiomáticas” acerca do mundo ou dos homens.⁶⁶ Esse desenvolvimento da noção de experiência foi concomitante à adoção do testemunho na prática legal – ao menos na Inglaterra.⁶⁷

O dicionário de Rafael Bluteau registra, para o contexto lusitano, as duas acepções. Em primeiro lugar, *experiencia* indica “Conhecimento de efeitos particulares, adquirido com o uso de repetidos ensayos, & provas”, enquanto a segunda acepção tem por significado

Experiencia. Uso. *Experientia*, & *Fem. Usus*, A experiencia he filha natural do tempo, & mãy dos bons conselhos: he a guia do entendimento, a regra da vontade, a alma da prudencia. Pintase com cara de molher velha, vestida de tela de ouro, com quadro Geometrico na maõ. (...) A todas as razoens há de prevalecer o conselho dos experimentados.⁶⁸

É interessante perceber que a segunda acepção, enquanto derivada da literatura antiga, possui um equivalente latino assim como uma representação iconográfica própria, enquanto a primeira, *moderna*, não possui nem um nem outro. As passagens indicam a possibilidade da ocorrência de experimentos científicos em Portugal já na primeira metade do século XVIII.⁶⁹ Os Esquecidos, por sua vez, demonstram estar cientes dos procedimentos relacionados à primeira acepção de *experiencia* em seu exame das provas da vinda de São Tomé, descrevendo-as em detalhes.

Por outro lado, é preciso ter em mente que a coexistência das duas acepções indica, no caso lusitano, a dificuldade de se perceber uma oposição entre as práticas ligadas à nova ciência e àquelas derivadas do saber escolástico, que procede pela argumentação. O próprio

⁶⁵ POMATA; SIRAISSI, *Historia*, op. cit., p. 4.

⁶⁶ R.W. SERJEANTSON, “Testimony and Proof in Early Modern England”, in *Studies in History and Philosophy of Science*, vol. 30, n° 2, 1999, p. 196; também POMATA; SIRAISSI, *Historia*, op. cit., p. 27.

⁶⁷ SHAPIRO, *A Culture of Fact*, op. cit. Pode-se pensar que também para a cultura jurídica portuguesa, ao menos para a do direito canônico: segundo Bruno Feitler, uma vez que nos processos inquisitoriais era difícil obter provas materiais contra os acusados, os testemunhos tinham importância primordial, de modo que “A questão da fiabilidade dos testemunhos é, como vimos, uma peça-chave do processo inquisitorial, pois incide sobre vários (senão todos os) momentos do processo, da redação do mandado de prisão à condenação (seja de pessoas vivas ou defuntas), passando pela aceitação de defesas (contraditas e coartadas) e pela possibilidade do uso da tortura”, Bruno FEITLER, “Teoria e prática da definição da jurisdição e da práxis inquisitorial portuguesa: da ‘prova’ como objeto de análise”, in ALGRANTI; MEGIANI, *O império por escrito*, op. cit., p. 89.

⁶⁸ BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez*, op. cit., vol. 3, p. 391.

⁶⁹ Sobre os dilemas da ciência experimental portuguesa na primeira metade do século XVIII, ler “A ilustração científica de D. Francisco Xavier de Menezes, 4º Conde da Ericeira”, in CUNHA, *Elites e acadêmicos*, op. cit., pp. 49-79.

livro de Gianna Pomata e Nancy G. Siraisi abre a possibilidade para a coexistência entre essas duas práticas, quando as autoras reconhecem que

Historia frequentemente era *cognitio aliorum sensibus* – a relação do que havia sido notado por outra pessoa; a evidência da “experiência” estava apta a ser derivada muitas vezes tanto dos textos eruditos quanto da observação pessoal. Nós estamos lidando aqui com uma variante altamente livresca do empirismo – um *empirismo erudito*, assim o podemos chamar (...).⁷⁰

Também nos Esquecidos a experiência podia ser filtrada pelos olhos e ouvidos dos outros, como demonstra a tradição contada a respeito de uma das pegadas de São Tomé:

(...) é prova verossímil desta vinda a outra pegada de Tapoã, que num recife imprimiu o Santo como o de relevo; digo imprimiu o Santo, porque assim afirmam os Índios, *pois segundo conta o Padre Simão de Vasconcelos (e antes dele o havia já examinado o Padre Manuel da Nóbrega)* passando por este lugar com a comitiva de muitos Índios, notei (diz ele) que ali concorriam todos os que trazíamos em nossa companhia, ainda os que iam com carga; e perguntando a um deles a causa daquele movimento, então me responderam os mais pela sua linguagem que a causa era porque ali estava a pegada de São Tomé, que eles costumavam venerar, como o faziam todos os que por ali passava; suposto que os Portugueses não frequentam tanto aquele lugar como outros, onde se veneram outras pegadas do Santo, porque só nas vasantes do plenilúnio se descobre o mencionado recife, duro papel daquela estampa.⁷¹

Uma experiência transmitida por três ou quatro intermediários, a equivalência entre os próprios sentidos e os dos demais denuncia que o conhecimento experimental tinha de levar em conta também aquele que o relatava – e é isso que precisamos para passar à análise dos *autores*.

Como as dissertações se fazem pelo confronto entre opiniões, o primeiro requisito para escrevê-las é o contato com essas mesmas opiniões. Quanto a isso, os acadêmicos Esquecidos têm uma relação ambivalente a respeito da própria situação colonial que vivenciam. Já na dedicatória a suas dissertações sobre a história militar do Brasil, Inácio Barbosa Machado assevera que escrevera “sem auxílio de livros da nossa História”,

pois ainda que os reconheci precisos, os não tive por afastados. *Se estivera na Europa* ajudara o meu trabalho dos preciosos socorros de tantas Bibliotecas ilustres, mas como escrevi no Brasil contentei-me com o pouco que tinha estudado.⁷²

O autor expressa ressentimento ante o estado das bibliotecas coloniais, algo que parece ser ecoado por Gonçalo Soares da Franca quando este pergunta “quantas histórias se não têm retardado, quantas composições se não têm omitido por falta de notícias?”⁷³ Pode-se, entretanto, concordar com Iris Kantor acerca de que, dada a profusão com que autores diferentes são não apenas citados mas também debatidos página a página, passagens como essas sejam escritas mais com a intenção de captar a benevolência de seu auditório e desculpar as eventuais falhas do que tendo em vista um diagnóstico acurado a respeito

⁷⁰ POMATA; SIRAIISI, *Historia*, op. cit., p. 17.

⁷¹ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., IV, p. 258; *grifo meu*.

⁷² MACHADO, “As dissertações”, op. cit., Dedicatória, f. 3; *grifo meu*.

⁷³ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., Aparato, p. 227.

das bibliotecas baianas;⁷⁴ ainda assim, é preciso reconhecer que os arquivos e bibliotecas disponíveis aos membros da Academia Real eram muito mais amplos que aqueles dispostos aos Esquecidos.

Essas diferenças podem se traduzir em diferentes conceituações a respeito do tratamento dos autores. Um tratamento sistemático do assunto é oferecido por Jerônimo Contador de Argote no prólogo às *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, o qual apresenta os princípios que viera trabalhando em outra obra, infelizmente nunca publicada, o tratado intitulado *Crítica da História, Acertos, e desacertos da Crítica moderna*.⁷⁵

Tres castas reconhecem os Criticos de livros, a saber, authenticos, viciados, apocrifos; Authenticos são os que correm com os nomes de seus verdadeiros Authores, e na mesma fôrma em que elles os computeraõ. Isto se entende sem notavel alteraçãõ; porque aliás o ter mudado algumas palavras, isso raro será o livro de Author muy antigo, a que ãõ succeda. Tambem se reputaõ por authenticos aquelles livros, que ainda que andem em nome de Author diverso do que os compoz, com tudo tem o seu verdadeiro Author, ou igual, ou sufficiente authoridade, segundo as materias de que o livro trata.⁷⁶

A distinção entre livros autênticos que carregam os nomes dos autores que os escreveram e os autênticos que referem as matérias de outro autor de modo correto parece ser enunciada para escapar à possibilidade de negar a autenticidade de um número grande demais de obras, algo que fizera, como vimos acima, Daniel Papebrochius com os documentos do início do cristianismo. Há, contudo, ainda outras duas categoria de livros analisadas pelo autor:

Viciados são os livros, que correm com o nome dos Authores, que os computeraõ, mas andaõ notavelmente alterados com algumas addicçoens, ou perturbaçoens, ou outra mudança, de sorte, que ãõ correm na fôrma em que foraõ compostos.

Enquanto os apócrifos,

são aquelles, que andaõ em nome de Authores, que os ãõ computeraõ, antes foraõ fingidos de proposito, para que o nome do Author dêsse opiniaõ ao que se diz delles.⁷⁷

A este primeiro tratamento do problema o autor adiciona um segundo, resultando em mais duas séries de distinções. A primeira diz respeito aos livros escritos com boa fé e aqueles

⁷⁴ Iris KANTOR, “Ser erudito em colônias: as práticas de investigação histórica nas academias baianas (1724-1759)”, in ALGRANTI; MEGIANI, *O império por escrito*, op. cit., pp. 300-301.

⁷⁵ Jeronymo Contador de ARGOTE, “Crítica dos Livros, e Autores allegados nestas Memórias”, in *Memorias para a Historia Ecclesiastica*, op. cit, p. XXIX. Ao que tudo indica, Argote viera trabalhando neste tratado há um tempo considerável, pois em reunião no ano de 1722 ele indicara “que o que ãõ tinha escrito, nem entregue, era huma Topica critica, que tinha ideado, a qual intitulara: *Acertos, e desacertos da critica moderna*, o qual tratado seria como base, e fundamento de tudo o que assentasse nas memorias, que compuzesse”, 02/01/1722, in *CDMARHP*, op. cit., p. III.

A listagem dos autores utilizados para compor as *memórias históricas* era passo prescrito no §1 do *Systema* da Academia Real, sendo utilizado também por Diogo Barbosa Machado e Antônio Caetano de Sousa em suas obras.

⁷⁶ ARGOTE, “Crítica”, in *Memorias para Historia Ecclesiastica*, op. cit., p. XXIX.

⁷⁷ *Idem*, pp. XXIX-XXX.

compostos com má-fé; explica o autor:

Os primeiros são os que relatam os sucessos, segundo, ou os viram, ou os ouvirem, ou os acharem escritos em documentos, que regularam por fidedignos. Autores de má fé, são os que referem, o que nem viram, nem ouvirem, nem acharem escrito, antes fingiram documentos, como Doaçens, Inscriptoens, &c. para acreditarem o que dizem.⁷⁸

A distinção é interessante porque introduz uma crescente complexidade no exame dos autores. Em primeiro lugar, ressalta o papel adquirido pela pesquisa em arquivo, que aqui é equiparada ao testemunho ocular do próprio historiador; em segundo lugar, faz surgir o problema da intenção do autor ao escrever sua obra, resultando na contextualização das fontes que são utilizadas. Estes aspectos se revelam na tentativa de salvar a *Monarchia Lusitana*, de Frei Bernardo de Brito, da crítica de falsa, especialmente no que toca ao ponto polêmico do (falso) Concílio de Braga, evento debatido com especial intensidade pelos acadêmicos:

De dous modos podia isto ser [fingidos, isto é, se os livros onde Bernardo de Brito encontrara a descrição do Concílio foram por ele falsificados ou não], ou escrevendo os pela sua mão o mesmo Fr. Bernardo, ou mandando-os escrever por outrem; e nem de hum, nem de outro modo he verosimel, nem facil, que succedesse; porque os sobreditos livros não eram como os Chronicoens de Dextro, Juliano, &c. eram obras de mayor volume, escritos em lingua Latina, e caracteres Goticos, *que já não se usavam havia noventa annos*, ou parte disto, neste Reyno; e Fr. Bernardo era homem occupado nas *faculdades da Universidade de Coimbra, e não tinha tempo para escrever tantos volumes em letra Gotica; nem quanto o tivera, se poderia esconder este engano à sua Comunidade.*⁷⁹

O problema colocado pelos livros escritos de má-fé é que, “huma vez assentado, que foram impostores”, seu autor “fica só pendente de sua authoridade”,⁸⁰ tornando-se necessário separar “o precioso do vil”.⁸¹ Por outro lado, é possível desculpar os eventuais erros dos autores, o que nos leva diretamente ao coração da segunda distinção tratada pelo autor:

Dos Autores de boa fé ha tres generos, porque huns são muy credulos, outros incredulos, outros acautelados. Os primeiros são os que crem tudo o que acham escrito, ou tenha, ou não tenha fundamento. Os segundos são os que negam o que tem bons fundamentos para se crer. Os terceiros são os que guiados por huma Critica prudente, considerada as circunstancias, e pezadas as dificuldades, sabem eleger o que haõ de affirmar, ou negar.⁸²

Os melhores autores para se escrever a história são aqueles que conseguem se apartar dos “dous vicios extremos, que são nestas Historias a incredulidade, e a superstição”.⁸³ As distinções feitas por Argote demonstram que, no contexto lusitano, assim como no europeu em geral, a avaliação da credibilidade dos autores tinham de ser efetuada por uma operação complexa na qual eram avaliados tanto seu caráter quanto sua intenção, além dos caracteres intrínsecos às próprias obras.

No âmbito da Academia dos Esquecidos, quem melhor elabora os princípios para a

⁷⁸ *Idem*, pp. XXXI-XXXII.

⁷⁹ *Idem*, p. L; *grifos meus*.

⁸⁰ *Idem*, p. XXXII.

⁸¹ 12/02/1722, in *CDMARHP*, op. cit., 1722, p. V.

⁸² ARGOTE, “Crítica”, in *Memorias para a Historia Ecclesiastica*, op. cit., 1732, pp. LII-LIII.

⁸³ 07/09/1725, in *CDMARHP*, op. cit., 1725, p. 18.

crítica dos diferentes autores é Inácio Barbosa Machado em sua dissertação “antecrítica” à datação estimada por Gonçalo Soares da Franca para o descobrimento do Brasil. Segundo o acadêmico *laborioso*, no exame dos “fatos da História, e da tradição”, é preciso, em primeiro lugar, seguir “aos Escritores, que escreveram no mesmo tempo, e não foram refutados por autor contemporâneo de verdade conhecida, e opinião grande”; a segunda regra, por sua vez, é a de que

nos mesmos fatos da História, depois dos Autores contemporâneos, seguiremos aos que viveram o Século mais próximo ao sucesso, de que se escreve, e não aos que lhe são mais posteriores, os modernos. Terceira. Que nas Histórias, que se supõem fabulosas, ou que são de autor de pouca fama, não devem ter crédito algum, quando essa História, ou esse Escritor refuta a razão, e combata a tradição dos mais antigos. Quarta, e última. Que nos devemos apartar da História que sendo descoberta particularmente por Autores modernos, elas não concordam entre si, e diferem em circunstâncias, principais dos sucessos, de que já os antigos Historiaram.⁸⁴

Todo o crédito aos antigos, os princípios da crítica descritos pelo juiz de fora são bastante semelhantes àqueles enunciados por Jean Mabillon vistos acima. Este aspecto demonstra o conhecimento que os Esquecidos têm da erudição crítica de sua época e, logo em seguida, ao tratar do argumento negativo, o acadêmico *laborioso* cita em apoio a sua refutação de Gonçalo Soares da Franca as autoridades de “Mabilhon, Natal, Alexandre,⁸⁵ e Papebrochio, e nos juristas Ternosino, Gonçalves, Valanesuela, e Caldero”.⁸⁶

As regras elencadas pelo acadêmico *laborioso* são importantes para esta investigação porque não se costuma reconhecer que a divisão entre fontes primárias e secundárias era compartilhada também pelos membros da Academia dos Esquecidos. No entendimento da historiografia apenas como um gênero retórico-literário, os autores citados são sobretudo *auctoritates*, cujo valor está em encapsular as concepções que os Esquecidos têm por certas. Esse entendimento do papel das fontes para a escrita da história no Brasil colônia acaba por perder de vista a questão central a ser colocada para o entendimento do uso dos autores na historiografia da *primeira modernidade*, qual seja, trata-se sempre da autoridade particular a cada escritor. Como os preceitos da crítica de Jean Mabillon citados anteriormente, o problema se situa na consideração de que, na ausência ou na dificuldade de acesso aos arquivos, os autores pretéritos eram uma das poucas fontes de informação a respeito do passado – a

⁸⁴ MACHADO, “Dissertações”, op. cit., Dissertação antecrítica, ff. 43-44.

⁸⁵ Trata-se, na verdade, de Noël Alexandre (1639-1724), autor de uma história eclesiástica em vinte e seis volumes e de uma história do Antigo Testamento em oito. Era muito lido pelos Esquecidos, embora virtualmente desconhecido atualmente e a cujas obras, infelizmente, não tive acesso.

⁸⁶ MACHADO, “Dissertações”, op. cit., Dissertação antecrítica, f. 51. Apesar dos nomes citados, o juiz de fora deriva suas regras da crítica de uma obra intitulada *Prolusões à História do Mundo, e da Igreja*, de autoria de um suposto João de Lanoi. Creio que o mesmo autor seja citado em momento posterior sob a forma de João de Lenoa, sendo referenciado como autor de um *De auctoritate negantis argumenti*. Caso se confirme a sinonímia, trata-se de Jean de Launoy (1603-1678), historiador francês e autor de uma dissertação em defesa do argumento negativo publicada em 1662, a qual foi contraposta posteriormente por Jean-Baptiste Thiers (1636-1703), que também escrevera uma dissertação contra a origem da relíquia alocada na abadia de Vendôme, na França (1699), que foi respondida, por sua vez, por Jean Mabillon, cf. Odon HUREL, “Fausse relique et vraie dévotion? La question de la sainte Larme de l’abbaye de la Trinité de Vendôme”, in HUREL, *Le moine et l’historien*, op. cit., pp. 681-690.

tradição seria outra dessas fontes. Trata-se de um mundo onde as evidências históricas não possuem a positividade que frequentemente lhes concedemos, o que faz a crítica dos autores deslizar sempre para o exame do testemunho. Antes de elaborarmos as consequências desta constatação, é preciso passar por outras duas categorias de evidências históricas elencadas por Gonçalo Soares da Franca.⁸⁷

Uma das categorias trabalhadas por Gonçalo Soares da Franca é a dos *textos*. Esta categoria deriva da narrativa bíblica e se refere às passagens da Escritura Sagrada nas quais o autor encontra apoio para sua argumentação. Embora com pesos diferentes, tanto a agremiação brasílica quanto a academia lisboeta se valem do texto bíblico como evidência histórica,⁸⁸ porém é preciso lembrar que se tratava de um tipo de evidência a ser utilizado junto a outros. Entenda-se, os acadêmicos luso-brasílicos não duvidavam da legitimidade da Escritura, no entanto sabiam que as passagens bíblicas não comprovavam apenas por si mesmas e necessitavam do auxílio das demais evidências mobilizadas num processo argumentativo. A existência da argumentação é, enfim, o ponto central da prática crítica tanto dos Esquecidos quanto dos membros da Academia Real.

O que fazer quando os indícios materiais, a experiência pessoal ou a crítica dos autores não eram o bastante para resolver uma questão? Este problema aparecera para o frei Lucas de Santa Catarina, que para finalizar suas *Memórias da Ordem Militar de S. João de Malta* (1734) tivera de recorrer ao “unico recurso das conjecturas, que são os substitutos da individuação das noticias”, com a ressalva, porém, de delas se servir “especialmente em ponto, em que não periga, nem o essencial da verdade, nem o complemento da Historia”.⁸⁹

Os Esquecidos também se valem das conjecturas – todavia enquanto para os membros da Academia Real elas são o último recurso do qual pode se valer o historiador para comprovar uma determinada questão, entre os acadêmicos baianos elas ocupam o lugar de último argumento, ou seja, do que pode justamente encerrar uma questão. As *razões*, dessa forma, são os argumentos elaborados pelo escritor de dissertações ao longo de seu discurso para melhor resolver o problema que debate. Seria ocioso referir aqui todos os momentos em que os Esquecidos se valem das *razões* nos textos dissertativos, pode-se, contudo, ter uma idéia de seu funcionamento na mesma dissertação onde Gonçalo Soares da Franca trata da vinda de São Tomé.

Após trabalhar com as passagens bíblicas – os *textos* – que corroboram a passagem

⁸⁷ O uso dos documentos, que não analisamos no corpo do texto, era naturalmente muito mais desenvolvido na Academia Real que na Academia dos Esquecidos, dada a existência de maiores e mais estabelecidos arquivos no Reino. Ainda assim, com breves exceções, ele se conforma às linhas que procuro estabelecer aqui. Um testemunho, porém, da possível contradição entre autores e documentos é prestada por Diogo Fernandes de Almeida, quando diz “que não he tão facil fabricar huma consulta da Mesa de Consciencia, como huma autoridade de Cicero”, ALMEIDA, *Dissertação historica, juridica, e apologetica*, op. cit., p. 45. A convivência entre documentos e autores, entretanto, era normalmente mais pacífica que na passagem citada.

⁸⁸ Um exemplo é dado em Francisco de ALMEIDA, *Apparato para a disciplina e ritos ecclesiasticos de Portugal*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Soares da Sylva, 1735, p. 9, onde o Evangelho é citado para confirmar a fundação por São Pedro das seis apostólicas de Antioquia, Roma e Alexandria, pp. 6-19.

⁸⁹ 16/08/1731, in *CDMARHP*, op. cit., p. 2.

do apóstolo pela América, o acadêmico *obsequioso* apresenta dois argumentos. O primeiro, em forma de pergunta, é o de que “se nas três partes do mundo pregaram os mais Apóstolos, *como sabemos*, porque nesta quarta parte não pregaria São Tomé?”.⁹⁰ O segundo argumento, por sua vez, trabalha com a noção de que se o apóstolo pregara na Ásia, não teria motivo para não fazê-lo na América, uma vez que “se os da América são gentios, gentios eram os da Ásia, (...) Se de Judéia a América, é longe, também a Índia, como sabemos, não é perto; se a Índia é grande, maior é sem comparação a América”.⁹¹

As páginas acima permitiram compreender como os princípios da teorização acerca do método investigativo na história foram apropriados pelos acadêmicos luso-brasílicos. Num panorama intelectual caracterizado por grandes debates, os acadêmicos dos dois lados do Atlântico refletiam sobre o caráter de suas atividades, esboçando distinções entre as diversas espécies de evidências históricas e sobre seu uso. O mundo acadêmico luso-brasílico, portanto, também era parte do universo mais amplo da erudição de sua época – o que não significa, de modo algum, diluir suas especificidades. No próximo item, tentaremos compreender justamente o que essas especificidades podem trazer ao conhecimento do caráter mais amplo do saber histórico buscado por historiadores, eruditos, críticos e anticríticos na *primeira modernidade*.

Verdade, prova e argumentação

O reconhecimento do papel das *razões* e das conjecturas na elaboração do conhecimento derivado das *memórias* e das dissertações indica que ambas as formas textuais se valem mais da argumentação histórica do que do mero uso ou manejo de evidências. Esta seção se encerrará com uma tentativa de entendimento do porquê ambas os gêneros submetem o processo da crítica à argumentação e o que isso pode trazer à compreensão do caráter do conhecimento histórico na Idade Moderna.

No proêmio à sua terceira dissertação, Gonçalo Soares da Franca adverte que, para se chegar a uma conclusão acerca da origem dos indígenas, será necessário que “forçosamente havemos de questionar”

e suposto, que sem faltar aos preceitos da Retórica campearão mais as normas da dialética, porque temos de auferir e impugnar as diversas opiniões que há acerca dos primeiros povoadores do Brasil, para então estabelecer a nossa resolução.⁹²

Se praticamente todas as dissertações são dedicadas à tarefa de auferir e impugnar opiniões diversas, porque o acadêmico *obsequioso* sente a necessidade de advertir seu auditório acerca de seu procedimento naquela dissertação específica? Mais importante ainda, o que significa a distinção entre os dois termos, *retórica* e *dialética*?⁹³

⁹⁰ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., p. 267.

⁹¹ *Idem*, pp. 267-268.

⁹² *Idem*, III, p. 249.

⁹³ Esta etapa da investigação é um desdobramento da leitura de um aspecto trabalhado por NICOLAZZI,

Segundo Rafael Bluteau, *retórica* é a “Arte de fallar com propriedade, & elegancia, inculcando boas razões, para provar, & persuadir os ouvintes”,⁹⁴ ou seja, a retórica é a arte da eloquência e ainda que seu fim seja a persuasão, comparada com o verbete *dialectica* percebe-se que sua ênfase é, justamente, a construção do discurso:

DIALECTICA, Dialéctica. Derivase do Grego *Dialegomai*, discurso, disputo, &c. He a parte da Philosophia, que ensina a arte de argumentar,

e, em outra acepção, no adjetivo *dialectico*:

DIALECTICO, Dialéctico. Logico, o que sabe, ou o que ensina a Dialectica. (...) Tudo o que daqui se pode colher, he que *Logicus* significa cousa concernete à *Dialectica*, ou *Logica*, mas não hum homem dialectico, ou Logico.⁹⁵

A dialética é a técnica da argumentação, capaz de rebaixar a segundo plano as demais partes do discurso. Percebe-se que enquanto representação de uma disputa, as dissertações estabelecem uma estreita relação com a dialética – e se pode pensar se, por acaso, muitos dos problemas estilísticos identificados pelos acadêmicos em suas dissertações não são resultado de seu laço muito mais forte à arte da argumentação do que à arte da eloquência. O relacionamento entre os termos trabalhados aqui, entretanto, não é nada menos que complexo, pois se a eloquência se distingue da argumentação, a argumentação, por sua vez, acaba por pertencer ao campo da filosofia, do conhecimento. Não se estaria no mais afastado ponto das interações entre o cego e o coxo que este estudo jamais chegou?

No Renascimento tardio, argumenta R.W. Serjeantson, dialética e lógica eram, como já vimos para o Setecentos português, virtualmente coextensivas. Essa situação tinha sua origem na indistinção feita pelos humanistas entre o raciocínio provável e o demonstrativo.⁹⁶ A potencial sinonímia entre argumentação e demonstração implica no reconhecimento de que a parcela filosófica do conhecimento reconhecida por Rafael Bluteau nos verbetes acima não tem como base verdades que sejam evidentes por si próprias.⁹⁷ No âmbito do conhecimento humano, portanto, todo conhecimento é obtido por uma espécie de argumentação e, ao contrário do conhecimento divino, depende de circunstâncias secundárias, como o momento em que é formulado ou o próprio engenho daquele que percorre a cadeia argumentativa. Lembrando-se de Inácio Barbosa Machado, no início deste capítulo, a perfectibilidade do

“Entre letras & armas”, op. cit. O objetivo do item é desenvolver a reflexão ali iniciada, de modo que procurarei chegar – por um caminho mais longo – a conclusões semelhantes às daquele texto.

⁹⁴ BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez*, op. cit., vol. 7, p. 305.

⁹⁵ *Idem*, vol. 3, p. 205.

⁹⁶ SERJEANTSON, “Testimony and Proof”, op. cit., p. 199.

⁹⁷ A Nova Retórica de Chaïm Perelman pode servir de auxílio para definir a categoria de evidência que tentamos elaborar aqui. Segundo o filósofo belga, no pensamento filosófico a “evidência é concebida, ao mesmo tempo, como a força à qual toda mente normal tem de ceder e como sinal de verdade daquilo que se impõe por ser evidente (...). Toda prova seria redução à evidência e o que é evidente não teria necessidade alguma de prova”, Chaïm PERELMAN; Lucie ALBRECHTS-TYTECA, *Tratado da argumentação – A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 4. A idéia de que a demonstração e a argumentação possuem o mesmo estatuto indica que, ao menos no que toca à instância do conhecimento humano, não existam verdades auto-evidentes (o que não seria, é claro, totalmente aplicável à parcela da verdade divina ou da causa primeira).

conhecimento humano somente é possível porque ele é, desde já, imperfeito.

Antes de compreendermos as consequências desta constatação para a reflexão metodológica sobre a história, é preciso reatar os laços da dialética com a retórica. Segundo Serjeantson, novamente, enquanto uma disciplina, “a dialética ensina a invenção (*inventio*) de argumentos e o subsequente juízo (*judicium*) deles”;⁹⁸ todavia a dialética na primeira modernidade se desenvolvera a partir dos comentários de Boécio à *Tópica* de Cícero, mais do que pela leitura direta dos *Tópicos* de Aristóteles.⁹⁹ Como resultado, tanto a retórica quanto a dialética compartilham a mesma *inventio*, ou seja, o mesmo processo de “descoberta” dos argumentos, sendo por esse motivo que lógica, argumentação, dialética e retórica acabam por formar um contínuo no interior de um mesmo domínio de conhecimento – aquele que unifica argumentação e demonstração.

Aplicado ao entendimento dos problemas metodológicos da historiografia do período, pode-se estender a compreensão que o historiador britânico faz do papel do testemunho na prática jurídica inglesa da época a todo o conjunto das evidências históricas mobilizadas tanto pelos acadêmicos Esquecidos quanto pelos integrantes da Academia Real. Para Serjeantson, se a dialética possui a mesma técnica de formulação de argumentos da retórica e se a argumentação e a demonstração, por conseguinte, são praticamente coextensivas, então o testemunho tem de ser “considerado como uma forma de argumento e não uma espécie de ‘evidência’ pré-teórica”.¹⁰⁰ O mesmo pôde ser aplicado durante muito tempo, lembra Barbara J. Shapiro, à própria categoria de *fato*, que designava tanto o que efetivamente acontecera quanto aquela ocorrência cuja existência era duvidosa – ou seja, algo que estava em disputa.¹⁰¹

Os indícios materiais, os autores e os textos eram chamados a contribuir com a argumentação desenvolvida pelos escritores das dissertações e das *memórias históricas*. Elas não eram fontes no sentido moderno do termo, ou seja, repositórios das informações que garantem a fidedignidade do texto histórico. A *fides historica*, portanto, era determinada não apenas pelo modo como o historiador se valia dos materiais para escrever sua história mas também pela elaboração de uma argumentação que tornasse crível o que estava escrevendo – e, entre

⁹⁸ SERJEANTSON, “Testimony and Proof”, op. cit., p. 199. Pode-se pensar se, como a retórica passou a constituir a base de todo o discurso, ela não acabou por incorporar a dialética, invalidando a frase inicial da *Retórica* de Aristóteles segundo a qual a retórica é a contraparte desta última, cf. ARISTOTLE, *Rhetoric*, op. cit.

⁹⁹ *Idem*, p. 200.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ “Fact in the legal context therefore did not mean an established truth but an alleged act whose occurrence was in contention”, SHAPIRO, *A Culture of Fact*, op. cit., p. 11. As acepções do verbete *facto* no dicionário de Bluteau, contudo, podem jogar contra a argumentação aqui desenvolvida: “FACTO. O facto, he a realidade do caso, ou o que realmente succedeo. (...) Juizos, em que não se disputa do facto, mas do direyto. (...) De facto, às vezes val o mesmo, que effectivamente, realmente”, BLUTEAU, *Vocabulario*, op. cit., vol. IV, p. 11. Tem-se de ter em mente que, escrito em inícios do Setecentos, o léxico de Bluteau acompanha uma modificação no uso da categoria que acontece também no âmbito britânico – e de fato, no europeu em geral –, qual seja, a transformação no *fato* naquilo cuja existência não se duvida. A conjunção entre prova e disputa, que logo mostraremos a seguir, restaura o equilíbrio ao argumento que perseguimos aqui.

os caracteres da argumentação, situam-se também aqueles relacionados ao caráter daquele que a pratica e às concepções que se têm por aceitas. Os critérios para a crítica histórica eram bastante amplos, porém a autoridade de cada escritor particular – enquanto elemento que pode ser mobilizado pela argumentação – era o único princípio do qual ela não podia abdicar.

Como lembra Fernando Nicolazzi, no século compreendido entre a publicação do *Vocabulario Portuguez, & Latino*, de Rafael Bluteau, e a segunda edição do dicionário de Antônio de Moraes Silva (1813), os verbetes *dissertação* preservem um significado bastante semelhante – “discurso didactico sobre algum ponto litterario, ou scientifico”, segundo o último –,¹⁰² todavia o verbete *disputa* apresenta uma pequena mas significativa diferença. Enquanto para Bluteau o termo designa uma “Contenda por palavras, ou por escrituras, com que se *prova* alguma cousa, ou se *refutaõ* as razoens em contrario”,¹⁰³ para Moraes Silva

disputa permanece significando uma “contenda, controversia vocal, ou por escrito”, o que remonta à ação de “controverter, mover questão sobre a certeza, ou falsidade, bondade, ou maldade”. Aquilo que é disputado trata-se de um “averiguado caso”.¹⁰⁴

A diferença entre as duas acepções da mesma palavra, passado um século entre sua enunciação, é a de que, para Bluteau, “a disputa *prova* alguma coisa, ao passo que isso não se mostra tão evidente para” Moraes Silva, ou seja, “a disputa em si funciona como razão suficiente para a definição do recorte entre o verdadeiro e sua contraparte”.¹⁰⁵ No caso das dissertações históricas dos Esquecidos, portanto, a verdade histórica é o resultado de uma contenda, de uma disputa; sobre um fundo de opiniões discordantes, a verdade emerge a partir da discussão, da argumentação.

Gostaria de pensar, contudo, se a questão não é passível de sofrer ainda mais um desdobramento. Para além do caráter argumentativo de todo o método histórico, da enunciação de uma verdade por meio da disputa, será que a própria necessidade de ancorar a verdade nestas duas operações não leva a uma compreensão diferenciada do próprio estatuto da verdade histórica? Jean Mabillon enuncia entre as regras para o conhecimento da história aquela que diz respeito à *possessão*; nas palavras do erudito, “A *possessão*, em matéria de história, consiste na persuasão que se tem sempre da verdade de algum fato”¹⁰⁶ e, como explica Blandine Barret-Kriegel, a idéia de *possessão histórica* implica na consideração de que

a relação com a verdade não é uma relação de propriedade, não é uma relação de direito privado. A verdade não é um bem tampouco um título do qual se possa usufruir. (...) Uma propriedade deve ser cuidada e mantida, uma verdade pode ser retificada e emendada¹⁰⁷

¹⁰² Antônio de Moraes SILVA *apud* NICOLAZZI, “Entre letras & armas”, op. cit., p. 46.

¹⁰³ BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez*, op. cit., vol. 3, p. 250.

¹⁰⁴ NICOLAZZI, “Entre letras & armas”, op. cit., p. 46.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ MABILLON, *Brèves réflexions*, op. cit., p. 125.

¹⁰⁷ “(...) il faut convenir et avouer que le rapport à la vérité n’est pas un rapport de propriété, qu’il n’est pas un rapport de droit privé. La vérité n’est pas un bien dont on puisse avoir une jouissance, ni un titre. (...) Une propriété doit être entretenue et maintenue, une vérité peut être rectifiée et amendée”, BARRET-

e, porque não, *comprovada*. A verdade histórica é uma função do discurso que lhe dá sustentação e está, desde sempre, à mercê do debate. As dissertações, nesse sentido, podem oferecer a melhor sentença sobre uma questão, mas nunca a última – não é por acaso, portanto, que esta seja considerada a grande época da erudição, onde dissertações e demais invectivas, muitas vezes publicadas em periódicos, sucediam-se numa velocidade estonteante. Toda esta produtividade, todavia, estava assentada num princípio de carácter negativo.

As dissertações e as *memórias históricas*, portanto, são instrumentos heurísticos utilizados para resolver uma questão. Elas se valem dos procedimentos da crítica – todavia estes mesmos procedimentos situam-se no campo mais da argumentação do que do manejo de evidências históricas. Ambas se utilizam de uma grande diversidade de argumentos para chegar a uma resolução possível das questões discutidas, de modo que se pode afirmar que, ao menos nas dissertações, o conhecimento histórico é um resultado do debate. Com isso, pode-se pensar que as dissertações e as *memórias* situam-se no âmbito de uma verdade que tem de ser desvelada, comprovada. Esse não deixa de ser, no fim, o campo do provável e do verossímil. As próprias dissertações, segundo Caetano de Brito e Figueiredo, tem de concluir “o verdadeiro, ou o verossímil”¹⁰⁸ ou, como revela a maneira pela qual Lucas de Santa Catarina se excusa pelo uso das conjecturas,

Esta conjectura, arrimada do silencio, ou omisaõ dos Escriitores, não me parece deixar o ponto despidido de probabilidade, visto não estar em uso huma ley, (que certo Escriitor, grande sem duvida, expendeo, mas não observou), de que não devia escrever Historia, quem nas materias não testemunhasse de vista. Foy opiniaõ de Gregos Etymologistas, que escreveraõ, que Historia se derivava do vocabulo Grego, *Potuhistorium*, que val tanto como *ver*, e *notar*.¹⁰⁹

O carácter contingente, incerto, apenas provável e nas raias do verossímil do conhecimento histórico, condição para qualquer história moderna – uma vez que o historiador não estava lá –, talvez tenha sido essa a descoberta dos estudiosos na *primeira modernidade*. O desenvolvimento dos métodos críticos engendrou a própria incerteza do conhecimento histórico, inserindo-o num processo de contínuo debate a respeito do carácter provável dos acontecimentos do passado – que este aspecto incerto do saber histórico tenha se confirmado com o uso dos instrumentos que queriam responder às próprias dúvidas e incertezas daquela época, esta é uma ironia que apenas um leitor com “coração de pedra” seria incapaz de reconhecer.¹¹⁰

O demônio da crítica

Na última seção, compreendemos como a elaboração dos princípios da crítica textual

KRIEGL, “Jean Mabillon et la science de l’histoire”, in MABILLON, *Brèves réflexions*, op. cit., p. 60.

¹⁰⁸ BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., II, p. 159.

¹⁰⁹ 16/08/1731, in *CDMARHP*, op. cit., 1731, pp. 3-4; *grifos meus*.

¹¹⁰ GRAFTON, *Defenders of the Text*, op. cit., p. 80.

por filósofos holandeses, historiadores franceses, beneditinos mauristas, jesuítas belgas e acadêmicos luso-brasileiros tornara possível “ler um texto tendo em vista extrair dele informações que ele não tinha intenção de mostrar”.¹¹¹ A abertura de um horizonte histórico sobre muitos dos produtos da cultura humana, entretanto, também determinou um crescente grau de incerteza a respeito da verdade histórica, que passava a ocupar os âmbitos do provável e do verossímil. Como afirma J.G.A. Pocock, se a informação – mas também o conhecimento – obtido pela crítica “podia ser verificada num nível além do provável era obviamente a questão seguinte”.¹¹² A respeito deste aspecto, a crítica e a erudição histórica acabavam por se juntar num mundo cada vez mais indeterminado – mas também aprendemos que a crítica e a erudição não são sinônimos.

Se uma parcela da crítica textual seiscentista se colocará posteriormente em linha direta entre os antecessores do pensamento iluminista no decorrer do Setecentos, “a fortuna da erudição maurista de Mabillon” ou de qualquer outra erudição crítica, por assim dizer, “se desenvolverá ante um pano de fundo formado por uma crescente desconfiança eclesiástica da alta crítica bíblica – claramente uma *érudition* de outro tipo”.¹¹³ Neste sentido, buscarei estudar nesta seção algumas das reações elaboradas no campo dos estudos históricos aos avanços da crítica; essas reações demonstrarão que, no período que nos ocupa, a crítica foi tudo menos unânime e que se ela foi considerada inevitável e, em certa medida, até mesmo benéfica, também foi vista como perigosa e sediciosa, afinal os esforços para incentivá-la foram quase tão constantes quanto os para suprimi-la. Esta seção também nos permitirá seguir mais uma das especificidades da prática dos Esquecidos, vendo como eles combinam a crítica com os preceitos da atuação letrada definidos no primeiro capítulo; antes, como de praxe, procuremos entender o processo mais amplo em desenvolvimento no continente europeu.

Segundo Reinhart Koselleck, “a reação comum de todas as igrejas bastou para investir a palavra crítica de um sentido polêmico, mesmo e se precisamente por ela se entendesse somente a crítica textual”.¹¹⁴ Já vimos como a crítica de Richard Simon e Jean LeClerc acabava por levar à relativização do sentimento religioso, que se tornava um entre os diferentes caracteres históricos da sociedade. No final do século XVII, contudo, a crítica deixou de ser “um sintoma da diferença cada vez mais aguda entre razão e revelação” para se transformar na própria “atividade que separa os dois domínios”.¹¹⁵ Para isso, a contribuição de Pierre Bayle foi fundamental.

¹¹¹ “Mabillon and the Benedictines in France, Bentley and the Moderns in England – to say nothing of Dutch or German scholarship – had in their very different ways shown how it was possible so to read a text as to extract from it meanings which the author need not have intended”, POCOCK, *Barbarism and Religion*, op. cit., vol. I, p. 156.

¹¹² “Whether the information thus obtained could be verified at a level exceeding that of probability was of course the next question”, *ibidem*.

¹¹³ “(...) the fortunes of Mabillon’s Maurist erudition develop before a background formed by increasing ecclesiastical mistrust of Biblical higher criticism – clearly an *érudition* of a very different kind”, *idem*, p. 144.

¹¹⁴ KOSELLECK, *Crítica e crise*, op. cit., p. 95.

¹¹⁵ *Ibidem*.

O autor do *Dictionnaire Historique et Critique*, de acordo com o historiador alemão, teria sido um dos responsáveis por fazer com que o método crítico passasse a abarcar “todos os ramos do saber humano e da história humana”, mergulhando-os, assim, “em um processo infinito de relativização” através do qual a crítica “tornou-se a verdadeira atividade da razão”.¹¹⁶ A razão se transformava, desse modo, no exercício da crítica, na atividade judicativa do sujeito que comparava e passava pelo seu crivo os argumentos, as tradições e os saberes que lhe eram recebidos: toda consciência se transformava num tribunal em contínuo funcionamento.

Portanto, a crítica não permaneceu restrita aos campos da filosofia, da estética e da história; tornou-se, de modo geral, a arte de alcançar, pelo pensamento racional, conhecimentos e resultados justos e corretos. Mas, enquanto o pensamento avança na sucessão de prós e contras em direção ao infinito, deixam-se de lado as aporias do pensamento. Neste sentido, Kant será o primeiro a dar um fim ao processo do Iluminismo. Até a crítica voltar-se contra a própria razão, ela emitia sem parar novas notas promissórias contra o futuro.¹¹⁷

A identificação entre a crítica e a razão transformava a primeira no fundamento de qualquer crença ou pensamento válidos, todavia também abria o campo da incerteza e do relativismo de todo o conhecimento. Enquanto capacidade de julgamento responsável pela concretização do saber, a crítica acabava paradoxalmente por situar a verdade cada vez mais longe. Em outras palavras, era a própria crítica que engendrava a crise que ela não conseguia resolver.

Em parte, algo semelhante acontecia com a erudição histórica. Como vimos, a abertura de um horizonte histórico a partir do qual assegurar o conhecimento do passado transformava o saber histórico no resultado de uma atividade judicativa do historiador ou do erudito. Mais do que a construção de uma narrativa, a própria determinação do que fora ou não o passado se constituía em responsabilidade daquele que compunha e julgava histórias. Todavia enquanto a crítica constantemente jogava a resolução de seu dilema constituinte para o futuro, vislumbrando no porvir uma suspensão da dialética do que, no presente, não tinha como resolver, ela também podia se situar acima dos problemas de seu tempo e localizar seu praticante fora dos partidarismos de sua época. O caráter irresoluto da crítica é responsável por criar seu ambíguo espaço privado de existência, antecâmara a uma esfera pública diferente daquela do poder; caso nos lembremos do processo chamado por Blandine Barret-Kriegel de *défait de l'érudition*, contudo, saberemos que era justamente a capacidade de se desviar dos problemas de seu tempo que estava impossibilitada ao historiador: este tinha de tomar partido.

Crítica e erudição histórica percorrerão caminhos diferentes no próximo meio século. O problema é tanto mais relevante quanto se reconhece que “as relações entre a *érudition* e a *philosophie* – para lhes dar esses nomes – eram complexas precisamente porque as duas não estavam de todo separadas”.¹¹⁸ Soma-se, ainda, a esta situação os próprios problemas que a

¹¹⁶ *Idem*, p. 96.

¹¹⁷ *Ibidem*.

¹¹⁸ A passagem toda contribui para o argumento que viemos desenvolvendo nesta seção: “A crítica de Gibbon

erudição eclesiástica tinha de enfrentar; como lembra J.G.A. Pocock,

As relações entre liberdade e autoridade repentinamente parecem menos simples do que havíamos suposto; e pode ser que um historiador não pode de qualquer modo negar a legitimidade das estruturas políticas e sociais que estuda e das quais é um membro. Não é de modo algum uma coincidência que Papebrochius, cujas negações indiscriminadas da autenticidade dos diplomas provocou o *De Re diplomatica* de Mabillon, era um jesuíta – a Sociedade podia ser vista tanto como um inimigo quanto como um aspirante ao poder secular – ou que as pesquisas de sua comunidade bolandista foram postas sob condenação papal em 1695,

enquanto a proposta do próprio Jean Mabillon, ao situar a autoridade eclesiástica colocando-a sob o peso da monarquia e de suas instituições, ou seja, o galicanismo, deixava as fundações sagradas do poder intactas.¹¹⁹ De um lado, portanto, a erudição se tornava vulnerável às objeções daqueles que negavam a autoridade secular sobre assuntos espirituais; de outro lado, também abria o flanco para os ataques daqueles que assumiam o ponto de vista oposto e rejeitavam qualquer reivindicação de soberania eclesiástica sobre os assuntos seja do Estado, seja da própria razão (a perspectiva mais radical). A crítica torna-se necessária para a erudição e para o conhecimento históricos, todavia ela tem de perfazer um equilíbrio delicado, de onde a importância do *método*. O mesmo passou a acontecer, por sua vez, nas academias seculares mantidas pelo Estado.

O conjunto desses problemas e dificuldades caracteriza muito do debate acerca do papel da crítica na historiografia. No capítulo XIII do *Traité des Études Monastiques* com o qual abrimos a seção anterior, Jean Mabillon define crítica como “uma ciência conjectural que ensina a bem-julgar certos fatos e, sobretudo, os autores e seus escritos” e, para realizá-la, o crítico precisa possuir capacidade judicativa, justiça e equânimidade, além de um espírito de ordem e método. Essas são as condições gerais para a crítica, as quais “não convêm a todo mundo”; as regras particulares, por sua vez, são as seguintes:

Afim que uma crítica seja boa e legítima, é preciso aplicar as mesmas precauções que num julgamento. É necessário 1. que a matéria seja de competência daquele que julga; 2. que o juiz se valha de todo o cuidado e toda a diligências necessárias para se instruir e se esclarecer da forma devida do fato que se trata; 3. que ele julgue apenas sobre a base de boas provas; 4. enfim que ele não tenha preconceitos nem paixões.¹²⁰

contra d’Alembert pode, como veremos, ser lida como a crítica de uma posição como esta [a de que a história humana era apenas auxiliar ao entendimento do homem]; mas ele não era um historicista do século XIX assim como d’Alembert não era um positivista do Oitocentos, e as relações entre *érudition* e *philosophie* – para lhes dar esses nomes – eram complexas justamente porque as duas não estavam de todo separadas”; no original: “Gibbon’s critique of d’Alembert can, as we shall find, be read as the criticism of such a position; but he was not a nineteenth-century historicist any more than d’Alembert was a nineteenth-century positivist, and the relations between *érudition* and *philosophie* – to give them these names – were complex precisely because the two were not fully disengaged”, POCOOCK, *Barbarism and Religion*, op. cit., vol. I, p. 146

¹¹⁹ “The relations between freedom and authority suddenly appears less simples than we may have supposed; and it may be that a historian cannot altogether deny the legitimacy of the social and political structures one studies, and of which one may be a member. It is not altogether a coincidence that Papebroeck, whose sweeping denials of authenticity to charters provoked Mabillon’s *De re diplomatica*, was a Jesuit – the Society could be thought both an enemy and an aspirant to secular power – or that the researches of his Bollandist community came under papal condemnation in 1695”, *idem*, p. 144.

¹²⁰ “On peut la définir : une science conjecturale qui apprend à bien juger de certains faits, et surtout des

Percebe-se que o erudito francês procura estabelecer regras para a condução da crítica, ao mesmo tempo em que delimita o campo daqueles capazes de aplicá-la – ou seja, para ser bem-realizada, a crítica tem de ser domínio dos poucos capazes de sustentar opiniões responsáveis. Entretanto meio século depois, os mauristas ainda têm dificuldade em se valer da crítica “boa e legítima”. Segundo Charles-François Toustain e René Prosper Tassin, autores da revisão crítica do *De re diplomatica*, o *Nouveau traité de diplomatique* (1748), “os assuntos sobre os quais a crítica se exerce são realmente da alçada da Diplomática, a qual com dificuldade consegue fixar os limites destas duas ciências e que são muito difíceis de não confundir”.¹²¹ Na Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, seu secretário-geral, Nicolas Fréret (1688-1749), embora reconheça o papel da crítica no conhecimento filosófico, ainda assim procede à condenação da amplitude que ela assumira na Europa da época:

A verdadeira Crítica não é nada mais que aquele espírito filosófico aplicado à discussão dos fatos (...). Por outro lado, a Filosofia esclareceu e guiou a Crítica; foi ela que a ensinou a duvidar e a suspender seu julgamento; foi ela que a tornou escrupulosa na escolha das provas e na determinação de seu peso particular. Dessa forma, a Crítica deve muito, sem dúvida alguma, à Filosofia. Entretanto, como o excesso das melhores coisas pode se tornar perigoso, eu não sei se a Filosofia não transforma a Crítica em algo muito difícil e duvidoso: a credulidade fora o defeito do século de nossos pais; talvez aquele no qual vivemos compartilhe do extremo oposto. O caráter do nosso século parece ser a redução de tudo à dúvida absoluta (...).¹²²

As passagens acima caracterizam um contexto historiográfico que estabelece uma relação ambivalente a respeito da crítica. Por um lado, não é mais possível não a realizar – “nosso tempo”, dizem os autores citados, “é diferente dos tempos pretéritos, pois nós duvidamos” –, de modo que também na historiografia a razão passa a se identificar com a crítica; por

auteurs et leurs écrits. Afin de réussir dans cette science, il est nécessaire d’avoir beaucoup de jugement, beaucoup de justesse et de netteté d’esprit, avec un esprit d’ordre et de méthode, pour mettre chaque chose en sa place et en son jour, en sorte qu’elles s’entraident à s’éclaircir. Outre ces dispositions naturelles, qui ne conviennent pas à tout le monde, il en faut encore ajouter de particulières. Afin qu’une critique soit bonne et légitime, on y doit apporter les memes precautions que dans un jugement. Il faut, 1. que la chose soit de la competence de celui qui juge ; 2. que le juge apporte tous les soins et toutes les diligences nécessaires pour s’éclaircir et s’instruire dûment du fait dont il s’agit ; 3. qu’il ne juge que sur de bonnes preuves ; 4. enfin qu’il soit sans prejudices et sans passions”, MABILLON, “Traité des Études Monastiques”, in HUREL, *Le moine et l’historien*, op. cit., p. 560.

¹²¹ “Les sujets sur lesquels la critique s’exerce sont réellement du ressort de La Diplomatie qu’à peine peut-on fixer les limites de ces deux sciences et qu’il est même quelquefois assez difficile de NE pas les confondre”, Charles-François TOUSTAIN; René Prosper TASSIN *apud* BARRET-KRIEGEL, *La défait de l’érudition*, op. cit., p. 252, nota 37.

¹²² “La vraie Critique n’est autre chose, que cet esprit philosophie, appliqué à la discussion des faits : elle suit dans leur examen, le même procedé que les Philosophes employent dans la recherche des vérités naturelles. (...) C’est cette Critique qui fournit à la Philosophie une grande partie de ces faits de Morale et de Physique, sur lesquels elle travaille (...). Mais d’un autre côté, la Philosophie a éclairé, et a dirigé la Critique ; c’est elle qui lui a appris à douter, et à suspendre son jugement ; c’est celle qui l’a rendu difficiles sur le choix de ses preuves, et sur le degré de leur force. Ainsi la Critique doit aussi, sans doute, beaucoup à la Philosophie. Cependant, comme l’excès des meilleurs choses peut devenir dangereux, je ne sai si le Philosophie ne se rend pas quelquefois la Critique trop difficile et trop douteuse : *la credulité étoit le défaut du siècle de nos peres ; peut-être celui où nous vivons donne-t-il dans l’extrémité opposée*. Le caractère de notre siècle semble être, de ramener tou au doute absolu”, Nicolas FRÉRET *apud* POCOCK, *Barbarism and Religion*, op. cit., vol. I, pp. 159-160; *grifos meus*.

outro lado, ante a aterradora possibilidade de uma dúvida universal, a historiografia tem de estabelecer regras e métodos para controlar o processo de relativização que ela mesma coloca em marcha. Qual é, então, o problema apresentado aos historiadores e eruditos da época? A distinção entre uma boa e uma má crítica. Um exame do contexto português nos fornecerá elementos para analisar, posteriormente, como essas questões eram debatidas na Academia dos Esquecidos.

Não se deve subestimar o apreço pela crítica disseminado entre os membros da Academia Real da História Portuguesa. Como afirma Manoel Pereira da Silva Leal numa prestação de contas de seus estudos, “A mais nobre potencia das interiores, e espirituais da alma he o entendimento”,

a quem toca discernir, examinar, e criticar o que a memoria lhe propõem, e o que a vontade deve escolher depois da sua crisi, e decisaõ: esta potencia na alma da historia, nem he, nem pôde ser outra senaõ a Critica, sem a qual naõ pôde o Escritor abraçar opiniaõ alguma Historica com acerto, nem fundamento (...).¹²³

A conjunção entre crítica e crise indica a transformação por que passam estes conceitos no ambiente intelectual português da época, pois já vimos, no primeiro capítulo, que a ligação entre ambos anteriormente somente se estabelecia com referência à prática médica. Para compreender, contudo, como o demônio da crítica foi sendo progressivamente domado ao longo das conferências acadêmicas, é preciso seguir o pensamento do idealizador da agremiação lisboeta, Manuel Caetano de Sousa.

As intervenções do clérigo português ao longo dos primeiros oito anos de existência da Academia Real representam um conjunto sistemático e sempre crescente de reflexões acerca dos meios pelos quais a crítica pode concordar com a verdade. Nesse sentido, em 9 de outubro de 1721, o acadêmico afirma ter discernido no horizonte “três espécies de Critica; a primeira louvavel, e pia; a segunda toleravel, e indifferente; a terceira condenavel, e impia”¹²⁴ e, para bem a realizar, estabelecera doze regras nas quais os princípios do método e a defesa da verdade católica e monárquica se combinam:

I. Naõ escrever cousa alguma contra o Breviario, ou Martyrologio Romano. II. Naõ impugnar, nem duvidar as tradições das Igrejas. III. Naõ fazer caso algum de argumentos puramente negativos. IV. Naõ dar credito algum na Historia Ecclesiastica a Author Herege. V. Naõ seguir livro de Author Catholico, que for prohibido, se naõ souber a causa, porque o he, nem a algum livro, que a Igreja mande emendar naquelles pontos, que ella ordena que se risquem. VI. Naõ dar credito algum a Authores Estrangeiros do que escreverem contra os naturaes da terra, de que se trata. VII. Naõ dar credito algum na Historia a Author moderno contra o antigo, senaõ quando provar o seu dito com instrumento mais antigo, que o Author authentic, sincero, e sem vicio, e mais antigo que o Author impugnado. VIII. Naõ dar credito algum a Author commumente tido por mentiroso naquellas materias, ou pontos, que naõ achar em outro, nem a Author inconstante nos pontos, em que o for. IX. Naõ dar credito a Authores, que levemente crem tudo, e muito menos aos que temerariamente negaõ tudo. X. Naõ dar credito a Author preocupado da inveja, ou da emulaçã. XI. Naõ dar credito a Author, que prova a sua proposiçaõ com argumentos já respondidos, se elle naõ mostrar claramente o vicio das respostas. XII. Naõ seguir ao menor numero dos Authores, se

¹²³ 19/05/1729, in *CDMARHP*, op. cit., p. 3

¹²⁴ 09/10/1721, in *CDMARHP*, op. cit., p. VI.

naõ só quando os poucos mostrarem a falsidade dos muitos.¹²⁵

Seis anos depois, Sousa retoma a mesma questão em termos bastante semelhantes aos de Jean Mabillon com os quais se abriu esta seção:

E sendo a Critica em si taõ difficil, o he muito mais pela facilidade, com que se metem nella todos os destituídos das forças, que para o seu exercicio saõ necessárias;

de onde “Muitos cuidaõ, que para ser Critico basta ter o entendimento natural”.¹²⁶ O bom crítico é aquele que reúne as três condições enunciadas por Horácio e resumidas na fórmula *Vir bonus, & prudens*:

(...) deve ser homem, que deve ser bom, que deve ser prudente: Isto he, homem pela larga experiencia, e pela constancia varonil; pela qual propriedade fica excluida do ministerio da Critica a nova Filosofia Cartesiana, da qual disse o Bispo D. Fr. Francisco Pacheco, e o Padre Diogo de Quadros na sua Pales-tra Escolastica, que fora introduzida por ser agradavel a mulheres ociosas, e bacharellas.

Pelas propriedades de bom, se nega o nome de Critico a todo aquelle, que naõ tiver piedade, sem a qual naõ póde haver bondade moral (...).

Pela circunstancia de prudente, se fecha o Tribunal da Critica a todos os Juizes precipitados, e temerarios (...).¹²⁷

Já em oração de encerramento dos trabalhos acadêmicos no ano seguinte, 1728, o autor expande o tratamento dos “Críticos temerários” e preocupa-se com o destino destes, pois o mais que estes alcançam “he a infamia de atrevidos, de que este seculo, e os dous próximos viraõ multiplicados exemplos”.¹²⁸

Tres foraõ as causas da ruina de Faetonte; a primeira, naõ seguir os dictames de hum pay sabio; a segunda, naõ ir pelo caminho do meyo, e trilhado; e a terceira, naõ saber o que fazia, naõ saber governar as redeas, e naõ saber os nomes dos cavallos (...). O mesmo succede a hum Critico temerario. Desatende os dictames dos primeiros pays das Sciencias, declinando para os extremos perigosos. Foge do caminho já trilhado, para ir dar em precipicios. Finalmente naõ sabe o que faz. Naõ sabe moderar as redeas dos affectos, e naõ sabe nem o nome dos conductores da Critica, porque naõ sabe o nome ao regulado Amor da verdade.¹²⁹

Por fim, numa “Oração Academico-Mariana”, Manuel Caetano de Sousa afirma ter perdido “o medo às franquíssimas armas da Critica voluntaria”, isto é, “aquella Critica tyranica, que se naõ governa pelo discurso, mas pelo capricho, nem segue outras leys, senaõ as que lhe dictaõ as paixoens”.¹³⁰

Crítica e historiografia estabelecem uma complexa e delicada relação naquele contexto. Reconhece-se a inevitabilidade da primeira, porém se teme seus resultados. Para assegurar o caráter público do ofício de historiador e o exercício da boa crítica, portanto, é necessário concordar com o já conhecido, assentar o novo sobre estabelecidas bases e

¹²⁵ *Idem*, pp. V-VI.

¹²⁶ 17/04/1727, in *CDMARHP*, op. cit., pp. 5-6.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ “Oração”, in *CDMARHP*, 1728, op. cit., p. 20.

¹²⁹ *Idem*, p. 21.

¹³⁰ “Oração Academico-Mariana”, 19/05/1729, in *CDMARHP*, op. cit., pp. 1-2.

controlar as próprias paixões. Os princípios do *método*, dessa forma, combinam-se com a tentativa de direcionar as armas da crítica. Esta mesma situação adquire muito de sua *cor local* na Bahia setecentista pois, de fato, tratam-se de armas e de críticas.¹³¹

Sem consequência de ânimo e gênio contencioso

A primeira metade desta seção permitiu compreender a dificultosa relação entre a crítica e a prática da história em inícios do Setecentos. Entre os Esquecidos, essa relação não sofrerá menores problemas, embora se possa divisar a existência de aspectos que, pela intensidade, acabam por dotar a crítica acadêmica de um caráter peculiar. A escolha pela forma dissertativa e a permanência de um certo modo de atuação do letrado indicam que as discussões efetuadas pela agremiação baiana são particularmente fortes – de fato, trata-se da colocação frente a frente de dois exércitos em disputa. Como lembra Inácio Barbosa Machado a respeito de sua contenda com Gonçalo Soares da Franca,

porque o nosso intento nesta Academia é firmar verdades, e não introduzir conjecturas, sem autoridade, como se resolveu na sua primeira sessão de sete de Março, *me pus em campo com as armas*, que tendes visto e a que devo sem ofensa da modéstia, ou do respeito, conseguido o triunfar da verdade, e confutar-se e menos provável.¹³²

Ou seja, nas dissertações da Academia dos Esquecidos combinam-se a adoção da crítica como instrumento para se chegar a uma verdade ou a uma afirmação mais provável acerca do passado, a desconfiança dessa mesma crítica por conta de seus efeitos potencialmente deletérios, o recurso ao modelo das *letras e armas* para a realização das contendas e, como parte deste mesmo modelo, o reconhecimento do caráter primordial da ortodoxia católica ou do papel da monarquia na própria atuação do letrado. Se, em parte, estes aspectos não existissem também na Academia Real da História Portuguesa,¹³³ poder-se-ia pensar tratarem-

¹³¹ Pode-se pensar se a ânsia metodológica da historiografia da passagem do século XVII para o XVIII não indica estar em jogo a mesma relação ambivalente com a subjetividade que caracteriza a preceituação poética dos séculos anteriores. Esta regulação da subjetividade, assim, seria um dos resultados do avanço do pirronismo e da incerteza histórica, incerteza esta que, como vimos, é também engendrada ela pelos próprios estudos eruditos, virtualmente incapazes de estabelecer a última sentença a respeito de uma questão. Não possuo meios para tratar do problema no momento, todavia uma boa ilustração seria outra passagem das reuniões da Academia Real, uma na qual o obscuro acadêmico Gonçalo Manoel Galvão de Lacerda demonstra a preocupação de que “Se eu escrever [as *memórias* dos reinados de D. Pedro I e D. Fernando] sem outros documentos, que os escritos, que se achão impressos, toda a prova, com que poderey qualificar a opiniaõ, que seguir, a respeito dos sucessos, sobre os quaes dissentem os Historiadores, *será o melhor conceito, que eu forme do Escriitor, ou Escritores, que eu approvar (...). Porém isto não será bastante, para que os factos, que se achão duvidosos pela contrariedade dos referimentos, deixem de ficar da mesma sorte duvidosos*”, 04/01/1731, in *CDMARHP*, op. cit., pp. 10-11.

¹³² MACHADO, “Dissertações”, op. cit., Dissertação antecrítica, f. 51v.

¹³³ Fernando Nicolazzi lembra que a referência às *letras e armas* também aparecem na *Dissertação histórica, jurídica, e apologética* de Diogo Fernandes de Almeida, cf. NICOLAZZI, “Entre letras & armas”, op. cit., p. 46. Por um lado, a figuração do debate crítico por meio da noção de *letras e armas* pode indicar traço particular da erudição histórica portuguesa; por outro lado, entretanto, também pode dizer respeito ao gênero dissertativo, que justamente representa uma disputa. Embora não tenha pesquisado com atenção a respeito deste aspecto, não me recordo de outras menções ao modelo das *letras e armas* nas *memórias históricas* da Academia Real ou em suas conferências. Um possível tópico de estudo seria ver até que ponto a

se dos caracteres específicos de uma crítica feita *na* colônia brasileira. Em outras palavras, os acadêmicos Esquecidos traduzem os debates acerca da crítica nos parâmetros de suas próprias condições de entendimento e possibilidades de realização.

Embora contassem com o patrocínio do vice-rei, os acadêmicos brasileiros encontravam dificuldade em justificar as controvérsias a que davam origem e, em especial, as que se originavam entre eles. Este problema emergia recorrentemente nas dissertações históricas. No próêmio a suas dissertações sobre a história militar do Brasil, por exemplo, Inácio Barbosa Machado destaca que sua empreitada não era “consequência de ânimo e gênio contencioso”, acrescentando logo a seguir que “se entrar alguns pontos de que se possa formar disputa, e dela nasça escândalo nos Professores desta Academia, se eu entender que posso escrevê-la sem interpôr o meu juízo, os deixarei em profundo silêncio”.¹³⁴ Ou seja, a omissão é preferível do que o ser causa de animosidade. Não estranha, portanto, que Machado recorra à hagiografia e à história sagrada para justificar a existência de controvérsias intelectuais:

(...) os entendimentos ainda que ilustrados, ou Angélicos (...) se encontraram nas opiniões, não havendo século, em que os sábios não discordassem nas sentenças, e se não afastassem nos pareceres. Assim o vemos na escritura Sagrada logo no princípio do Mundo, chegando a ser o mesmo Céu palestra de renhidas controvérsias, e depois a terra que emulados mais nobres [Espíritos até nesta] fatalidade quis exceder, ou competir com o mesmo céu.¹³⁵

Deve-se lembrar que também Luís de Siqueira da Gama, já na sua definição do que é dissertação, afirmara que estas encontram seu início na própria origem do mundo ou, em suas “primeiras mantilhas”:

Deduz a sua origem esta voz dissertação não menos que das primeiras mantilhas do universo, porque depois de criar Deus Nosso Senhor esta grande máquina, e formosura do mundo, depois que se criou a Luz, o dia, a noite, o firmamento, o mar, a terra, as árvores, os frutos (...), logo criou o homem à sua imagem, e deu-lhe a Eva para sua consorte e nossa primeira mãe: como porém, astuciosa a serpente fatal inimiga do gênero humano, maquinasse transtornar-lhe tanto bem, e de um só golpe privá-lo da vida, na cabeça do primeiro Pai; *com ânimo dobrado* entrou a controverter com Eva esta infausta e especial dissertação: perguntou-lhe porque motivo ordenada a Adão o Senhor que não comessem de todas as árvores do Paraíso. (...) Deliberou-se Eva finalmente a morrer, e comeu da árvore da Ciência (...).

Prestando-se atenção nas justificativas dadas pelos acadêmicos para suas empresas dissertativas, percebe-se que se desde os “princípios do mundo principiou a ter origem a dissertação”,¹³⁶ confirma-se que também é claro que a própria ciência é o resultado de uma controvérsia. Como vimos acima, é o próprio espaço do debate que cria as condições de

mesma conjunção se apresenta nas dissertações eruditas no âmbito europeu, o que auxiliaria no entendimento do caráter específico da crítica na Idade Moderna frente à disciplina da filologia oitocentista, por exemplo. Uma breve tentativa de entendimento destes traços peculiares é feita por Anthony GRAFTON, *Faussaires et critiques: créativité et duplicité chez les érudits occidentaux*. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

Lembrando que a tópica possui grande anterioridade ao século XVIII; o relato de sua constituição pode ser encontrado em Ernst Robert CURTIUS, *Literatura européia e Idade Média latina*. São Paulo: EdUSP, 1996.

¹³⁴ MACHADO, “Dissertações...”, op. cit., 1999, ff. 9-9v.

¹³⁵ *Idem*, ff. 41-41v.

¹³⁶ GAMA, “Dissertações...”, op. cit., 1971, p. 13; *grifo meu*.

acesso a uma verdade histórica, ainda que de natureza provisória.

Este espaço de debate, todavia, não é o espaço por onde a crítica corre livremente. Segundo Luís de Siqueira da Gama, os argumentos das dissertações devem ser “moderados”,

porquanto se a dissertação for nimia imoderadamente ou por capricho, ou por vaidade, ou por espírito de contradição, tão longe está de ser semelhante contróvêrisa afeto louvável, exercício virtuoso ou empenho científico, que necessariamente há de produzir efeitos contrários, e a dissertação que somente se devia alterar a fim de se conhecer a verdade e concluir a sentença melhor; se controverter nimiamente imoderada, é preciso que se há de perturbar o certo, escurecer o claro, e confundir-se totalmente a melhor opinião (...).¹³⁷

A importância do modo pelo qual se conduz a dissertação é tamanha que se ela não for feita pelos motivos corretos, acabará por chegar ao obscurecimento, à confusão e ao desconhecimento, ou seja, os resultados contrários aos quais ela se propõe. Nas dissertações da Academia dos Esquecidos, portanto, o método encontra seu fundamento nas regras de conduta – e pode-se pensar se a realização de encômios ao vice-rei não possui também a função de designar que os acadêmicos estão dispostos a seguir estas mesmas normas.

Por outro lado, os juízos formulados a respeito dos outros autores revelam que eles são, muitas vezes, o reverso dos valores enunciados pelas regras de conduta acadêmicas. Sobre as teorias que explicam o modo pelo qual os indígenas vieram à América, Gonçalo Soares da Franca assume a posição de considerá-la “apócrifas”, pois “mais me parece *escritas com desejo de ostentar erudição, que fundadas no estudo de indagar a verdade*”;¹³⁸ Caetano de Brito e Figueiredo, por sua vez, considera a existência de opiniões contraditórias a respeito da veracidade dos mitos de criação indígenas o sinal de que os estudiosos partilham de

sentimentos encontrados, e comumente sucedidos nos diversos gênios, e pareceres dos homens, que não só no duvidoso, mas ainda no evidente *já alucinados da flâucia, e nimia estimação de si mesmo, já de paixões heterogêneas, e estranhas* descolorem a verdade, douram a mentira, desprezam ao sólido, estimam o aparente, e presumindo que o seu parecer é sempre o melhor, querem acreditar por justiça, o que quando muito, também por cega, só pode ser fortuna, e sempre irremediável queixa, por pender o prêmio, e aplauso de cada um dos afetos alheios, e *não do trabalho, e merecimento próprio*.¹³⁹

Os acadêmicos Esquecidos resguardam-se, assim, do caráter disruptivo da crítica assumindo a posição de que as discordâncias de opinião são o resultado da paixão, do orgulho excessivo ou de algum outro desvio moral. Esse desvio podia ser, como veremos no caso das tradições, o próprio desconhecimento ou rejeição da causa primeira.

Inevitavelmente, este era um princípio que podia ser aplicado tanto a favor quanto contra aos acadêmicos, e os Esquecidos se vêem forçados a tortuosas laborações quando precisam justificar a adoção de alguma perspectiva potencialmente controversa:

¹³⁷ *Idem*, p. 24.

¹³⁸ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., III, p. 253; *grifo meu*.

¹³⁹ BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., II, p. 158; *grifos meus*.

Nem pareça exageração própria, ou encarecimento excessivo o grande exame e diuturno estudo que prometo para escrever os Descobrimentos e guerras do Brasil, porque toda esta minha aplicação é precisa, e toda não basta para resolver a grande cópia de livros pertencentes à nossa América,¹⁴⁰

e isso porque Inácio Barbosa Machado, o autor destas linhas, se vira em necessidade de justificar o reconhecimento de que

a muitos será este caminho estranho e a não poucos parecerá novo este método de escrever porém ignoram, ou aborrecem a severidade da crítica. Dirão que não seguimos tudo o que acharmos escrito, é despojar as nossas Histórias, do que nelas, já se dava por assentado, e que parece o modo de querer esfriar, e diminuir a fê de nossas proezas abatar a glória de nossas obras, e ofuscar o esplendor da nossa Pátria. Mas como as belicosas luzes dos Lusitanos, não depende para brilhar de vitórias fantásticas, ou de sucessos duvidoso, sobejando-lhe tanto dos verdadeiros, que deles posso dizer o mesmo, que Santo Ambrósio fala de Abraão que só as obras verdadeiras deste Pai das [Gentes] excederam todas as ficções.¹⁴¹

A verdade acima de todas as ficções, isso significa a possibilidade de ter de reconhecer o indesejado; para que a crítica do juiz de fora não pareça apenas desejo de ostentar o próprio engenho, ele fora levado a argumentar, antes, que

Terá sim a minha História a verdade por base fundamental do seu edifício. Para a seguir, para a defender, e para a sustentar exposto aos maiores contrastes, antes quererei ser despojo da inveja e contradição do que vítima do engano. Por tão nobre princípio não será para meu juízo, mas sim mais autêntica a mais verdadeira. Aos Autores de maior nome seguindo narrações falsas, ou tradições populares, deixarei sem a lisonja do meu séquito, e aos Escritores de menor fama, quando falarem com verdade seguirei como parcial dos seus escritos; pois a grandeza, e o respeito dos autores não chega a ser argumento de infalibilidade como falando de si nos ensinou a glória de África Santo Agostinho quando ponderou que deve o entendimento ceder à razão, e não ao Doutor (...). E por esta causa no concurso das opiniões deixarei o mais plausível por abarcar o mais provável; pois escrevo para juízos independentes, e não para gostos depravados, e quero instituir entendimentos e não lisonjear vontades, última obrigação de um Historiador perfeito.¹⁴²

O acadêmico *laborioso* constrói sua própria figura enquanto crítico pela elevação da consideração de seu auditório – os demais acadêmicos – o que lhe permite proceder ao exame dos autores pelo que lhe parece mais próximo à razão – o entendimento –, todavia a depuração feita pelo entendimento também leva ao reconhecimento das glórias da monarquia lusa na América – os sucessos que não precisam da ficção ou da mentira para serem reconhecidos. Nestas passagens, encontram-se todos os limites e as possibilidades, todas as contradições e todas as condições da crítica entre os Esquecidos.

Talvez a melhor maneira de sintetizar a discussão feita aqui a respeito do relacionamento entre o método histórico e os constrangimentos da crítica seja através do entendimento de uma discussão acadêmica em seu funcionamento. Aquela que motiva a dissertação “antecrítica” de Inácio Barbosa Machado serve para demonstrar como todos os princípios enunciados e trabalhados ao longo destas duas seções adquirem sua particular feição quando postos em movimento pelos acadêmicos.

¹⁴⁰ MACHADO, “Dissertações”, op. cit., Aparato, f. 10v.

¹⁴¹ *Idem*, ff. 9-9v; a interpolação está presente na transcrição de Carlos Eduardo Mendes de Moraes.

¹⁴² *Idem*, ff. 8v-9.

No início de sua primeira dissertação, Gonçalo Soares da Franca coloca dúvidas quanto à data do descobrimento do Brasil e ao primeiro local avistado pela armada comandada por Pedro Álvares Cabral. Para o reverendo padre, a extensão das atividades feitas em solo brasílico – o conserto das naus, o comércio com os nativos, a exploração do território – demandariam mais tempo do que o relatado pelos autores que trataram do assunto. A solução, tendo em vista a continuação da viagem do navegador português, seria recuar em dez dias a data do descobrimento, para o dia 14 e não para o dia 24 de abril, e considerar que o local avistado fora Ilhéus, e não Porto Seguro. Franca sabia que sua proposta não seria bem-recebida por seus colegas, ainda mais tendo em vista a autoridade daqueles que contavam o descobrimento como tendo ocorrido no final e não em meados do mês de abril:

Reconheço todavia muito bem, que a autoridade de João de Barros entre os nossos é tanta, que não sofre ser impugnada com uma relação manuscrita; e suposto que a esta pudéramos defender com muitos, e mui próprios exemplos, de nenhum quero usar, mas só concluir que bem, ponderada a sentença do nosso historiador, parece mais conjectura alheia, que opinião própria, pois a indiferença com que fala dá lugar a que a relação e a década possam ser verdadeiras.

Com base em documentos – uma relação manuscrita particular – e razões, o acadêmico *obsequioso* desafiava a autoridade do Tito Lívio português afirmando que este pecara por acreditar demais em suas fontes – o entendimento de João de Barros, a seus olhos, não era de todo acertado, uma vez que aquele grande historiador poderia também ser acusado de crédulo.

O medo de Franca, contudo, era ser taxado de leviano ou atrevido. Ainda assim, a controvérsia por ele incitada originou a única disputa digna de monta *entre* os acadêmicos Esquecidos. Para Caetano de Brito e Figueiredo e Inácio Barbosa Machado, a opinião emitida pelo acadêmico *obsequioso* contrariava não apenas o conhecimento recebido quanto o consenso entre os acadêmicos. “No aparato isagógico”, diz o acadêmico *nubiloso*, “declaramos fora descoberta esta Região aos 24 de abril, do ano de 1500. Cronologia, que também observaram os Sapientíssimos Mestres da História Política e Militar”, todavia Franca quisera inculcar “diversa notícia”.¹⁴³ O que fazer?

O acadêmico recorre, então, ao princípio de que os autores da época e os mais próximos ao descobrimento, entre os quais se contam João de Barros e Jerônimo de Osório, todos concordam que o descobrimento se dera no dia 24.¹⁴⁴ O mesmo argumento é de serventia de Inácio Barbosa Machado, todavia se pode perguntar se a incerteza do método histórico não se origina de seu próprio fundamento para conhecer o passado, pois segundo o acadêmico *laborioso*, os autores coetâneos aos eventos são mais confiáveis pois é “infalível que então se havia saber melhor por Palácio, e na Corte o que pertence ao nosso descobrimento, do que

¹⁴³ BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., III, p. 168.

¹⁴⁴ “Veneramos com o maior rendimento tão grande doutrina [de Gonçalo Soares da Franca], porém não é possível, nem nos podemos apartar de uns Autores, que pela verdade, que observaram, por serem coevos, e contemporâneos da ação, não só merecem todo o crédito, mas uniformemente lho atribuem Nacionais, e Estrangeiros”, ou seja, são escritores *autorizados*, *ibidem*.

hoje podemos descobrir, depois do largo espaço de 224 anos”.¹⁴⁵ O historiador está sempre correndo atrás da história.

O resultado de pôr as armas em campo, para os dois acadêmicos, é a própria defesa da história brasileira. Segundo Caetano de Brito e Figueiredo, as opiniões expressas pela Academia têm de ser caracterizadas pela unidade, pois “não é justo se oponham [umas] a outras”. Se os próprios acadêmicos brasileiros, pertencentes ao mundo da erudição portuguesa, discordarem entre si, “com mais razão os Estrangeiros não só duvidarão, mas assinarão diverso tempo as ações principais, o que sem dúvida fazem”.¹⁴⁶ Não é possível perder tempo com controvérsias internas; percebe-se que a crítica acadêmica se coloca a favor da utilidade da monarquia. Com relação a este ponto, pode-se pensar se os Esquecidos não se colocam no papel de defender o próprio Império que os emprega; conquanto se possa concordar com isso, percebe-se que não se trata do único aspecto que o acadêmico *nubiloso* parece querer defender no momento em que refuta seu colega:

Instar-me-ão que os Críticos modernos duvidam de ações, e acontecimentos de maiores consequências. Assim o reconheço, mas não sigo; porque conforme a autoridade do Padre Mavilhon no tratado dos **Estudos Monásticos**, pág. 11, capítulo 13, o exame e crítica de boa fê, e que justamente mereçam o título de bons devem ilustrar, e não desfazer as opiniões comumente recebidas, principalmente de Autores, pelas circunstâncias que ponderamos, de tanta veneração e respeito.¹⁴⁷

*

A décima-quinta conferência da Academia dos Esquecidos foi aberta por uma oração pronunciada pelo frei Luís da Purificação. O franciscano, há muito desviado do convívio das letras pela causa dos pobres, em suas palavras,¹⁴⁸ tem apenas uma modesta advertência a fazer a seu tão sábio e erudito auditório:

Ultimamente acompanham a esta figura da Ciência um velho, que representa ser seu pai, a quem chamam o estudo; e um moço, que parece ser seu filho, a quem chamam o perigo; porque se bem se repara, é a Ciência Mãe do perigo, e Filha do estudo; Filha do estudo, porque o estudo gera a Ciência, como pai, e Mãe do perigo, porque da Ciência nasce o perigo como filho.¹⁴⁹

A passagem demonstra bem os constrangimentos – ou não seriam possibilidades? – do estudo histórico e da crítica não apenas no contexto luso-brasilico mas talvez também a situação europeia mais ampla. A historiografia e a erudição histórica do período passam a se valer de um conjunto crescente de procedimentos críticos, todavia elas não podem acatar justamente o traço mais marcante do desenvolvimento da crítica na segunda metade do Setecentos e que somente se intensifica no século e meio seguinte: a abertura para uma racionalidade desenfreada, capaz de derrubar quaisquer opiniões que se tivesse como certas. A história,

¹⁴⁵ MACHADO, “Dissertações”, op. cit., Dissertação antecrítica, f. 44v.

¹⁴⁶ BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., III, p. 169.

¹⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁴⁸ “Oração que disse o Padre Mestre Frei Luís da Purificação em 26 de novembro de 1724”, in CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., vol. I, tomo 4, p. 8.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 10.

como saber de utilidade pública, tem de erguer barreiras contra os excessos da crítica, mas como precisa se valer desta, não há preceitos que a limitem: o resultado é uma ênfase excessiva no método como controle ao próprio juízo do historiador. A escrita da história torna-se dificultosa e o futuro historiador – valendo-se dos métodos eruditos para comprovar – terá de carregar um peso cada vez maior a cada obra que se põe a escrever. Em contraponto, na singela, irônica e magistral formulação de Arnaldo Momigliano, há uma “gangue fanática de filósofos que viajava com muito pouca bagagem”.¹⁵⁰

Existe, todavia, mais uma dessas bagagens que os historiadores brasílicos carregam, qual seja, “fazendo o gosto a César todo o trabalho se transforma em gosto, nem é arriscado, porque em César tudo é ventura”.¹⁵¹ As *letras e armas*, juntas, fornecem um meio pelo qual a crítica pode ficar simultaneamente restrita a seus confins e, ainda assim, levar à mais vigorosa atividade de disputa. Frente ao silêncio final e ao contínuo debate que marcará a Academia Real e suas *memórias*, é justamente por causa de um princípio tão avesso à crítica que os Esquecidos conseguem formular uma certeza a respeito do passado – uma que, apesar de provisória, não lhes parece ter este caráter. Qual a medida da certeza num mundo de crescentes desconhecimentos?

A barroca vertigem

Segundo Gonçalo Sores da Franca, ao descrever as terras brasílicas para o auditório composto pelo vice-rei, pelos demais *mestres de história* e pelo restante dos acadêmicos, as nações indígenas que habitam as margens do Grão-Pará são “tão numerosas e diversas, que já somaram cento e cinquenta distintas em nomes acentos e línguas”, dentre as quais se incluem “a que chamam dos Gigantes, que os Nacionais dizem Curiquerês”, aquela dos pigmeus, “tão pequenos como tenras crianças que lhes chamam Guaiasis”, assim como as “belicosas Amazonas mulheres”, as quais dão o nome moderno do rio e, por fim, “uma Nação, que tem os pés às avessas de sorte, que quem os quiser seguir pelas pegadas há de caminhar para onde elas parece que desandam”.¹⁵² O autor se vale de uma série de qualificativos para se distanciar das próprias informações que relata, informações estas obtidas a partir da leitura de outros autores: *contam*, diz ele, que há inúmeras nações; a respeito dos gigantes afirma descrever “segundo os que os viram – caia a verdade sobre seus Autores” e, por fim, o que “não padece dúvida” alguma, entre todas as informações que o acadêmico *obsequioso* fornecera a seu público, é apenas “a exuberante fertilidade do Rio em frutos, plantas, aves, e pescados, sendo o das tartarugas o mais lucroso”.¹⁵³

Essa pequena passagem das dissertações sobre a história eclesiástica do Brasil pode

¹⁵⁰ “(...) a fanatic gang of philosophers who travelled very lightly”, MOMIGLIANO, “Gibbon’s Contribution to Historical Method”, op. cit., p. 452.

¹⁵¹ “Oração”, in CASTELLO, *O movimento academicista*, op. cit., vol. I, tomo 4, p. 18.

¹⁵² FRANCA, “Dissertações”, op. cit., pp. 244-245.

¹⁵³ *Ibidem*.

ser interpretada de muitas maneiras: em primeiro lugar, demonstra a presença do imaginário medieval no descobrimento e na colonização da América, imaginário este do qual Franca apenas parcialmente se distancia; segundo, indica a pobreza dos conhecimentos geográficos dos próprios acadêmicos, que mais de duzentos anos após a chegada dos portugueses ao Brasil ainda têm de se fiar em testemunhos colhidos nos primórdios da colonização;¹⁵⁴ terceiro, abre espaço para pensar se aos acadêmicos era mais interessante a descrição pura e simples do território brasileiro ou o conhecimento dos lugares onde a exploração econômica seria lucrativa, muito embora as categorias utilizadas para compreender a natureza brasileira pareçam escapar ao mero ordenamento utilitário.¹⁵⁵ Pode-se pensar, todavia, se não há mais uma maneira de interpretar o catálogo da natureza e das populações brasileiras oferecido pelo acadêmico *obsequioso*.

A noção de *paradigma indiciário* formulada por Carlo Ginzburg levanta uma série de comparações entre o historiador e outras figuras que se servem de pistas – isto é, indícios – para construir seu saber. Uma destas comparações é com o detetive; outra, porém, é com o caçador. Segundo o historiador italiano, no decorrer de milhares de anos o caçador aprendeu “a reconstruir as formas e movimentos de presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados”.¹⁵⁶ Este saber seria capaz de se conduzir à maneira de uma metonímia, reconstruindo o todo pela parte, de modo que o “O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos”.¹⁵⁷ O caçador, como o historiador, segue os rastros que apontam para onde segue sua presa.

Pode-se pensar se, nas pegadas do acadêmico, as quais têm de ser *desandadas* para que se saiba para onde estão indo, não existe algo como que o reverso do *paradigma indiciário*. Apesar do resultado virtualmente imprevisível das dissertações, muitas delas não escondem a sensação de confirmar uma opinião que já se tinha como correta de antemão. Os acadêmicos, ao contrário dos caçadores, perseguem o rastro de uma presa que eles já possuem

¹⁵⁴ Segundo o mesmo acadêmico *obsequioso*, “admirados igualmente os Portugueses do que notavam, e os Gentios do que singularmente viam, quis também a natureza abortar aqui uma admiração, lançando o mar à praia uma Quimera aquática; ou Monstro Marinho, porque tinha a grossura de um tonel, o comprimento de dois, cabeça e olhos de Javali; orelhas de Elefante, cresta e pelosa a [cútis] da altura de um dedo, e de uma vara a extensão da cauda, carecia de dentes”, *idem*, p. 238. Embora o acadêmico esteja narrando o descobrimento do Brasil, percebe-se que se trata do mesmo *monstro marinho* que assombrava a costa brasileira no relato de Pero de Magalhães GANDAVO, *Historia da prouincia sãcta Cruz a qu'vulgarmente chamamso Brasil*. Lisboa: João Lopez, 1575, capítulo 9, ff. 30v-32v.

¹⁵⁵ A não ser que se pense que a primeira categoria da classificação das aves brasileiras, na sétima dissertação de Caetano de Brito e Figueiredo, obedeça justamente a este princípio, já que se trata das aves “comestíveis”, segundo ele a “mais útil” das espécies em que se dividem os pássaros brasileiros. Os outros critérios, porém, são as aves que cantam e, por fim, as que têm plumagem colorida, adicionando-se ainda os que não se enquadram em nenhuma das classes, como os avestruzes, cf. BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., VII, pp. 203-212.

¹⁵⁶ Carlo GINZBURG, “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, in *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 151.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 152.

em cativo. Em sua quinta dissertação, Luís de Siqueira da Gama chega à conclusão de que os indígenas devem ser governados por súditos do Império português que não sejam, todavia, naturais das localidades onde os mesmos índios estabeleceram suas aldeias ou próximos a elas; em sua sétima dissertação, por sua vez, a pena de prisão dada a Cururupeba é não apenas adequada como revela a clemência do primeiro governador do Brasil, Mem de Sá. Não chega nem a ser preciso enunciar, como faz Gonçalo Soares da Franca, ao tratar a vinda de São Tomé, que “seguimos a parte afirmativa”, a descrédito das opiniões contrárias.¹⁵⁸ Como as pegadas que são desandadas, as dissertações parecem às vezes retornar a seu próprio ponto de partida.

Vimos na primeira seção deste capítulo como a adoção de métodos críticos propiciava aos acadêmicos uma elaborada reflexão sobre os constituintes do conhecimento histórico. O processo da crítica, contudo, dotava este conhecimento de um caráter cada vez mais incerto e indeterminado. Os Esquecidos também sentiam os efeitos da crítica, porém a figuração de suas atividades pelo modelo das *letras e armas* lhes permitia criar um leve antídoto à incerteza, prevenindo-se dos efeitos deletérios da crítica. O objetivo desta seção é compreender como essa combinação de elementos diversos se expressa na manutenção da crença no fundamento religioso da sociedade política e da própria história, diminuindo a vulnerabilidade dos acadêmicos às opiniões – erradas – que eles mesmos discutiam. A perseverança na compreensão da realidade humana como permeada pela religião e pela providência garante aos acadêmicos a capacidade de resistir, em certa medida, à descrença histórica – mas também assegura que justamente pela presença de um elemento que parece deslocado de seu tempo os acadêmicos consigam ser tão eficientes críticos.

Na primeira parte desta seção, portanto, veremos como o debate sobre as tradições indígenas é mantido, entre os acadêmicos, no âmbito da narrativa bíblica, a qual fornece a medida tanto para aceitá-los quanto para rejeitá-los; num segundo momento, estudaremos como a presença deste forte elemento religioso, de cariz dogmático, combina-se com as regras do método criando uma forma de leitura particular da evidência histórica ou, ao menos, de uma certa parcela destas evidências. Essa leitura é, no dizer de Henrique Estrada Rodrigues, uma “leitura aguda”¹⁵⁹ das fontes e caracteriza a imbricação entre profecia e crítica que vimos na abertura deste capítulo. Concluiremos este estudo, portanto, na busca da vertigem barroca¹⁶⁰ presente em todo texto acadêmico.

Tradição e incerteza

¹⁵⁸ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., IV, p. 257.

¹⁵⁹ Henrique Estrada RODRIGUES, “As histórias de Cláudio Manuel da Costa”, texto apresentado no 5º Seminário Nacional de História da Historiografia, Mariana, agosto de 2011. Agradeço ao autor por ter cedido uma versão preliminar do texto apresentado para a realização deste trabalho. Esta seção, em especial sua segunda metade, assim como muito deste estudo devem a sua comunicação.

¹⁶⁰ Sergio Buarque de HOLANDA, “O ideal arcádico”, in *Capítulos de literatura colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 221.

A emergência da crítica no panorama dos estudos bíblicos e dos estudos históricos tivera como efeito colateral não apenas equiparar a Escritura Sagrada com o restante do *corpus* literário legado pela Antiguidade mas também colocar em dúvida o próprio conjunto da tradição escrita deixado por gregos, romanos, hebreus e outros povos antigos. Não é por acaso que o pirronismo histórico se desenvolveu na época.

Uma das ramificações desse debate foi, portanto, a respeito das fontes utilizadas pelos historiadores antigos para escreverem suas histórias, em especial no caso mosaico – a disputada autoria do Pentateuco – e das origens da cidade de Roma. A revelação das inconsistências do texto bíblico, o resgate dos autores antigos, muitos deles alheios ao conhecimento dos séculos anteriores, assim como o crescente conjunto de evidências não-literárias – inscrições, moedas, monumentos, ruínas arqueológicas etc. – tornava possível inquirir a história hebraica ou romana para além do relato que os historiadores lhe fizeram, revelando-lhes suas parcialidades ou distorções. Por outro lado, essas evidências, que apontavam para a ampliação não apenas temporal mas também espacial do conhecimento histórico europeu, indicavam o surgimento de dificuldades no estabelecimento de uma visão histórica do mundo unificada com a narrativa bíblica. Esses problemas, que já haviam sido enfrentados pela cronologia entre a segunda metade do século XVI e a primeira parte do século XVII, ressurgiam em meio ao debate acerca da certeza histórica a partir das décadas de 1660 e 1670 e nos decênios seguintes.

Uma das reações possíveis, entre essas décadas, no âmbito da erudição religiosa fora considerar falsas todas as cronologias que não aquelas que se adequassem à Bíblia. Segundo Jorge Cañizares-Esguerra, o estudioso britânico Edward Stillingfleet (1635-1699), no seu comentário ao Gênesis intitulado *Origines sacrae* (1663), passou a considerar inverídicas todas as histórias de gregos, fenícios, caldeus e egípcios, pois eram o duplo resultado da incompreensão moderna de seus calendários e dos defeitos destas culturas em manter seus registros. Os hebreus, por sua vez, tinham acesso à escrita e, por isso, teriam preservado as informações sobre seu passado mais remoto,¹⁶¹ de modo que o Pentateuco, escrito por

¹⁶¹ Stillingfleet escrevia tendo em vista responder principalmente a Isaac de la Peyrère (1596-1676), polímata francês que formulara a teoria dos pré-adamitas. Segundo Peyrère, de modo a resolver certas inconsistências do texto bíblico, principalmente do Gênesis, seria necessário considerar que o homem já existisse sobre a Terra antes da criação de Adão e Eva, de modo que, embora válida, a narrativa de criação judaico-cristã seria apenas o relato de uma criação particular e não universal. As idéias de Peyrère causaram grande impacto na época e estão entre os antecedentes diretos da crítica bíblica que vimos acima, cf. GRAFTON, “Isaac La Peyrère and the Old Testament”, in *Defenders of the Text*, op. cit., pp. 204-213. Segundo Anthony Grafton, na Europa moderna a tradição de pesquisa acerca de uma *prisca theologia* se reforçara ainda que alguns de seus textos básicos, como o *corpus* hermético, tenham sido expostos como falsos, *idem*, p. 209. Pode-se pensar se o debate tratado aqui, contudo, não diz respeito também a uma *prisca historia*, no sentido de determinar de onde surge o registro dos fatos e qual seria, por extensão, a cultura que os teria por mais tempo e de forma mais segura. Annio da Viterbo, por exemplo, considerara que os únicos registros sólidos eram os deixados pelos sacerdotes, logo a história egípcia ou caldeia era mais valiosa que a grega ou a romana; Francesco Patrizi, por sua vez, considerava que a primeira história fora composta nos registros deixados pelos egípcios acerca das cheias do Nilo, MORAES, *A crítica historiográfica*, op. cit., p. 126. A tradição poderia ser também uma dessas fontes primeiras da história – de qualquer modo, pode-se pensar no debate crítico reforçando e não excluindo, num primeiro momento, a explicação mitológica acerca das origens da própria historiografia.

Moisés, e os demais livros da Bíblia, seriam críveis.¹⁶²

Na França, entre 1715 e 1740, desenrolou-se debate na Académie des Inscriptions et Belles-Lettres que opusera, de um lado, Antoine Anselme (1652-1737) e Nicolas Fréret, que posteriormente seria secretário daquela instituição, e Louis-Jean Levesque de Pouilly (1691-1750) e Louis de Beaufort (1703-1795). Para os primeiros, as fontes não-literárias e os registros arquivísticos dos antigos, como os *fastii* romanos, apesar de sua precariedade, forneciam um relativo grau de certeza e veracidade a respeito de suas narrativas. O argumento central, contudo, revolvía em torno a considerar que, embora distorcidos, os registros, as tradições e os mitos possuíam algum fundo de verdade. Para os últimos, porém, as histórias transmitidas pela memória ou em fontes não-literárias, conforme sofrem a ação do tempo e dos homens, mais distorcidas se tornam, até o desaparecimento de qualquer resíduo de verdade. Ambos os lados do debate se valiam dos métodos críticos, o primeiro para salvaguardar a validade das fontes antigas, o segundo para opor à credibilidade destas os conhecimentos dos modernos; ainda assim, como argumenta Jorge Cañizares-Esguerra, o avanço da crítica e da história conjectural tornara menos e não mais críveis os outros tipos de fontes que não os literários, uma vez que todas as evidências tinham de passar pelo crivo da razão.¹⁶³

Entre os selvagens, entretanto, a questão adquiria maior relevância. Na ausência de registros escritos, as fontes orais – as tradições – eram muitas vezes o único recurso para conhecer o passado das populações indígenas. O testemunho oral era um traço característico da historiografia americana e fora utilizado desde o princípio para tentar reconstruir a história dos povos conquistados por espanhóis e portugueses. Embora restrita ao âmbito português, a seguinte passagem das *Noticias do Brasil* de Simão de Vasconcellos demonstra a extensão das perguntas feitas pelos europeus assim como as lacunas em seu conhecimento a respeito dos indígenas:

E como a curiosidade do homem em procurar saber, he tão natural, pretenderaõ (depois de adquirida mais noticia das lingoas) tirar dos indios alguas respostas das duuidas que tinhaõ: & faziaõlhes as perguntas seguintes. Em que tempo entrãraõ a pouoar aquellas suas terras os primeiros progenitores de suas gentes? De que parte do mundo vieraõ? De que naçaõ erãõ? Por onde, & de que maneira passaraõ a terras tão remotas, sendo que não auia entre os antiguos o vso de embarcaçoens muito mais capazes, que as de suas ordinarias canoas? Como não conseruãraõ suas cores? Como não conseruãraõ suas lingoas? Como chegãraõ a degenerar de seus costumes, & a estado tão grosseiro alguns dos seus, especialmente Tapuyas, que pode duuidarse delles, se nasceraõ de homens, ou saõ individuos da especie humana? Que Religiãõ seguiaõ? E finalmente pergunauaõlhes, que bondades eraõ as desta sua terra, & as deste seu clima que viuiaõ? Estas, & outras semelhantes perguntas hiaõ fazendo os nossos Portugueses Exploradores aos Indios, segundo as occasiões que achauãõ.¹⁶⁴

O interesse dos lusos e dos hispânicos se estendia sobre todos os aspectos da vida e da história indígena, muito embora não lhes fosse fácil acreditar em tudo que seus informantes lhes diziam. Enquanto os espanhóis, contudo, podiam utilizar parcela dos relatos indígenas para

¹⁶² CAÑIZARES-ESGUERRA, *How to Write the History of the New World*, op. cit., p. 101.

¹⁶³ *Idem*, p. 102.

¹⁶⁴ VASCONCELLOS, Simão de. **Noticias Cvriosas, e necessarias das covsas do Brasil.** Lisboa: Ioam da Costa, 1668, pp. 76-77.

reconstruir as movimentações e a formação dos impérios que conquistavam, encontrando analogias nos grandes impérios da Antiguidade,¹⁶⁵ para os portugueses os brasílicos só encontravam paralelo em obscuros e incivilizados povos antigos, como os sármatas,¹⁶⁶ e tanto seu passado recente quanto sua origem remota restavam em obscuridade:

Como eram, e são tão Bárbaros, e destituídos da razão, *não trataram da Escritura, ou de outros monumentos em que recomendassem à posteridade as suas Histórias* para que delas vissemos os seus Principados, alianças, Pazas, e discórdias de Soberanos, sucessos de Estados, conquistas de Províncias, defesas de Praças, admirássemos vitórias e perdas de Batalhas, e todo o memorável com que a fortuna, e a política vem sempre com os séculos, acrescentando às Histórias das Monarquias.¹⁶⁷

Para o acadêmico *laborioso*, portanto, não se conhece a origem das guerras no Brasil porque os indígenas, excessivamente bárbaros, não cuidaram de registrá-las. A insuficiência do legado antigo para compreender as populações brasílicas tornava perceptível, mais do que nunca,

A existência, entre os Antigos e os Selvagens, apesar de tudo, de uma dissimetria inicial. Enquanto os primeiros já eram conhecidos há bastante, mais ou menos familiarmente, ou novamente familiares, os últimos faziam uma irrupção. Eram eles jovens, recentes ou até mesmo crianças? Eles atrapalhavam, em todo caso, todas as referências, abalavam a curiosidade, excitavam cobiças de todos os tipos e também inquietavam.¹⁶⁸

Os indígenas desafiavam tanto a compreensão européia moderna quanto a antiga e transformava o entendimento de sua sociedade e sua cultura não apenas numa dificuldade historiográfica mas também num problema prático. A insuficiência do legado clássico e ausência de fontes deixadas pelos indígenas não eram, contudo, o único problema enfrentado pelos historiadores luso-brasílicos.

Sem que quisessem, os próprios portugueses aproximavam-se dos índios, pois eles também estavam tão ocupados da guerra que não se preocupavam em registrar por escrito seus feitos. Essa defasagem entre *letras e armas* constituía uma tópica da compreensão da expansão portuguesa pelo mundo – e os Esquecidos não se esquivavam a utilizá-la:

Costumavam os antigos, pela incerteza das tradições, encomendar à posteridade na segurança dos seus escritos as ações mais dignas de memória, que na paz e na guerra obravam os varões ilustres: mas os Portugueses, que sem dúvida iguaram aos que mais fizeram na guerra e na paz, ocupados nas armas, tanto se esqueceram das Letras, que já contava muitos anos de descobrimento o Brasil, quando

¹⁶⁵ MACCORMACK, “Approaches to Historicization”, op. cit.; este também é o argumento, ao menos de uma primeira parte, do já clássico livro de Anthony PAGDEN, *The fall of natural man – The American Indian and the origins of comparative ethnology*. Cambridge: Cambridge Univeristy Press, 1986.

¹⁶⁶ A respeito da política dos indígenas, que segundo Luís de Siqueira da Gama é “pouco menos, que a das abelhas”, o acadêmico *ocupado* conclui sua dissertação lembrando que “Ambrósio diz que os Índios, e os *Sármatas* não têm tanta reverência, e observância política como guardar exemplarmente obsequiosas estas avezinhas”, GAMA, “Dissertações”, op. cit., III, p. 36.

¹⁶⁷ MACHADO, “Dissertações”, op. cit., V, f. 62.

¹⁶⁸ “Entre les Anciens et les Sauvages existait, malgré tout, une dissymétrie initiale. Alors que les premiers étaient là depuis longtemps déjà, vis-à-vis plus ou moins familiers, ou de nouveau familiers, les seconds venaient de faire irruption. Étaient-ils jeunes, récents, ou bien des enfants? Ils bouleversaient, en tout cas, tout les repères, mettaient en branle la curiosité, excitaient des convoitises de toutes sortes, inquiétaient aussi”, François HARTOG, *Anciens, Modernes, Sauvages*. Paris: Galaade, 2008, p. 42.

se começaram a escutar nas Crônicas Gerais do Reino, como em sucintos episódios, os sucessos da América Lusitana, devendo-se ainda o serem tão mal ouvidos, não sei se mais ao eco dos estranhos, que as vozes dos Nacionais.¹⁶⁹

A reclamação da história brasílica, logo, se tornava problemática ante o intervalo que os próprios portugueses se colocaram entre a descoberta e a colonização, período caracterizado pelas poucas referências ao Brasil. Nesse sentido, lamentando que não se soubesse o nome dos intérpretes que primeiro ensinaram a língua dos nativos aos religiosos, o mesmo acadêmico *obsequioso* afirma

(...) eis aqui outra omissão, por lhe não chamar descuido dos nossos historiadores que em nada disso tocam, desculpados todavia com tanta anterioridade de anos, que não tivessem poder para escurecer alguns papéis, que conservamos, à vista dos quais escrevemos estas circunstâncias verdadeiras, ainda que as duvide a emulação, ou as escrupuleasse a crítica.¹⁷⁰

A ausência daqueles que registrassem os feitos lusitanos em sua época demanda ao acadêmico a necessidade de recorrer, assim como fizera no caso do descobrimento, a relações manuscritas e documentos privados, ou seja, a *história* da América Portuguesa ainda tinha de ser escrita.

Esse conjunto de problemas – a insuficiência dos autores portugueses, a ausência de fontes escritas pelos indígenas, o estatuto dúbio das tradições – levava os acadêmicos Esquecidos a chegarem, como afirma Iris Kantor, no “desafio central da historiografia luso-americana: como incorporar as tradições orais, raramente fixadas em manuscritos antigos?”¹⁷¹ A questão se completa, porém, se considerarmos que não se tratava apenas de *como* incorporar essas tradições, mas sim *sob que condições* elas poderiam ser aceitas?

O principal problema historiográfico ao qual os membros da Academia dos Esquecidos tinham de responder considerando as tradições indígenas era, naturalmente, o que dizia respeito a sua origem. Os acadêmicos tinham contato com um grande *corpus* literário dedicado à questão, do qual, entretanto, resultavam muitas opiniões contrárias sobre o assunto. Essa literatura era resumida a algumas obras-chave às quais os acadêmicos tinham acesso, como se percebe na seguinte passagem de Caetano de Brito e Figueiredo:

Muitas são as opiniões, que contendem quais fossem os primeiros povoadores deste novo Mundo. Frei Gregório Garcia nos quatro Livros que escreveu da **Origem dos Índios** refere doze; o Padre Simão de Vasconcelos na **Crônica**, e depois no **tratado das Coisas do Brasil** nove: muitas o Padre Costa no **Tratado da Origem dos Índios**, e na sua mesma **História**: muitas Malvenda no Livro 4º do **Anti-Cristo** capítulo 28; o mesmo fazem muitos outros Autores. Repeti-los fora uma laboriosa, e prolixa nomenclatura, quando já prometemos expressá-los em particular Índex. Dom João Solorzano com áurea elegância no Livro 1º **de Indiar**, capítulo 9 e 10 as refere, e resume todas (...).¹⁷²

A partir deste conjunto de obras, os Esquecidos entram em contato com as tradições indígenas

¹⁶⁹ FRANCA, “Dissertações”, op. cit. 1ª parte, I, p. 231.

¹⁷⁰ *Idem*, 2ª parte, I, p. 283.

¹⁷¹ KANTOR, *Esquecidos e Renascidos*, op. cit., p. 211.

¹⁷² BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., II, p. 159. Além destes, os Esquecidos também se reportam a Antonio Herrera, Alonso de Ovalle, autor da *Historia relacion del Reyno de Chile* (1646) e, ao menos, referem a dissertação sobre a origem dos índios de Hugo Grotius.

e procuram trazê-las para seus textos. Em extensa passagem do proêmio à terceira dissertação de Gonçalo Soares da Franca, na qual o acadêmico *obsequioso* trata justamente da origem dos índios, ele afirma ser necessário que

Ouçamos porém, antes que aos Autores, aos mesmos Índios, que como partes tão interesadas nesta antiguidade, ainda que em causa própria é certo que cada um sabe mais de si que os outros dele. Contam pois os Brasilianos (e vamos resumindo as opiniões) segundo o Padre Vasconcelos, que houve um dilúvio universal, e que dele numa elevada palmeira, que estava num alto monte, com toda a sua família se salvou o seu Pai, que entre nós soa Profeta, e que dali outra vez começou a povoar o que hoje chamamos Brasil com pouca diferença referem os da Nova Espanha, conforme o Padre José da Costa, que depois de desalagado o mundo sábio de uma grande Lagoa, dita Titicaca, um prodigioso homem chamado Viracocha, o qual primeiro viveu em Tiaguanaco, onde para prova do seu sonho mostram ainda hoje espalhados fragmentos de suntuosos edificios, e que dali passando a Cusco, fora o primitivo propagador da espécie humana naquelas partes. Outros por outro caminho até desenterram mortos, por dar origem aos vivos, porque dizem que de uma cova subterrânea, onde se refugiaram em Pacaritampo, serenado o dilúvio, subiram por uma janela algumas pessoas, e que destas teve princípio a propagação dos homens. Antônio de Herrera Cronista geral das Índias, depois de tocar estas opiniões no tomo terceiro, **década** quinta, página setenta e sete, escreve de outros, que afirmam escaparam da inundação da chuva universal numa balsa seis homens (esqueceram-se das mulheres) e livres da água principiaram a cultivar a terra, e que destes procedem os Tambos, os Ingas, que blasonam de primeiros propagadores do gênero humano, contenda, que já disputaram entre si os Cilhas, Egípcios, e Etíopes, como o traz Deodoro Siclo no Livro primeiro, e Justino no segundo. O Padre Afonso d’Ovale na sua **história de Chile** refere que entre os Chileses, e os de Quito, é tradição constante, que nas concavidades dos montes livraram os primeiros povoadores daquele mundo submergido no castigo do dilúvio.

Tal passagem pareceria o reconhecimento da validade das tradições indígenas para explicar sua própria origem, num arroubo de etnografia *avant la lettre*, caso ela não se encerrasse com o seguinte juízo:

Mas tudo isto são patranhas, porque contra todas estas fábulas está a verdade infalível do texto sagrado, que nos ensina que do dilúvio só escapou Noé com oito pessoas da sua família, porisso opinam os Autores alegados que o dilúvio, de que falam os referidos Índios, não foi o universal, mas algum particular como o de Deucalião, ou outro semelhante, *desculpando-os contudo de fabulizarem tanto, porque nem tem tomos, nem conservam arquivos em que depositem memórias, e as verdades duram menos nas tradições, que nas estampas.*¹⁷³

Demonstra-se, assim, que era fácil incorporar as tradições ao texto dissertativo, todavia era difícil aceitá-las em igual peso aos demais argumentos levantados – autores, indícios etc. Tratava-se, na verdade, de atitude comum a parcela da historiografia americana, que reverbera em Simão de Vasconcellos,

Estas eraõ as respostas dos Indios a seu modo tosco, & gentilico. Era força que fossem defeituosas (...). Donde se vê, que são ridiculos todos os outros modos com que os nossos Indios sonháõ, que escaparaõ do diluio, ou sobre aruores, ou montes, ou de outras maneiras seus progenitores, & conti-nuáraõ a pouoar depois de passado,¹⁷⁴

encontra ressonância em Gregório Garcia, que apenas trata das tradições indígenas no quinto livro de seu *Origen de los Indios de el Nuevo Mundo e Indias Occidentales* (1607), após ter

¹⁷³ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., 1ª parte, III, p. 250.

¹⁷⁴ VASCONCELOS, *Noticias*, op. cit., pp. 86-87.

encerrado o exame das opiniões sobre a origem dos indígenas e o modo pelo qual vieram à América,¹⁷⁵ e que faz eco, por sua vez, entre os próprios acadêmicos Esquecidos, pois Caetano de Brito e Figueiredo também considera desnecessário referir “as erradas tradições dos mesmos Índios, que escreve o Padre Vasconcelos; porque não merece memória”,¹⁷⁶ uma vez que

Eram os Índios Americanos homens como os outros, derivados do mesmo Adão (que absurdo herético, e punível fora conceder-lhes outro princípio), quais fossem os seus primeiros progenitores (...).¹⁷⁷

Embora presentes nas dissertações, as tradições indígenas são desmentidas de antemão por não se conformarem ao texto bíblico, terem sido preservadas pela oralidade e, desse modo, não tendo conseguido preservar a memória dos acontecimentos bíblicos. A primeira reação dos acadêmicos, portanto, é desmentir e rejeitar os mitos indígenas.

Entre os Esquecidos, entretanto, esta condenação das tradições cede à reflexão mais geral sobre o estatuto dos próprios mitos enquanto fontes para o conhecimento da história. Segundo Caetano de Brito e Figueiredo, a elaboração de interpretações fabulosas sobre a concepção do próprio homem e a história dos povos não era privilégio dos indígenas brasileiros:

Ainda passou a mais sacrílega vaidade de uns, a deplorável e repreensível demência, e ignorância de outros. Os primeiros deificando-se de sorte, que se jactavam serem derivados de Saturno, Júpiter, Marte, Apolo, e outros falsos Deuses do Gentilismo. Os segundos com menos arrogância afirmavam haver sido viventes, e sensitivos gêmitos já de insensíveis, e duras pedras, já de toscos, e grosseiros troncos. (...) Deliramentos, e desvários, nos quais coincidiu não só a rudeza, a incivilidade de algumas Nações reputadas por bárbaras, porém a mesma Sabedoria, e Ciência dos Gregos, a mesma Majestade, e Sabedoria dos Romanos.¹⁷⁸

A confusão das línguas, a concorrência das repúblicas, as migrações dos povos e a pobreza do natural entendimento, todas são causas para que se impugnasse a verdade das tradições e se as distanciasse da verdade católica:

¹⁷⁵ “En cumplimiento, pues, de lo que prometi en esta Obra, i para satisfaccion del Lector, à quien en el discurso de ella havrà nacido vn apetito, i deseo de saber que cuentan los Indios, acerca de su Origen, quiero ponerlo aquí, ajudandome, i aprovechándome para ello de las cosas que tengo en algunos Memoriales, i Relaciones, que de aquellas Partes traxe, i de lo que Autores graves refieren por Relaciones, que para ello tuvieron de esta materia”, ou seja, os mitos indígenas como prazer proibido, Gregorio GARCIA, *Origen de los Indios e el Nuevo Mundo, e Indias Occidentales*. Madrid: Francisco Martinez Abad, 1729, p. 318. Acontecia aos mitos indígenas algo muito semelhante à ficção, desqualificada por causa daqueles que dela gostavam – crianças, mulheres e outras pessoas com juízos fracos – e que somente alcançava validade geral se condizesse com as opiniões correntes; em certo sentido a mesma situação caracteriza o relacionamento entre o crítico, a fonte que lê e a fé: segundo Anthony Grafton, o erudito Isaac Casaubon considerava, por exemplo, que “Jó – e presumivelmente o restante da Bíblia – tinha um relacionamento mais simples com a verdade enquanto os pagãos tinham um relacionamento complexo. O erudito [*scholar*] lendo Jó precisa tomar cuidado para não inventar falhas na superfície cristalina do texto e necessitar deixar as autoridades o guiarem quando passagens obscuras aparecerem. Com estas simples precauções o leitor da Bíblia pode fazer o que leitores de textos pagãos nunca podem: deixar-se carregar confiavelmente pelos prazeres do texto”, GRAFTON, *Defenders of the Text*, op. cit., p. 171.

¹⁷⁶ BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., II, pp. 160-161.

¹⁷⁷ *Idem*, pp. 158-159.

¹⁷⁸ *Idem*, p. 157.

O certo é, que entre os crepúsculos, e sombras destas confusas, incertas, e duvidosas notícias, *reluzia* de alguma sorte nestes bárbaros a *luz da verdade*: reluzia ter havido um grande Dilúvio, reluzia terem dele escapado poucos homens, e reluzia propagar-se destes todo o gênero humano. *O que sem dívida assim foi, e assim sucedeu,*

e o único resultado, portanto, fora que todos estes povos “perverteram estas tais muitas verdades da Sagrada História com o engenhoso artifício de delirantes fábulas”.¹⁷⁹ As tradições preservam apenas um conhecimento fragilizado, perturbado pelos erros e tornado confuso pelas concepções equivocadas daqueles que nelas acreditam. As tradições, nesse sentido, sempre perdem frente às estampas.

Sobravam, dessa maneira, duas opções, ambas determinadas pelo relacionamento das tradições com a verdade. A primeira era condenar as tradições como mentira ou como ficção.¹⁸⁰ A segunda, que não deixava de ser a opção de Caetano de Brito e Figueiredo, era reconhecer uma pequena parcela de verdade obscurecida pelas inúmeras camadas de erro que se assentaram ao longo de sua transmissão.¹⁸¹ Em ambos os casos, as tradições indígenas, em comparação com o texto bíblico, encontravam-se não apenas no lado oposto – o da ficção mentirosa ou mentira ficcional – mas também no grau mais baixo de sua hierarquia, pois dada sua selvageria, os nativos brasílicos não poderiam servir nem mesmo como repositório de sabedoria ou como fornecedores de alegorias poéticas.

Todos estes aspectos convergem na própria caracterização do gentio, seja moderno, seja selvagem. Segundo Luís de Siqueira da Gama, o afastamento da causa primeira ocasionara mesmo entre os antigos que um pensador como Demócrito tenha reduzido “a caterva dos falsos Deuses a duas só fingidas Deidades; benefício, e pena”, de modo que

Errou Demócrito no conhecimento da verdade com o gentio; alucinou-se porém com a experiência dos mortais; olhou para os efeitos, e não percebeu a superioridade da primeira causa, refletiu nos meios, mas ignorou o princípio.¹⁸²

¹⁷⁹ *Idem*, p. 158; *grifo meu*.

¹⁸⁰ A respeito da aproximação entre as tradições e a ficção, pode ser interessante reunir alguns indícios para fazer um posterior caso. Em primeiro lugar, é interessante que Luís de Siqueira da Gama considere existir, na sua classificação dos tipos possíveis de histórias, as histórias “menos rigorosas”, ou seja, os romances e outros gêneros ficcionais e, entre os exemplos que cita desta categoria, ele elenca a *Teogonia*, de Hesíodo, as *Metamorfoses*, de Ovídio e o *Genealogia deorum gentilium*, de Giovanni Boccaccio, além do D. Quixote e outros romances de cavalaria. Os mitos e os romances são aproximados como gêneros ficcionais, histórias “menos rigorosas”, em suas palavras, concedendo-se que, na falta de teorização específica, o romance era agrupado junto à história, cf. GAMA, “Dissertações”, op. cit., II, p. 23. Posteriormente, Gonçalves Soares da Franca qualifica o mito da Atlântida, de Platão, como mais uma das “fábulas aparentes, ou patranhas bem compostas, quantas da Ilha encoberta espalha o vulgo, e ainda pretendem acreditar os livros”, FRANCA, “Dissertações”, op. cit., p. 252. Por fim, Caetano de Brito e Figueiredo considera o mesmo assunto como “hipérboles, encarecimentos, e ficções Poéticas”, BRITO E FIGUEIREDO, “Dissertações”, op. cit., p. 164. Percebe-se que a separação entre verdade e mentira também separava a história do mito e o gênero histórico do romance e da ficção.

¹⁸¹ Considerar as tradições indígenas como resquício de uma verdade primeira, há muito perdida, toca no problema da fraqueza da memória dos indígenas frente às demais faculdades da alma, como explora VIVEIROS DE CASTRO, “O mármore e a murta”, op. cit.

¹⁸² GAMA, “Dissertações”, op. cit., VII, p. 81.

No que toca aos brasílicos, este juízo se agrava, uma vez que

Dizer-se que tem confuso conhecimento de uma excelência superior, a que chamam Tupã, e por conseguinte que temem excessivamente os trovões, por serem efeitos dessa superior excelência é inverossímil, porque concedido que se apavorem, e receiem, como receiam, o estampido dos trovões, é a sua apreensão tão sopita, que jamais passa o discurso para deduzirem que daquela estrondosa consequência é premissa infalível a primeira causa. Os vestígios, que conservam da outra vida (que é o outro argumento da parte contrária) é tão temporal, ou tão ridículo, que mais propriamente podemos dizer que não crêem que há outra vida, mas que passam a viver em outra parte, pois para esta quando morrem conduzem até os instrumentos fabris, e ainda o alimento de que cá usavam quando viviam.¹⁸³

Os gentios, desconhecendo a primeira causa ou tendo-se dela afastado por efeito de seus próprios erros, estão condenados a viver num mundo de imagens, uma imagem do mundo, um simulacro ao qual é inacessível a verdade que apenas a fé cristã pode oferecer. O que é religião, entre os portugueses, torna-se crença e superstição entre os indígenas; o que é razão, transforma-se em instinto; o que é obediência, é apenas temor. A tradição é um espelho da verdade, no sentido de que a inverte e a deforma e somente imita um objeto ao qual ela não tem o poder de acessar. Por tudo isso, em princípio, as tradições indígenas só podem entoar o canto da falsidade.¹⁸⁴

Há, todavia, um desdobramento imprevisto. A defesa da tradição católica era um dos pontos nos quais a Contra-Reforma demarcava sua distância dos movimentos reformistas protestantes na Idade Moderna.¹⁸⁵ Gonçalo Soares da Franca, quando examina a tradição segundo a qual São Tomé viera à América, é forçado a reconhecer este aspecto, diz ele:

Nem se julgue menos acreditada a verdade das tradições quando concorrem as circunstâncias necessárias, e conducentes para ela. De outra sorte deixaríamos de crer tudo o que não está escrito só porque não está escrito, ou seria falso tudo o que só escutamos dos acontecimentos humanos;

ou seja, em certa medida, a tradição é a própria fonte de conhecimento a respeito do passado ou daqueles saberes que escaparam à escrita. Existem tradições e tradições. Na continuação, porém,

e se nem a Igreja se pode reger sem tradições, como duvidaremos absolutamente do que ouvimos, só porque o não lemos; também nas memórias se imprimem os sucessos, donde nem todos se transferem as estampas, e muito menos poderiam passar da reminiscência ao papel casos, que sucederam entre Nações, que totalmente ignoravam os primeiros princípios de ler e escrever.¹⁸⁶

Desde que não toquem em matéria que fere a história eclesiástica, mesmo as tradições indígenas podem ser acreditadas como recurso de acesso a seu passado. As tradições portuguesas, certamente, apesar de frágeis perto ao conhecimento transmitido pela escrita,

¹⁸³ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., p.271.

¹⁸⁴ A posição dos acadêmicos contrasta com muitos dos debates a respeito da origem da religião entre os meios eruditos da época, cf. Martin MULSOW, “Antiquarianism and Idolatry: The *Historia* of Religions in the Seventeenth Century”, in POMATA; SIRRAISI, *Historia*, op. cit., pp. 181-210.

¹⁸⁵ Entre outros, HANSEN, “A civilização pela palavra”, op. cit. É o princípio protestante da *sola scriptura* que a revelação das inconsistências da Bíblia vem abalar, de onde a crítica se torna objeto de ataque tanto de católicos quanto de protestantes.

¹⁸⁶ FRANCA, “Dissertações”, op. cit., p. 261.

também são críveis. As da Igreja, então, o são ainda mais.

Enunciada, porém, no contexto da discussão sobre a passagem do apóstolo à América, a abertura dada à possível credibilidade das tradições indígenas é apenas a outra face de sua primeira desqualificação. Para o acadêmico *obsequioso*, caso São Tomé não pregasse no continente americano, os indígenas não teriam “culpa em não crer” e, o que é pior, se a palavra de Deus não tivesse se espalhado também pela última e quarta parte do mundo, seria necessário duvidar da própria Bíblia.

O mesmo motivo obrigou a Antônio de Herrera a ter por fabulosas todas as tradições dos Índios acerca da vinda de algum Apóstolo à América, pois da mesma sorte, depois de as referir, conclui que se fossem verdadeiras alguns indícios se haviam de investigar da religião católica quando a América se descobriu.¹⁸⁷

Frente ao legado da interpretação sobre o assunto, a capacidade judicativa de Gonçalo Soares da Franca é tanto mais acertada quanto consegue adequar a destreza técnica da crítica – o manejo e o comentário de fontes diversas – às necessidades da compreensão da história americana sob o prisma da religião católica. A boa nova se espalhou por todo o orbe terrestre e era essa – somada aos imperativos da colonização portuguesa – a condição que determinavam a existência de uma tradição indígena válida.

Não se trata meramente de um uso utilitário das categorias conforme elas respeitam ou não os interesses daqueles que as manejam. Embora este aspecto exista em qualquer interpretação, ainda mais nas históricas, no caso do exame das tradições pelos Esquecidos pode-se notar como se mesclam o vigor crítico com a manutenção do dogma religioso. As tradições indígenas são condenadas ou legitimadas por um mesmo instrumento, a narrativa bíblica, a qual mede o desvio daquelas tradições. A reflexão sobre as tradições, que se iniciara na diferenciação dos diversos tipos de evidências históricas, acaba não apenas por se confundir mas, na verdade, por encontrar seu próprio fundamento nas concepções religiosas que os acadêmicos já tinham. O aspecto religioso do método histórico, portanto, está situado a um nível muito mais profundo que sua mera utilização, como se ele fosse uma ferramenta, para a defesa de uma ou outra concepção religiosa ou controvérsia confessional. Entre os Esquecidos, ao menos, a religião é a forja das armas da crítica.

Segundo Iris Kantor, o recurso à explicação divina ou sacra da história da América permitiu aos acadêmicos constituírem o continente a partir do qual escreviam em sujeito e objeto da história universal mais ampla.¹⁸⁸ Trata-se, nesse sentido, do reconhecimento das condições de produção do saber na colônia brasileira, onde mesmo na Bahia os indígenas eram não apenas um objeto mas também uma possível ameaça.¹⁸⁹ Enquanto numa Europa cada

¹⁸⁷ *Idem*, p. 263.

¹⁸⁸ Iris KANTOR, “Do Dilúvio Universal a Pai Sumé: mediações entre o universal e o local na historiografia erudita luso-americana (1720-1759)”, in Andréa Lisly GONÇALVES; Valdeci Lopes de ARAÚJO, *Estado, Região e Sociedade – Contribuições sobre história social e política*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, p. 23. Também BRAGA-PINTO, *As promessas da história*, op. cit., p. 166.

¹⁸⁹ Stuart SCHWARTZ, “Introdução”, in SCHWARTZ; PÉCORA, *As excelências do governador*, op. cit.,

vez mais pacificada, o estudo das outras culturas levava à desestabilização das concepções filosóficas tidas como dadas, no bélico contexto americano, a presença de uma sociedade profundamente desigual e assentada sobre a própria dominação se traduzia no reforço dessas mesmas concepções. Ainda há, contudo, mais um passo a ser dado em direção às margens da esquecida vertigem que nos ocupa.

Crítica e agudeza

Mesmo que devessem unir a suas inúmeras obrigações também os afazeres acadêmicos, os Esquecidos eram prolíficos leitores e, entre suas leituras, duas não deixam de se destacar, nem que seja porque parecem estranhas aos cultores de uma crítica histórica, por mais particular que ela seja: o *Mundus Symbolicus*, do italiano Filippo Piccinelli, e a *Idea de un principe político cristiano*, do tradadista espanhol Diego de Saavedra Fajardo. Ambos são livros de *empresas* seiscentistas, a primeira, uma extensa coletânea de imagens e sentenças seguidas de longos comentários a respeito dos mais variados assuntos, procura fornecer ao leitor um conjunto de correspondências entre suas experiências pessoais e o entendimento mais amplo do mundo; a segunda, por sua vez, de âmbito mais restrito, procura por meio das mesmas *empresas* figurar um regente católico perfeito, apto a valer-se da Razão de Estado sem escapar aos ditames da fé. Ambos participam de uma tradição mais ampla do gênero e ambos, por fim, compartilham de uma mesma forma de ler e perceber o mundo.¹⁹⁰

No último item, vimos como os Esquecidos partiam de uma concepção religiosa para atribuir credibilidade ou não à tradição, fosse ela a indígena, a pagã em geral ou, até mesmo, a católica. Com isso, tornou-se perceptível a presença de um discurso de fundo que acaba por moldar as próprias categorias da crítica histórica: um conjunto de concepções religiosas que têm na narrativa bíblica a medida do julgamento das características das demais culturas. Esse discurso, será nosso objetivo agora, fornece o modelo para uma peculiar forma de pensar a história que nem mesmo o exercício da crítica será capaz de invalidar.

Segundo Jorge Cañizares-Esguerra, a “Tipologia é uma antiga técnica de leitura que apresenta novos eventos como realização de antigos”;¹⁹¹ de existência milenar, ela teria sido utilizada na composição do Novo Testamento, cujos acontecimentos se apresentam como repetição e reiteração daqueles do Antigo Testamento; também permitiu ler os autores antigos enquanto prenúncio da religião cristã e, por fim, permitiu compreender os

pp. 15-45.

¹⁹⁰ Para um breve estudo de ambas, de onde retirei muitas das informações acima, ver Jorge CAÑIZARES-ESGUERRA, “Typological Readings of Nature: The Book of Nature in Lastanosa’s Age”, in May REY-BUENO; Miguel LÓPEZ-PÉREZ, *The Gentleman, the Virtuoso, the Inquirer: Vincencio Juan de Lastanosa and the Art of Collecting in Early Modern Spain*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2008, pp. 47-63. Os Esquecidos também lêem Alciato, cf. FRANCA, “Dissertações”, op. cit., Antilóquio, p. 224.

¹⁹¹ “Typology is an ancient reading technique that presents newer events as fulfillment of older ones”, CAÑIZARES-ESGUERRA, “Typological readings of nature”, op. cit., p. 49.

acontecimentos seculares como realização dos desígnios divios.¹⁹² Como lembra o autor,

A função da leitura tipológica não era simplesmente justificar os eventos e projetos contemporâneos localizando-os na grande procissão cristã, mas torná-los familiares, domesticá-los e trazê-los para os confins da grande epistemologia cristã e mitológica que toda pessoa letrada entendia.¹⁹³

Essa maneira de mirar o mundo e dele extrair não apenas informações mas também ensinamentos e comparações entre o conhecido e o ignorado tivera grande força, segundo o autor, na colonização da América e permitira tornar compreensível o encontro entre o Novo e o Velho Mundo. “A Bíblia, os clássicos, a natureza e o passado ameríndio podiam todos ser lidos de modo prefigurado, situados numa teia de relações que reforçavam discursos de dominação e legitimação colonial”¹⁹⁴ e a tipologia, aplicada à realidade americana, assegurava um frágil compromisso entre a realização profética da dominação europeia – em especial a portuguesa – e a desgastante experiência histórica da colônia.¹⁹⁵ Como lembra Iris Kantor em passagem há pouco citada, a história bíblica permitia aos súditos coloniais não apenas situarem a si mesmos numa narrativa mais ampla mas também a encontrarem seu próprio lugar no interior do Império português. Mas a tipologia também pode fornecer o quadro para o entendimento de uma operação subterrânea que, por vezes, faz sua irrupção nas dissertações da Academia dos Esquecidos.

Para João Adolfo Hansen, citando Baltasar Gracián, a agudeza consiste “em uma primorosa concordância, em uma harmônica correlação entre dois ou três cognoscíveis extremos, expressa por um ato de entendimento”.¹⁹⁶ Sabemos como podia ser arriscado o jogo da agudeza, realizado num ato capaz de ser tanto bem-recebido quanto mal-interpretado, todavia a compreensão da agudeza como uma operação do entendimento capaz de unir dois elementos distantes e, à primeira vista, não relacionados guarda grande semelhança com a tipologia. A tipologia, agudeza codificada (mas que agudeza não é codificada?), pode gerar seu próprio método de ler a história e de fazê-la. Em que momentos ela se revela no texto dos Esquecidos?

Discutindo se fora adequada ou não a política de reduzir os indígenas a aldeamentos, Luís Siqueira da Gama narra primeiramente o mito de Cadmo, fundador da cidade de Tebas, a qual fora habitada pelos bárbaros homens surgidos dos dentes da serpente que o herói derrotara.¹⁹⁷ A referência ao mito serve para o entendimento do próprio estatuto dos indígenas

¹⁹² *Ibidem.*

¹⁹³ “The function of typological thinking was not simply to justify contemporary events and projects by locating them in the great Christyian pageant, but to render them familiar, to domesticate them, to bring them into the confines of the great Christian and mythological epistemology that every literate person understood”, Jorge CAÑIZARES-ESGUERRA, “Typology in the Atlantic World – Early Modern Readings of Colonization”, in Bernard BAILYN; Patricia L. DENAULT (eds.), *Soundings in Atlantic History – Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2009, p. 237.

¹⁹⁴ “The Bible, the classics, nature, and the Amerindian past could all be read together prefiguratively, cast into a net of relations reinforcing discourses of possession and colonial legitimacy”, *idem*, p. 264.

¹⁹⁵ BRAGA-PINTO, *As promessas da história*, op. cit., p. 163.

¹⁹⁶ Baltasar GRACIÁN *apud* HANSEN, “Retórica da agudeza”, op. cit., p. 317.

¹⁹⁷ GAMA, “Dissertações”, op. cit., IV, pp. 37-39.

antes dos aldeamentos, como faz questão de frisar o acadêmico:

Já vedes, Senhores, que os dentes do Dragão dispersos pelo campo, sim produzem homens, mas tão feros, como as mesmas feras, tão bárbaros, como os próprios brutos, todos discordes, sem civilidade, com irascência, com arrogância, sem comunhão (...) [os indígenas] antes de conquistados pelos Portugueses, viviam vagos pelas brenhas como irracionais.¹⁹⁸

Essas e outras referências – muitas vezes mitológicas – são tratadas como premissas de uma argumentação mais ampla, pela qual a conclusão encontra-se já, de alguma forma, prefigurada no desenrolar do próprio mito. As dissertações, através deste recurso, transformam-se num longo silogismo.¹⁹⁹ As passagens, todavia, demonstram mais a habilidade dos acadêmicos em aproximarem conceitos diferentes – ou seja, em serem conscientemente agudos –, elevando a matéria de seus discursos, do que revelam algo acerca de sua concepção de história. A maior evidência disso é a utilização dos mitos gregos, ainda que preservados por Ovídio; caso se tratasse de matéria histórica, logo próximo à verdade, eles poderiam (ou deveriam) ser desacreditados. Uma parcela dos argumentos utilizados pelos Esquecidos, portanto, são marcados pela agudeza: mas o que dizer do *método*?

Como lembra Henrique Estrada Rodrigues, o canto V do poema *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, apresenta um elemento que destoa do conjunto da narrativa. Em meados do canto, o herói do poema, Antônio de Albuquerque, desce a uma gruta onde encontra um velho índio, o próprio Gênio das Minas, chamado Filoponte. Este mostra ao herói, numa série de imagens, o desenrolar da guerra que opunha paulistas e emboabas. Num poema precedido por um fundamento histórico, acrescido de diversas notas e composto segundo os ditames da renovação poética setecentista, o *teatro de imagens* do misterioso espírito se destaca como elemento que não apenas desvia a narrativa de seu foco como é desviante no conjunto da própria composição poética. Situado no centro do épico, contudo, ele demonstra não ser um mero erro.²⁰⁰

O teatro de imagens no qual se desenrola a história revela uma noção simultaneamente estática e processual do tempo. Cada evento é distinto do que lhe antecede e do que lhe sucede, mas eles são todos a infinita reverberação de um mesmo princípio. A mesma noção se encontra, na verdade, na *Historia do Futuro*, de Antônio Vieira. A equiparação entre a profecia e a história se faz, como lembra César Braga-Pinto, sobre uma contradição não-explorada pelo autor (tampouco pelo árcade supracitado, embora não se trate, no caso, de uma profecia), qual seja, “enquanto os historiadores do passado buscavam conhecimento em outros historiadores do passado, o historiador do futuro deve procurar inspiração em *profetas* que, como Vieira lembra, não são historiadores”.²⁰¹ A história é uma ação humana, a

¹⁹⁸ *Idem*, p. 39.

¹⁹⁹ Eduardo SINKEVISQUE, “Breve Relação sobre o Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita ou uma Notícia dividida em Quatro Anatomias”, in *Estudos Portugueses e Africanos*, v. 36, 2000, pp. 59-80.

²⁰⁰ Henrique Estrada RODRIGUES, “As histórias de Cláudio Manuel da Costa”, comunicação apresentada no 5º Seminário Nacional de História da Historiografia, 26 de agosto de 2011, na cidade de Mariana, Minas Gerais.

²⁰¹ BRAGA-PINTO, *As promessas da história*, op. cit., p. 173.

profecia, por sua vez, sofre de inspiração divina e, por conseguinte, já tem seu curso traçado. A mesma contradição tanto possibilita quanto invalida o procedimento do grande sermoneiro brasileiro.

A mesma contradição não é de todo resolvida em Inácio Barbosa Machado, porém ele procede a um pequeno porém significativo desvio: a transformação dos profetas em historiadores, de modo que historiar e vaticinar são (quase) sinônimos.

Resta finalmente dizer com brevidade os muitos lugares em que o Profeta [Isaías] Evangélico predisse o nosso descobrimento do Brasil falando nesta e vendo futuro com tanta individualização, e clareza, que mais parece, que historiou tão grande sucesso do que vaticinou tão espantosa novidade chegando como já adverti, a dizer se este oráculo da antiguidade que se pode contar o seu vaticínio entre as Histórias e crônicas da Monarquia Portuguesa.²⁰²

A diferença entre o profeta e o historiador é elidida na própria alocação do vate entre os cronistas de Portugal. O resultado é a transformação de toda história, no fundo, em profecia. Na verdade, o descobrimento do Brasil é apenas a consequência de uma promessa que já fora feita há muito tempo:

Porém deixando todos estes argumentos que nos deram os Oráculos mencionados, e discorramos no que vaticinaram os dois Profetas Abdias e Isaías do qual disse a mais pura e douta pena dos Portugueses, que fora Historiador das coisas de Portugal, e em suas Profecias descobrira ao mundo quantos séculos antes se haviam determinado esta grande felicidade para aquela nação que Deus predefinira para dela saírem os Ministros do seu Evangelho e Pregoeiros da sua Divindade como no Campo de Ourique revelou o mesmo Deus ao Fundador do nosso Império Lusitano o grande Rei D. Afonso Henriques.²⁰³

A mítica fundação do Reino de Portugal, também os Esquecidos acabam por lembrá-la – e nem todo o aparato crítico da Academia Real da História Portuguesa conseguiu invalidar a lembrança do milagre.

Trata-se, é claro, de apenas mais uma entre tantas dissertações. Combinada, porém, com a análise das tradições, demonstra a existência, em certo nível, de uma estrutura profética de entendimento da história que assegura a descoberta de correspondências entre eventos distantes no processo do tempo. É fácil compreender o apelo desta perspectiva sobre a história de locais tão afastados dos centros de decisão do Império; como lembra Jorge Cañizares-Esguerra, a natureza no Novo Mundo era muitas vezes lida como “um cosmo radiante de desígnios providencias que favoreciam as colônias”²⁰⁴ e assim também com a história. Mais difícil, contudo, é perceber uma reflexão tão acentuada sobre a crítica histórica combinada, como já vimos na introdução a este capítulo, com a escatologia cristã. O que permite unir aspectos tão diversos?

Em texto dedicado às arcádias que floresceram no Sul da Europa e no Brasil ao longo do século XVIII, Sergio Buarque de Holanda aponta a existência de um compromisso que

²⁰² MACHADO, “Dissertações”, op. cit., II, ff. 33v-34.

²⁰³ *Idem*, ff. 32-32v.

²⁰⁴ CAÑIZARES-ESGUERRA, *Nature, Empire, and Nation*, op. cit., p. 50.

permite a melhor entrada da sobriedade e do equilíbrio do neoclassicismo francês através da combinação com o rebuscamento e o arroubo da prática poética seiscentista.²⁰⁵

A razão, triunfante em outros domínios, também dos poetas recebe afinal o preito devido ao seu prestígio universal e serve-lhes, em verdade, para temperarem a vertigem barroca. Mas não vai muito além disso o seu préstimo, pois que essa mesma razão, inimiga da tradição, também o é das paixões, dos afetos, da fantasia, que foram sempre o alimento natural das musas.²⁰⁶

Algo semelhante pode ser dito a respeito da crítica, pois apesar de toda a reflexão dos acadêmicos, no contexto luso-brasílico a crítica acabou por se combinar com seu próprio contrário, a fundamentação religiosa da sociedade e a aceitação das verdades prévias. Todavia enquanto a Academia Real se paraliza ante a vertigem que se lhe abre, os Esquecidos recuam àquela que já conhecem – a da fé e a da verdade – e nela imergem. Mas não essa combinação entre arcaico e moderno que daria toda a sua força à academia brasílica?

²⁰⁵ “Por mais que essas lições de mediania e simplicidade pudessem contrastar com as tendências mais correntes entre povos amigos, em geral, do aparato, da ostentação, do colorido, do brilho exterior, era inevitável que eles acabassem cedendo ao prestígio universal que lhes comunicava a ascendência da cultura e da civilização francesas. Mesmo onde aquele ideal devesse encontrar resistências mais obstinadas, procurou-se chegar e chegou-se, com o tempo, a alguma forma de compromisso. E o espírito da Arcádia, que se irradiou de Roma sobre a Itália inteira e, fora da Itália, sobre os países ibéricos, representou precisamente um desses compromissos. Dele é lícito dizer que constituiu o primeiro veículo por onde a sobriedade e o equilíbrio do Classicismo francês, já aclimatado de certo modo e reelaborado, em terras do sul, pôde melhor infiltrar-se entre povos que pareceriam ainda menos preparados do que os italianos para recebê-lo”, HOLANDA, “O ideal arcádico”, op. cit., p. 206.

²⁰⁶ *Idem*, p. 221.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um soneto de Violante do Céu (1601?-1693) incluindo tanto na *Fênix Renascida* quanto no *Postilhão de Apolo* que figura de modo especialmente eloquente a ausência, situação à qual ele é dedicado, e que pode servir como mote para o encerramento deste trabalho; dele, transcrevo as duas primeiras quadras:

Vida que não chega de acabar-se,
Chegando já de vós a despedir-se,
Ou deixa por sentida de sentir-se,
Ou pode de imortal acreditar-se.

Vida, que já não chega a terminar-se,
Pois chega já de vós a dividir-se,
Ou procura vivendo consumir-se,
Ou pretende matando eternizar-se.¹

Nos versos da freita poetisa, a ausência é descrita como um processo que se desgasta antes mesmo de acabar-se, que somente surge no descompasso entre a espera e a irrealização, terminando como incompletude o que não teve tempo nem forças para mostrar-se. De certa forma, esta paradigmática situação de uma *utopia*, de um descompasso inerente e irreconciliável, de um desencontro, foi aspecto que este estudo teve em mente quando, como a ausência, ao mesmo tempo precoce e demasiado tardiamente procurou se realizar.

Os três capítulos da presente dissertação finalizam sempre em um impasse. No primeiro, a tentativa de descobrir o caráter específico das reuniões da Academia dos Esquecidos em meio às práticas e aos preceitos da atuação letrada da Bahia colonial e perante a existência de uma comunidade de discussão altamente atuante – a República das Letras – demonstrou que não se trata tanto de escolher entre uma ou outra opção, mas sim da tentativa de agregar ambas e entender sua lógica interna. Os Esquecidos não são caracterizados pela autonomia mas, como os visitantes do clássico de Eisenstein, também não estão totalmente imobilizados. Também a academia brasílica não se constituir enquanto fator de ruptura não significa que ela fosse meramente um joguete nas mãos de discursos mais amplos.

No segundo, o estudo dos problemas de composição das dissertações históricas nos levou a percorrer todo o espectro da escritura historiográfica na *primeira modernidade*. Foi necessário entender como erudição e história progressivamente se combinam para compreender, por fim, como elas apesar de tudo permanecem separadas. Como os historiadores modernos, também os Esquecidos – e os demais daquela época – eram capazes de fazer muito mais do que eles entendiam representar o padrão de uma correta historiografia, todavia quando pensavam no que era a própria história, acabavam por retornar a uma concepção que era tanto segura quanto fornecia uma imagem idealizada de

¹ “A uma ausência”, in PÉCORA, *Poesia seiscentista*, op. cit., p. 122.

sua atividade. Curiosamente, os Esquecidos – agora, ao contrário de seus conterrâneos – encontravam justamente nestas (aparentemente restritivas) leis do discurso histórico seu próprio espaço de liberdade.

Por fim, o terceiro capítulo demonstrou a imbricação entre moderno e arcaico que apenas o convívio do cego e do coxo deixa perceber. Os Esquecidos, como procurei demonstrar aqui, eram excelentes críticos, capazes de uma elaborada reflexão sobre a própria história e seus instrumentos metodológicos, porém aceitavam – e não teriam por que não aceitar – os limites de uma situação que constrangia e, no fim, contrapunha-se aos próprios procedimentos que eles esposavam – conscientemente – no texto de suas dissertações.

Esses dilemas indicam muito mais a descoberta de um campo de questões que o encontro de algumas soluções definitivas. Cada um destes capítulos procurou contribuir com o entendimento de um determinado conjunto de problemas, todos eles centrados nas relações entre a composição do texto histórico e a realização da pesquisa histórica e na interação entre a crítica e a retórica como elementos que exercem pressão um sobre o outro. Espero que os dilemas levantados não apenas inspirem futuros trabalhos mas que também ajudem no entendimento do que seria o caráter específico de uma história da historiografia que tem de levar em conta aspectos que vão muito além de suas difusas fronteiras para que possa se realizar.

Um desses limites é o da própria atuação do historiador. Este estudo pretende ter demonstrado a necessidade de congregar leituras a respeito do que propriamente significa ser um escritor de histórias na colônia ou no Império lusitano no entendimento do funcionamento da própria historiografia.² Não se pode adotar modelos explicativos sem tentar adaptá-los aos objetos estudados. Outro desses limites diz respeito ao próprio caráter retórico do texto histórico. Mais do que uma afirmação, o reconhecimento deste aspecto implica no entrecruzamento de demandas e requisitos que não possuem apenas uma solução correta. Por fim, a própria questão da crítica, que não se limita ao trabalho com um método mas sim insere o próprio historiador em sua historicidade.

Seria uma tentação reduzir este trabalho a um ou outro termo destes dilemas. Porém a própria existência destas questões não-resolvidas – que não podem ser resolvidas – se coloca como condição para não perceber nas letras coloniais ou nas produções dos acadêmicos apenas o signo do atraso ou da ausência. Como procurei demonstrar aqui, os Esquecidos estavam atualizados naquilo que lhes importava e, no caso do método histórico, desenvolviam uma reflexão própria concomitantemente a seus congêneres reais. Por outro lado, não se pode lhes retirar suas especificidades e as maneiras próprias pelas quais eles se apropriam do que está no seu entorno.

Apesar de todas as diferenças, os Esquecidos vivam num contexto assolado por problemas estranhamente semelhantes aos nossos. Nas décadas que nos ocuparam aqui,

² A TESE DE SILVA, *MAQUINAÇÕES DA RAZÃO DISCRETA*, OP. CIT., É UM PASSO NESSA DIREÇÃO.

os autores de um ou outro lado do Atlântico se questionavam não apenas a respeito da possibilidade do conhecimento histórico mas também sua relevância para uma realidade social e política que ultrapassava constantemente suas mais agudas reflexões; eles não apenas realizavam uma historiografia cuja qualidade era cada vez maior como também não conseguiam fazê-la adquirir a relevância que acreditavam merecer; essa situação era ainda mais complexa porque a tendência à especialização chocava-se com um contexto no qual a historiografia era cada vez mais lida e o número de obras históricas publicadas era cada vez maior; e a própria aquisição da consciência de um passado radicalmente distinto do presente mas que, por isso mesmo, nunca estivera tão próximo, colocava em xeque as formas tradicionais de estudar, ler, escrever e representar histórias. Todavia os problemas históricos possuem a singular característica de serem ao mesmo tempo semelhantes e distintos – e a presente dissertação espera ter contribuído ao entendimento de algumas opções tomadas no passado para resolver a estas questões; todavia não basta à historiografia apenas reiterar as escolhas já feitas: no que toca à resolução desses e outros problemas, somos todos cegos e coxos.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

a) Fontes manuscritas

São Paulo, IEB/USP. 2006, 63,36. Vasco Fernandes César de Menezes, certificado de ascendência de Inácio Barbosa Machado.

Rio de Janeiro, BNRJ. AHU_ACL_CU_005, Cx. 18, D. 1614. Parecer (minuta) do Conselho Ultramarino sobre a conta que dá o ouvidor-geral da comarca da Bahia José da Cunha Cardoso de serem contrárias às leis algumas resoluções do desembargador do Paço e acórdãos da Relação e despachos do ouvidor-geral do crime (22.09.1723)

b) Fontes impressas

_____. **Collecçam dos documentos, memorias e estatutos da Academia Real da Historia Portugueza.** Lisboa Occidental: Na Officina de Pascoal da Sylva, 1721-1736.

_____. **Documentos Históricos – Cartas e Provisões (1721-1722).** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Biblioteca Nacional, 1939, vol. XLV.

_____. **Rhetorica ad Herennium.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1964.

ACOSTA, José de. **Historia natural y moral de las Indias, en que se tartan las cosas notables del cielo, y elementos, metales, plantas, y animales dellas: y los ritos, y ceremonias, leyes, y gouierno, y guerras de los Indios.** Madrid: Alonso Martin, 1608.

ALMEIDA, Diogo Fernandes de. **Dissertação historia, juridica, e apologetica, que na Conferencia da Academia Real da Historia Portugueza de 14. de Fevereiro de 1732 leu D. Diogo Fernandes de Almeida, Em defeza da Conta, que deu dos seus estudos no felicissimo dia 7 de Setembro de 1731, Em que se celebravaõ os annos da Rainha N. Senhora, estando ella presente, e suas Altezas.** Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1732.

ALMEIDA, Francisco de. **Apparato para a disciplina e ritos ecclesiasticos de Portugal.** Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Soares da Sylva, 1735.

_____. **Primeira dissertação critica contra as Memorias para a Historia do Bispado da Guarda, sobre alguns pontos da disciplina ecclesiastica de Hespanha, que na Conferencia da Academia Real da Historia Portugueza de 9 de Abril de 1733 leu D. Francisco de Almeida.** Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1733.

ARGOTE, Jeronymo Contador de. **Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas, titulo primeyro.** Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1732.

ARISTOTLE. **Rhetoric**. Mineola : Dover, 2004, tradução de W. Rhys Roberts.

AULU-GELLE. **Les nuits attiques**. Paris: Classiques Garnier, 1940.

BLUTEAU, Raphael. **Prosas Portuguezas, recitadas em diferentes Congressos Academicos**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1729.

_____. **Vocabulario Portuguez, & Latino**. Lisboa: Na Officina de Paschoal da Sylva, 1712-1728, tomos 1 a 10.

BRITO E FIGUEIREDO, Caetano de. **Diario panegyrico. Relaçam das festas que na famosa Cidade da Bahia se fizeraõ em applauso do fausto, & feliz Natalicio do Excellentissimo Senhor Dom Pedro de Noronha, Glorioso Primogenito dos Excellentissimos Senhores Condes de Villa-Verde**. Lisboa: Officina de Miguel Manescal, Impressor do Santo Officio, & da Serenissima Casa de Bragança, 1718.

_____. “Dissertações acadêmicas, e Históricas, nas quais se trata da Historia natural das Coisas do Brasil”. In: CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo 5, pp. 139-221.

BRITO E LIMA, João de. **Applausos natalicios com que a Cidade da Bahia celebrou a noticia do felice primogenito do Excellentissimo Senhor Dom Antonio de Noronha, Conde de Villaverde**. Lisboa Occidental: Officina de Miguel Manescal, Impressor do Santo Officio, & da Serenissima Casa de Bragança, 1718.

_____. **Poema festivo, breve recopilação das solemnes festas, que obzequiosa a Bahia tributou em applauso das sempre faustas Regias Vodas dos Serenissimos Principes do Brasil, e das Asturias com as inclitas Princezas de Portugal, e Castella, dirigidas pelo Excellentissimo Vice-Rey deste Estado Vasco Fernandes Cesar de Menezes, Offerecido à muito alta, Augusta, e Soberana Magestade do Senhor D. João V, Rey de Portugal**. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1729.

CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil, 1640-1820/22**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969-1971, vol. I, tomos 1-5; vol. III, tomos 1, 3 e 4.

CÍCERO. “De Oratore”, in SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do Orador, de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares, I, 9, 23**. São Paulo: FFLCH/USP, 2009, tese de doutoramento, pp. 147-308.

CICERON. **Lettres familières**. Paris: Librairie Garnier Frères, 1940, vol. I.

FARIA Y SOUSA, Manuel de. **Epitome de las Historias Portuguesas, dividido en quatro partes**. Brusselas: Francisco Foppens, 1677.

FERREIRA, Francisco Leytam. **Nova Arte de Conceitos que com o titulo de Licções Academicas na publica Academia dos Anonimos de Lisboa, dictava, e explicava o**

beneficiado Francisco Leytam Ferreira, Academico Anonymo. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718; 1721, partes I e II.

FRANCA, Gonçalo Soares da. “Dissertações da história eclesiástica do Brasil”. In: CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22).** São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo 5, pp. 223-313.

FREIRE, Francisco Joseph, Cândido Lusitano. **Arte Poetica, ou Regras da verdadeira poesia em geral, e de todas as suas especies principaes, tratadas com juizo critico.** Lisboa: Na Officina Patriarchal de Francisco Luiz Ameno, 1748, tomo I.

GAMA, Luís Siqueira da. “Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil”. In: CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22).** São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo 5, pp. 7-138.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Historia da prouincia sãcta Cruz a qu’vulgarmente chamamos Brasil.** Lisboa: João Lopez., 1575.

GARCIA, Gregorio. **Origen de los Indios del Nuevo Mundo, e Indias Occidentales.** Madrid: Francisco Martinez Abad, 1729.

LUCIANO. “Arte Histórica de Luciano Samosateno; Traduzida do Grego em duas versões Portuguesas pelos Reverendos Padres Fr. Jacinto de São Miguel. Cronista da Congregação de S. Jerônimo, e Fr. Manoel do Santo Antônio, Monge da mesma Congregação em Portugal. Dadas à luz pelo P. José Henriques de Figueiredo”, in EUGENIO, João Kennedy. **Ficção e história – Encontros com Luciano.** Teresina: EdUFPI, 2010, pp. 203-230.

LUCIANO DE SAMÓSATA. **Como se deve escrever a história.** Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

MABILLON, Jean. **Brèves reflexions sur quelques règles de l’histoire.** Paris: P.O.L., 1991.

_____. “Traité des Études Monastiques”, in HUREL, Odon (org.). **Le moine et l’historien – Dom Mabillon: Oeuvres choisis.** Paris: Robert Lafont, 2007, pp. 381-625.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Sebastião, unico em nome, e decimo sexto entre os Monarchas Portuguezes: Do anno de 1554. até o anno de 1561.** Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1736, tomo I.

MACHADO, Inácio Barbosa. “As dissertações da história militar do Brasil”. In: MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. **A Academia Brasilica dos Esquecidos e as práticas de escrita do Brasil colonial.** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP, 1999, dissertação de mestrado, vol. II, pp. I-CLXI.

_____. **Fastos Politicos, e Militares da Antigua, e Nova Lusitania, em que se descrevem as aççoes memoraveis, que na Paz, e na guerra obraraõ os Portuguezes nas quatro**

- partes do Mundo**. Lisboa Occidental: Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1745, tomo I.
- MANVEL, Francisco. **Epanáforas de Varia Historia Portvgveza**. Lisboa: Antonio Craesbeek, 1676.
- MARIZ, Pedro de. **Dialogos de Varia Historia dos Reis de Portugal com os mais verdadeiros retratos que se puderaõ achar**. Lisboa: Antonio Craesbeek, 1672.
- MASCARDI, Agostino. **Dell'Arte Istorica**. Firenze : Felice LeMonnier, 1859.
- MENESTRIER, Claude-François. **Les divers caracteres, des ouvrages historiques. Avec le plan d'une nouvelle histoire de la ville de Lyon**. Lyon: J. Bapt. & Nicoles de Ville, 1694.
- MENEZES, Luiz de, Conde da Ericeira. **Historia de Portugal Restaurado**. Lisboa: Na Officina de Joaõ Galraõ, 1671, tomo I.
- OSAN, Joseph Maregelo de. **Eccos que o clarim da fama dá: Postilhão de Apolo, montado no pegazo, girando o Universo, para divulgar ao Orbe literário as peregrinas flores da Poezia Portugueza, com que vistosamente se esmaltaõ os jardins das Musas do Parnazo**. Lisboa: Na Officina de Francisco Borges de Sousa, 1761.
- PLINY, THE YOUNGER. **Complete Letters**. Oxford: Oxford University Press, 2006, tradução de P. G. Walsh.
- POLYBIUS. **The Histories**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998.
- ROCHA PITA, Sebastião. **Breve compendio, e narração do funebre espectáculo que na insigne Cidade da Bahia, cabeça da America Portugueza, se vio na morte de EIRey D. Pedro II, de gloriosa memoria**. Lisboa: Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1709.
- _____. **Historia da America Portugueza**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730.
- _____. **Tratado Político**. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.
- ROCOLES, Jean-Baptiste de. **Introduction generale a l'Histoire**. Paris : Denis Becket, 1864.
- SANTA MARIA, Francisco de. **Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia abreviada das pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal**. Lisboa Occidental: Na Officina de Domingos Gonsalves, 1744, 2 tomos.
- SYLVA, Joseph Soares da. **Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Joaõ o I. do anno de mil etrezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730, tomo primeiro.

SYLVA, Manoel Telles da. **Historia da Academia Real da Historia Portugueza**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727.

SYLVA, Mateus Pereyra da. **A fenis renascida ou obras poeticas dos melhores Engenhos Portugueses**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Lopes Ferreyra, 1746, 5 tomos.

SYLVA LEAL, Manoel Pereira da. **Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado da Guarda, parte primeira**. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1729, tomo primeiro.

TILLEMONT, Sebastien Le Nain de. **Histoire des Empereus et des autres princes qui ont regné durante les six premiers siecles de l'Eglise, des persecutions qu'ils ont faites aux Chrétiens, de leurs guerres contre les Juifs, des Ecrivains profanes, & des personnes les plus illustres de leur temps**. Paris: Charles Robustel, 1690, tomo I.

TILLEMONT, Sebastien Le Nain de. **Memoires pour servir a l'Histoire Ecclesiastique des six premiers siècles**. Paris: Charles Robustel, 1713, tomo I.

VIEYRA, Antonio. **Historia do Futuro. Livro Antepimeyro Prolegomeno a toda Historia do Futuro, em que se declara o fim, & se provaõ os fundamentos della**. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718.

VASCONCELOS, Simam de. **Noticias Cvriosas, e necessarias das covsas do Brasil**. Lisboa: Ioam da Costa, 1668.

Obras secundárias

ALBANESE, Gabriella. “A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia modern: Valla, Facio e Pontano na corte napolitana dos reis de Aragão”, in PIRES, Francisco Murari (org.). **Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009.

ALCIDES, Sérgio. “A desavença: idéias políticas nas ‘Cartas’ de Sá de Miranda”, in ALGRANTI, Leila Meza; MEGIANI, Ana Paula. **O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico – séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 127-148.

_____. **Estes penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas (1753-1773)**. São Paulo: Hucitec, 2003.

_____. “Expectativa e metamorfose: saudades da idade do ouro na América portuguesa”, in JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. **Festa – Cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: EdUSP, 2001, vol. II, pp.

AUERBACH, Erich. “La cour et la ville”, in COSTA LIMA, Luiz. **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, vol. 2, pp. 150-190.

ARAUJO, Valdei Lopes de. “Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma”, in *Locus*, Juiz de Fora, vol. 12, nº 1, 2006, pp. 79-94.

BARRERA-OSORIO, Antonio. **Experiencing Nature – The Spanish American Empire and the Early Scientific Revolution**. Austin: University of Texas Press, 2006.

BARRET-KRIEGEL, Blandine. “Jean Mabillon et la science de l’histoire”, in MABILLON, Jean. **Brèves réflexions sur quelques règles de l’histoire**. Paris : P.O.L., 1990, pp. 9-100.

_____. **L’histoire à l’âge classique: La défaite de l’érudition**. Paris: PUF, 1996, vol. II

_____. **L’histoire à l’âge classique: Les académies de l’histoire**. Paris: PUF, 1996, vol. III.

BARTHES, Roland. “El discurso de la historia”, in **El susurro de la lenguaje**. Barcelona: Paidós, 1987, pp. 163-177.

BELLINI, Eraldo. **Agostino Mascardi tra ‘ars poetica’ e ‘ars historica’**. Milano: Vita & Pensiero, 2002.

BIZZELL, Patricia. “Editing the Rhetorical Tradition”, in *Philosophy and Rhetoric*, vol. 36, n° 2, 2003, pp. 109-118.

BLACK, Robert. “Benedeto Accolti and the Beginnings of Humanist Historiography”, in *The English Historical Review*, vol. 96, n° 378, Jan., 1981, pp. 36-58.

_____. “The new laws of history”, in *Renaissance Studies*, vol. 1, issue 1, March 1987, pp. 126-156.

BLANKE, Horst Walter. “Para uma nova história da historiografia”, in MALERBA, Jurandir (org.). **A História Escrita**. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 27-64.

BORRALHO, Maria Luísa Matalo. “‘Nem muros, nem cidades’: o espírito utópico nas academias portuguesas”, in **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 277-287.

BRAGA-PINTO, César. **As promessas da história: discursos proféticos e assimilação no Brasil colonial (1500-1700)**. São Paulo: EdUSP, 2003.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **A invenção do romance: Narrativa e mímese no romance grego**. Brasília: Editora UnB, 2005.

BRIGOLA, João Carlos Pires. **Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BUESCU, Ana Isabel. “Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem”, in *Penélope*, 21, 1999, pp. 11-22.

CAJUEIRO, Renato Luiz Bacellar. **Letrados d’El-Rey: os conselhos da história e o poder real em Portugal na primeira metade do século XVIII**. Niterói: Instituto de

Ciências Humanas e Filosofia/UFF, 2009, dissertação de mestrado.

CALMON, Pedro. **História da Literatura Bahiana**. São Paulo: José Olympio, 1949.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. “Entangled Histories: Borderland Historiographies in New Clothes?”, in *American Historical Review*, June 2007, pp. 787-799.

_____. **How to Write the History of the New World: Histories, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth-Century Atlantic World**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

_____. **Nature, Empire, and Nation – Explorations of the History of Science in the Iberian World**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

_____. “Typology in the Atlantic World – Early Modern Readings of Colonization”, in BAYLIN, Bernard; DENAULT, Patricia L. (eds.). **Soundings in Atlantic History – Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2009.

_____. “Typological Readings of Nature: The Book of Nature in Lastanosa’s Age”, in REY-BUENO, May; LÓPEZ-PÉREZ, Miguel. **The Gentleman, the Virtuoso, the Inquirer: Vincencio Juan de Lastanosa and the Art of Collecting in Early Modern Spain**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2008.

CARDIM, Pedro. “‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”, in BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português – séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 45-68.

CARVALHO, Ronald de. **Pequena História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1968.

CASTELLO, José Aderaldo. **A Literatura Brasileira: manifestações literárias do período colonial**. São Paulo: Cultrix, 1967, vol. I.

CHANG-RODRIGUEZ, Raquel. “Poesía lírica. Modalidades poéticas coloniales”, in PIZARRO, Ana (org.). **América Latina: palavra, identidade e cultura**. São Paulo: Memorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, vol. I, pp. 299-329.

CHARLAND, Maurice René. “The Constitution of Rhetoric’s Tradition”, in *Philosophy and Rhetoric*, vol. 36, nº 2, pp. 119-134.

COSTA LIMA, Luiz. **O controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. “Comentário à comunicação de João Adolfo Hansen”, in SALOMÃO, Jayme (org.). **América: descoberta ou invenção?** Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp. 362-365.

- _____. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. **Mimesis: desafio ao pensamento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. “Governadores e capitães-mores do império atlântico nos séculos XVII e XVIII”, in MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (coords.). **Optima pars – Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 191-252.
- CUNHA, Norberto Ferreira da. **Elites e acadêmicos na cultura portuguesa setecentista.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2001.
- CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII).** Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.
- DECULTOT, Elisabeth. **Lire, copier, écrire. Les bibliothèques manuscrites et leurs usages au XVIIIe siècle.** Paris: CNRS Editions, 2003
- DUBUYS, Jean-Michel. “Les bénédictines d’Espagne devant les fausses chroniques”, in GRELL, Chantal; DUBUYS, Jean-Michel. **Pratiques et concepts de l’histoire en Europe – XVIe-XVIIe siècles.** Paris : Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 1990, pp. 97-123.
- FEITLER, Bruno. “Teoria e prática da definição da jurisdição e da práxis inquisitorial portuguesa: da ‘prova’ como objeto de análise”, in ALGRANTI, Leiza Mezan; MEGIANI, Ana Paula. **O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico – séculos XVI-XIX.** São Paulo: Alameda, 2009, pp. 73-93.
- FERREIRA, Valéria Maria Pena. **Retórica das lágrimas: sermões e orações fúnebres na Bahia do século XVII.** Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007, tese de doutoramento.
- FIGUEIRÔA-REGO, João de. **Reflexos de um poder discreto: discurso acadêmico, saberes e práticas sociais em Portugal setecentista em torno aos Códices de Dom Flamínio.** Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2008.
- FIORETTO, Thissiane. **Retórica e *Argumentatio* – Uma disputa entre Mem de Sá e Cururupeba.** Assis: Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 2005, dissertação de mestrado.
- FONSECA, Humberto José. **Vida e morte na Bahia colonial: sociabilidades festivas e rituais fúnebres (1640-1760).** Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006, tese de doutoramento.
- FOURNEL, Michel de; PASSERON, Jean-Claude. **L’argumentation, preuve, persuasion.** Paris : École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002.

FUMAROLI, L'âge de l'éloquence – Rhétorique et “res litteraria” de la Renaissance au seuil de l'époque classique. Genève: Droz, 2009.

_____. “Les Mémoires au carrefour des genres en prose”, in FUMAROLI, Marc. **La diplomatie de l'esprit – De Montaigne à La Fontaine**. Paris: Hermann, 1994. pp. 183-217.

GAONKAR, Dilip Parameshwar. “Rhetoric and Its Double: Reflections on the Rhetorical Turn in the Human Sciences”, in SIMONS, Herbert W. (ed.). **The Rhetorical Turn: Invention and Persuasion in the Conduct of Inquiry**. Chicago: Chicago University Press, 1990, pp. 341-366.

GAUKROGER, Stephen. **The Emergence of a Scientific Culture: Science and the Shaping of Modernity, 1210-1685**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GENETTE, Gérard. **Paratexts – Threshold of Interpretation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GINZBURG, Carlo. “Checking the Evidence: The Judge and the Historian”, in *Critical Inquiry*, vol. 18, n° 1, 1991, pp. 79-92.

_____. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, in GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. **Palavra peregrina – O barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1998.

GOOD, James M. M.; ROBERTS, Richard H. (eds.). **The Recovery of Rhetoric: Persuasive discourse and disciplinarity in the human sciences**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé**. Campinas: Papirus, 1998.

_____. **Defenders of the Text – The Traditions of Scholarship in an Age of Science, 1450-1800**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1991.

_____. **Faussaires et critiques: créativité et duplicité chez les érudits occidentaux**. Paris : Les Belles Lettres, 2004.

_____. “The History of Ideas: Precept and Practice, 1950-2000 and Beyond”, in *Journal of the History of Ideas*, vol. 67, n° 1, 2006, pp. 1-32.

_____. **What was history? The Art of History in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____. **Worlds made by Words – Scholarship and Community in the Modern West.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2009.

GRELL, Chantal. “Introduction”, in GRELL, Chantal (org.). **Les Historiographes en Europe de la fin du Moyen Âge à la Révolution.** Paris: Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 2006, pp. 9-17.

GRELL, Chantal; DUBUYS, Jean-Michel. **Pratiques et concepts de l’histoire en Europe – XVIe-XVIIe siècles.** Paris : Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 1990.

HANSEN, João Adolfo. “A civilização pela palavra”, in LOPES; Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 19-41.

_____. **Alegoria: construção e interpretação da metáfora.** São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

_____. **A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII.** São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

_____. “Barroco, neobarroco e outras ruínas”, in *Teresa*, São Paulo, 2000, vol. 2, pp. 11-66.

_____. “Colonial e barroco”, in SALOMÃO, Jayme (org.). **América: descoberta ou invenção?** Rio de Janeiro: Imago, 1992, pp. 347-361.

_____. “Discreto/Vulgar: modelos culturais nas práticas de representação barrocas”, in *Estudos portugueses africanos*, Campinas, n° 17, janeiro/julho de 1991, pp. 20-57.

_____. “Fênix Renascida & Postilhão de Apolo: Uma Introdução”, in PÉCORA, Alcir (org.). **Poesia seiscentista – Fênix Renascida & Postilhão de Apolo.** São Paulo: Hedra, 2002.

_____. “O discreto”, in NOVAES, Adauto (org.). **Libertinos/Libertários.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 77-102.

_____. “Retórica da Agudeza”, in *Letras Clássicas* (USP), São Paulo, volume 4, 2000, pp. 317-342.

_____. “*Ut pictura poesis* e verossimilhança na doutrina do *conceito* no século XVII colonial”, in *Floema*, ano II, n° 2, outubro de 2006, p. 113.

HARTOG, François. **Anciens, Modernes, Sauvages.** Paris: Galaade, 2008.

HAZARD, Paul. **La crise de la conscience européenne.** Paris: Boivin & Cie., 1935, tomo I.

HERKLOTZ, Ingo. “Momigliano’s ‘Ancient History and the Antiquarian’: A Critical

Review”, in MILLER, Peter (ed.). **Momigliano and Antiquarianism: Foundations of the Modern Cultural Sciences**. Toronto: Toronto University Press, 2007, pp. 127-153.

HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal – séc. XVII**. Coimbra: Almedina, 1994.

HIATT, Alfred. “Diplomatic Arts: Hickes against Mabillon in the Republic of Letters”, in *Journal of the History of Ideas*, vol. 70, n° 3, July 2009, pp. 351-373.

_____. **The making of medieval forgeries: false documents in fifteenth-century England**. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O ideal arcádico”, in _____. **Capítulos de história colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

HUDDLESTON, Lee Eldridge. **Origins of the American Indians - European Concepts, 1492-1729**. Austin: The University of Texas Press, 1967.

ISRAEL, Jonathan. **Enlightenment Contested – Philosophy, Modernity, and the Emancipation of Man 1670-1752**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. **Radical Enlightenment – Philosophy and the Making of Modernity 1650-1750**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Loyola, 2006.

KAGAN, Richard L. **Clio and the Crown – The Politics of History in Medieval and Early Modern Spain**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009.

KANTOR, Iris. “A Academia Real da História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750)”, in BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português – séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, pp. 257-265.

_____. “Do Dilúvio universal a Pai Sumé: mediações entre o universal e o local na historiografia erudita lusoamericana (1724-1759)”, in GONÇALVES, Andréa Lisly; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Estado, Região e Sociedade – contribuições sobre história social e política**. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, pp. 19-32.

_____. **Esquecidos e Renascidos – Historiografia Acadêmica Luso-Brasílica 1724-1759**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

_____. “Ser erudito em colônias: as práticas de investigação histórica nas academias brasílicas (1724-1759)”, in ALGRANTI, Leiza Mezan; MEGIANI, Ana Paula. **O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico – séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 297-310.

KELLEY, Donald R. **The Descent of Ideas – The History of Intellectual History**.

Aldershot: Ashgate, 2002.

_____. **Foundations of Modern Historical Scholarship: Language, Law, and History in the French Renaissance**. New York: Columbia University Press, 1970.

_____. **Versions of History from Antiquity to the Enlightenment**. New Haven: Yale University Press, 1991.

KLEIN, Robert. “A teoria da expressão figurada nos tratados italianos sobre as impresses”, in **A forma e o inteligível**. São Paulo: EdUSP, 1999, pp. 117-139.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise – Uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto/EdUERJ, 1999.

_____. “Estratos del tiempo”, in KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia**. Barcelona: Paidós, 2002, pp. 35-42.

_____. **historia/Historia**. Madrid: Trotta, 2005.

LEFFLER, Phyllis K. “The ‘Histoire Raisonnée’, 1660-1720: A Pre-Enlightenment Genre”, in *Journal of the History of Ideas*, vol. 37, n° 2, Apr.-Jun. 1976, pp. 219-240.

LESNE-JAFFRO, “Les Mémoires: Une critique de l’histoire au XVIIe siècle”, in VERVACKÉ, Sabrina; SCHUEREN, Éric Van der; BELLEGUIC, Thierry (eds.). **Les Songes de Clio: Fiction et Histoire sous l’Ancien Régime**. Saint-Nicolas : Presses de l’Université Laval, 2006.

LEVINE, Joseph M. **The Autonomy of History – Truth and Method from Erasmus to Gibbon**. Chicago: Chicago University Press, 1999.

LORAU, Nicole. **Invenção de Atenas**. São Paulo: Editora 34, 1994.

MACCORMACK, Sabine. “Approaches to Historicization: Romans and Incas in the Light of Early Modern Spanish Scholarship”, in MOST, Glenn W. (ed.). **Aporemata – Kritische Studien zur Philologiegeschichte**. Göttingen: Valdenhoeck & Ruprecht, 2001, vol. 5, pp. 69-101.

MACPHAIL, Eric. “The Plot of History from Antiquity to the Renaissance”, in *Journal of the History of Ideas*, vol. 62, n° 1, Jan. 2001, pp. 1-16.

MARTINS, João Paulo. **Política e História no Reformismo Ilustrado Pombalino (1750-1777)**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, 2008, dissertação de mestrado.

MASSIMI, Marina. **Palavras, almas e corpos no Brasil colonial**. São Paulo: Loyola, 2005.

MILLER, Peter N. “Introduction: Momigliano, Antiquarianism, and the Cultural Sciences”, in MILLER, Peter N. (org.). **Momigliano and Antiquarianism: Foundations**

of the Modern Cultural Sciences. Toronto: Toronto University Press, 2007, pp. 3-65.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora: notícias de história”, in ALGRANTI, Leila Meza; MEGIANI, Ana Paula. **O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico – séculos XVI-XIX.** São Paulo: Alameda, 2009, pp. 187-199.

MOMIGLIANO, Arnaldo. “Ancient History and the Antiquarian”, in *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 13, n° ¾, 1950, pp. 285-315.

_____. “Gibbon’s Contribution to Historical Method”, in *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, vol. 2, n° 4, 1954, pp. 450-463.

_____. “The rhetoric of history and the history of rhetoric: On Hayden White’s tropes”, in *Contemporary Criticism*, Cambridge, vol. 3, 1981, pp. 259-268.

MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas. “No Alvorecer do Iluminismo em Portugal”, in *Revista de História Literária de Portugal* (separata), vol. I, 1962.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720).** São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. **A Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil colonial.** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1999, tese de doutoramento, 2 volumes.

MORAES JÚNIOR, Hélio Gomes. **A crítica historiográfica nos Dez diálogos da História (Veneza, 1560) – Estudo e tradução comentada.** Campinas: IEL/UNICAMP, 2010, tese de doutoramento.

MORENO, Eva Velasco. **La Real Academia de la Historia en el siglo XVIII – Una institución de sociabilidad.** Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000.

MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico.** Coimbra: Minerva, 2004.

MOYA, Antonio Morales; VEJA, Mariano Esteban. “Historiographie et pouvoir politique dans l’Espagne du XVIIIe siècle (1700-1808)”, GRELL, Chantal (org.). **Les Historiographes en Europe de la fin du Moyen Âge à la Révolution.** Paris: Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 2006, pp. 203-226.

MUHANA, Adma. **A epopéia em prosa seiscentista.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

MULSOW, Martin. “Antiquarianism and Idolatry: The *Historia* of Religions in the Seventeenth Century”, in POMATA, Gianna; SIRAI, Nancy G. **Historia: empiricis and erudition in early modern Europe.** Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2005, pp. 181-210.

NEVEU, Bruno. **Un historien à l'École de Port-Royal – Sebastien Le Nain de Tillemont 1637-1698**. La Haye : Martinus Nijhoff, 1966.

NICOLAZZI, Fernando. «Como se deve ler a história: Jean Bodin e a ars historica do século XVI», in NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). **Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, pp. 207-234.

_____. “Entre letras & armas, a história como disputa: considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII”, in *Almanack Braziliense*, São Paulo, número 11, maio de 2010, pp. 40-51.

OGAWA, Carlos Eduardo de Almeida. **História, retórica, poética, prova: a leitura de Carlo Ginzburg da Retórica de Aristóteles**. São Paulo: FFLCH/USP, 2010, dissertação de mestrado.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Aspectos da literatura colonial brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

PALMA-FERREIRA, João. **Academias literárias dos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

_____. **Novelistas e contistas portugueses dos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1981.

PAWLING, Perla Chinchilla. **De la *compositio loci* a la república de las letras: predicación jesuita en el siglo XVII novohispano**. México, D.F.: Universidad Iberoamericana, 2004.

PÉCHARMAN, Martine. “The ‘Rules of Critique’ – Richard Simon and Antoine Arnauld”, in BOD, Rens; MAAT, Jap; WESTSTEIJN, Thijs. **The Making of Humanities – Volume 1: Early Modern Europe**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010.

PÉCORA, Alcir. “À guisa de manifesto”, in _____. **Máquina de Gêneros**. São Paulo: EdUSP, 2001.

_____. “A história como colheita rústica de excelências”, in SCHWARTZ, Stuart; PÉCORA, Alcir. **As excelências do governador – o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 47-65.

_____. “Sermões e o modelo sacramental”, in JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. **Festa – Cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: EdUSP, 2001, vol. II, pp. 717-731.

_____. **Teatro do Sacramento: A unidade retórico-teológico-política dos sermões de Antônio Vieira**. São Paulo: EdUSP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

PERELMAN, Chaïm; ALBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação – A Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PESSOTI, Bruno Casseb. *Ajuntar manuscritos e convocar escritores: o discurso histórico institucional no setecentos luso-brasílico*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA, 2009.

PHILLIPS, Mark Salber. “Adam Smith and the history of private life”, in KELLEY, Donald R.; SACKS, David Harris (ed). **The Historical Imagination in Early Modern Britain - History, Rhetoric, and Fiction, 1500-1800**. Cambridge: Cambridge University Press/Woodrow Wilson Center Series, 1997, pp. 318-342.

_____. **Society and Sentiment – Genres of Historical Writing in Britain, 1740-1820**. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

PINHEIRO, Joaquim C. Fernandes. “Estudo sobre a Academia”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro*, XXXI, segunda parte, 1858, pp. 5-31.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, Visconde de São Leopoldo. “Programma historico”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo I, número 2, 1893, pp. 59-84.

PINTO, Nilton de Paiva. **A poesia de Rocha Pita na Academia Brasílica dos Esquecidos**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2007, dissertação de mestrado.

PIRES, Francisco Murari. “A retórica do método (Tucídides I.22 e II. 35)”, in _____. **Mithistória**. São Paulo: Fapesp, 1999, pp. 277-292.

_____. **Modernidades Tucidideanas: *Ktēma es Aei***. São Paulo: EdUSP/Fapesp, 2007.

POCOCK, J.G.A. **Barbarism and Religion – The Enlightenments of Edward Gibbon, 1737-1764**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, vol. I.

_____. **Barbarism and Religion – Narratives of Civil Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, vol. II.

_____. **The Ancient Constitution and the Feudal Law – A Study of English Historical Thought in the Seventeenth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987 [1957].

_____. **The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition**. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

POMATA, Gianna; SIRAISSI, Nancy G. (eds.). **Historia: empiricism and erudition in early modern Europe**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2005.

PORTNOY, Alisse Theodor. “Defining, Using, and Challenging the Rhetorical Tradition”, in *Philosophy & Rhetoric*, vol. 36, nº 2, 2003, pp. 103-108.

PROSPERI, Adriano. “Censurar as fábulas: o protorromance e a Europa católica”, in MORETTI, Franco (org.). **O romance 1: A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, pp. 97-138.

PUNTONI, Pedro. “Bernardo Vieira Ravasco, secretário de Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII”, in BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar: Idéias e práticas políticas no Império português – séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 157-178.

RAMINELLI, Ronald. “A escrita e a espada em busca de mercês”, in _____. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008, pp. 17-60.

RICOEUR, Paul. **A história, a memória, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

ROBERTSON, John. **The Case for the Enlightenment: Scotland and Naples 1680-1760**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ROCHE, Daniel. **Le siècle des Lumières en Province**. Paris: Editions de la Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1989.

RODRIGUES, Henrique Estrada. “As histórias de Cláudio Manuel da Costa”, texto apresentado no 5º Seminário Nacional de História da Historiografia, agosto de 2010 (mimeo).

RUBIÉS, Joan-Pau. “Hugo Grotius’s Dissertation on the Origin of the American Peoples and the Use of Comparative Methods”, in *Journal of the History of Ideas*, vo. 52, nº 2, Apr.-Jun., 1991, pp. 221-244.

SCHAEFFER, Jean-Marie. “Du texte au genre. Notes sur la problématique générique”, in GENETTE, Gérard; TODOROV, Tzvetan. **Théorie des genres**. Paris: Seuil, 1986, pp. 179-205.

SCHWARTZ, Stuart. “Introdução”, in SCHWARTZ, Stuart; PÉCORA, Alcir. **As excelências do governador – o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 15-45.

SERJEANTSON, R. W. “Testimony and Proof in Early Modern England”, in *Studies in History and Philosophy of Science*, vol. 30, nº 2, 1999, pp. 195-236.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A historiografia portuguesa – doutrina e crítica**. Lisboa: Verbo, 1974, vol. III.

SHAPIN, Steven. **A Social History of Truth: Civility and Science in Seventeenth-Century England**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

SHAPIRO, Barbara J. **A Culture of Fact: England, 1550-1720**. Ithaca: Cornell University Press, 2000.

SILVA, Ana Rosa Clocllet da. **Inventando a nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

SILVA, Marcela Verônica da. **Constância da retórica, mudança de estilo: a obra acadêmica de Cláudio Manuel da Costa**. Assis: Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 2009, dissertação de mestrado.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **Maquinações da Razão Discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na classe de literatura portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, 2010, tese de doutoramento.

_____. “Poder e *episteme* na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721)”, in *História da Historiografia*, Ouro Preto, n° 3, setembro 2009, pp. 204-215.

SINKEVISQUE, Eduardo. “Breve Relação sobre o Tratado Político (1715) de Sebastião da Rocha Pita ou uma Notícia dividida em Quatro Anatomias”, in *Estudos Portugueses e Africanos*, v. 36, 2000, pp. 59-80.

_____. **Doutrina seiscentista da arte histórica: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654)**. São Paulo: FFLCH/USP, 2005, tese de doutoramento.

_____. **Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – Introdução a um debate de gênero**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2000, dissertação de mestrado.

STAROBINSKI, Jean. “Sobre a adulação”, in _____. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 57-85.

STIERLE, Karlheinz. “O que significa a recepção dos textos ficcionais?”, in LIMA, Luiz Costa (org.). **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, pp. 119-171.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. “O que se pode aprender com a história? As sentenças prudenciais e o gênero histórico em Leonardo Bruni e Nicolau Maquiavel”, in NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, pp. 185-206.

_____. **Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

TODOROV, Tzvetan. “A origem dos gêneros”, in _____. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1980, pp. 43-58.

VALINHAS, Mannuella Luz de Oliveira. “Retoricidade e práticas letradas”, in *Rhêtorikê*,

nº 1, outubro de 2008, pp. 1-15.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”, in _____. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002, pp. 181-264.

WARNING, Rainer (ed.). **Estética de la recepción**. Madrid: Visor, 1989.

WELLBERY, David E. “Retoricidade: Sobre o retorno modernista da retórica”, in _____. **Neo-retórica e desconstrução**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, pp. 11-47.

WELLEK, René. “O Conceito de Barroco na Cultura Literária”, in _____. **Conceitos de Crítica**. São Paulo: Cultrix, 1963, pp. 69-106.

WHITE, Hayden. “O texto historiográfico como artefato literário”, in **Trópicos do discurso: ensaios de crítica da cultura**. São Paulo: EdUSP, 2001, pp. 97-116.

WOOLF, Daniel R. “From Hystories to the Historical: Five Transitions in Thinking about the Past, 1500-1700”, in KEWS, Paulina. **The Uses of History in Early Modern England**. San Marino, Cal.: Huntington Library and Art Gallery, 2005, pp. 33-70.

_____. “Little Crosby and the horizons of early-modern historical culture”, in KELLEY, Donald R.; SACKS, David Harris. **The Historical Imagination in Early Modern Britain – History, Rhetoric, and Fiction, 1500-1800**. Cambridge: Cambridge University Press/Woodrow Wilson Center Studies, 1997, pp. 93-132.

WOMERSLEY, David. “Against the Teleology of Technique”, in KEWS, Paulina. **The Uses of History in Early Modern England**. San Marino, Cal.: Huntington Library and Art Gallery, 2005, pp. 91-104.

ZUMTHOR, Paul. **Langue, texte, énigme**. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

ANEXOS

Anexo I

Academias histórico-literária no Império português (1710-1760)

Ano	Nome	Cidade
1711	Academia dos Anônimos	Lisboa
1715	Academia do Núncio	Lisboa
1716	Academia dos Ilustrados	Lisboa
1717	Academia Portuguesa	Lisboa
1720	Academia Real da História Portuguesa	Lisboa
1721	Academia dos Laureados	Santarém
	Academia Problemática	Setúbal
1723	Academia dos Aplicados	Lisboa
1724	Academia Viramarense	Vilamar
	Academia Brasilica dos Esquecidos	Salvador (Brasil)
1731	Academia dos Unidos	Torre de Moncorvo
	Academia Bracarense	Braga
1734	Academia Mariana	Beja
1735	?	Arrifana de Sousa
	Academia Portuguesa e Latina	Lisboa
1742	Academia Nova Bracarense	Braga
1743	Academia dos Escolhidos	Lisboa
1745	Academia dos Aventureiros	Santarém
	Academia dos Ocultos	Lisboa
1746	Academia Scalabítana	Santarém
	Tirões Bracarenses	Braga
	Palestra Literária	Ponte de Lima
1748	Academia Médica	Porto
1752	Academia dos Seletos	Rio de Janeiro (Brasil)
1756	Arcádia Lusitana	Lisboa
1758	Academia Litúrgica Pontifícia	Lisboa
1759	Academia dos Renascidos	Salvador (Brasil)

Fontes:

FIGUEIRÔA-REGO, João de. **Reflexos de um poder discreto: discurso acadêmico, saberes e práticas sociais em Portugal setecentista em torno aos Códices de Dom Flaminio**. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2008.

MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico**. Coimbra: Minerva, 2004.

PALMA-FERREIRA, João. **Academias literárias dos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A historiografia portuguesa – doutrina e crítica**. Lisboa: Verbo, 1974, vol. III.

Anexo II

**Sumário das dissertações históricas da Academia dos Esquecidos –
Assuntos das dissertações**

Luís Siqueira da Gama

Conferências altercadas e resolutas para melhor averiguação da verdade na História do Brasil

Dissertação	Assunto
Primeira	Da Origem, e que coisas sejam Política, História, Dissertação e Brasil
Segunda	Da Divisão da Política, História, Dissertação, e Brasil
Terceira	Se os Índios Bárbaros do Brasil têm alguma espécie de política?
Quarta	Se foi conveniente ao Estado a conquista do Brasil, que se reduzissem os Índios, se os nacionais, por modo de República a grandes povoações
Quinta	Da política com que se governam os Índios do Brasil, nas suas aldeias, e qual seja mais conveniente, se serem seus magistrados os patrícios, ou se os Estrangeiros
Sexta	Do generoso despacho que deu El-Rei Dom Felipe o primeiro de Portugal a Dom Antônio Felipe Camarão e qual seja maior política, se dilatar o merecimento com a esperança do prêmio, ou antepor o galardão à súplica do beneficiário?
Sétima	Da pena que deu o Governador Mem de Sá às arrogâncias do soberbo Cururupeba
Oitava	Da política que usou Dom Duarte da Costa para vencer os Índios Tapuias, e Tupinambás; e se fora glorioso ou não este triunfo
Nona	Se fora decoroso e lícito o estratagemas com que Dom Duarte da Costa triunfara dos Índios Tapuias e Tupinambás
Décima	De um maravilhoso caso, e apôtema célebre devidamente ponderado nas histórias do Brasil

Caetano de Brito e Figueiredo

Dissertações acadêmicas, e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil

Dissertação	Assunto
	Aparato Isagógico às Dissertações Acadêmicas nas quais se descreve a natureza das coisas principais do Brasil no que somente pertence à História natural
Primeira	(...) na qual se trata da geral, e geográfica descrição de toda a América com abreviada demonstração do mais raro, e admirável, que a Natureza nela produziu
Segunda	(...) da Origem dos índios, e primeiros povoadores da América, e se tiveram os Antigos dela algum conhecimento
Terceira	Descreve-se o Brasil com outras particularidade pertencentes à sua natureza
Quarta	(...) dos Céus, Planetas, Constelações e Climias Brasileiros
Quinta	(...) dos Climias, Ares, e Meteoros Brasileiros
Sexta	(...) na qual se trata das Aves do Brasil
Sétima	(...) na qual se individuum os nomes, cores, e diferenças das Aves Brasileiras
Oitava	(...) na qual se descrevem os Insetos Voláteis do Brasil

Gonçalo Soares da Franca

Dissertações da história eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasílica dos Esquecidos

Dissertação	Assunto
	Antilóquio das Dissertações da História Eclesiástica do Brasil
Primeira Parte, Primeira	(...) trata do seu descobrimento
Segunda	(...) em que se descreve geograficamente o Brasil
Terceira	(...) em que se resolve quem foram os primeiros povoadores do Brasil, quando, e como, a ele passaram
Quarta	Se a América passou a São Tomé
Quinta	Se os Índios do Brasil tinham alguma Lei, como e quando a ele passou a Católica Romana
Segunda Parte, Primeira	(...) da história eclesiástica do Brasil: trata da fundação das Igrejas
Segunda	Continuam as fundações das Igrejas
Terceira	(...) em que se prossegue, as erecções das Igrejas

Inácio Barbosa Machado

Exercícios de Marte, Nova Escola de Belona, Guerra Brasílica (...) Dissertações Críticas Jurídico Históricas do Descobrimento, e origem dos Povos, e regiões desta América, povoações, e conquistas guerras, e vitórias com que a nação Portuguesa conseguiu o Domínio das quatorze capitanias que formam a Nova Lusitânia, ou Brasil

Dissertação	Assunto
	Aparato Crítico Histórico e Panegírico à História da guerra Brasílica
Primeira	(...) em que se trata do descobrimento da Terra da Santa Cruz, ou Nova Lusitânia vulgarmente do Brasil
Segunda	Mostra-se como na escritura Divina estava profetizado este maravilhoso descobrimento, e como os Sagrados Vaticínios que prediziam esta felicidade se entenderam neste último século da nossa Idade
Terceira	(...) do descobrimento do Brasil pelos Portugueses em que se controverte quando Pedro Álvares Cabral descobriu a terra de Santa Cruz eram já conhecidas estas Províncias por naturais da Europa, ou de outra parte do Mundo
	Dissertação antecrítica ou Apêndice apologético da primeira Dissertação da Guerra Brasílica
Quarta	(...) em que Geográfica, e Corograficamente se descreve o Brasil, segundo as suas quatorze Capitanias
Quinta	(...) em que se trata Se antes do nosso descobrimento do Brasil já houve Guerras nestas Províncias em que se escreveram as insignes vitórias com que o 3º Governador do nosso Estado destroçou aos Gentios da Bahia e o seu Recôncavo, e aos Franceses, e Tamoios no Rio de Janeiro
Sexta	(...) m que se continua a História dos gloriosos sucessos, e vitórias insignes do 3º Governador do Brasil, o Grande Mem de Sá, e se observam as plausíveis circunstâncias do dia 22 de Outubro do memorável ano de 1689

Anexo III

Conferências celebradas pela Academia Brasileira dos Esquecidos

Data	Ordem	Presidente	Assunto heróico	Assunto lírico
03/04	1 ^a	José da Cunha Cardoso	Ao Vice-Rei	
23/04				À Academia
07/05	2 ^a	Sebastião da Rocha Pita	Quanto deve a República das Letras a El-Rei	Quem amou mais, Clície ao Sol, ou Endimião à Lua
21/05	3 ^a	João de Brito e Lima	Diana assistindo ao nascimento de Alexandre Magno na mesma noite em que Heróstrato queimava seu templo	Dama formosa, mas com poucos dentes, que para que não lhe notem a falta, costuma falar pouco
04/06	4 ^a	Francisco Pinheiro Barreto	O rei Dom João II que se vangloriava de conhecer seus vassalos	Uma hera sustentando um álamo seco
25/06	5 ^a	Antônio Gonçalves Pereira	Celebrar aniversário do Príncipe	Uma dama dando a Fábio duas flores, um amor-perfeito metido em um malmequeres
09/07	6 ^a	Raimundo Boim	A morte da Marquesa Dona Teresa de Moscoso	A Marquesa de Gouveia, Dona Inácia da Rosa, que se recolheu a um convento
23/07	7 ^a	Rafael Machado	Uma estátua da Apolofo atingida e desfeita por um raio	Uma dama que, revolvendo pérolas na boca, quebrou alguns dentes
06/08	8 ^a	Antônio Roiz Lima	César, que tendo notícia da morte de seu inimigo, chorou	Um menino gentil que, colhendo rosas em seu jardim, lhe mordeu um áspide, morrendo logo depois
27/08 [20/08]	9 ^a	Sebastião do Vale Pontes	Agripina, a quem foi dito que se seu filho, Nero, se tornasse imperador, seria morta, e respondeu que o fosse, ainda que a matassem	Um delfim salvando e conduzido às costas um naufrago até a praia
10/09*	10 ^a	João Borges Barros	Onde teve mais glória, Trajano que, alcançando a vitória, não logrou o triunfo pois morreu antes ou em sua estátua, a qual prestou homenagem Adriado, a quem o Senado adjudicara o triunfo?	Uma senhora que, perdendo um grande bem, trata de esquecer o bem perdido
24/09	11 ^a	Inácio de Azevedo	A atuação de Vasco Meneses no incêndio da casa de pólvora da Bahia	Uma dama que, chegando à janela para ver seu amante, por causa do Sol não o conseguiu ver

Data	Ordem	Presidente	Assunto heróico	Assunto lírico
08/10	12ª	João Álvares Soares	Quem cala vence	Amor com amor se paga e o mais certo é que amor com amor se apaga
22/10	13ª	João Calmon	O aniversário do Rei	Uma açucena
12/11	14ª	Ruperto de Jesus e Sousa	A Índia e o Brasil disputando qual deve mais honras a Vasco Meneses	Uma dama que, tomando um refresco em um jardim, quando viu o pôr do Sol começou a chorar
26/11	15ª	Luís da Purificação	Cipião desterrado em Roma	Anaxarte convertida em pedra
27/12	16ª	Félix Xavier	A modéstia de Alexandre Magno quando lhe foram apresentadas a mulher, a mãe e a filha de Dario, recém-vencido	Pirene transformada em fonte
21/01	17ª	José Pires de Carvalho	Diógenes buscando com uma luz um homem na praça de Atenas durante o dia	Um cego trazendo às costas um coxo, que o governava com a vista, ajudando-se reciprocamente para a comodidade de ambos
04/02	18ª	Manuel de Cerqueira Leal	As damas de Cartago, que cortaram o cabelo para enxárcias de uma armada contra seus inimigos	O retiro que fez de Lisboa o Padre Bartolomeu Lourenço Gusmão

* no volume diz 10/07, mudei para 10/09 para casar com a periodicidade das reuniões.

Fonte: CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969-1971, vol. I, tomos 1 a 4.

Anexo IV

Listagem dos poemas acadêmicos de autoria de seus membros fundadores

a) Caetano de Brito e Figueiredo

Localização	Didascália ou primeiro verso	Formato
I, I, 17-19	<i>Ao Doutíssimo Senhor Doutor José da Cunha Cardoso, Digníssimo Secretário da Academia Brasileira orando na sua primeira conferência</i>	Romance heróico
I, I, 40	<i>Ao Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses Vice-Rei e Capitão General deste Estado, mandando instituir a Academia Brasileira, e declarando-se seu Preclaríssimo Protetor</i>	Soneto
I, I, 119	<i>In Eruditissimi Domini, Eximiique Senatoris Ludouici a Siqueira e a Gama Obsequium</i>	Epigrama
I, I, 125-126	<i>Ad Sapientissimum Senatorem Praesidem Curialem Eximiumque Magistrum etc.</i>	Epigrama
I, I, 152	<i>A El-Rei Nosso Senhor que Deus guarde Expondo quanto deve a República das Letras à Majestade do mesmo Soberano Senhor verdadeiro protetor delas</i>	Soneto
I, I, 196-197	<i>Quem mostrou ser mais amante, Clícia do Sol ou Endimião da Lua?</i>	Soneto duplo
I, I, 271-272	<i>Diana assistindo ao nascimento de Alexandre ao mesmo tempo, que Heróstrato havia posto fogo ao famoso Templo de Éfeso, dedicado à mesma Diana</i>	Romance
I, II, 22	<i>Ao Muito Reverendo Doutor o Senhor Francisco Pinheiro Barreto Vigário de São Pedro presidindo na Academia brasileira</i>	Soneto
I, II, 32	<i>Gloriar-se o Rei Dom João o Segundo de ter conhecimento dos seus vassallos</i>	Soneto
I, II, 45	<i>Uma hera sustentando a um álamo seco</i>	Soneto
I, II, 91	<i>Ao Príncipe nosso Senhor cumprindo o décimo ano de sua florentíssima idade</i>	Soneto
I, II, 141-142	<i>Primeiro Assunto</i>	Romance
I, II, 181	<i>À Excelentíssima Senhora Marquesa de Gouveia, que por Morte do Excelentíssimo Senhor Marquês seu esposo, se recolheu, e tomou o hábito de Religiosa no Convento da Conceição de Carnide</i>	Soneto
I, II, 216	<i>Ao Sapientíssimo e Reverendíssimo Presidente o muito Reverendo Padre o Senhor Rafael Machado Digníssimo Reitor do Colégio da Companhia com alusão ao primeiro Assunto de haver um raio feito em pó uma estátua de Apolo</i>	Soneto
I, II, 224	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, II, 236	<i>Ao segundo assunto</i>	Soneto
I, II, 236-238	<i>Ao segundo assunto</i>	Romance
I, II, 266-267	<i>Ao Presidente</i>	Soneto
I, II, 278-279	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, III, 25	<i>Ao muito Reverendo Senhor João Borges de Barros Desembargador, e Chanceler da Relação Eclesiástica e Cura da Santa Sé Metropolitana; Presidindo na Academia Brasileira dos Esquecidos</i>	Soneto
I, III, 34-35	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto

I, III, 48	<i>Ao segundo assunto</i>	Soneto
I, III, 81-82	<i>Assunto primeiro</i>	Soneto
I, III, 124-125	<i>Assunto segundo</i>	Soneto
I, III, 165	<i>Assunto primeiro Quem cala vence</i>	Soneto
I, III, 235	<i>Ao Muito Reverendo Doutor o Senhor João Calmon de Almeida, Chantre da Sé Metropolitana da Bahia, Protonotário Apostólico, Comissário do Santo Ofício, e da Bula da Cruzada, e Desembargador da Relação Eclesiástica, e presidindo na Academia Brasílica</i>	Soneto
I, III, 251	<i>A El-Rei Nosso Senhor no fausto, alegre dia dos seus anos</i>	Soneto
I, III, 273	<i>Ao Segundo Assunto</i>	Soneto
I, III, 325-327	<i>Por haver sido Vice-Rei da Índia o Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses e atualmente nosso Preclaríssimo Vice-Rei contende a América com a Ásia qual das duas seja mais devedora ao mesmo Excelentíssimo Senhor</i>	Canção
I, IV, 35-36	<i>O desterro de Públio Cipião</i>	Soneto
I, IV, 62-63	<i>Anaxarte convertida em pedra</i>	Romance
I, IV, 114-115	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, IV, 183-184	<i>Ao primeiro Assunto</i>	Soneto
I, IV, 229-231	<i>Primeiro assunto</i>	Romance
I, IV, 231-233	<i>Ao primeiro assunto</i>	Romance

b) Gonçalo Soares da Franca

Localização	Didascália ou primeiro verso	Formato
I, I, 19	<i>Ao Senhor Doutor José da Cunha Cardoso, Meritíssimo Secretário da nossa Academia, oferece mais a verdade, que o afeto (não sendo pequeno) o elogio deste Soneto</i>	Soneto
I, I, 41-42	<i>Abrindo-se a Academia da história do Brasil com o título dos Esquecidos – debaixo da proteção do Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César Vice-Rei e Capitão General deste Estado, etc.</i>	Soneto
I, I, 120	<i>Ao Meritíssimo Desembargador Ouvidor Geral do Cível o Senhor Luís de Siqueira da Gama recitando a história, que compõe na Academia</i>	Décimas
I, I, 153	<i>Quanto deve a República Literária a El-Rei Nosso Senhor seu verdadeiro Protetor</i>	Soneto
I, I, 153-154	<i>Ao mesmo assunto</i>	Soneto
I, I, 197	<i>Quem mais amou, Clície ao Sol, ou Endimião à Lua?</i>	Soneto
I, I, 257-258	<i>Ao Senhor Capitão João de Brito e Lima Presidente Digníssimo na Academia dos Esquecidos</i>	Décimas
I, I, 273-274	<i>Diana assistindo ao nascimento de Alexandre Magno ao mesmo tempo que Heróstrato lhe estava queimando o seu Templo</i>	Soneto
I, I, 293-295	<i>Uma Dama formosa, mas com falta de dentes, que costuma falar pouco por se lhe não notar essa falta</i>	Silva
I, II, 92	<i>Aos dez anos que faz o Príncipe Nosso Senhor</i>	Soneto
I, II, 104-105	<i>A uma dama que deu a seu amante duas flores, a saber um amor-perfeito dentro de um malmequeres</i>	Soneto
I, II, 143	<i>Na morte da Excelentíssima Senhora Marquesa Aia filha dos Excelentíssimos Senhores Condes de Altamira</i>	Décima

I, II, 143-144	<i>Na morte da Excelentíssima Senhora Dona Teresa de Moscoso Osório, filha dos Excelentíssimos Senhor Dom Gaspar de Moscoso Osório, e Dona Inês de Gusmão Espínola, Condes de Altamira</i>	Soneto
I, II, 181-182	<i>Recolhendo-se a um Convento a Excelentíssima Senhora Dona Inácia Rosa de Távora pela morte de seu Esposo o Excelentíssimo Senhor Marquês de Gouveia</i>	Décimas
I, II, 183	<i>Deixando o Século, e recolhendo-se a um Convento a Excelentíssima Senhora Dona Inácia Rosa de Távora Marquesa de Gouveia por falecimento de seu Esposo o Excelentíssimo Senhor Marquês Dom Martinho Mascarenhas</i>	Soneto
I, II, 224-225	<i>A uma estátua de Apolo abrasada de um raio</i>	Soneto
I, II, 238	<i>A uma Dama que brincando com umas pérolas na boca, quebrou uns dentes</i>	Soneto
I, II, 348	<i>Ao Heróico assunto, dizendo-se a Agripina que se imperasse seu filho Nero a havia de matar; aceitou a morte a troco do seu império</i>	Soneto
I, II, 363	<i>Um Delfim que conduziu à praia um naufragante</i>	Soneto
I, III, 35	<i>Assunto Heróico: onde mais glorioso Trajano, se vencendo sem triunfar em vida, se triunfando depois de morto?</i>	Soneto
I, III, 48-49	<i>Assunto lírico: a uma Dama que perdendo um grande bem, se lembrava muito de se esquecer dele</i>	Soneto
I, III, 82-84	<i>Ao Fracasso, que prometia o fogo que se ateou na Casa da pólvora atalhado pelo valor, piedade e diligência do Excelentíssimo Senhor Vice-Rei</i>	Canção
I, III, 125	<i>A uma Dama que chegando à janela para ver o seu amante lhe impediram os raios do Sol</i>	Soneto
I, III, 153	<i>Ao Reverendo Presidente o Senhor João Álvares Soares</i>	Décima
I, III, 165-166	<i>Quem cala vence</i>	Soneto
I, III, 190-191	<i>Um amor com outro se paga mas melhor se apaga</i>	Soneto
I, III, 251-252	<i>Aos anos de El-Rei Nosso Senhor, que hoje festeja a Bahia</i>	Soneto
I, III, 327-328	<i>Qual mais deve ao Excelentíssimo Senhor Vice-Rei Goa, ou a Bahia</i>	Soneto
I, III, 328	<i>Ao assunto heróico</i>	Soneto
I, III, 328-331	<i>Ao assunto heróico</i>	Romance
I, III, 358	<i>A uma Dama, que estando em um Jardim, porque se pôs o Sol, se pôs a chorar</i>	Soneto
I, III, 359-360	<i>Ao assunto lírico</i>	Soneto

c) Luís de Siqueira da Gama

Localização	Didascália ou primeiro verso	Formato
I, I, 20	<i>Sapientissimo Domino, Eruditissimoque Doctori Iosepho da Cunha Cardoso, Oblitorum reseranti Academia</i>	Epigrama
I, I, 42-43	<i>Ao Excelentíssimo Senhor Viso-Rei, como protetor da Academia</i>	Soneto
I, I, 103-105	<i>Aos acadêmicos</i>	Romance
I, I, 107	<i>Preclaríssimo Senatori, Cancellarioque Brasiliae integerrimo, nec non Historiae Meritissimo Praeceptor, Domino Caetano de Brito de Figueiredo</i>	Epigrama
I, I, 115-116	<i>Ao muito Reverendo Senhor Gonçalo Soares da Franca, Digníssimo Lente da História Eclesiástica</i>	Soneto

I, I, 126	<i>Sapientissimo Doctori Domino Ignatio Barbosa Machado</i>	Soneto
I, I, 143-144	<i>Ao Senhor Coronel Sebastião da Rocha Pita, primeiro Presidente da Academia</i>	Quadras
I, I, 155	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, I, 258	<i>Ao Senhor João de Brito e Lima, segundo Presidente desta Academia</i>	Soneto
I, I, 274	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, II, 46-46	<i>Al segundo</i>	Romance
I, II, 91	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, II, 144-148	<i>Ao primeiro</i>	Elegia
I, II, 183-184	<i>Ao 2º assunto</i>	Soneto
I, II, 225	<i>Ao 1º</i>	Soneto
I, II, 279	<i>Ao primeiro</i>	Soneto
I, II, 293	<i>Ao segundo</i>	Soneto
I, II, 348-349	<i>Ao primeiro</i>	Soneto
I, III, 84-91	<i>Ao primeiro</i>	Elegia
I, III, 252	<i>Ao primeiro</i>	Soneto
I, III, 273	<i>Ao segundo</i>	Soneto
I, III, 331	<i>Ao primeiro</i>	Soneto
I, III, 332-334	<i>Ao 1º Prosopopéia da Bahia, e Goa</i>	Romance
I, III, 360	<i>Ao 2º</i>	Soneto
I, III, 360-362	<i>Ao Segundo [assunto]</i>	Romance

d) Sebastião da Rocha Pita

Localização	Didascália ou primeiro verso	Formato
I, I, 24	<i>Ao Senhor Doutor José da Cunha Cardoso Meritíssimo Secretário da nossa Academia</i>	Soneto
I, I, 63-64	<i>Em louvor do Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses, Vice-Rei, e Capitão geral de Mar, e Terra deste Estado, Instituidor, e Protetor da nossa Academia Brasílica, que se faz em seu Palácio na sua presença</i>	Soneto
I, I, 93-94	<i>Em louvor da nossa Academia com o título de Brasílica</i>	Soneto
I, I, 94	<i>Em louvor da nossa Academia com o título dos Esquecidos</i>	Soneto
I, I, 94-95	<i>Sobre a Empresa da Academia, o Sol nascido no Ocidente</i>	Soneto
I, I, 95	<i>Na reflexão feita no dia em que se deu forma à nossa Academia, sobre ser o de Santo Tomás de Aquino</i>	Soneto
I, I, 95-97	<i>Em louvor da nossa Academia, compreendendo os Assuntos dos seis Sonetos antecedentes</i>	Romance
I, I, 98	<i>Repente ao qual deram assunto os acidentes do tempo, e as circunstâncias do dia 23 de abril (conjunção de Lua nova) em que se abre a nossa Academia Brasílica</i>	Soneto
I, I, 106	<i>Em louvor dos Senhores Acadêmicos da nossa Academia Brasílica no dia em que ela se abre</i>	Soneto
I, I, 122	<i>Em louvor do Senhor Desembargador Luís de Siqueira da Gama, Acadêmico Ocupado, e Lente de Política na nossa Academia Brasílica</i>	Soneto

I, I, 127	<i>Ao Meritíssimo Senhor Juiz de Fora, Inácio Barbosa Machado, um dos quatro Mestres da Academia, lendo nela do nosso Brasil</i>	Soneto
I, I, 173-174	<i>Ao Sereníssimo Senhor-Rei Dom João 5º, no grande empenho com que protege, e exalta as letras, assunto heróico da nossa Academia Brasileira</i>	Soneto
I, I, 174	<i>Ao Sereníssimo Senhor-Rei Dom João 5º, no grande empenho com que protege, e exalta as letras. Assunto heróico da nossa Academia Brasileira</i>	Soneto
I, I, 222-223	<i>Qual obrou mais? Endimião em seguir a Lua, ou Clície em seguir ao Sol, assunto lírico da nossa Academia Brasileira</i>	Décimas
I, I, 223	<i>Qual obrou mais? Endimião em seguir a Lua, ou Clície em seguir ao Sol, assunto lírico da nossa Academia Brasileira</i>	Soneto
I, I, 265-266	<i>Em louvor do Acadêmico Infeliz o Senhor Capitão João de Brito e Lima, no dia em que preside na nossa Academia Brasileira</i>	Soneto
I, I, 280	<i>Vai Diana assistir ao nascimento de Alexandre em Macedônia, e deixa ardendo o seu Templo em Éfeso. Assunto heróico da nossa Academia Brasileira</i>	Soneto
I, I, 317-318	<i>Uma Dama que sendo formosa não falava por não mostrar a falta que tinha de dentes. Assunto lírico da nossa Academia Brasileira.</i>	Soneto
I, I, 318-319	<i>Uma Dama que sendo formosa, não falava por não mostrar a falta que tinha de dentes, Assunto lírico da nossa Academia Brasileira.</i>	Romance
I, II, 27	<i>Em louvor do muito Reverendo Padre Vigário o Senhor Doutor Francisco Pinheiro, orando na nossa Academia Brasileira</i>	Soneto
I, II, 38	<i>Gloriava-se o Rei Dom João o 2º de ver os seus vassalos, assunto heróico da nossa Academia Brasileira</i>	Soneto
I, II, 61	<i>A uma Hera sustentando a um Álamo seco, assunto lírico da nossa Academia brasileira</i>	Soneto
I, II, 61-62	<i>A uma Hera sustentando a um Álamo seco, assunto lírico da nossa Academia brasileira</i>	Décimas
I, II, 97-98	<i>Ao Sereníssimo Senhor Príncipe, fazendo anos, assunto heróico da nossa Academia brasileira</i>	Soneto
I, II, 116-117	<i>A uma Dama, pondo a Flor do Amor-perfeito, na Flor do Malmequer, Assunto lírico da nossa Academia Brasileira</i>	Soneto
I, II, 162-163	<i>Na morte da Excelentíssima Senhora Marquesa Aia; primeiro Assunto da presente Academia</i>	Soneto
I, II, 163	<i>Ao mesmo assunto</i>	Soneto
I, II, 189	<i>À Excelentíssima Senhora Marquesa de Gouveia, tomando o estado de Religiosa: segundo Assunto da presente Academia</i>	Soneto
I, II, 189-190	<i>Ao mesmo Assunto</i>	Romance
I, II, 231	<i>Caindo um Raio sobre a Estátua de Apolo. Assunto heróico da presente Academia</i>	Soneto
I, II, 248	<i>Tomando uma Dama na boca umas Pérolas, se lhe quebraram alguns dentes. Assunto lírico da presente Academia</i>	Soneto
I, II, 285	<i>Foi César tão generoso, que chorou a morte de seu inimigo Pompeu. Assunto heróico da presente Academia</i>	Soneto
I, II, 285-286	<i>Ao mesmo assunto heróico</i>	Soneto

I, II, 304	<i>Ao mesmo assunto lírico falando com o Áspide</i>	Soneto
I, II, 305	<i>Um belo menino brincando em um Jardim com as flores o mordeu um Áspide, e logo morreu. Assunto lírico da presente Academia. Falando com o menino.</i>	Soneto
I, II, 305-307	<i>Um belo menino brincando em um Jardim com as flores, o mordeu um Áspide, e logo morreu. Assunto lírico da presente Academia</i>	Endeixas
I, II, 340	<i>Ao muito Reverendo Deão o Senhor Sebastião do Vale Pontes, presidindo na presente Academia, havendo o Reverendo Cônego o Senhor Antônio Roiz Lima orado na antecedente.</i>	Soneto
I, II, 356	<i>Agripina que prognosticando-lhe um Astrólogo, que se Nero imperasse havia de tirar-lhe a vida, respondeu que fosse Imperador ainda que a matasse. Assunto heróico da presente Academia</i>	Soneto
I, II, 376-377	<i>Padecendo Fileno um naufrágio, o salvou um Delfim. Assunto lírico da presente Academia</i>	Romance
I, III, 41	<i>Alcançou Trajano uma vitória, e não chegando a triunfar dela lhe levantou o sucessor Adriano uma Estátua; pergunta-se de donde lhe resultou maior glória, se da vitória, ou da Estátua. Assunto heróico da presente conferência</i>	Soneto
I, III, 57-58	<i>Perdendo uma Senhora um grande bem, trazia muito na memória esquecer a perda dele. Assunto lírico da presente conferência</i>	Soneto
I, III, 98-100	<i>Pegando fogo na Casa em que se fabrica a pólvora, entrou nela a extingui-lo o Excelentíssimo Senhor Vi-Rei Vasco Fernandes César de Meneses; perigo de que o livrou a Virgem Santíssima Mãe de Deus. Assunto heróico da presente conferência. Aconteceu o caso em uma tarde do mês de abril conjunção de lua-cheia</i>	Tercetos
I, III, 138	<i>Chegando uma Dama à Janela para ver ao seu Amante os Raios do Sol lhe turbaram de sorte a vista que não pôde vê-lo. Assunto lírico da presente conferência</i>	Soneto
I, III, 158	<i>Ao muito Reverendo Padre o Senhor Acadêmico João Álvares Soares, presidindo na nossa Academia, a qual de fora da Cidade mandava alguns versos, e não tinha até o presente vindo a ela.</i>	Soneto
I, III, 177	<i>Quem cala vence. Assunto heróico da presente conferência</i>	Soneto
I, III, 202-203	<i>Um amor com outro se paga, ou se apaga</i>	Soneto
I, III, 203-204	<i>Amor com Amor se paga, e Amor com Amor se apaga. Assunto lírico da presente conferência</i>	Soneto
I, III, 204-205	<i>Amor com amor se paga, e Amor com Amor se apaga. Assunto lírico da presente conferência</i>	Romance
I, III, 238	<i>Ao muito Reverendo Chantre o Senhor João Calmon presidindo na nossa Academia, em dia dos felizes anos de Sua Majestade que Deus guarde</i>	Soneto
I, III, 256-257	<i>Fazendo anos Sua Majestade, que Deus guarde. Assunto heróico da primeira conferência</i>	Soneto
I, III, 257	<i>Fazendo anos Sua Majestade, que Deus guarde. Assunto heróico da primeira conferência</i>	Soneto
I, III, 283-284	<i>A uma Açucena. Assunto lírico da presente conferência</i>	Décimas
I, III, 284	<i>Descrição de uma Açucena. Assunto lírico da presente conferência</i>	Soneto

I, III, 342	<i>Comparando a Índia com o Brasil no Governo do Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses. Assunto heróico da presente Conferência</i>	Soneto
I, III, 343	<i>Ao mesmo Assunto heróico, mostrando vantagens na América pela posse</i>	Soneto
I, III, 383	<i>Uma Dama chorando por ver ao Sol pôr-se no Ocaso. Assunto lírico da presente conferência</i>	Soneto
I, III, 383	<i>Uma Dama chorando por ver ao Sol pôr-se no Ocaso. Assunto lírico da presente conferência</i>	Soneto
I, IV, 53-54	<i>Cipião Desterrado em Roma. Assunto heróico da presente conferência</i>	Soneto
I, IV, 54	<i>Ao mesmo Assunto heróico</i>	Soneto
I, IV, 79	<i>Anaxarte convertida em pedra. Assunto lírico da presente conferência</i>	Soneto
I, IV, 79-80	<i>Anaxarte convertida em pedra. Assunto lírico da presente conferência</i>	Décimas
I, IV, 124	<i>Na ação de Alexandre com as Filhas, e Esposa de Dario. Assunto heróico da presente conferência</i>	Soneto
I, IV, 148	<i>Pirene convertida em fonte. Assunto lírico da presente conferência</i>	Soneto
I, IV, 179-180	<i>Ao Senhor Coronel José Pires de Carvalho presidindo na presente conferência</i>	Soneto
I, IV, 221	<i>Ao Reverendo Padre Coadjutor o Senhor Manuel de Cerqueira Leal presidindo na última conferência da nossa Academia</i>	Soneto
I, IV, 237	<i>Dando as Damas de Cartago os seus cabelos para enxárcia da Armada Cartaginesa. Assunto heróico da presente conferência</i>	Soneto
I, IV, 252-253	<i>Na suspensão que faz a nossa Academia com a última conferência</i>	Soneto

e) José da Cunha Cardoso

Localização	Didascália ou primeiro verso	Formato
I, I, 27-28	<i>Ao Senhor Vice-Rei</i>	Soneto
I, I, 102-103	<i>Aos Acadêmicos</i>	Romance
I, I, 106	<i>Clarissimum Dominum Caetanum de Brito et Figueiredo Brasiliensis Status, Emeritissimus Cancellarium, de naturali Brasilia graphice disceptantem prosequitur hoc</i>	Epigrama
I, I, 113	<i>Elogii argumentum praebet Reuerendus admodum, et Eloquentissimus Dominus Gundissalus Suarius da Franca Sacra Brasiliae elementa, eiusque ecclesiasticos progressus mirifice disceptans huius in encomium dicatur hoc</i>	Epigrama
I, I, 118	<i>Sapientissimum Dominum Ludouicum de Siqueira da Gama Meritissimum totius Americae ciuilium causarum Praetore, et Elegantissimum Academiae Magistrum de ciuili, seu politico Brasiliae statu perbelle disserentem plaudit hoc Epigramma</i>	Epigrama
I, I, 140	<i>Ao Senhor Presidente Sebastião da Rocha Pita</i>	Soneto
I, I, 148	<i>Quanto deve a República das Letras a Majestade del-Rei Nosso Senhor que Deus guarde verdadeiro protetor delas</i>	Soneto
I, I, 183-185	<i>Supõe o Poeta como certo que Clície foi amada do Sol até o tempo da morte de Leucotoe, e só depois dele deixou de ser dele querida</i>	Décimas
I, I, 255	<i>Ao Presidente o Senhor João de Brito e Lima</i>	Décimas

I, I, 268	<i>Foi o primeiro assunto Diana assistindo ao nascimento de Alexandre Magno na mesma noite, em que Heróstrato lhe estava queimando o seu templo</i>	Epigrama
I, I, 289	<i>Foi o segundo assunto uma dama formosa, mas com poucos dentes, que costuma falar pouco, por se lhe não ver aquela falta</i>	Epigrama
I, II, 14-15	<i>Ao Presidente que foi o Reverendo Francisco Pinheiro Barreto Vigário de São Pedro</i>	Epigrama
I, II, 15	<i>Ao mesmo Presidente</i>	Décima
I, II, 28-29	<i>Foi o primeiro assunto o Senhor Rei Dom João o 2º que se gloriava de conhecer os seus vassalos</i>	Soneto
I, II, 79	<i>Admodum Reuerendo et Eruditissimo Praesidi Domino Antonio Gonçalves Pereira Parochiae Rosarii Vicario Dignissimo dicatur hoc</i>	Epigrama
I, II, 86	<i>Aude à admirável compreensão, com que o Sereníssimo Príncipe Nosso Senhor tem recebido doutrinas, e notícias que em outros sujeitos não podiam caber na esfera de tão pouca idade</i>	Soneto
I, II, 102	<i>Segundo assunto uma dama dando a Fábio duas flores, a saber um amor-perfeito metido em um malmequeres</i>	Décimas
I, II, 131	<i>Ao Presidente que foi o Reverendo Padre Mestre Frei Raimundo de Santo Antônio religioso do Carmo</i>	Décimas
I, II, 134-135	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, II, 170-172	<i>Foi o segundo assunto [a] Excelentíssima Senhora Marquesa de Gouveia Dona Inácia Rosa, que deixando o mundo se recolheu em um convento</i>	Romance
I, II, 210	<i>In laudem Praesidis sapientissimi</i>	Epigrama
I, II, 222	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, II, 232	<i>Foi o segundo assunto uma dama que revolvendo na boca umas pérolas, quebrou alguns dentes</i>	Epigrama
I, II, 261	<i>Ao muito Reverendo Senhor Presidente</i>	Epigrama
I, II, 275-276	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, II, 289	<i>Ao segundo assunto</i>	Epigrama
I, II, 327	<i>Ao Presidente o Reverendo Deão Sebastião do Vale Pontes</i>	Décima
I, II, 344-345	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, II, 359	<i>Ao segundo assunto</i>	Epigrama
I, III, 21	<i>Ao muito Reverendo Senhor Desembargador João Borges de Barros</i>	Décima
I, III, 32	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, III, 67	<i>Laudatur Sapientissimus Praeses et Canonicus doctoralis Dominus Ignatius de Azevedo</i>	Epigrama
I, III, 74-75	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, III, 75-76	<i>Ao primeiro assunto</i>	Romance
I, III, 114-115	<i>Ao segundo assunto</i>	Décimas
I, III, 152	<i>In laudem Sapientissimi Praesidis Domini Ioannis Alvares Soares</i>	Dístico
I, III, 159	<i>Ad primum argumentum</i>	Epigrama
I, III, 183	<i>Ad secundum argumentum</i>	Epigrama
I, III, 232	<i>Praestantissimus praeses nostrae Academiae Dominus Doctor Ioannes Calmon in Bahiensi sede chori Praefectus laudatur hoc</i>	Epigrama
I, III, 242-243	<i>Foi o primeiro assunto celebrar os anos de Sua Majestade que Deus guarde</i>	Soneto

I, III, 266-268	<i>Foi o segundo assunto uma Açucena</i>	Redondilhas
I, III, 304	<i>Vt laudetur admodum Reuerendus et Sapientissimus Doctor nostrae Academiae Dignissimus Praeses, eius nomen commendatur Ruperturs, e Iesu, quod litterario anagrammate transpositum uertitur in hoc lemma Tu iure es rupes. Et sequenti aptatur</i>	Epigrama
I, III, 317	<i>Ao 1º Assunto</i>	Soneto
I, III, 348-349	<i>Ao 2º Assunto</i>	Idílio
I, IV, 19-20	<i>Ao muito Reverendo Presidente</i>	Décimas
I, IV, 33	<i>Ao 1º Assunto</i>	Soneto
I, IV, 59-60	<i>Ao segundo assunto</i>	Décimas
I, IV, 95	<i>In laudem Reuerendi Praesidis Felicis Xauerii</i>	Epigrama
I, IV, 110	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, IV, 126	<i>Ad 2um argumentum</i>	Epigrama
I, IV, 166	<i>Ao Presidente José Pires de Carvalho</i>	Décimas
I, IV, 181	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, IV, 192	<i>Ao segundo assunto</i>	Epigrama
I, IV, 209-210	<i>Em louvor do Presidente o Padre Manuel de Cerqueira Leal</i>	Soneto
I, IV, 228	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, IV, 242	<i>Ao segundo assunto</i>	Epigrama

f) João de Brito e Lima

Localização	Didascália ou primeiro verso	Formato
I, I, 47	<i>Ao assunto acadêmico que se deu louvando-se a criação da Academia e a seu soberano protetor o Excelentíssimo Senhor Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses</i>	Soneto
I, I, 47-48	<i>Ao mesmo assunto</i>	Soneto
I, I, 48	<i>Ao Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses Vice-Rei do Estados do Brasil [e ora] como Protetor, e Patrono da Academia novamente levantada neste cidade da Bahia</i>	Soneto
I, I, 49	<i>Al asunto académico que se dio loándose la erección de la Academia y su soberano protetor el Excelentísimo Señor Vis Rey Vasco Fernandes César de Menezes</i>	Soneto
I, I, 49-50	<i>Al mismo asunto</i>	Soneto
I, I, 116	<i>Em louvor ao muito Reverendo Doutor e Singular Acadêmico o Padre Gonçalo Soares da Franca</i>	Décimas
I, I, 120-121	<i>Em louvor do mui Meritíssimo Doutor Ouvidor Geral do Cível Singular Acadêmico o Senhor Luís de Siqueira da Gama</i>	Soneto
I, I, 144-145	<i>Em louvor do Senhor Coronel Sebastião da Rocha Pita Acadêmico Real, e erudito desta Academia de que é também Singular Acadêmico e primeiro Presidente dela</i>	Décimas
I, I, 156-157	“Com mais sólido, e justo fundamento”	Soneto
I, I, 157	<i>Ao assunto heróico da Academia</i>	Soneto
I, I, 158	<i>Pelos mesmos consoantes</i>	Soneto
I, I, 158	<i>Pelos mesmos consoantes</i>	Soneto
I, I, 159	<i>Pelos mesmos consoantes</i>	Soneto
I, I, 159	<i>Ao mesmo assunto</i>	Soneto
I, I, 160	“Por discreto axioma está julgado”	Soneto

I, I, 160	“Os Príncipes, que as Letras ilustraram”	Soneto
I, I, 161	“Discreto Marte, bravo Apolo luso”	Soneto
I, I, 161	“As Letras ama quando mais temido”	Soneto
I, I, 162	<i>Debaixo do mesmo assunto louvando ao Excelentíssimo Senhor Vice-Rei</i>	Soneto
I, I, 162-164	<i>Ao assunto heróico da Academia</i>	Oitavas
I, I, 203-205	<i>Ao assunto lírico em que se mostra andou mais fina amando Clície ao Sol que Endimião à Lua</i>	Décimas
I, I, 205-207	<i>Ao mesmo assunto mostrando pelo contrário que mais fino foi o amor de Endimião com a Lua que o de Clície com o Sol</i>	Décimas
I, I, 208-214	“Manda-me esta Academia”	Romance
I, I, 275	“Ao fausto natalício a Deusa trina”	Soneto
I, I, 275-276	“Mais do que injúria, foi feliz auspício”	Soneto
I, I, 298-299	“Laura em que a natureza”	Décimas
I, II, 33	<i>Ao Primeiro Assunto</i>	Soneto
I, II, 33-34	“Por ínclito Monarca não se aclama”	Soneto
I, II, 34	“Esse, que ocupa os Céus esclarecidos”	Soneto
I, II, 49-51	“Temos um grande assunto neste dia”	Silva
I, II, 51-52	“Se mimo da Primavera”	Décimas
I, II, 52-54	“Senhor Álamo que é isto?”	Romance
I, II, 93	“Para gosto das Lusos Majestades”	Soneto
I, II, 93-94	“Príncipe excelso, soberano Infante”	Soneto
I, II, 94	“Com dez anos tendes completado”	Soneto
I, II, 106-109	“Pus-me uma noite destas passeando”	Silva
I, II, 109-111	“Enigmático parece”	Décimas
I, II, 111-112	“Senhora Dona Florinda”	Romance
I, II, 153	“Ao bravo impulso de Atropos irada”	Soneto
I, II, 153	“Que obsta Marques ilustra, que ultrajada”	Soneto
I, II, 153-154	“De Atropos não sintais a pena fera”	Soneto
I, II, 154	“Se a vida que passou é já perdida”	Soneto
I, II, 184	“Feliz Senhora foi esta mudança”	Soneto
I, II, 184	“Esta, que por agravos da ventura”	Soneto
I, II, 185-186	“Deixa o Século enganoso”	Décimas
I, II, 226	“Se essa é de Apolo a Estátua soberana”	Soneto
I, II, 226-227	“Nesta estátua em que Apolo se retrata”	Soneto
I, II, 227	“De ignífero vapor, chama severa”	Soneto
I, II, 227	“Víbora ardente em Cinzas reduzida”	Soneto
I, II, 239	“Das lágrimas, que a Aurora rindo chora”	Soneto
I, II, 239-241	“Filena deixai a troca”	Décimas
I, II, 241-243	“Até agora entendi meus companheiros”	Silva
I, II, 280	“Chora César de ver Pompeu rendido”	Soneto
I, II, 280	“De Aquiles vendo o Magno a sepultura”	Soneto
I, II, 281	“De Pompeu a cabeça foi motivo”	Soneto
I, II, 281	“Se César de Pompeu vendo o escarmento”	Soneto
I, II, 293-295	“Em um florido lençol”	Romance

I, II, 350	<i>Dizendo-se a Agripina que se Nero seu filho chegasse a imperar lhe houvera tirar a vida; respondeu que fosse Imperador ainda que a matasse</i>	Soneto
I, II, 350-351	<i>Ao [próprio] assunto pelos mesmos consoantes</i>	Soneto
I, II, 351	<i>Ao próprio assunto</i>	Soneto
I, II, 351-352	<i>Ao próprio assunto</i>	Soneto
I, II, 364-367	<i>Um Delfim conduzindo sobre as espaldas um naufragante [vivo ao] porto</i>	Silva
I, II, 367-369	<i>Um Delfim conduzindo vivo um Naufragante ao porto</i>	Romance
I, III, 36	<i>Mostra-se que foi maior glória para Trajano alcançar a vitória e não lograr o triunfo por se lhe antecipar a morte</i>	Soneto
I, III, 37	<i>Mostra-se pelo contrário que a maior glória de Trajano na vitória que alcançou foi a estátua que lhe erigiu Adriano por seu triunfo</i>	Soneto
I, III, 49-51	<i>A uma Senhora que perdendo um grande bem cuida muito em se esquecer do bem perdido.</i>	Silva
I, III, 50-51	<i>A uma senhora que perdendo um grande bem cuida muito em se esquecer do bem perdido</i>	Décimas
I, III, 91-92	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, III, 92	<i>“Ígnea matéria ofusca o ar sereno”</i>	Soneto
I, III, 92-93	<i>“Quando da Ásia a cabeça presumida”</i>	Soneto
I, III, 127-129	<i>Ao segundo</i>	Silva
I, III, 129-131	<i>Ao segundo</i>	Décimas
I, III, 167	<i>Quem cala vence assunto acadêmico</i>	Soneto
I, III, 168	<i>Ao mesmo assunto</i>	Soneto
I, III, 191-192	<i>Amor com amor se paga ou foi melhor dizer-se amor com amor se apaga, assunto lírico acadêmico</i>	Décimas
I, III, 253	<i>“Ao pássaro, que em giros se remonta”</i>	Soneto
I, III, 274	<i>“Nevado arminho de Flora”</i>	Décimas
I, III, 309	<i>Ao muito Científico Presidente o Reverendíssimo Doutor Frei Ruperto de Jesus</i>	Soneto
I, III, 309-311	<i>Em louvor do Muito Erudito Presidente o Senhor Reverendo Doutor Frei Ruperto de Jesus etc.</i>	Décimas
I, III, 334-335	<i>A Bahia em competência com a Índia qual delas é mais obrigada ao Excelentíssimo Senhor Vice-Rei</i>	Soneto
I, III, 335	<i>Pelos mesmos consoante ao mesmo assunto</i>	Soneto
I, III, 335-336	<i>Ao mesmo Assunto</i>	Soneto
I, III, 336	<i>Ao mesmo assunto</i>	Soneto
I, III, 336-337	<i>Julgando igual obrigação que deve a Índia, e a Bahia ao Excelentíssimo Senhor Vice-Rei</i>	Soneto
I, III, 363-368	<i>Uma Dama que tomando o fresco em um jardim vendo recolher-se o Sol, chorou</i>	Oitavas
I, III, 368-370	<i>Uma Dama que tomando o fresco em um jardim vendo pôr-se o Sol chorou</i>	Romance
I, IV, 22-23	<i>Ao doutíssimo Presidente</i>	Décimas
I, IV, 38	<i>Cipião desterrado em Roma</i>	Soneto [acróstico]
I, IV, 38-39	<i>Ao mesmo assunto</i>	Soneto
I, IV, 39	<i>Ao mesmo</i>	Soneto
I, IV, 39-40	<i>Ao mesmo</i>	Soneto

I, IV, 40	<i>Ao mesmo</i>	Soneto
I, IV, 41	<i>Ao mesmo</i>	Soneto
I, IV, 41-44	<i>Cipião desterrado em Roma</i>	Oitavas
I, IV, 65-67	<i>Anaxarte convertida em pedra</i>	Silva
I, IV, 67-69	<i>Anaxarte convertida em pedra</i>	Décimas
I, IV, 69-71	<i>Anaxarte convertida em pedra</i>	Romance
I, IV, 71-74	<i>Ao segundo assunto</i>	Romance
I, IV, 115	“Vence o Magno Alexandre, e sente tanto”	Soneto
I, IV, 115-116	<i>Ao mesmo assunto</i>	Soneto
I, IV, 116	<i>Ao primeiro assunto</i>	Soneto
I, IV, 135-136	<i>Pirene transformada em fonte</i>	Décimas
I, IV, 136	<i>Pirene em fonte</i>	Soneto
I, IV, 137	<i>Al mismo asunto</i>	Soneto
I, IV, 177	<i>Em louvor do Senhor Coronel José Pires de Carvalho</i>	Décimas
I, IV, 185	“Tem tomado Diógenes a peito”	Soneto
I, IV, 185-186	<i>Ao mesmo assunto</i>	Soneto
I, IV, 214	<i>Em louvor do Reverendo Senhor Presidente Manuel Cerqueira Leal</i>	Décimas
I, IV, 233-235	<i>Cortando as Damas de Cartago os cabelos para enxárcias da Armada</i>	Oitavas
I, IV, 235	<i>Cortando as Damas de Cartago os cabelos para enxárcias da Armada</i>	Soneto